



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
“LUÍS DE CAMÕES”

**OLHARES CRUZADOS SOBRE O(S) FEMINISMO(S) E A
EDUCAÇÃO FEMININA EM PORTUGAL E NO BRASIL NOS
ALVORES DO SÉCULO XX**

Tese para a obtenção do grau de Doutor em História

Autora: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas

Orientadores: Professor Doutor José Maria Amado Mendes

Professora Doutora Irene M. Vaquinhas

Número da candidata: 20151666

Agosto de 2020

Lisboa

***OLHARES CRUZADOS SOBRE O(S) FEMINISMO(S) E A EDUCAÇÃO
FEMININA EM PORTUGAL E NO BRASIL NOS ALVORES DO SÉCULO XX***

Tese apresentada à Universidade Autónoma de
Lisboa como requisito para obtenção do título de
Doutor em História.

Orientadores: Professor Doutor José Maria Amado Mendes
Professora Doutora Irene M. Vaquinhas

PORTUGAL
2020
CARLA PATRÍCIA ALEIXO BAPTISTA DE FREITAS

DEDICATÓRIA

Ao meu querido e estimado marido.

Aos meus amados filhos: Mariana, Constança e Afonso.

À memória do Professor Francisco Contento Domingues.

AGRADECIMENTOS

Para que esta Tese de Doutoramento fosse uma realidade efetiva, muito contribuíram, ainda que de formas diversas e em alturas da minha vida distintas, várias pessoas e instituições às quais não posso deixar de mostrar a minha profunda gratidão. Entre elas, agradeço à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde dei os meus primeiros passos para o conhecimento da História, sobretudo a do *Velho* e do *Novo Mundo*. À Universidade Autónoma de Lisboa, que me acolheu numa fase particular do meu percurso académico. Aos meus Professores do Departamento de História, Artes e Humanidades, Professor Doutor Miguel Faria, que me abriu as portas para uma segunda caminhada, à Professora Doutora Aline Beuvink, querida e estimada amiga de faculdade, que foi a minha ponte.

Ao meu marido e aos meus filhos, a presença, o equilíbrio e a motivação. O respeito.

À minha orientadora, Professora Doutora Irene Maria Vaquinhas, a força e a inspiração. Neste longo caminho foi a referência, o modelo a seguir.

Ao meu orientador, Professor Doutor José Amado Mendes, a paciência e a compreensão.

Obrigada, de coração.

RESUMO

Pretende-se com esta Tese de Doutoramento contribuir para o estudo das relações culturais entre Portugal e o Brasil, no campo específico dos estudos femininos. Os feminismos precisam de uma memória histórica, plural, nos campos social, cultural, jurídico, religioso e político.

O debate sufragista chegou a Portugal e ao Brasil em tempos diferentes, numa altura em que nos restantes países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América era uma questão já consolidada. Os motivos desse atraso cívico estão direta e indiretamente relacionados com o atraso industrial, as elevadas taxas de analfabetismo (maior nas mulheres), bem como o peso da Igreja Católica, que se fazia sentir quer nos Estados, quer na própria vida privada.

Palavras-Chave: História, feminismos, educação, relações culturais Portugal-Brasil.

ABSTRACT

This Doctoral Thesis aims to contribute to the study of cultural relations between Portugal and Brazil, in the specific field of female studies. Feminisms need a historical, plural memory in the social, cultural, legal, religious, and political domains.

The suffragette debate reached Portugal and Brazil at different times, at a time when in other Western European countries and the USA this was an already consolidated issue. The reasons for this civic backwardness are directly and indirectly related to industrial backwardness, high rates of illiteracy (higher in women), as well as the weight of the Catholic Church, which was felt both in the States and in private life itself.

Keywords: History, feminisms, education, cultural relations Portugal-Brazil.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	3
AGRADECIMENTOS	4
RESUMO.....	5
ABSTRACT	5
ÍNDICE.....	6
NORMAS DE TRANSCRIÇÃO	9
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	9
INTRODUÇÃO	10
I CAPÍTULO – REPRESENTAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES DA HISTÓRIA: EDUCAÇÃO E IDENTIDADES INTERCULTURAIS	13
1.1. Da Europa do “devir” às revoluções culturais do pós-Grande Guerra.....	14
1.1.1. Estudos feministas.....	15
1.1.2. A ausência dos homens: o processo da emigração.....	21
1.1.3. Projetos políticos do Novo e do Velho Mundo	25
1.2. O panorama sociopolítico e cultural português e brasileiro no início do século XX	36
1.2.1. O exemplo português	36
1.2.2. O caso brasileiro.....	53
1.3. Escola: espaço de instrução ou de educação?	61
1.3.1. Da laicização da I República portuguesa ao Estado Novo.....	63
1.3.2. Do Brasil ‘inquieto’ à demanda da(s) escola(s)	71
1.4. Presença feminina no(s) ensino(s)	79
1.4.1. Discentes e docentes.....	81
1.4.1.1. Feminização da educação portuguesa	84
1.4.1.2. Professoras no magistério primário brasileiro.....	91
II CAPÍTULO – RENOVAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PARADIGMAS: MULHERES E MOVIMENTOS FEMINISTAS	100
2.1. <i>Feminismos</i>: origens, influências e diferenças.....	101
2.1.1. Movimentos feministas	103
2.1.2. ‘Antifeminismo’ ou o antídoto dos feminismos?.....	118
2.2. Maçonaria: lojas femininas ou de ‘Adoção’	131
2.3. Ana de Castro Osório: a ligação através do Atlântico.....	137

2.4. Emília de Sousa Costa: a concepção tradicional da ‘Mulher moderna’	156
2.5. Júlia Lopes de Almeida: a primeira-dama da <i>Belle Époque</i> brasileira	168
III CAPÍTULO – DIGNIFICAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES:	
DUAS SOCIEDADES, A MESMA LÍNGUA	177
3.1. A circularidade dos saberes: diálogo, contato e confronto	178
3.2. Direitos civis: A trilogia feminina “Família, Casamento e Divórcio”	195
3.3. A Igreja Católica e os comportamentos femininos	202
3.4. Sistemas eleitorais, o voto e a intervenção feminina.....	206
CONCLUSÃO.....	218
FONTES E BIBLIOGRAFIA	223
1. FONTES	223
1.1. Fontes Manuscritas.....	223
1.1.1. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	223
1.1.2. Biblioteca Nacional de Portugal.....	223
1.1.3. Arquivo de História Social (Instituto de Ciências Sociais).....	223
1.2. Fontes Impressas	223
1.2.1. Publicações Periódicas*	227
1.2.2. Estudos e Ensaios	228
1.2.3. Textos Legislativos e Regulamentares	239
1.2.4. Exposições e Catálogos	240
2. BIBLIOGRAFIA	240
3. SÍTIOS WEB.....	249
ANEXOS	251
Anexo I: Carta com resposta de Monteiro Lobato	252
Anexo II: Carta/homenagem a Ana de Castro Osório.....	253
Anexo III: Declaração do Ministério de Instrução Pública.....	254
Anexo IV: Convite para Conferência Pública de Ana de Castro Osório	255
Anexo V: Artigo de Opinião publicado no Diário de Notícias	256
Anexo VI: Ana de Castro Osório (1882-1935).	257
Anexo VII: Emília de Sousa Costa (1877-1959) na fotografia a acompanhar uma entrevista ao marido.	258
Anexo VIII: Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)	259
Anexo IX: Cartaz da mostra No Centenário da Cruzada das Mulheres Portuguesas	260

Anexo X: Carta a acusar receção de telegrama de Macau	261
Anexo XI: Il primo numero del Monitore Napolitano	262
Anexo XII: Biografia manuscrita de “ms. de Emília de Sousa Costa”	263
Anexo XIII: Capa do livro Manual Ilustrado de Técnica de Enfermagem	264
Anexo XIV: Emília de Sousa Costa	265
Anexo XV: Leis da Família	266
Anexo XVI: Notícia publicada no Boletim Oficial Alma Feminina.....	267
Anexo XVII: Fotografia de entrega de prémios.....	268
Anexo XVIII: Carta de João Pessanha a Ana de Castro Osório.	269
Anexo XIX: Imprensa Periódica Portuguesa (1850-1930).	276
Anexo XX: Imprensa Periódica Brasileira (1830-1940).....	279
Anexo XXI: “A Bicyclette”.	280
Anexo XXII: “Suffragistas”	281
Anexo XXIII: “O Modelo preferido!”.	282

NORMAS DE TRANSCRIÇÃO

Nas transcrições de textos oitocentistas optamos por manter a ortografia, e a pontuação original. No que diz respeito às transcrições ou excertos textos estrangeiros, respeitamos a língua da edição utilizada.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

AEMP – Associação Educativa da Mulher Pobre

AFPD – Associação Feminista de Propaganda Democrática

APF – Associação de Propaganda Feminina

CMP – Cruzada das Mulheres Portuguesas

CNMP – Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas

ETN – Estatuto do Trabalho Nacional

FPPF – Federação Pernambucana para o Progresso Feminino

GOLU – Grande Oriente Lusitano

ICW – International Council of Women

IWSA – International Women Suffrage Alliance

LEC – Liga Eleitoral Católica

LMB – Legião da Mulher Brasileira

LPP – Liga Portuguesa da Paz

LRMP – Liga Republicana das Mulheres Portuguesas

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

INTRODUÇÃO

A Tese de Doutorado que apresentamos leva-nos à primeira metade do século XX, mais concretamente às três primeiras décadas. Sob o título *Olhares cruzados sobre o(s) feminismo(s) e a educação feminina em Portugal e no Brasil nos alvares do século XX*, queremos contribuir para o estudo da História das relações culturais entre Portugal e o Brasil, no campo específico dos estudos femininos que, em nosso entender, merece e ainda precisa de uma memória histórica e plural, quer no campo social, cultural e jurídico, como no religioso e político.

Para aprofundarmos a problemática que conformou a presente investigação impôs-se o alargamento da área de investigação, relacionando as abordagens dos vários autores com outras áreas do saber e perspectivas novas, decorrentes das representações e transformações da História, quer no campo da educação, quer no das identidades interculturais. Com esse propósito, optamos por salientar a importância da circularidade dos saberes e preencher, deste modo, algumas lacunas existentes na reconstrução de um período histórico em que as mulheres lutavam por uma posição mais digna nas sociedades portuguesa e brasileira. Para tal, destacamos a emancipação das mulheres, do lado de cá e de lá do Atlântico, recorrendo à análise de documentos escritos na primeira pessoa, nos quais se tornam visíveis os laços profissionais e de amizade (ou de intriga), entre as diferentes feministas que interagem, por correspondência e/ou através da imprensa, utilizando a mesma língua, quebrando, desse modo, os muros a que estavam sujeitas, de acordo com os padrões religiosos e sociopolíticos dos inícios do século XX.

Neste contexto, ao iniciarmos este estudo, fomos confrontados com uma realidade que nos transportou para a esfera da intervenção associativa, cívica e política de mulheres que, durante o século XX, quebraram alguns muros a que estavam sujeitas. Nesta relação estreita que se estabelece entre a condição feminina e os contextos sociais e políticos dos dois países em análise, nomeadamente ao nível da sua intervenção, quer ao nível da educação para a formação, quer ao nível da cultura, a sua posição ganha uma força muito maior do que aquela que tem transparecido, na dinâmica atual dos Estudos sobre as

Mulheres, quer no Brasil, quer em Portugal. Por tudo isto, julgamos nunca ser demais “falar de mulheres”.

Ao trazermos para este espaço de reflexão a renovação ou atualização dos paradigmas sobre as mulheres e os movimentos feministas, no campo da educação intercultural e da identidade lusófona, que se configuram como uma das grandes preocupações da sociedade atual – e à escala planetária –, pretendemos atribuir aos feminismos uma memória histórica e plural.

Tanto no feminismo expresso, do lado de cá e do lado de lá do Atlântico, num período cuja palavra de ordem passou a ser a reposição de cada sexo no seu devido lugar, podemos considerar, que de um modo consensual que, que suprimido no trinómio educação – trabalho – independência económica, está subentendido o ideal educativo dos dois mundos culturais, Portugal e Brasil, conferindo unidade e consistência aos respetivos projetos femininos, culturais e educativos.

Tendo em consideração que a circularidade cultural entre Portugal e o Brasil era muito estreita, pretendemos, ainda explicar, as razões das propostas que ambos formularam para a existência de um “intercâmbio” educacional e de instrução entre os dois países irmãos.

Em termos globais, a problemática que conformou a presente investigação constituiu-se na intersecção de interrogações de fundo que se constituem a base dos três capítulos, circunscritos à investigação a um período que determinamos, os finais do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, a partir da História das Mulheres entendida como história relacional: os movimentos feministas terão feito parte do processo histórico-natural dos dois países ou não terá sido apenas fruto de determinada conjuntura? Quem eram estas mulheres que combatiam o medo da “masculinização” feminina? Como é que se defendiam os interesses morais e materiais das mulheres portuguesas e brasileiras? Como e quando se aperceberam da distinção entre ‘instrução’ e educação? Como viveram as mulheres num mundo masculino? Ser feminista em 1880 era o mesmo que o ser em 1930? Porque é que o movimento emancipacionista era uma utopia no Brasil dos anos 1920? Que fatores o entravaram? Qual a posição das nossas autoras, Ana de Castro Osório, Emília de Sousa Costa e Júlia Lopes de Almeida relativamente a essa visão e interpretação? Como se posicionaram perante o confronto entre o catolicismo e os movimentos feministas? Como e quando atravessaram a fronteira da trilogia feminina “família, casamento e divórcio”?

Definido o objeto de estudo, mobilizou-se um conjunto diversificado de fontes

manuscritas e impressas, bem como estudos mais recentes que se centram, sobretudo, nos séculos XIX e XX, em particular no período pós-1850, tais como: considerações e reflexões teóricas sobre o papel das mulheres nas sociedades portuguesa e brasileira, e ainda biografias das três figuras femininas que suportam esta Tese – Ana de Castro Osório, Emília de Sousa Costa e Júlia Lopes de Almeida. A baliza cronológica é justificada, em nosso entender, muito para além da ótica feminina, pela força e pelo peso do contexto político e ideológico que caracterizou o referido período.

Ao tomarmos como base de pesquisa o inventário de publicações portuguesas e brasileiras sobre o feminino e a condição das mulheres desde os finais do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, em termos metodológicos, a nossa pesquisa bibliográfica passou por este e pelo outro lado do Atlântico, onde percorremos os arquivos e as ‘gavetinhas’ das seguintes instituições: Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro), Biblioteca Infantil Monteiro Lobato (UNIVILLE – Campus Joinville, Santa Catarina, Brasil), Biblioteca Universitária João Paulo II (Universidade Católica Portuguesa - Lisboa), Biblioteca Central da Universidade de Brasília, Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Biblioteca Nacional (Lisboa), Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Grémio Literário Vila Realense (Vila Real), CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Biblioteca do Centro de Investigação de Ciências Históricas (UAL), Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Técnica de Lisboa, Arquivo de História Social (Instituto de Ciências Sociais), Hemeroteca Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico Parlamentar e Biblioteca de Ruy Barbosa (Rio de Janeiro).

Em anexo, incluímos um conjunto de documentos e quadros, com o intuito de tornarmos menos ‘invisível’ a produção científica sobre os estudos de género, sobretudo do período em análise, também conhecido por fase ‘pré-histórica’, que acabaram por ter um impacto significativo na renovação historiográfica e na mudança de paradigmas epistemológicos, impondo, desta forma, o inevitável diálogo interdisciplinar que no nosso entender se impunha e que muito contribuiu para um assinalável avanço dos estudos de História das Mulheres nos dois países irmãos. Para tal, muito têm contribuído as visões de contraste (e contraditórias), sempre presentes nos espíritos críticos dos historiadores.

**I CAPÍTULO — REPRESENTAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES DA
HISTÓRIA: EDUCAÇÃO E IDENTIDADES INTERCULTURAIS**

1.1. Da Europa do “devir” às revoluções culturais do pós-Grande Guerra

No livro *La Política de las Mujeres*, VÁLCARCEL refere que o feminismo surgira como um fenómeno do “Século da Razão”, muito embora fosse considerado como «um filho não desejado»¹. Esse rótulo, que remete os movimentos feministas para as franjas da sociedade, do mundo político, bem como dos meios académicos, vem reforçar a ideia de que as “Luzes” dos séculos XVIII-XIX ofuscaram as mulheres enquanto parte ativa da cidadania. Contudo, essa exclusão não será suficiente para calar as associações femininas que se vão formando e afirmando na reclamação do direito ao voto, à educação e ao mercado de trabalho. Estas serão, desde muito cedo, as principais bandeiras das feministas.

Muito embora já estejam definidas as linhas mestras do desenvolvimento dos estudos de história de género, em Portugal, nomeadamente desde a década de 70 do século XX até à atualidade, VAQUINHAS sublinha um facto, que no nosso entender é incontornável: «a partir do final do século XX e, muito em particular, desde o início do século XXI, ocorre uma verdadeira ‘explosão’ na pesquisa de história das mulheres e/ou género, multiplicando-se os estudos empíricos, respaldados, em grande parte, em quadros teóricos, de referência feminista ou outra»². Porém, também é um facto de que permanece menos conhecida

a produção científica da fase “pré-histórica” dos estudos de género, ou seja, de períodos anteriores aos anos 1970, considerados por alguns autores os “anos zero” da sua emergência». Embora o “silêncio dos documentos”, a invisibilidade das mulheres numa história que se declinava no masculino e a ocultação da dimensão sexuada dos fenómenos, sejam dados há muito conhecidos para essa fase dos estudos, consonante, em grande parte, com o paradigma positivista predominante na ciência histórica, dispõe-se de alguma bibliografia sobre a intervenção feminina no processo histórico português, desde tempos recuados³.

¹ VÁLCARCEL, Amélia, *La Política de las Mujeres*, Madrid, Cátedra, 1997: 53.

² VAQUINHAS, Irene, “Género e História”, in *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, MATOS, Sérgio Campos (Coord.), Centro de História da Universidade de Lisboa, 2020: 1. [Disponível em: http://dichp.bnportugal.pt/instituicoes/instituicoes_academia_ciencias.htm, acedido a 17 de agosto de 2020].

³ *Idem, Ibidem.*

Para o período em estudo, no qual destacamos as três primeiras décadas do século XX, Anne COVA afirma que as feministas acreditavam que «devido ao empenho das mulheres no esforço de guerra», estas viriam a ser recompensadas mais tarde, após o fim do conflito, através do acesso ao mercado de trabalho, nomeadamente com a criação de «novas profissões e a uma maior igualdade profissional». Para a historiadora, no período pós-Grande Guerra, os movimentos feministas acreditavam que conseguiriam ainda outros direitos, como por exemplo, o direito ao voto, o que de resto, «não vai acontecer em Portugal e duma maneira geral nos países da Europa do Sul»⁴. Este direito será definitivamente reconhecido muito mais tarde.

Uma das ideias dominantes – sobretudo nos países envolvidos direta e indiretamente no conflito –, é que as mulheres, «graças ao seu ativismo» durante a I Guerra Mundial, conseguiriam atingir propósitos que se traduziriam num «efeito benéfico para os direitos das mulheres». De facto, no que diz respeito ao exercício da cidadania política, as feministas alcançaram o direito ao voto: em 1915, na Dinamarca; em 1917, nos Países Baixos; em 1918, na Alemanha, Áustria, Reino Unido, Polónia e Rússia; em 1919, na Bélgica e na Suécia. No entanto, noutros países, a obtenção do direito de voto feminino, foi concedido mais tarde⁵. Nesta situação, encontravam-se as mulheres portuguesas (1931), brasileiras (1932), francesas (1944), italianas (1945), gregas (1952) e suíças (1971). No que às mulheres portuguesas diz respeito, não podemos deixar de referir que foi já durante a Revolução Francesa, em 1798, que se fez eco, pela primeira vez, do desejo destas alcançarem o direito de voto. Porém, esta reivindicação só foi tida em conta anos mais tarde, em 1931, apenas para as mulheres que tivessem formação universitária ou estudo secundários completos. Deste modo, só após o 25 de Abril de 1974, mais precisamente dois anos depois, através da *Constituição Portuguesa* de 1976, as mulheres portuguesas viram consagrado o direito ao voto sem restrições. Sobre a obtenção do direito de voto feminino, iremos tratar detalhadamente no III Capítulo, no ponto 3.4., sobre “Sistemas eleitorais, o voto e a intervenção feminina”.

1. 1. 1. Estudos feministas

⁴ COVA, Anne, “Ensaio - As Mulheres foram ativistas na Guerra, depois voltaram ao Lar”, Ensaio publicado no jornal diário *Público*, a 20 de agosto de 2014:1. [Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/08/20/culturaipilon/noticia/do-activismo-das-mulheres-na-retaguarda-ate-ao-regresso-ao-lar-1666852>, acessado em 31 de janeiro de 2017].

⁵ COVA, *Idem*, 2014: 2.

Para que o estudo da história das relações culturais entre Portugal e o Brasil, no campo da história das mulheres, se consiga impor cientificamente, tivemos que ultrapassar algumas questões de base, como por exemplo a representatividade feminina nas fontes e nos documentos datados de finais do século XIX e inícios do século XX. As fontes disponíveis, sobretudo ao nível das estatísticas, nem sempre são acessíveis, fidedignas e, em muitos casos, encontram-se dispersas, no tempo e no espaço. É assim para os estudos femininos na Europa, no caso concreto de Portugal, e foi o mesmo que encontrámos em relação ao Novo Mundo, no momento em que o Brasil começava a despertar para o tema⁶.

Num estudo publicado por Irene M. VAQUINHAS, no qual a autora realiza um pequeno balanço bibliográfico da historiografia portuguesa sobre a área de estudos designada por “História das Mulheres e do género”, a questão da representatividade das fontes documentais é «um dos desafios que se coloca ao historiador ou à historiadora das mulheres dos finais do século XIX e princípios do século XX, pela aridez das fontes disponíveis». A falta de reconhecimento das mulheres como seres «juridicamente autónomos» – com uma existência resumida à composição de um agregado familiar, nas várias ‘funções’ às quais estariam destinadas à nascença, como por exemplo: filhas, esposas ou mães –, «sem direitos políticos e estatuto económico próprio», concorre para uma marginalização ou exclusão da participação destas nos poderes instituídos, com consequências como a ‘invisibilidade’, que se traduzia na «opacidade das fontes». Vaquinhas afirma ainda que para as instituições oficiais, «as mulheres praticamente não existiam»⁷.

Esta rarefação de estudos históricos sobre as mulheres é uma realidade não só deste, como do outro lado do oceano Atlântico, no período que compreende os finais do século XIX e os alvares do século XX, e é essa falta de ‘corpo presente’ que conduz à «opacidade das fontes», quer das instituições oficiais, como o Estado, a Justiça e a Igreja, quer das instituições de domínio privado⁸.

⁶ SOIHET, Raquel, *Feminismo e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2013; Da mesma autora, vide “La première vague du féminisme brésilien de la fin du XIX siècle aux années trente”, in *Revista Clio*, Paris, 1998: 1 – 4; PINTO, Celi Regina Jardim, *Uma História do Feminismo no Brasil*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003: 375 – 382.

⁷ VAQUINHAS, Irene M., “Linhas de Investigação para a História das Mulheres nos Séculos XIX e XX. Breve Esboço”, in *Revista da Faculdade de Letras História*, Porto, III Série, vol. 3, 2002: 209.

⁸ Sobre a história das mulheres dos séculos XIX e XX, nomeadamente na questão da representatividade destas nas fontes, veja-se VAQUINHAS, Irene M., “Linhas de Investigação para a História das Mulheres nos Séculos XIX e XX. Breve Esboço”, in *Revista da Faculdade de Letras História*, Porto, III Série, vol. 3, 2002: 209 – 211.

Rachel SOIHET e Joana Maria PEDRO, no artigo “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”, abordam o caminho percorrido para a formação do campo historiográfico designado ‘História das Mulheres e do Gênero’, no Brasil. No mesmo artigo, as autoras demonstram ainda a trajetória, a apropriação e a discussão de que teriam sido alvo as categorias «’mulher’, ‘mulheres’ e ‘relações de gênero’». Para SOIHET e PEDRO, já não se trata somente de reparar a ‘exclusão’ de que foi vítima a presença feminina nas fontes históricas⁹, mas sobretudo encontrar formas eficazes de imprimir «legitimidade» ao que tem sido feito, ou seja, «a constituição de um novo campo de estudos, intitulado “História das Mulheres e das Relações de Gênero”»¹⁰.

Maria Odila Leite da Silva DIAS, no seu livro *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, publicado em 1984, já contempla a categoria ‘mulheres’. No ano seguinte, Luzia Margareth RAGO, na sua obra *Do Cabaré ao Lar: a Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil 1890-1930*, também utiliza a mesma terminologia. O mesmo acontece com outras autoras, que publicam nos anos que antecedem ao n. 18, da *Revista Brasileira de História*, organizada e apresentada por Maria Stella Martins Bresciani. Neste número, totalmente dedicado ao tema feminino, designado “A Mulher no Espaço Público”, a categoria ‘Gênero’ não constava, pois constituía ainda uma novidade para os historiadores brasileiros que estudavam o tema.

Contudo, convém lembrar que, em 1990, a *Revista Educação e Realidade* publica um artigo traduzido de Joan SCOTT, intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, que abriu a discussão, no Brasil, sobre a categoria, nas análises da pesquisa histórica. Muito embora não tenha sido o único ‘motor’ das pesquisas neste campo da História, a tradução do artigo da historiadora norte-americana é sempre citado e objeto de reflexão nos ensaios publicados pelas historiadoras brasileiras, que se têm debruçado sobre o estudo do ‘gênero’, ao longo dos anos¹¹. Importa referir que para além da

⁹ Cf., BRESCIANI, Maria Stella Martins, “A Mulher no Espaço Público”, in *Revista Brasileira de História*, vol. 9, n.º 18, 1989: 7.

¹⁰ SOIHET, Rachel, PEDRO, Joana Maria, “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”, in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 27, n.º 54, 2007: 281-282. Sobre o assunto vide MATOS, Maria Izilda Santos de, “História das Mulheres e das Relações de Gênero: Campo Historiográfico, Trajetórias e Perspectivas”, in *Revista Mandrágora*, v. 19, 2013: 5-15. [Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v19n19p5-15>, acedido a 29 de agosto de 2020].

¹¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva, “Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”, in COSTA, Albertina; BRUSCHINNI, Cristina (Org.), *Uma questão de gênero*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992: 39-53; SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de, *Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*, São Paulo, EDUC, 1997; MATOS, Maria Izilda S. de, “Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea”, *Cadernos Pagu*, vol. 11,

categoria ‘gênero’, os estudos publicados continuaram a mencionar as categorias ‘mulher’ e/ou ‘mulheres’.

Ana Maria COLLING, no artigo “A Construção Histórica do Corpo Feminino”, chama a atenção para o peso das práticas discursivas e das práticas não discursivas que permitem analisar e construir «o corpo feminino através da história». Segundo a investigadora, é o corpo «o alvo privilegiado nas relações de poder e saber e nas práticas, inclusive jurídicas»¹². Para que se compreenda melhor esta construção, cita Silvana GOELLNER, para quem o corpo «é produto de uma construção cultural, social e histórica», ou seja «(...) não é algo dado à priori, nem mesmo é universal: é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, bem como suas leis, seus códigos morais e sua linguagem, visto que ele é construído também a partir daquilo que dele se diz. (...) Educa-se o corpo na escola e fora dela: na religião, na mídia, na medicina, nas normas jurídicas, enfim, em todos os espaços de socialização nos quais circulamos cotidianamente»¹³.

Para COLLING, na história das mulheres «a dimensão da linguagem, dos discursos, é uma ferramenta de análise importante, não como meio de representação da realidade, mas como representação», ou seja, a linguagem não é apenas e só vocabulário, mas «discurso que numa relação de saber e poder, determina verdades e nos subjetiva»¹⁴.

Ao recuarmos à matriz filosófica grega, que nos apresenta o primeiro discurso sobre os papéis sexuais e sociais – sabendo-se à partida que o discurso grego é seguido pelo religioso, do mito da criação que culmina com a ordem de expulsão de Adão e Eva do paraíso –, reconhecemos que esta simbologia representada no *Velho Testamento* foi, «e muitas vezes o é, usada para designar papéis e posições de gênero, assim como para criar representações femininas»¹⁵, afirma COLLING. Deste modo, deixa de constituir um fator

1998: 67-75; SOIHET, Rachel, “História das mulheres e história dos gênero. Um depoimento”, *Cadernos Pagu*, vol. 11, 1998: 77-87; RAGO, Margareth, “Descobrimos historicamente o gênero”, *Cadernos Pagu*, vol. 11, 1998: 89-98; RAGO, Margareth, “Epistemologia feminista, gênero e história”, in PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar, *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*, Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998: 21-41; PEDRO, Joana Maria, “Relações de gênero na pesquisa histórica”, *Revista Catarinense de História*, n. 2, 1994: 35-44; COSTA, Suely Gomes, “Gênero e História”, in, ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.), *Ensino de História: conceitos temáticos e metodologia*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003; PEDRO, Joana Maria, “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”, *Revista História*, São Paulo: Ed. UNESP, vol. 24, n.º 1, 77-98.

¹² COLLING, Ana Maria, “A Construção Histórica do Corpo Feminino”, *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia – M.G., vol. 28, n.º 2, jul./dez. 2015: 181.

¹³ GOELLNER, Silvana Vilodre, “Corpo”, in *Dicionário Crítico de Gênero*, Dourados, UFGD, 2015:135.

¹⁴ COLLING, Ana Maria, *Op. cit.*, 2015: 181.

¹⁵ *Idem, Ibidem.*

surpresa, o facto de «A Eva pecadora e a Vigem Maria assexuada, imagem dupla feminina como que desde sempre acompanhando a história corporal das mulheres. Os fundadores dos vários discursos são geralmente homens, que representam, numa relação de poder, o gênero feminino. Discursos recorrentes, sábios ou populares, enraízam-se numa episteme comum. A historiografia acompanhou esta compreensão do mundo e das coisas»¹⁶.

Sobre a “natureza feminina”, o discurso grego é mais pungente. Platão, numa das suas últimas obras, vai reformular a teoria médica vigente, inaugurando a teoria da matriz, «do útero como um animal que vive nelas [mulheres]», trazendo à luz do conhecimento questões como a origem dos homens e a diferença sexual, que vão dar identidade à mulher:

Eis porque nos machos os órgãos genitais são naturalmente insubmissos e autoritários, como animais surdos à voz da razão e, dominados por apetites furiosos, querem comandar tudo. Nas mulheres também e pelas mesmas razões, o que se chama a matriz ou útero é um animal que vive nelas com o desejo de procriar. Quando ele fica muito tempo estéril depois do período da puberdade, ele tem dificuldade em suportar isso, indigna-se, erra por todo o corpo, bloqueia os canais do sopro, impede a respiração, causa um grande incómodo e origina doenças de toda a espécie, até que, o desejo e o amor unindo os dois sexos, eles possam colher um fruto, como numa árvore, e semear na matriz, como num sulco (...) Tal é a origem das mulheres e de todo o sexo feminino¹⁷.

Aristóteles, no seu livro *Les parties des animaux*, defende que há duas maneiras de definir ou caracterizar o corpo feminino, através da analogia e inferioridade, quando comparado ao corpo masculino, isto é, por correspondência, salienta as diferenças entre feminino e masculino, sendo que a mulher é retratada como tendo um corpo mais fraco e dotada de um cérebro mais pequeno. A questão do tamanho do cérebro, a diferença existente entre homens e mulheres, foi amplamente utilizada para servir de suporte à ideia de que a mulher seria um ser inferior, e comprovar ainda a maior capacidade intelectual dos homens: «entre os animais, é o homem que tem o cérebro maior, proporcionalmente ao seu tamanho, e, nos homens, os machos têm o cérebro mais volumoso que as fêmeas (...) são os machos que têm o maior número de suturas na cabeça, e o homem tem mais

¹⁶ *Idem, Op. cit.*, 2015: 183.

¹⁷ PLATÃO, *Diálogo: Timeu, Critias, o Segundo Alcebiades, Hippias Menor*, Belém, UPPA, GEU, 1986:154.

do que a mulher, sempre pela mesma razão, para que esta zona respire facilmente, sobretudo o cérebro, que é maior»¹⁸.

No artigo de COLLING, “A Construção Histórica do Corpo Feminino”, os diferentes discursos sobre a representação da imagem da mulher levam à definição de normas sociais, à imposição de normas jurídicas, bem como de preceitos morais, suportados e alicerçados em textos relevantes para a História, como por exemplo «o relato bíblico da criação e a queda do paraíso ou o *Tratado da geração dos animais*, de Aristóteles». De acordo com a historiadora, Aristóteles é o filósofo que mais influência veio a exercer nos campos da tradição da teologia e da filosofia escolástica, presentes na Igreja Católica. O discurso aristotélico da ‘desqualificação’ do ser feminino ainda permanece em nossos dias. O assunto será focado no Capítulo III, no ponto 3.3.: “A Igreja Católica e os comportamentos femininos”.

No nosso entender, as repetidas representações ideológicas associadas à figura feminina – nas quais se destacam características como a “fragilidade física”, a “timidez moral” e a “dependência económico-social” –, contribuíram para promover um interesse renovado pelo estudo das mulheres, «ainda que se tenha privilegiado o estudo da condição feminina, em detrimento da problematização das relações entre os homens e as mulheres no processo histórico», sublinha a historiadora Irene M. VAQUINHAS.

Ainda neste âmbito, importa lembrar os contributos dos historiadores que não se limitaram a estudar as mulheres apenas através das designadas ‘fontes oficiais’, tendo, para tal, muitas vezes se socorrido de fontes de outras ‘esferas’ como, por exemplo, a vida do dia a dia, o quotidiano, com o objetivo de trazer para os documentos, que se produziam avulso, as contribuições femininas. Na análise da historiadora Maria Odila da Silva DIAS, o quotidiano assume importância para a construção da história das mulheres, uma vez que este «define um campo de múltiplas interseções que aproximam e diluem um no outro conceitos ideológicos estratégicos como o público e o privado, o biológico e o mental, a natureza e a cultura, as razões e as paixões, o sujeito e o objecto – e que envolvem todas, a dualidade das relações de Género, tanto na medida em que estão determinadas, como no processo em que estão se transformando e sendo transformadas»¹⁹.

¹⁸ ARISTÓTELES, *Les parties des animaux*, Paris, Les Belles Lettres, 1957: 41.

¹⁹ Cf., DIAS, Maria Odila da Silva, «Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do cotidiano», in COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.), *Uma Questão de Género*, Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992: 51- 52. Sobre o assunto v

ide JANZ WOITOWICZ, Karina; PEDRO, Joana Maria, *O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com direito ao corpo*, in *Revista*

1.1.2. A ausência dos homens: o processo da emigração

«Século Maravilhoso!» foi o que o cientista Alfred Russel Wallace chamou ao século XIX. “Maravilhoso”, sem dúvida, mas «incrivelmente desordenado», refere o autor. Uma leitura que deriva, em parte, da própria ideia de evolução que Darwin defendera e, sobretudo, ao facto de se «terem habituado a viver num mundo de perpétua evolução, ou “devir”», afirma Franklin L. BAUMER. Por mais maravilhoso que tenha sido o século XIX para os europeus, por se ter traduzido, acima de tudo, pelo século do “devir”, de excelência para o pensamento europeu, numa perspetiva coletiva, durante o qual os próprios europeus se mostraram – como nunca se viu em épocas históricas passadas –, muito «orgulhosos dos seus empreendimentos»²⁰. A toda esta transformação vai suceder um século XX, marcado pelos horrores da Grande Guerra.

A Primeira Guerra Mundial vai alterar o rumo dos acontecimentos de «forma radical» e, nas décadas seguintes, o desenvolvimento das relações económicas internacionais será «severamente afectado». Esta é uma das conclusões do estudo de Pedro LAINS, e é, em nosso entendimento, parte da explicação para os efeitos que a Grande Guerra teve, quer direta ou indiretamente, no comércio internacional, no investimento estrangeiro e na emigração²¹.

Para melhor compreendermos o período em análise, os alvares do século XX, mais concretamente as três primeiras décadas, não podemos contornar um fenómeno de peso, para a construção da História das Mulheres, das que ficam e não saem, a partir da ausência dos homens, que saíam do país, que deixavam para trás mulheres e filhos, os postos de trabalho precário ou o problema do desemprego: a emigração. A partir dos anos 30, e de forma mais acentuada nas últimas décadas, o século XIX português viveu o processo da emigração²².

O crescente desequilíbrio da estrutura socioeconómica portuguesa, que não conseguia responder ao crescimento demográfico, e o apelo do mercado de trabalho

Espaço Plural, vol. X, no. 21, 2009. [Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/3574>, acedido a 5 de janeiro de 2019].

²⁰ BAUMER, Franklin Le Van (Trad. de Maria Manuela Alberty), *O Pensamento Europeu Moderno - Século XIX e XX*, Vol. II, Lisboa, Edições 70, 1977: 21.

²¹ LAINS, Pedro, “Os Progressos do Atraso”, in *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*, CABRAL, Manuel Villaverde; WALL, Karin; ABOIM, Sofia; SILVA, Filipe Carreira da (Orgs.), Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, ICS da Universidade de Lisboa, 2008: 161.

²² SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977:27.

brasileiro provocado pela expansão da economia cafeeira – acompanhados pela abolição da escravidão (1888), pelo investimento realizado na construção de infraestruturas de comunicação, que encurtavam distâncias e aproximavam os centros de decisão –, são os principais responsáveis pelo movimento de saídas de Portugal e entradas no Brasil, sobretudo de mão-de-obra masculina. Para Maria Antónia Lopes, esta relação está diretamente associada a «uma aguerrida política de imigração adotada pelos governos do Rio de Janeiro e, ainda, a reprodução espontânea do fenómeno em território português»²³.

O fenómeno português não é um caso isolado. Homens de toda a Europa vão engrossar as fileiras da emigração. Contudo, importa referir que muito embora sejam semelhantes as razões que levam portugueses, italianos, alemães e ingleses a abandonar os seus países – fogem sobretudo da falta de condições de vida, da miséria –, as causas que determinam as precárias condições de vida, de uns e outros, são bem distintas. Se, por um lado, «a Inglaterra ou a Alemanha conheciam já a industrialização», Portugal, por outro, «continuava a mover-se numa economia quase de Antigo Regime»²⁴. No entanto,

(...) a alteração do comportamento demográfico em Portugal era já uma realidade. Assim, tanto os países industrializados da Europa como os não-industrializados dispunham de excedentes de mão-de-obra que buscavam trabalho nos países americanos. Os diferentes condicionalismos causadores da emigração geraram evoluções distintas: se nos países industrializados a emigração contribuiu para desbloquear o mercado de trabalho e consolidar o sistema capitalista, industrial e financeiro, em Portugal, a emigração, atenuando as dificuldades geradas pelo seu sistema económico vetusto, só conseguiu acentuar o seu anacronismo²⁵.

No artigo de Maria Antónia LOPES, o Brasil era o destino de eleição da emigração portuguesa. Em relação ao fluxo emigratório oitocentista, a historiadora refere que «entre 1855 e 1865 para aí se dirigiram 86% dos emigrantes. Em 1870 seriam 84%». De 1870 a 1874, só a cidade do Rio de Janeiro absorveu «75% da emigração total»²⁶. Ainda de acordo com os números avançados por LOPES, que remete para Luciano CORDEIRO, estima-se que «entre 1872 e 1881 o continente americano recebeu cerca de 130 mil

²³ LOPES, Maria Antónia, “Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho de Meda (1889-1896), in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXV, 2001-2002: 391.

²⁴ *Idem*, *Op. cit.*, 2001-2002: 392. Sobre os avanços da industrialização, embora lenta e tardia, a partir de meados do séc. XIX, vide MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A Indústria. Da transformação elementar à organização do Trabalho”, in *História de Portugal*, MATTOSO, José (Dir.), vol. V, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2007; RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, José Maria Amado, *História da Indústria Portuguesa. Da idade média aos nossos dias*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999.

²⁵ SERRÃO, Joel, *Op. cit.*, 1977: 111-115.

²⁶ LOPES, Maria Antónia, *Op. cit.*, 2001-2002: 393.

portugueses, enquanto a África atraiu pouco mais de 3300 e a Ásia apenas 95 indivíduos»²⁷.

Para a última década do século, SERRÃO adianta que «o Brasil representa 93% dos destinos dos emigrantes»²⁸. Este número, e tudo o que a ele está associado, direta ou indiretamente, representa uma grande preocupação para os governantes portugueses.

De facto, deparavam-se com um dilema: por um lado, a ideologia liberal pugnava pela liberdade de movimentos, por outro, atribuíam-se à fuga de braços as piores consequências económicas. Essa "sangria" causava grandes preocupações aos proprietários, que viam os salários subir com a diminuição da mão-de-obra, e que não hesitavam em propor, pura e simplesmente, a proibição do êxodo. O Estado começou, portanto, a actuar indirectamente sobre o fluxo emigratório através de uma legislação que dificultava as saídas, tornando obrigatórios passaportes, taxas, prévio cumprimento do serviço militar ou pagamento de fiança, fiscalização de barcos (...)»²⁹.

De acordo com LOPES, o objetivo comum a todas essas disposições legais, relativas à emigração, era, de modo discreto e indireto, dissuadi-la. Para tal, «opta-se pela dissuasão, usando uma burocracia onerosa, pela repressão», através de mecanismos que funcionavam «contra a emigração clandestina», ou, ainda, através da «propaganda anti-emigratória, como propunha Thomaz Ribeiro em 1891»³⁰. Ainda assim, «A lei de 7 de Abril de 1863, se bem que suprima a obrigatoriedade de passaporte para as deslocações no interior do país, continua a manter apertadas exigências aos emigrantes. E em 1877 procurou-se mesmo fomentar a repatriação e canalizar a emigração para a África portuguesa»³¹.

Maria Ioannis B. BAGANHA, quando analisa a política de emigração portuguesa seguida pelo Estado Novo, conclui, entre outras, que a mesma representa uma rutura com o passado. No estudo a que acedemos, a investigadora demonstra como «(...) a non-

²⁷ CORDEIRO, António, *Emigração. Relatório e Projecto de Regulamento*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883: 88.

²⁸ SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, 1977: 43. Sobre o tema da emigração, vide RODRIGUES, Teresa Ferreira, "As estruturas populacionais. A mobilidade geográfica. A Emigração", in *História de Portugal*, MATTOSO, José (Dir.), vol. V, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2007; ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, *Das Migrações às Interculturalidades*, Edições Afrontamento, 2014; LEITE, J. Costa, "Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)", in *Análise Social*, Vol. XXIII, 3.º, 1987; LEITE, Joaquim da Costa, "População e crescimento económico", in *História Económica de Portugal 1700-2000*, Vol. II, O Século XIX, Lisboa, ICS, 2005.

²⁹ LOPES, Maria Antónia, *Op. cit.*, 2001-2002: 393-394.

³⁰ *Idem*, *Ibidem*.

³¹ PEREIRA, Miriam Halpern, *A política portuguesa de emigração (1850 a 1930)*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981: 50.

democratic regime, which in its fundamental law submitted the individual's right to freedom of movement to its own definition of collective interest (whether this was the composition of the domestic labour market or the state colonial aims in África), changed from an anti-emigration policy to a quota system policy and ended up subscribing to an open-door policy, in response to its own changes in economy policy»³².

Num outro estudo, BAGANHA faz referência a dois ciclos migratórios, designando o primeiro ciclo por «transAtlântico», com início em meados do século XIX, até aos anos 1950; enquanto o segundo ciclo que classifica como «intraeuropeu», contempla os anos 60 e 70 do século passado. De acordo com os dados avançados pela autora, «no total das partidas verificadas até 1960 mais de 80% dirigiram-se para as Américas, sendo o fluxo migratório para o Brasil sempre o mais volumoso», ou seja, superior a 80%, até 1949, e de 68%, na década de 50³³.

Sobre o período que destacamos na tese, sabemos que emigraram homens de todas as regiões de Portugal, contudo o Alentejo e o Algarve, foram as regiões nas quais se regista uma menor adesão ao fenómeno migratório. Através de BAGANHA, é ainda possível confirmar que até ao eclodir da Segunda Guerra Mundial, são «as províncias do Minho, Beira Alta e Trás-os-Montes foram, conjuntamente com os Açores e a Madeira, os grandes centros de abastecimento da emigração portuguesa»³⁴. Depois de conhecido o volume das saídas e assinaladas as principais regiões de origem e de destino dos fluxos migratórios portugueses, importa também traçar o perfil do típico emigrante luso. Quando analisamos os estudos de BAGANHA, ficamos a saber que até aos anos 30, do século XX, «o emigrante português típico para os Estados Unidos era do sexo masculino, solteiro, tinha entre 16 e 29 anos de idade e não possuía qualquer qualificação específica». Mais, se o local de destino foi Massachusetts, «tornou-se trabalhador industrial não especializado; se optou por, ou a rede em que estava inserido, o dirigiu para a Califórnia, tornou-se agricultor»³⁵, explica.

³² BAGANHA, Ioannis B., “From Closed to Open Doors: Portuguese Emigration under the Corporatist Regime”, In *e-JPH*, Vol. 1, number 1, Summer 2003:3. [Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/volume-1-number-1-summer-2003/from-closed-to-open-doors-portuguese-emigration-under-the-corporatist-regime>, acedido a 14 de junho de 2019].

³³ BAGANHA, Ioannis B., “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”, in «II Encontro de História Económica Portuguesa. Onde vem a economia portuguesa? A história económica de Portugal no século XX», l. vol. XXIX (128), (4.º), 959-980, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1994: 960-961.[Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378081S4cET4df4Yh89IX7.pdf>, acedido a 17 de junho de 2019].

³⁴ *Idem, Ibidem.*

³⁵ BAGANHA, Ioannis B., “As correntes emigratórias portuguesas no século XX(...)”, 1994: 962.

No que diz respeito à composição sociodemográfica do fluxo migratório para o Brasil – para onde se dirigiam neste período aproximadamente três quartos da corrente migratória portuguesa –, BAGANHA afirma que «no início do século, e comparativamente ao fluxo que partia para os Estados Unidos, a probabilidade de emigrar dos Açores para o Brasil, *versus* emigrar para os Estados Unidos», seria em número muito maior, sobretudo «se o migrante evidenciava experiência migratória, era casado e tinha qualquer tipo de ocupação ou propriedade»³⁶.

Quanto ao fluxo migratório que partia da parte continental de Portugal, a investigadora considera que este era «muito mais heterogéneo». Contudo, «apesar do peso» que tiveram os jovens do sexo masculino, do norte do país – que através de «redes migratórias de solidariedade vária, se dirigiram para as cidades brasileiras e muito especificamente para o comércio de varejo» –, importa sublinhar que as redes migratórias, de tipo comercial, canalizaram também para o mercado de trabalho das principais cidades brasileiras um número ainda pouco estudado, mas provavelmente muito significativo, de migrantes «cuja idade e integração económica na sociedade brasileira terão sido bem diversas»³⁷.

Em género de conclusão – e porque escrevo no dia em que se assinalam 10 anos da morte de Maria Ioannis B. Baganha (28 de junho de 2009) –, podemos caracterizar a emigração portuguesa pelas palavras da própria investigadora: «Portuguese emigration was essentially na international movement of labour, mostly composed of migrants with few or no skills (...) such emigration had an enormous economic and demographic impact on Portuguese society»³⁸.

1.1.3. Projetos políticos do Novo e do Velho Mundo

Importa aqui lembrar que, por esta altura, vivia-se o auge do nacionalismo europeu, com uma Europa que se movia como se fosse “o centro do universo”, onde nasciam «todas as ideias novas e criativas»³⁹, salienta BAUMER. De acordo com o historiador, supunha-se ainda que o espírito “primitivo” representava uma fase de desenvolvimento muito inferior à da Europa “cultura”, ou seja, tudo estava em nítido contraste com o século

³⁶ *Idem, Ibidem.*

³⁷ BAGANHA, Ioannis B., *Op. cit.*, 1994: 963.

³⁸ *Idem*, “From Closed to Open Doors (...)”, 2003: 6.

³⁹ BAUMER, Franklin Le Van, *Op. cit.*, 1977: 21.

XVIII quando, apesar da ideia de progresso, os Europeus preferiam localizar o seu “paraíso” numa outra parte do globo, mais concretamente num Oriente “exótico” ou numa América “primitiva”.

Porém, autores contemporâneos têm defendido que este novo amor-próprio, que havia contaminado a velha Europa, tinha nascido de forma precária, pois, na verdade, caminhava a passos largos para o fim, à medida que os próprios Europeus descobriram «sérias falhas na sua própria cultura». Todavia, não podemos deixar de salientar que durante todo o século XIX, «os Europeus carregaram com orgulho o “peso do homem branco”»⁴⁰.

O facto é que, dentro da própria Europa, já se respiravam ares que adivinhavam uma mudança muito significativa no equilíbrio do poder intelectual, no qual a Alemanha é elevada a potência principal, com correntes intelectuais que se irradiavam para os outros países, como não acontecia desde a Reforma Protestante. Até então, tanto a Inglaterra como a França tinham agido como sendo as únicas “donas” e “senhoras” da cultura iluminista.

A verdade é que se assistiu à elevação intelectual da Alemanha, atingindo desse modo o patamar superior ocupado por estas nações, ultrapassando-as mesmo em alguns campos do conhecimento, distinguindo-se os intelectuais germânicos tanto no campo das ciências da natureza, como no das ciências da cultura. Ora, com tudo isto, podemos e devemos, em nossa opinião, relacionar os acontecimentos políticos a que o mundo assistiu, como por exemplo, a unificação da Alemanha e, mais tarde, a hegemonia alemã sobre a Europa»⁴¹.

No período em estudo, a primeira metade do século XX, mais concretamente as três primeiras décadas, assistimos a uma revolução «incomparável» no pensamento europeu, pois a Primeira Guerra Mundial acaba por abanar os alicerces da vida dos intelectuais europeus. A verdade é que seria «inconcebível que um tal holocausto, que apanhou a maioria dos europeus de surpresa, não o tivesse feito»⁴². Esta afirmação é feita por BAUMER e explica-se no contexto da ação, pois «nunca antes houvera uma revolução tão radical», no sentido de que se destruiu, num espaço de tempo comparativamente pequeno, quase todos os chamados “ídolos” que tinham sido construídos, com tanta honra e empenho, não só pela Idade Média, mas também pelos tempos “modernos”. Para o

⁴⁰ *Idem, Ibidem.*

⁴¹ BAUMER, *Op. cit.*, 1977: 22.

⁴² *Idem, Op. cit.*, 1977: 21.

historiador, esta foi uma época em que «uma espécie de modernidade deu lugar, por fim, a outra»⁴³.

António CANDEIAS, no seu artigo “Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal”, refere que pelo uso constante que do termo ‘modernidade’ se tem vindo a fazer, «‘modernidade’ é uma categoria escorregadia», pelo que pensamos ser «útil e consensual a maneira como Anthony Giddens se lhe refere, definindo-a como os “modos de vida e de organização social que emergiram na Europa cerca do século XVII e que adquiriram subsequentemente uma influência mais ou menos universal”»⁴⁴. Deste modo, podemos estar perante uma definição ‘alargada e minimalista’, mas que «cobre o essencial da vida política, social, económica e cultural dos últimos quatro séculos da humanidade»⁴⁵.

O mesmo será dizer que enquanto a ‘antiga modernidade’ – inicialmente apoiada pelos ‘modernos’ do século XVIII e originada pelos Iluminismos, tanto pelo novo como antigo –, realizou profundas mudanças na imagem do mundo, mas deixou virtualmente intactos alguns bastiões importantes do ser. A ‘nova modernidade’, por sua vez, afastou o ser, ocultou aos iluministas alguns “pontos de referência”, deixando-os numa situação desconfortável, à deriva, num «mar infinito de devir»⁴⁶. Um ‘devir’ que será o suporte das revoluções culturais que vão acontecer em toda a Europa⁴⁷.

Em 1927, criticando a ideia de cultura de Spengler⁴⁸, o historiador e filósofo COLLINGWOOD, afirmava que não havia «nenhuma entidade estática chamada cultura,

⁴³ BAUMER, *Op. cit.*, 1977: 167-170.

⁴⁴ CANDEIAS, António, “Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal”, in *Análise Social*, vol. XL (176), 2005: :1. [Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218710671V6sUD4kn5Ud40EI2.pdf>, acedido em 23 de junho de 2019]; GIDDENS, Anthony, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta, 1995.

⁴⁵ *Idem*, *Ibidem*.

⁴⁶ Wyndham Lewis, artista-crítico, apelidou esta fase de triunfo do “Espírito do Tempo”, uma vez que «o espírito do tempo vê tudo “sub specie temporis”, perpetuamente agitado, movendo-se e mudando. O espírito do espaço é o seu oposto, produz um mundo de objectos sólidos e de absolutos que existem eternamente. No entanto, o espírito do tempo foca o aspecto dinâmico da realidade, atirando as pessoas para um “êxtase de acção”, fazendo-as correr, tal como os Futuristas queriam que fizessem, a velocidades cada vez maiores mas sem metas fixas, visto que a realidade era, segundo este ponto de vista, um devir, uma história, um processo dialéctico sem fim». *Cf.*, BAUMER, *Op. cit.*, 1977: 167-168.

⁴⁷ Sobre ‘Modernidade’, vide ALMEIDA, Onésimo Teotónio, *De Marx a Darwin*, Gradiva, 2009.

⁴⁸ «Filósofo, matemático e historiador alemão. Oswald Arnold Gottfried SPENGLER é, atualmente, quase um desconhecido. Muito embora, nos inícios do século XX, no período entre as Grandes Guerras, tenha sido um fenómeno ao nível filosófico e editorial. Desde a publicação, em 1918, do primeiro volume de *O Declínio do Ocidente*, no qual interpreta, de uma forma original, a História e a Civilização Ocidental - profetizando o ambiente sociocultural de crise da época -, as profecias sobre a inexorável destruição do que apelidou de “civilização faustiana” têm sido um tópico recorrente para pensadores e intelectuais. As crises atuais nos Estados Unidos e na Europa, que têm marcado o século XXI, podem ser vistas como fornecendo credibilidade à visão do historiador-filósofo quanto à inadequação da democracia, e à sua rejeição da civilização ocidental como sendo essencialmente impelida por uma corruptora cobiça pelo

mas apenas um desenvolvimento perpétuo», pelo que se pode considerar que este conceito de ‘transformação’, o conceito de devir é o motor ou a “ideia” fundamental de toda a história⁴⁹. Para BAUMER, Collingwood poderia ter acrescentado que foi apenas no século XX que o conceito de ‘devir’ foi totalmente compreendido, com todas as suas implicações, como a «chave do universo». Ainda assim, o historiador adverte que se deve tomar nota do desvio significativo do equilíbrio intelectual europeu, principalmente no período compreendido entre 1918 e 1950, pois, como afirmou, o ponto em que «devemos insistir é, na verdade, o declínio da Alemanha, e em segundo lugar, Viena»⁵⁰.

A discussão sobre o declínio do Ocidente é uma consequência natural da devastação causada na Europa, tanto no campo intelectual, como noutros sectores, pela Grande Guerra ou ‘segunda Guerra dos Trinta Anos’, como Winston Churchill lhe chamou. No entanto, importa sublinhar que durante toda a sua época de preocupações, a Europa continuou a «emitir centelhas intelectuais, que inflamavam a imaginação criativa em toda a parte, incluindo a América». Durante este período, conheceu e deu a conhecer, novos saltos quânticos, novos movimentos intelectuais que se revelaram ser de grande força, que tiveram início e foram, na verdade, provocados pela crise do século XX⁵¹.

André MALRAUX, pouco tempo depois da Segunda Guerra Mundial, observou que eram muitos os intelectuais que estavam a contemplar aquilo a que chamou de “a morte da Europa”. Contudo, «não é verdade que a Europa esteja morta», esclareceu. Malraux defendeu que a vontade de descobrir e obter informação era já uma característica ‘típica’ e exclusivamente Europeia. De acordo com o autor francês, essa ‘vontade’ podia ser facilmente encontrada nos campos das artes, das ciências e da literatura europeias. Se, por um lado, admitia que a Europa, tal como outras civilizações do passado, tinha recentemente ‘curvado o pescoço’ sob o destino da morte, por outro, considerava que não seria menos verdade que, século após século, «neste pedaço de terra a que chamamos Europa», na qual se observa que os homens, curvados perante o “jogo do destino”,

dinheiro. De acordo com SPENGLER, a compreensão da História só se realiza através da “intuição”. Muito embora não esclareça os pormenores desse processo intuitivo, importa salientar que a «sua concepção de Cultura é radicalmente historicista, uma vez que é determinada pelo “destino” e profundamente marcada pela História em seu ciclo de vida e morte. Para ele, é somente a realidade histórica que forma uma cultura ou civilização». Cf., PATRINI, Augusto, “Oswald Spengler: um enigma histórico-intelectual no século XX, («A Decadência do Ocidente de Oswald Spengler: seu conceito de história e seus intérpretes»), in *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*, ANPUH/São Paulo – UNESP – Franca, 2010: 1-7.

⁴⁹ COLLINGWOOD, R.W., “Oswald Spengler and the Theory of Historical Cycles”, *Antiquity*, vol. I, Antiquity Publications Ltd., 1927: 323-324.

⁵⁰ BAUMER, *Op. cit.*, 1977: 181.

⁵¹ *Idem*, *Op. cit.*, 1977: 291.

levantaram os olhos para «sondar, infatigavelmente, a escuridão, para arrancar um significado da vasta confusão do universo»⁵², afirmou.

No capítulo “A Formação do Saber”, Michel LOBROT, um dos principais fundadores da Educação Institucional⁵³, começa por defender que é necessário recomeçar do nada, sem os denominados preconceitos, mais ou menos ‘filosóficos’, pois torna-se urgente «olhar o ser humano com olhos novos». Foi o que fizeram alguns psicólogos alemães, franceses, ingleses, americanos e russos, nos finais do século XIX e inícios do século XX. De acordo com o autor, estes chamaram-se a si próprios de ‘experimentalistas’, pois se contentavam em «observar, medir, experimentar, recusando-se a ir além do que o olhar pode alcançar»⁵⁴.

Para LOBROT, defensor da teoria de que o homem aprende tudo o que sabe, a humanidade, neste século XX, mal começara a descobrir as suas infinitas possibilidades, uma vez que até então, as instituições responsáveis pela instrução e formação «não se permitiam senão a uma reduzida eficácia, quando não impediam, pura e simplesmente, o acesso ao saber». No estudo levado a cabo pelo autor francês, discípulo de Celestin Freinet e influenciado pelas teorias psicanalíticas de Freud, estas limitações provinham

⁵² MALRAUX, André, “Man and Artistic Culture”, in *Reflections of Our Age*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1949: 96-98. Nesta Europa moderna, na qual Max Weber frequentemente sublinhava a racionalização crescente da vida e do pensamento, não se pode avançar para a ideia de reorganização social, sem se mencionar a Comunidade Económica Europeia (CEE). Jean Monnet - Comerciante de cognac, homem de negócios internacional, membro de ministérios de coligação (durante as duas Guerras Mundiais), vice-secretário-geral da Liga das Nações e presidente da Alta Autoridade da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1952) -, defensor de uma sociedade aberta, democrática e liberal, numa nova base europeia, é o mentor desta nova instituição, que tem como principal objetivo promover o interesse comum. Embora não fosse um filósofo social, Monnet acreditava na construção de uma Europa supranacional, na qual se fomentaria a paz e se semeariam as bases para um renascimento cultural europeu. Segundo Monnet, a Europa, que já tinha sido o centro do mundo civilizado, tinha desperdiçado os seus recursos e perdido o seu prestígio em guerras avassaladoras, destrutivas, e como se mantinha organizada, denunciava o declínio das suas velhas instituições, já não “respirava” «ao ritmo dos tempos». Perante uma nova realidade, havia urgência na fusão de uma parte da soberania das nações europeias, para fazer renascer uma Europa que «Respeita as realidades nacionais, e não exclui nem a diversidade de temperamento e de hábitos, nem o respeito pelas tradições e o carácter único de cada país. Mas elimina os vestígios de outra época, o medo mútuo e a protecção de pequenos mercados fechados». Acerca deste assunto, veja-se MONNET, Jean, *Les États-Unis d'Europe ont commencé*, Paris, Robert Laffont, 1955: 45-46.

⁵³ Sobre a corrente da Educação Institucional, importa referir, ainda que de forma muito resumida, que se tratou de um movimento de pedagogia institucional, surgido em França, cujos seus principais representantes são Lobrot, Lapassade e Lourau. Esta tendência francesa, também conhecida como ‘Análise Institucional’ – muito por conta do seu processo de busca de análise e transformação das instituições –, possui algumas diferenças internas, com tendências mais voltadas para os campos da psicologia ou da sociologia, mais moderada ou mais radical. Max Pagès, por exemplo, utiliza uma abordagem mais psicológica, enquanto Lapassade envereda por uma mais sociológica. Também é de salientar que alguns dos seus entusiastas trabalham a análise institucional no sentido da transformação social, como é o caso de Lobrot, enquanto outros não possuem esta preocupação, como Hess, por exemplo. Cf., LOBROT, Michel, *A pedagogia institucional*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1966.

⁵⁴ LOBROT, Michel, *Os Efeitos da Educação*, (Trad. de Cecília Costa Marques), Lisboa, Edições 70, 1974: 41.

do facto de, até ao século XIX, as instituições com fim instrutivo ou formativo estarem ao serviço de categorias sociais que tinham provocado um considerável desvio da cultura em ‘benefício próprio’. Segundo o autor, esta cultura era considerada como um ‘luxo’ mais ou menos inútil, destinado a provocar grandes distrações entre os seguidores do ócio e a ‘ornamentar-lhes’ a sua própria existência. Contudo, este argumento não terá sido suficiente, na altura, para que os historiadores condenassem este tipo de cultura, uma vez que concordam que a mesma teve o seu ‘momento de glória’ e contribuiu, como tal, para o nascimento do pensamento e da ciência ‘modernos’.

Deste modo, verifica-se que o mundo moderno mudou tudo isto e passou-se para o outro extremo, o que, no final de contas, vem dar ao mesmo, ou seja, a cultura já não é considerada um ‘luxo’ supérfluo, mas antes «um objeto de primeira necessidade, um instrumento de tal maneira útil e indispensável», que implica uma necessária distribuição por todos, tornando-o obrigatório, daí o carácter urgente em democratizá-la. Paralelamente, a cultura entra para o ‘circuito industrial’, para a produção em massa, e ‘burocratiza-se’. A partir de então, vamos assistir à produção de cérebros em ‘série’, com «grande reforço de programas mal-alinhavados, de exames, de lições “*ex cathedra*”, de manuais». A educação nacional «militariza-se e organiza-se a partir duma hierarquia hipercentralizada [...]»⁵⁵.

Por esta altura, na Europa de Leste, o Partido Comunista da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) lançava os alicerces ideológicos do sistema soviético de instrução e estabelecia os princípios da sua organização, orientando-se pelas ideias e indicações de Lenine⁵⁶. Para o PCUS essa ação torna-se uma condição ‘indispensável’

⁵⁵ *Idem, Op. cit.*, 1974: 58.

⁵⁶ Vladímir Ilitch Lenine [Uliánov], fundador do bolchevismo, nasceu em Simbirsk em 1870. Em 1887 entrou na Universidade de Kazan, mas em breve seria preso e expulso por participação no movimento revolucionário estudantil. Em Kazan, Lenine aderiu ao círculo marxista organizado por Fedosséiev. Após mudar-se para Samara constituiu-se rapidamente à sua volta o primeiro círculo marxista desta cidade. Já nessa altura, Lenine surpreendia todos com o seu conhecimento do marxismo. Em finais de 1893 muda-se para Petersburgo. As suas primeiras intervenções causaram logo uma forte impressão nos membros dos círculos marxistas da urbe. O conhecimento da obra de Marx, a sua capacidade para aplicar o marxismo à situação económica e política da Rússia, a sua crença na vitória da classe operária, o seu talento de organizador, fizeram de Lenine o dirigente reconhecido dos marxistas de Petersburgo. Lenine era muito estimado pelos operários de vanguarda que frequentavam os círculos por ele dinamizados. Em 1895, Lenine unificou todos os círculos operários marxistas de Petersburgo (existiam cerca de 20) na União de Luta pela Emancipação da Classe Operária. Preparava assim a criação de um partido operário marxista revolucionário. Perante a União de Luta, Lenine colocou a tarefa de ligar-se estreitamente ao movimento operário de massas e dirigi-lo politicamente. Da “propaganda” do marxismo junto de um número reduzido de operários de vanguarda, reunidos nos círculos de propaganda, Lenine propôs passar à “agitação” política de atualidade junto das grandes massas da classe operária. Esta viragem para a agitação de massas teve uma grande importância para o desenvolvimento posterior do movimento operário na Rússia. Enquanto Chefe de Estado russo, Lenine foi um dos principais responsáveis pela execução da Revolução Russa de 1917, líder do Partido Comunista e o primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União

para se levar por diante a grande formação do proletariado, mas não só. O sistema soviético de instrução tornara-se vital para a conquista do poder e, de caminho, fundamental para que se operasse uma profunda transformação da sociedade burguesa, numa ‘elite’ socialista, na qual as massas populares tivessem um acesso ilimitado, quer à cultura, quer ao ensino, ou melhor, à instrução. No Prefácio à obra *Instrução Pública*, os editores associam a concretização e o desenvolvimento da doutrina de Marx e Engels, sobre «o carácter classista da educação na sociedade dividida em classes», à urgência de Lenine em demonstrar que a «autocracia russa barrava premeditadamente às massas populares o caminho do saber».

No artigo “Em torno da política do Ministério da Instrução Pública”, escrito em 1913, Lenine justifica, a partir de dados estatísticos oficiais, a essência classista da política do governo czarista no domínio da instrução: «(...) quatro quintas partes de crianças e adolescentes da Rússia estavam condenados ao analfabetismo, e de que apenas 27% dos adultos sabiam ler e escrever (...). À excepção da Rússia, na Europa já não há nenhum país tão bárbaro, onde as massas populares tenham sido tão espoliadas no sentido do ensino, da instrução e do saber⁵⁷.

No mesmo artigo, LENINE escreve sobre o que considera ser o ‘inimigo’ número um do processo de desenvolvimento cultural da humanidade, a autocracia. De acordo com o futuro Chefe de Estado russo, esta forma de governo na qual um único homem detém o poder supremo (czar), sem o consentimento dos seus subditos ou governados, era a principal causa da falta de vontade das classes trabalhadoras para abraçarem a instrução. Mas as críticas não terminam por aqui. Acusa ainda o czar de ter estabelecido com a Igreja uma aliança «muito nociva» para a verdadeira instrução, para além de que este era um governo que primava pela aplicação de uma política ‘colonial’ em relação aos povos não russos, «privando-os da possibilidade de ter as suas escolas em língua materna»⁵⁸.

Entre o final de janeiro, início de fevereiro de 1913, num artigo sobre o problema do analfabetismo, Lenine coloca em título e em termos de comparação “russos e negros”, recorrendo ao tema da libertação da escravatura, para melhor explicar os dados que apresenta, pois entende que passado meio século depois da proclamação de libertação dos

Soviética. Morreu em Gorki, em 1924. Cf., *Lenine*, In *Infopédia* [Em linha], Porto, Porto Editora, 2003-2011. [Também disponível em: <http://estoriasdahistoria12.blogspot.com/2011/09/biografias-da-revolucao-russa-vladimir.html>, acedido a 4 de dezembro de 2017].

⁵⁷ LÉNINE, V., *A Instrução Pública*, (Tradução para o português pelo Instituto de Marxismo – Leninismo anexo ao CC do PCUS), Moscovo, Edições Progresso, 1981: 3.

⁵⁸ *Idem*, *Op. cit.*, 1981: 4 - 5.

escravos, os russos ainda conservavam muitas mais «marcas da escravatura do que os negros», pelo que, no seu entender, «seríamos mais exatos se falássemos não das marcas, mas também das instituições», pois para o futuro chefe de Estado Russo é um dado adquirido que o analfabetismo é uma das ‘marcas’ da escravatura. Daqui se deduz que não pode deixar de ser analfabeta a maioria da população de um país «oprimido por paxás, pelos Purichkiévitch, etc.». No mesmo artigo, Lenine denuncia que, por esta altura, na Rússia, os analfabetos seriam 73% da população, sem contar as crianças menores de nove anos, «entre os negros dos Estados Unidos da América do Norte, os analfabetos (1900) são 44,5%». Desta comparação conclui que «nas regiões anteriormente escravagistas, a percentagem de analfabetos entre os brancos é o dobro», ou seja, nem só os negros «conservam as marcas da escravatura!»⁵⁹.

Em outubro de 1917, a ‘Grande Revolução Socialista’ veio acabar com os privilégios no domínio da instrução para os possidentes, o que levou a que todos os progressos que chegaram à ciência, à cultura e às restantes artes se tornassem “património” das massas populares. Deste modo, a revolução social operada foi considerada uma condição indispensável para que se efetivasse um avanço considerável que, muito em breve, se traduzira numa revolução cultural que tardava em chegar. No artigo “Sobre a nossa revolução”, no qual LENINE fazia a defesa do socialismo, o autor escreveu o seguinte: «Se para a criação do socialismo é necessário determinado nível de cultura (embora ninguém possa dizer como é que esse determinado “nível de cultura”, já que é diferente em cada um dos Estados da Europa Ocidental), porquê então não podemos começar primeiro pela conquista, por via revolucionária, das premissas para este determinado nível e só depois, com base no poder operário-camponês e no regime soviético, pôr-nos em marcha para alcançar outros povos»⁶⁰.

Os ventos do socialismo defendido por Lenine vão avançar sobre a Europa e vão soprar sobre o resto do mundo. De facto, em julho do mesmo ano, o Brasil é palco de um dos maiores movimentos operários do mundo: a ‘Greve Geral de 1917’. Este acontecimento fica registado na História do Brasil, pelo impacto causado pela paralisação geral da indústria e do comércio brasileiros. Em pleno verão europeu, chegam notícias que dão conta de que a Greve Geral brasileira é, sobretudo, o resultado da constituição de organizações operárias, de inspiração anarcossindicalista, que em 1917 encontram um aliado de peso: a imprensa libertária. Esta mobilização operária foi uma das mais

⁵⁹ Cf., *Idem*, *Op. cit.*, 1981: 24.

⁶⁰ LÉNINE, V., *Op. cit.*, 1981: 5 - 6.

abrangentes e longas da História do Brasil. O movimento operário mostrou como as suas organizações – Sindicatos e Federações –, podiam lutar e defender os seus direitos, de forma descentralizada e livre, mas de forte impacto na sociedade brasileira. Esta greve mostrou não só a capacidade de organização dos trabalhadores brasileiros, mas também que uma greve geral era possível acontecer naquele país da América do Sul, dentro dos moldes europeus.

Assim, podemos considerar que à semelhança do que sucedia por toda a Europa, com a industrialização, vimos surgir no Brasil, um novo perfil social, ou seja, o operário fabril. Muito embora o movimento operário tenha dado os primeiros passos em solo brasileiro no final do século XIX, foi com a industrialização – provocada e, de certo modo, acelerada pela Primeira Grande Guerra –, que este movimento rapidamente se transformou numa das principais forças políticas da época, podendo ser considerado, já no decorrer da primeira metade do século XX, como um dos maiores movimentos operários do mundo.

Ao contexto da Grande Guerra, surge associada a ideia de que as mulheres – muito empenhadas na criação e participação ativa de associações de auxílio aos soldados –, conseguiram ver reconhecidos alguns direitos que vinham a reclamar. Um desses “benefícios” alcançados foi o direito de voto. Contudo, importa salientar que as tão difundidas “oportunidades” para as mulheres, no período em estudo – as três primeiras décadas do século XX, mais concretamente nos anos em que ocorre a Primeira Guerra Mundial –, sobretudo no mercado de trabalho, depressa vão dar lugar ao «carácter conservador da guerra», quando fazemos a leitura sob o ponto de vista das relações entre os sexos feminino e masculino.

Em 2010, ano em que Portugal comemorou o centenário da implantação da República, Sara Falcão CASACA, no editorial do n.º 84 da revista *Notícias – Temas e Notícias da Cidadania e da Igualdade de Género*, recorda o papel das Mulheres no centenário da efeméride que «pugnaram pelos ideais republicanos e neles confiaram a conquista dos seus próprios direitos civis, políticos e sociais». Para a historiadora, a República revelou-se também «uma aspiração feminina, onde se reivindicou o direito ao sufrágio e à cidadania, à instrução, ao salário igual para trabalho igual, à melhoria das condições de vida, à proteção da maternidade é à revisão do Código Civil de 1867(...)»⁶¹.

⁶¹ CASACA, Sara Falcão, “Recordar o Papel das Mulheres no centenário da República”, in *Revista Notícias – Temas e Notícias da Cidadania e da Igualdade de Género*, n.º 84, Edição da Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género”, Lisboa, 2010: 4.

Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo e Maria Veleda [ordenação alfabética] são nomes que, embora longe de esgotar as vozes e as intervenções republicanas e feministas da primeira vaga, se destacam como referências incontornáveis de um período em que, individual e coletivamente, se reclamaram medidas para alterar a «situação deprimente» (palavras de Carolina Beatriz Ângelo), de subalternidade, vivida pelas portuguesas. É conhecido o seu papel enquanto fundadoras da mais influente organização feminista da época – a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909) (...) ⁶².

Fátima Mariano, na sua Tese de Doutoramento *Às Urnas*, dá conta que em março de 1914, quando foi fundado o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, «filiado no International Council of Women», este tinha como uma das suas prioridades a «reivindicação do voto feminino». Segundo a autora, será através do seu órgão de imprensa oficial, *Alma Feminina*, que o CNMP «pugnou insistentemente pela concessão do voto às mulheres» ⁶³. Sobre este assunto, vamos tratar no III capítulo, no ponto 3.4. “Sistemas eleitorais, o voto e a intervenção feminina”.

Muito embora se continue a aguardar que todos os manuais e obras que tratam este período da História de Portugal e do Brasil contemplem os nomes de todas estas Mulheres, nas quais incluímos, deste lado do oceano Atlântico, Emília de Sousa Costa e, do outro lado, Júlia Lopes de Almeida, considerada a primeira-dama da *Bella Époque* brasileira, importa sublinhar a sua luta pela igualdade de direitos e, ainda, pela construção de uma sociedade republicana e democrática onde fossem todas consideradas, perante a lei, «cidadãs entre cidadãos» ⁶⁴. Sobre o papel de Ana de Castro Osório, Emília de Sousa Costa e Júlia de Lopes Almeida, na “Renovação ou atualização dos paradigmas: mulheres e os movimentos feministas”, estudaremos, mais detalhadamente, no II Capítulo, mais concretamente nos pontos 2.3., 2.4. e 2.5..

Na verdade, os finais dos anos vinte, do século XX, marcam o regresso ao lar das mulheres, o que se traduz numa lógica de «reposição de cada sexo no seu devido lugar», combatendo, desta forma, o enfraquecimento dos ‘valores morais’, bem como o medo e as dúvidas da possível ‘masculinização’ feminina, que poderia facilmente conduzir a uma ‘angustiante’ inversão dos papéis. Os movimentos sociais contra o trabalho das mulheres

⁶² *Idem, Ibidem.*

⁶³ MARIANO, Maria de Fátima da Silva, *Às Urnas - a reivindicação do voto feminino na Península Ibérica (1821-1934)*, Tese Doutoramento, Lisboa, FCSH da UNL, 2017. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/35959>]

⁶⁴ CASACA, Sara Falcão, *Ibidem.*

fora de casa, nas fábricas, ganharam consistência e valorizaram a presença da mulher no lar⁶⁵.

As mulheres tinham então adquirido hábitos de iniciativa e de responsabilidade, em algumas funções do mundo laboral, nomeadamente naquelas em que os homens, por força da Grande Guerra (começou a 28 de julho de 1914 e durou até 11 de novembro de 1918) tinham deixado de exercer, e é em fontes iconográficas que tão bem passam a ser reconhecidas, como condutoras de elétricos, de ambulâncias, auxiliares do exército, entre outras, e glorificadas, como enfermeiras, sendo que esta última função vai ao encontro das qualidades ‘naturais’ das mulheres, enquanto mães e cuidadoras, sobretudo de países que intervieram na guerra: «Nel «discorso pubblico» sulla guerra le attività di assistenza civile e di propaganda delle donne sono presentate/rappresentate come un’estensione alla patria dell’attitudine femminile al maternage. È il sostegno materiale e morale al maschio combattente che legittima la presenza delle donne sulla scena della guerra»⁶⁶.

Ainda sobre o conceito de ‘género’, resta-nos acrescentar que a historiadora Stefania BARTOLONI, alerta para um facto inegável: este «exército branco», composto por enfermeiras, ficará sempre na sombra dos homens, isto é, as mulheres estarão sempre «subordinadas aos médicos»⁶⁷.

⁶⁵ COVA, Anne, “Ensaio – As Mulheres foram Activistas na Guerra, depois voltaram ao Lar”, Ensaio publicado no jornal diário *Público*, a 20 de agosto de 2014: 1-9. [Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/08/20/culturaipsilon/noticia/do-activismo-das-mulheres-na-retaguarda-ate-ao-regresso-ao-lar-1666852>, acedido em 31 de janeiro de 2017].

⁶⁶ Cf., MOLINARI, *Una patria per le donne. La mobilitazione femminile nella Grande Guerra*, Bologna, Società Editrice il Mulino, 2014: 31.

⁶⁷ BARTOLONI, Stefania, *Donne nella Croce Rossa Italiana tra Guerra e impegno sociale*, Venezia, Marsilio, 2005, citada no Ensaio de COVA, Anne, *Op. cit.*, 2014: 6.

1.2. O panorama sociopolítico e cultural português e brasileiro no início do século XX

1.2.1. O exemplo português

Em 1878, cerca de 79,4% dos portugueses, maiores de 6 anos de idade, residindo na parte continental do Reino de Portugal, não sabiam ler. Estes números já foram apresentados, discutidos e analisados. Porém, importa lembrar que um século depois, a taxa de analfabetismo em Portugal reduzira-se a cerca de 17%. Quando chegamos a 1890, deparamo-nos com outro dado importante: 74,1% das crianças portuguesas, com idades entre os 7 e os 9 anos de idade, permaneciam iletradas. Só a partir de 1960 é que todos os portugueses com essas idades vão aprender a ler e a escrever. Estes são os números e, citando o historiador Rui Ramos «os que gostam de ver índices a crescer deviam estar satisfeitos com esta curva ascendente»⁶⁸. Porém, ninguém está. Sobretudo «quando se comparam estes dados com os de outros países europeus e fala-se de atraso»⁶⁹. Este é o Portugal de finais do século XIX e inícios do século XX. Todavia, «(...) eis que chegamos ao século XIX, trezentos anos passados, e vemos a leitura e a escrita serem ensinadas em escolas públicas —e gratuitas na maior parte dos casos— a todas as crianças maiores de 6-7 anos. A profissão que essas crianças viessem a seguir quando adultas ou a posição que os seus pais ocupavam na hierarquia social não interessavam: todos tinham de aprender»⁷⁰.

A propaganda republicana anterior a 1910 dera já sinais da necessidade urgente em se resolver o problema da cultura em Portugal. Reformas da instrução, criação de novas infraestruturas (escolas) e outros meios de cultura haviam já estado na ordem de trabalhos de vários cenários políticos. Contudo, enquanto os governos monárquicos se tinham ocupado mais com as vias de comunicação (caminhos de ferro), com o comércio e finanças, do que com a educação, o programa dos vários governos republicanos, da I República (1910-1926), consistiam precisamente no contrário. Por esta altura, estudos e discussões sobre cultura, instrução e pedagogia interessavam a um grande público e preocupavam a maioria da elite portuguesa, como escreve OLIVEIRA MARQUES: «Em 1876, João de Deus (1830-96) dera à estampa a sua famosa “Cartilha Maternal”, onde se

⁶⁸ RAMOS, Rui, “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo”, in *Análise Social*, vol. XXIV (103-104), 1988: 1067.

⁶⁹ *Idem, Ibidem.*

⁷⁰ RAMOS, Rui, *Op. cit.*, 1988: 1068.

introduzia um método de ensinar a ler assaz revolucionário. Reagindo contra a tradição do aprender de cor, (...) Apesar dos seus muitos inimigos, este novo sistema, analítico e intuitivo, mereceu os aplausos da maioria dos educadores progressistas e tornou-se uma espécie de bandeira para os propagandistas culturais republicanos»⁷¹.

Deste modo, podemos deduzir que as reformas republicanas do ensino primário – «e o espírito que as animava» –, contribuíram para imprimir qualidade à instrução oficial pública. Contudo, também não podemos deixar de sublinhar o facto do quanto «escassos foram, todavia, os efeitos práticos no que respeitou à educação das massas, devido à constante pobreza do Estado»⁷².

Sobre a descida da Taxa de Analfabetismo e os seus escassos efeitos práticos na Educação de massas, na I República, Jaime Reis admite não saber «se é correcto ou não designar a ignorância abissal que ainda oprimia a sociedade portuguesa em 1900, como um remanescente do Antigo Regime». Contudo, não mostrava qualquer dúvida em atribuir essa «ignorância» a um século de «fraco investimento no sector da educação». Para o economista, seria importante discutir as causas desta falta de aposta dos governos portugueses na educação, tanto mais que se compararmos com outras sociedades europeias, «à partida aparentemente não menos tradicionais que a nossa», que conseguiram escapar ao que designa por «círculo vicioso», que faz a ligação direta do «atraso económico ao atraso social, através do atraso educacional». Perante este cenário, não será difícil justificar que «a deficiência de capital humano era uma dificuldade estrutural cuja remoção teria de ter um custo elevado e só se poderia fazer ao cabo de uma ou mais gerações»⁷³.

Durante o período da I República, assistimos a um ‘fermento’ cultural de grande interesse, nomeadamente ao nível do ensino livre e na difusão da cultura pela população, pelo que por todo o país «brotavam cursos públicos e livres de todos os tipos e a todos os níveis, organizavam-se conferências e outras manifestações de cultura popular, muitas vezes mantidas pela iniciativa de associações culturais ou outras», sendo que entre as mais relevantes, destacavam-se as chamadas ‘universidades livres’, fundadas em 1912, e as ‘universidades populares’, em 1913. Tanto em Lisboa, como no Porto, estas

⁷¹ MARQUES, A. H. De Oliveira, *História de Portugal. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, 13.ª Edição, Vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1998: 357.

⁷² *Idem*, *Ibidem*.

⁷³ REIS, Jaime, “O atraso económico português em perspectiva histórica”, working paper n.º 20, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 1984: 23-24. [Disponível em: <http://libraries.fe.unl.pt/index.php/e-resources/nsbe-wp/item/o-atraso-economico-portugues-em-perspectiva-historica-jaime-reis>, acedido em 18 de junho de 2019].

‘universidades’ ofereciam a um público heterogéneo «séries permanentes de conferências e cursos por especialistas voluntários não remunerados. Muitas dessas conferências publicavam-se depois como pequenos opúsculos, distribuídos gratuitamente ou vendidos a baixo preço»⁷⁴, afirma.

Paralelamente, surgem vários editores e associações de cariz particular que vão se dedicar à promoção da cultura, espalhando-a entre o tecido urbano «mediante a publicação de livrinhos baratos com obras portuguesas e internacionais (traduzidas) de reconhecido mérito, científicas, históricas, literárias, etc.. Publicavam-se textos integrais, selecções e resumos», afirma o historiador⁷⁵. Contudo, esta reforma é mais profunda e não é apenas criada a Universidade do Porto⁷⁶. Pelos seus reflexos na vida intelectual, não podemos deixar de destacar a importância da reforma universitária de 1911, que só se deu por concluída por volta de 1920, com a criação da primeira e «efémera» Faculdade de Letras do Porto, conforme destacam António José SARAIVA e Óscar LOPES⁷⁷. No mesmo ano (1911), nascia também a Universidade de Lisboa⁷⁸.

Segundo OLIVEIRA MARQUES, durante os primeiros anos da República Democrática, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, o movimento literário viu os últimos reflexos da grande época que fora o final do século XIX e os modestos começos e experiências de uma nova época literária. Por isso, «não conteve uma profusão de grandes autores, dispersando-se antes por muitos géneros, tentativas e erros». Se, por um lado, ensaístas e jornalistas predominaram sobre romancistas, poetas e dramaturgos – tendo a conferência, a entrevista, o folhetim jornalístico e o discurso, ganho terreno ao romance, ao poema e à monografia –, por outro, «a preocupação democrática em alcançar um público vasto e popular, em vez de um escol pequeno e sofisticado, distraiu muitas vezes os escritores de temas profundos e subtis, pouco acessíveis às massas, em proveito

⁷⁴ MARQUES, A. H. De Oliveira, *Op. cit.*, 1998:362.

⁷⁵ *Idem, Ibidem.*

⁷⁶ *Vide* Decreto de 22 de março de 1911, do Governo Provisório da República Portuguesa.

⁷⁷ «Entre os agrupamentos intelectuais precursores da República salienta-se o que publicou em 1907 os 5 números de *Nova Silva*, organizou em 1908 os «amigos do A.B.C.» e em 1910 iniciou a publicação de *A Águia* (Jaime Cortesão, Álvaro Pinto, Leonardo Coimbra, Cláudio Basto). Em 1912, na continuidade e expansão desse grupo, surgiu a *Renascença Portuguesa*. Inicia-se então a 2.ª série de *A Águia*, já ligada a esse movimento, que também tem como órgão o quinzenário *Vida Portuguesa* (39 n.ºs, 1912-1915). Daí parte a iniciativa das Universidades Populares, que se propagam do Porto e Coimbra a outros centros provincianos, e uma considerável a[c]tividade editorial. O grupo da *Renascença Portuguesa* distinguiu-se entre os que propugnaram a intervenção de Portugal na Guerra de 1914-18, pelo que não admira que ela viesse a editar os principais livros de memórias dos seus combatentes». *Cf.*, SARAIVA, António José; LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 15.ª Edição, Porto Editora, 1989:1035-1036.

⁷⁸ *Vide* Decreto de 22 de março de 1911, do Governo Provisório da República Portuguesa.

de assuntos mais banais e superficiais, mesmo demagógicos, julgados de maior necessidade imediata», sublinha o historiador⁷⁹.

Sobre os fenómenos da decomposição e da emergência dos géneros literários, TOMASEVSKIJ acredita que os mesmos estão intimamente ligados à dinâmica do sistema social, levando o teórico a comparar «a luta político-social entre as classes elevadas, dominantes, e as classes baixas, com o confronto entre os géneros ‘elevados’ e os géneros ‘inferiores’»⁸⁰.

Algumas vezes, os géneros hegemónicos entram numa fase de obsolescência (...); outras vezes, em períodos de profundas modificações do sistema literário, podem verificar-se a extinção dos géneros elevados, como aconteceu com epopeia no século XVIII e com a ode no século XIX, a “canonização” dos chamados géneros inferiores, que afluem da periferia ao núcleo do sistema, a integração no sistema literário de certas classes de textos que anteriormente não possuíam um estatuto literário (...)⁸¹.

Exemplos dessa tendência foram Guerra Junqueiro (1850-1923) e Gomes Leal (1848-1921), no campo da poesia; Júlio Dantas (1876-1962) e Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931), no teatro e na novela burguesas; Malheiro Dias (1875-1941), Campos Júnior (1850-1917) e Rocha Martins (1879-1952), no romance histórico. De salientar que quer apresentado como folhetim jornalístico, quer vendido pelas portas em fascículos, o romance histórico ganhou a simpatia e conquistou o público citadino, sobretudo os progressistas. Importa referir que a maioria dos escritores da altura entendia os periódicos como um motor de arranque e de desenvolvimento de carreira, pois eram excelentes polos difusores de cultura, funcionando como ‘meeting points’ para os intelectuais das mais diversas áreas do saber.

Vítor NETO, na recensão a Miriam Halpern Pereira, *A Primeira República Portuguesa. Na fronteira do liberalismo e da democracia*, destaca a importância dos jornais, da imagem e da rádio, para «a difusão de um discurso profano oposto ao discurso sagrado divulgado pelas Igrejas», dentro de uma lógica de uma nova «mundividência

⁷⁹ MARQUES, A. H. De Oliveira, *Op. cit.*, 1998: 365-366.

⁸⁰ Cf., TOMASEVSKIJ, Boris, *Teoria della Letteratura*, Milano, Feltrinelli, 1978: 209-210.

⁸¹ Para o conceito de “canonização” dos géneros literários inferiores, elaborado por Viktor Slovkij (*Teoria della Prosa*, prima edizione integrale, Torino, Einaudi, 1976: 272, 289 e 291), bem como para a relevância intrínseca e interesse para os investigadores dos géneros de transição, como por exemplo: cartas, diários íntimos, apontamentos de viagem, etc, veja-se Roman Jakobson (“La dominante”, *Questions de Poétique*, Paris, Éditions du Seuil, 1973: 149-150). Cf., SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e, *Teoria da Literatura*, 8.ª Edição, Vol. I, Livraria Almedina, Coimbra, 1988: 372.

dessacralizada», que se revela fundamental na formação da opinião pública portuguesa⁸². Para além de jornais ligados aos Sindicatos, havia periódicos ligados a partidos políticos, como por exemplo: *O Mundo*, *A Lucta*, *A República*, bem como uma imprensa «articulada com os meios económicos», como o caso, por exemplo, *O Século* e o *Diário de Notícias*. No mesmo artigo, NETO revela ainda que a historiadora cita jornais como o *Primeiro de Janeiro*, a *União* e a *Época*, estes dois últimos ligados ao Centro Católico Português e à ‘Causa Monárquica’, respetivamente⁸³.

Por volta de 1915, surgiram, em Portugal, os periódicos modernistas, como – *Orpheu* (1915); *Centauro* (1916); *Portugal Futurista* (1917); *Contemporânea* (1922-23); *Athena* (1924-25) – que tentaram levar a cabo uma verdadeira revolução cultural que colocava em causa os alicerces da sociedade burguesa da altura, na medida em que atacava o senso comum tradicional, bem como a moral e os bons costumes. Em 1923, seria criado o jornal *Novidades*. Os ecos desta ‘revolução’ dão conta que «o grupo de jovens escritores e artistas que constituía o movimento só conseguiu ser recebido com desprezo, sarcasmo ou indignação pela maioria do público»⁸⁴. Se não, vejamos: Mário de Sá-Carneiro (1890-1916), Almada Negreiros (1893-1970), António Boto (1897-1959) e, especialmente, Fernando Pessoa (1888-1935) tiveram «pouca projeção no seu tempo, apesar de enfileirarem entre os maiores de todos os tempos»⁸⁵. É, portanto, muito significativo o facto de Fernando Pessoa – por muitos considerado o maior poeta português, a seguir a Camões, cuja influência quase só se fez sentir num «círculo estreito de admiradores»⁸⁶ –, ter sido apenas ‘descoberto’ durante e após a Segunda Guerra Mundial, com a maior parte da sua obra publicada postumamente⁸⁷.

No capítulo “Geração de Orpheu”, SARAIVA e LOPES referem que «por inícios da guerra de 1914-18 reuniram-se os fatores de um movimento estético pós-simbolista em Lisboa», pois, aí se conheceram, entre outros, Fernando Pessoa, cuja adolescência se formara na África do Sul (cultura inglesa); Mário de Sá-Carneiro, que entre 1913-16 passou grande parte do tempo em Paris; Almada Negreiros e Santa-Rita Pintor, que traziam de Paris as novidades literárias e sobretudo plásticas do ‘futurismo’ e correntes

⁸² NETO, Vítor, [Recensão a] PEREIRA, Miriam Halpern, *A Primeira República Portuguesa. Na fronteira do liberalismo e da democracia*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018: 324. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/43838>, acedido a 8 de janeiro de 2019].

⁸³ *Idem, Ibidem.*

⁸⁴ SARAIVA, António José; LOPES, Óscar, *Op. cit.*, 1989:1064.

⁸⁵ *Idem, Ibidem.*

⁸⁶ SARAIVA, António José; LOPES, Óscar, *Ibidem.*

⁸⁷ MARQUES, A. H. De Oliveira, *Op. cit.*, 1998: 368.

afins. De acordo com os autores, a estas e outras personalidades do grupo «atribuiu a opinião pública sinais de degenerescência, mas hoje é fácil reconhecer que as suas atitudes correspondiam a um sentimento geral e ainda latente de crise», pois não nos podemos esquecer das suas «particularidades de formação e temperamento relacionáveis com uma maior instabilidade social, e com influências cosmopolitas mais ou menos diretas», que haviam-nos totalmente ‘alheado’⁸⁸.

(...) tanto da ideologia republicana como os dois “Ultimatos” de Almada-Negreiros e de Álvaro de Campos, no “Portugal Futurista”, exprimem até o repúdio de todas as formas de idealismo romântico da pequena burguesia e também de todas as formas culturais que assumiam no tempo, quer esse idealismo, quer as suas mistificações. Pessoa colaborou em “A Águia”, mas para dar do saudosismo uma versão extremista e chocante, que rompia as últimas amarras que o poderiam, dubiamente, prender ao senso comum do tempo⁸⁹.

Deste modo, podemos afirmar que o panorama literário português do início do século XX, caracterizava-se sobretudo por ser reativo, na medida em que «a mais válida literatura portuguesa do tempo caracterizou-se, em geral, por uma marcada tendência nacionalista que reagia contra o realismo cosmopolita dos fins do século XIX», considera OLIVEIRA MARQUES⁹⁰. De acordo com o historiador, esse nacionalismo exprimiu-se de variadas maneiras, quer «pela insistência em temas e heróis históricos quer pelo culto de valores, modos e paisagens ditos “tipicamente portugueses” (o pitoresco, o folclore, o campo), quer ainda pelo gosto mórbido pela tradição e pela religião. Na forma e no estilo, o simbolismo deu o tom»⁹¹. Neste contexto, importa sublinhar o que escreveram SARAIVA e LOPES, no capítulo V, sobre as “Novas Tendências Realistas”: «(...) com o lento processo de evolução da sociedade portuguesa, onde só a guerra de 1939-45 estimulou um sensível alastramento das três ou quatro manchas industriais de certa importância, manteve-se nas tendências realistas uma alternância entre o pitoresco regional, por um lado, e um certo sentimentalismo dos ‘bas fonds’ urbanos ou um certo humanitarismo um tanto convencional, do outro lado»⁹².

⁸⁸ SARAIVA, António José; LOPES, Óscar, *Op. cit.*, 1989: 1061.

⁸⁹ *Idem, Ibidem.*

⁹⁰ MARQUES, A. H. De Oliveira, *História de Portugal. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, 13.^a Edição, Vol. III, Lisboa, Editorial Presença, setembro de 1998: 366.

⁹¹ *Idem, Ibidem.*

⁹² SARAIVA, António José; LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, (...), 1989: 1092. Sobre o assunto, ver, entre outros: PROENÇA, M. C., “A Educação”, in *História da Primeira República Portuguesa*, ROSAS, Fernando; ROLLO, M. F. (Coord.), Edições Tinta da China, Lisboa, 2009; REIS, Carlos (Dir.); LOURENÇO, António Apolinário, *História Crítica da Literatura Portuguesa*, [O

Antes de avançarmos para a análise do panorama sociopolítico e cultural brasileiro das três primeiras décadas do século XX, resta-nos acrescentar que em Portugal, durante a I República, a dívida, o défice e a despesa pública, bem como as dependências dos grandes países europeus, são os tópicos que melhor caracterizam a vida pública portuguesa. Muito embora os governos republicanos tenham promovido a separação da Igreja e do Estado⁹³, «o que aquela agradeceu, pouco preocupada com a questão da forma do Estado», a alteração do sistema político e a pretendida democratização foram «mais aparentes do que reais», afirma João CAETANO⁹⁴. De acordo com o autor, este facto está relacionado com a manutenção da violência, do clientelismo e da «nova e insuportável

Modernismo], vol. VIII, Verbo, 2015; SAMUEL, Paulo, “A Águia e o Movimento da ‘Renascença Portuguesa’”, in *Revistas, ideias e doutrinas. Leituras do pensamento contemporâneo*, CASTRO, Zília Osório de; ANDRADE, Luís Crespo de (Coords.), Lisboa, Livros Horizonte, 2003. [Disponível em: http://ric.slihi.pt/A_Aguia/estudos/monografias, acedido a 13 de abril de 2020]; TEIXEIRA, A. B., “A ‘Renascença Portuguesa’, movimento plural”, in *A Renascença Portuguesa. Tensões e divergências*, BORGES, Paulo; CARVALHO, Bruno Bêu de, (Coord.), Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

⁹³ Sobre a separação da Igreja do Estado há que esclarecer que se tratando de um princípio fundamental da ideologia republicana, a laicização do Estado é um dos principais objetivos perseguidos pelo regime instaurado pela Revolução de 5 de Outubro de 1910. Na própria página do Parlamento Nacional, a Lei da Separação do Estado das Igrejas, publicada em 20 de abril de 1911, é contextualizada do seguinte modo: «O Governo Provisório, presidido por Teófilo Braga e com Afonso Costa como Ministro da Justiça e dos Cultos, procura de imediato reduzir a influência da Igreja Católica na sociedade portuguesa, nomeadamente através de produção legislativa, retomando diplomas relativos à expulsão dos jesuítas e à extinção das ordens religiosas e aprovando decretos de cariz anticlerical, como os respeitantes à alteração dos feriados, à abolição do juramento religioso, à eliminação do ensino da doutrina cristã nas escolas, ao divórcio ou ao registo civil. A Lei da Separação do Estado das Igrejas, publicada em 20 de abril de 1911, completa este ciclo, determinando nos seus primeiros artigos a liberdade de consciência e a liberdade religiosa, com "todas as confissões religiosas" a serem "igualmente autorizadas", deixando a "religião católica apostólica romana" de ser a religião oficial do Estado e desvinculando a República de qualquer encargo relativamente aos cultos: "Artigo 4.º A República não reconhece, não sustenta, nem subsidia culto; e por isso (...) serão suprimidas nos orçamentos do Estado, dos corpos administrativos locais e de quaisquer estabelecimentos públicos todas as despesas relativas ao exercício dos cultos." Com um extenso texto (196 artigos), a Lei da Separação inclui preceitos anticlericais que agravam o conflito já patente entre o poder político e a hierarquia católica, assim como a tensão no seio de uma população maioritariamente religiosa. Entre as medidas mais polémicas, estão a passagem da gestão dos cultos para corporações laicas de assistência e beneficência, afastando os sacerdotes dessas funções, a subordinação às autoridades civis da organização de cerimónias religiosas, que, por regra, se realizam apenas nos "lugares habituais e entre o nascer e o pôr-do-sol", a proibição de símbolos religiosos em lugares públicos, o arrolamento dos bens da Igreja, a atribuição de pensões vitalícias anuais aos padres que à data da proclamação da República exerciam o cargo, a proibição de hábitos ou vestes talares fora dos templos e a manutenção do beneplácito, fazendo depender do Ministério da Justiça a publicação de bulas e pastorais. (...) A questão religiosa, em particular no respeitante à relação entre o Estado e a Igreja Católica, mantém-se na ordem do dia do Parlamento até ao seu encerramento na sequência do Golpe Militar de 28 de Maio de 1926, que põe termo ao período da I República». [Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Separacao-Estado-Igrejas.aspx>, acedido a 27 de janeiro de 2019]. Cf., *Constituição da República Portuguesa* (de 21 de agosto de 1911). [Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1911.pdf>, acedido a 27 de janeiro de 2019].

⁹⁴ CAETANO, João, “O lugar da República, em Portugal, entre o séc. XIX e o séc. XXI”, in *Do Ultimato à(s) República(s). Variações Literárias e Culturais*, RITA, Annabela; MAIOR, Dionísio Vila (Coord.), Lisboa, Esfera do Caos Editores, 2011: 207.

insubmissão do poder militar ao poder político»⁹⁵. Da leitura feita, podemos afirmar que apesar dos significativos avanços em algumas áreas, a I República significou também uma importante, mas dissimulada, ‘redução’ das liberdades políticas e cívicas, acentuada numa ainda mais ocultada redução dos direitos de sufrágio e da liberdade de imprensa, com uma significativa «manutenção da desordem financeira»⁹⁶.

Miriam Halpern PEREIRA, na sua obra *A Primeira República. Na Fronteira do Liberalismo e da Democracia*, oferece um excelente ‘estado da questão’, sobre a I República portuguesa. Tratando-se de um tema «polémico e fraturante», que muito tem suscitado leituras político-historiográficas contrastantes – que tanto recordam a glória da I República, como a condenam –, a historiadora realiza uma «síntese atualizada e interpretativa» dos principais problemas da época, convocando, ao mesmo tempo, estudos mais recentes e estudos pioneiros (do período do Estado Novo), de historiadores ‘clássicos’, como Jacinto Nunes e A. H. de Oliveira Marques, autores que marcaram o meio universitário português, abrindo, deste modo, várias leituras e horizontes⁹⁷.

Na segunda parte da Introdução, que intitula “A República: a narrativa política revisitada”, PEREIRA, procede a uma reavaliação crítica das narrativas políticas das diversas fases da I República Portuguesa, dividindo esta temporalmente em três fases: «a República forte (1910-1917), a República Nova (1917-1918) e a Nova República velha (1919-1926)»⁹⁸.

Rui RAMOS que tem tratado o século XIX português, liberal e burguês, e o século XX, marcado, entre outros acontecimentos, pelas duas Guerras Mundiais – apresenta-nos um território continental dividido, por um rio, o Tejo, no qual vive o povo português, estudado sem mitos, caracterizando-o como plural, contrariando e rebatendo a ideia generalizada do português ser um povo uniforme, homogéneo –, defende que muitos dos aspetos que a história da alfabetização de massas teve em Portugal, no período contemporâneo, «só podem ser devidamente compreendidos se se atender aos contextos culturais em que a universalização da capacidade de aceder à comunicação escrita se processou»⁹⁹.

⁹⁵ *Idem, Ibidem.*

⁹⁶ Cf., CAETANO, João, “O lugar da República, em Portugal, entre o séc. XIX e o séc. XXI”, (...) 2011: 209.

⁹⁷ PEREIRA, Miriam Halpern, *A Primeira República. Na Fronteira do Liberalismo e da Democracia*, 2.^a Edição, Lisboa, Gradiva Publicações S.A., 2016: 7-9.

⁹⁸ *Idem, Op. cit.*, 2016: 52.

⁹⁹ RAMOS, Rui, “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo”, in *Análise Social*, vol. XXIV (103-104), 1988: 1067.

Se, por um lado, é ponto assente que os Estados nacionais – na sua maior parte formados durante o século XIX, segundo o modelo da República Francesa –, foram os principais responsáveis pelo desenvolvimento de um sistema de ensino público gratuito e pelo carácter obrigatório da escolaridade elementar, por outro, importa sublinhar que «a alfabetização de massas fora completada, na maior parte dos países do Ocidente, nos séculos XIX e XX, ao mesmo tempo que as cidades cresciam, a indústria se desenvolvia e os sistemas de governo se tornavam representativos»¹⁰⁰. No que concerne à alfabetização das massas, RAMOS destaca a importância dos meios urbanos, quer porque nas cidades sempre houve «proporcionalmente mais gente em ocupações onde era provável encontrar letrados», quer pelo facto das próprias «instituições de ensino alcançassem melhor a população acumulada em meio urbano»¹⁰¹. Outro dado importante, é o facto de estarmos a falar de um Portugal de finais do século XIX, inícios do século XX, onde o ‘urbanismo’ era «sobretudo o das vilas e das pequenas cidades»¹⁰².

O historiador exemplifica: «Em 1890, se Lisboa e Porto contavam apenas com 9,4% – menos de um décimo – da população do continente, albergavam todavia 22,8% – quase um quarto – das pessoas que no País sabiam ler»¹⁰³. Neste exemplo, RAMOS destaca «a preferência urbana» da instrução feminina – 29,1% de todas as mulheres alfabetizadas, contra 19,5% dos homens –, viviam em Lisboa e no Porto. Quando comparamos a alfabetização das freguesias urbanas das freguesias rurais, no ano de 1890, em todos os distritos portugueses, «a taxa de alfabetização dos centros urbanos (...) era maior do que a das áreas rurais»¹⁰⁴. Foi assim em Portugal, e na maior parte dos países do Ocidente. A alfabetização das massas será completada e dinamizada, nos séculos XIX e XX, à medida que ocorre o crescimento das cidades, o desenvolvimento da indústria e os regimes políticos reconhecem a soberania popular, dando lugar aos sistemas de governo representativos. Sobre este assunto, vamos voltar a tratar no subcapítulo 1.3. “A Escola: espaço de *instrução* ou de *educação*”.

Em *O Lugar de Salazar*, Jorge RAMOS DO Ó sustenta que Salazar era apenas um elo (embora o elo mais forte) de uma enorme «cadeia»¹⁰⁵. Porém, a verdade é que Salazar

¹⁰⁰ *Idem, Op. cit.*, 1988: 1068.

¹⁰¹ RAMOS, Rui, “Culturas da alfabetização (...)”, 1988: 1072.

¹⁰² *Idem, Ibidem.* Sobre o assunto vide CANDEIAS, António (Direção e Coord.); PAZ, Ana Luísa e ROCHA, Melânia; *Alfabetização e Escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os Censos e as Estatísticas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

¹⁰³ RAMOS, Rui, *Op. cit.*, 1988: 1072.

¹⁰⁴ *Idem, Ibidem.*

¹⁰⁵ Ó, Jorge Ramos do, *O Lugar de Salazar – Estudo e Antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990: 49.

faz as coisas «sempre à sua maneira», amansando o povo, que ele próprio considera ser de ‘brandos costumes’, ou seja, não faz mais do que aquilo que lhe seja imposto¹⁰⁶. Neste contexto, Franco NOGUEIRA considera que Salazar «é o homem que não provoca, não foge, não ‘transige’ e admite que estas são as características essenciais do ditador português que acabam por explicar «o seu triunfo sobre os adversários». Segundo o autor, Salazar é consentâneo com o seu temperamento, mantém-se fiel ao seu princípio, e é «inesgotável a sua capacidade de intransigência: jogar sempre tudo numa carta única: arriscar tudo de uma só vez: e apenas lhe interessa a derrota total ou o sucesso total»¹⁰⁷.

Acerca do ambiente político que se vivia em Portugal, no período em estudo, importa ainda referir que, sem se conhecer Salazar, não se pode compreender e entender a República portuguesa, uma vez que a sua ação política mostra que persiste uma certa linha de continuidade histórica que vem «ininterruptamente desde o século XIX até hoje»¹⁰⁸, esclarece CAETANO.

Num discurso intitulado “Caminho do Futuro”, proferido a 1 de julho de 1958, na sede da União Nacional, Salazar foi muito claro:

Alguns agitadores têm procurado arrastar operários industriais e trabalhadores do campo para as greves de protesto político. As eleições acabaram e a greve é entre nós um crime (...) e mesmo com o coração a sangrar por causa das consequências que daí advêm para pessoas geralmente desprovidas de bens, somos obrigados a enfrentar esses acontecimentos com a maior dureza. Parece-nos absolutamente essencial que o trabalhador viva na salutar convicção de que só a ordem lhe pode assegurar trabalho e que dessa convicção tire a força de ânimo – outra não é preciso – para resistir às imposições escravizadoras dos condutores duma agitação social que julgamos sem esperança e sem futuro¹⁰⁹.

Não obstante a leitura e o entendimento do Estado Novo – no que concerne ao posicionamento da mulher na sociedade –, estava reservado para o mundo feminino um universo à parte: o do lar, o da submissão, primeiro ao pai, depois, enquanto casada, ao marido; e, por fim, mas de longe o que mais a consagrava, o de educadora dos filhos.

No período em estudo, as primeiras três décadas do século XX, e com a força de vontade que a necessidade assim obrigava, as mulheres vão ainda assim conseguir o seu

¹⁰⁶ *Idem, Op. cit.*, 1990: 212-213.

¹⁰⁷ NOGUEIRA, Franco, *Salazar. Os Tempos Áureos (1926-1936)*, vol. II, Coimbra, Atlântida Editora, 1977:375-376.

¹⁰⁸ CAETANO, João, *Op. cit.*, 2011:214.

¹⁰⁹ SALAZAR, António de Oliveira, “Caminho do Futuro”, in *Discursos*, Vol. I, discurso pronunciado na sede da União Nacional a 1 de julho de 1958: 485-510.

lugar no mercado de trabalho, muito embora em condições e com salários diferentes, em relação aos homens que desempenhavam funções e horários de trabalho semelhantes. Paralelamente, BRAGA lembra que durante algum tempo, aquelas que escolhiam ser enfermeiras ou telefonistas, estavam impedidas de casar, sendo que as que tinham abraçado a profissão de professoras do chamado ‘Ensino Primário’, teriam que realizar um pedido de autorização às autoridades competentes, para aprovação da possibilidade de contrair matrimónio¹¹⁰.

Irene VAQUINHAS no artigo “Abnegação, espírito de sacrifício e compaixão: as questões de género na enfermagem em Portugal (2ª metade do século XIX e inícios do século XX)”, fala da enfermagem como um ‘sacerdócio laico’. Segundo a autora, o ideal da boa dona de casa, «dócil, atenta e vigilante, impregna os cursos de enfermagem», razão pela qual aparece tão bem retratado nos manuais de ensino, elaborados especificamente para o público feminino¹¹¹. Entre eles, VAQUINHAS destaca o *Manual Ilustrado de Técnica de Enfermagem* (1958). Neste, escrito em banda desenhada ou em formato de ‘história em quadradinhos’, Wava McCULLOUGH escolhe como protagonista principal «uma estilizada e expressiva boneca-enfermeira que fala com os olhos»¹¹². Uma ausência notória, e no nosso entender propositada, é a do enfermeiro do sexo oposto. A figura masculina aparece na obra apenas na qualidade de médico ou paciente. VAQUINHAS refere mesmo que «o ‘reino’ desta dona de casa é o hospital», caracterizado como «o santuário da higiene», no qual a mulher/enfermeira tem como principal tarefa «a preocupação com o asseio, a alimentação e o conforto» de todos os que lhe foram dados a cuidar, repetindo os afazeres do lar e da família, nas enfermarias desta casa, como se se tratasse da sua residência e dos seus familiares¹¹³. Ora, não é por isso de estranhar que fossem exigidas competências e habilidades a quem queria abraçar este ‘sacerdócio sem véu’ tal como se exigia a uma mulher que sonhasse ser mãe¹¹⁴.

¹¹⁰ Muito mais haveria por referir sobre o assunto e suas problemáticas. Cf., MELO, Helena Pereira, *Os Direitos das Mulheres no Estado Novo*, Coimbra, Edições Almedina, 2017.

¹¹¹ VAQUINHAS, Irene, “Abnegação, espírito de sacrifício e compaixão: as questões de género na enfermagem em Portugal (2ª metade do século XIX e inícios do século XX)”, in *Livro de Atas do III Encontro Internacional de História da Enfermagem, A enfermagem na oficina de Clio: Perspetivas históricas em torno dos cuidados de saúde*, SPHE, 2-3 maio de 2017, Sociedade Portuguesa de História da Enfermagem, Porto, 2017: 74. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/45409>, acedido a 16 de agosto de 2020].

¹¹² *Idem, Ibidem. Apud, McCULLOUGH, Wava, Manual Ilustrado de Técnica de Enfermagem*, Maria Theresa D’Avillez (Trad.), Livraria Sampedro, 1958. Vide Anexo XIII.

¹¹³ VAQUINHAS, Irene, *Op. cit.*, 2017: 75. *Apud, LEROUX-HUGON, Véronique*, “L’infirmière au début du XXe siècle: nouveau métier et tâches traditionnelles”, in *Le Mouvement Social*, n.º 140, juillet-septembre, 1987: 49-62.

¹¹⁴ VAQUINHAS, Irene, *Op. cit.*, 2017: 75.

Importa ainda referir um facto que consideramos de peso, pela ausência, para que se escreva uma verdadeira história das mulheres, e que não podemos deixar de mencionar: as mulheres não aparecem referidas nas obras que analisam o movimento sindical e os militantes no período em estudo. Ainda assim, começam a existir esforços para contrariar esse vazio. Na comunicação apresentada por Paulo Marques ALVES e Olinda GAMA intitulada “A Militância no Feminino nos Primórdios do Sindicalismo em Portugal”, os autores partiram de uma análise documental que «incidiu sobre os processos relativos a 778 associações de classe, o que corresponde a 69,3% do total de associações que recenseámos», com o intuito de «tirar da sombra a participação das mulheres no movimento sindical no lapso temporal que transcorre entre 1891, ano da publicação da lei que legalizou as associações de classe, e 1933, ano da publicação do Estatuto do Trabalho Nacional»¹¹⁵.

Ao abordarem a militância sindical no feminino nos primórdios do sindicalismo português, ALVES e GAMA dão conta, com alguma cautela, que na viragem de oitocentos e nas duas primeiras décadas de novecentos, algumas centenas de milhares de mulheres integravam a população ativa portuguesa (Quadro I). Contudo, «os dados devem ser analisados com uma dupla precaução. Em termos sincrónicos, devido às deficiências do aparelho estatístico em cada um dos momentos censitários. Em termos diacrónicos, porque a comparação é impossível dadas as profundas alterações ocorridas na definição do conceito de população ativa de censo para censo»¹¹⁶.

¹¹⁵ ALVES, Paulo Marques; GAMA, Olinda, “A Militância no Feminino nos Primórdios do Sindicalismo em Portugal”, in *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, s.d.: 185. [Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.paulo-alves-olinda-gama.pdf>, acedido a 12 de agosto de 2020]. Sobre o assunto é incontornável Cf., Samara, Maria Alice, *Operárias e burguesas. As mulheres no tempo da República*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.

¹¹⁶ *Idem*, *Op. cit.*, s.d.: 187.

Quadro I
Evolução da população ativa em Portugal entre 1890 e 1930

Recenseamento	População ativa feminina
1890	933 453
1900	689 651
1911	672 282
1920	Não apurada
1930	1 908 086

Fonte: Recenseamentos Gerais da População (1890-1930), *Apud* ALVES, Paulo Marques; GAMA, Olinda, *op. cit.*, *s.d.*: 187.

No mesmo artigo, ALVES e GAMA denunciam a atitude sexista dominante na Europa, uma vez que se construiu «toda uma estratégia sindical que visou excluir ou segregar as mulheres no mercado de trabalho». Para além da exclusão, outras práticas discriminatórias fizeram o seu curso, como por exemplo:

(...) o impedir as mulheres de usar da palavra nas reuniões de trabalhadores, o coarctar-lhes a possibilidade de ascenderem a cargos de decisão nos sindicatos a que conseguiam aceder, etc.. A discriminação passou também por uma actuação que acabava por reforçar as desigualdades salariais em vez de as eliminar. Esta atitude sexista recorreu fundamentalmente a dois argumentos. Um, eivado de paternalismo, sublinhava que o não acesso das mulheres ao mercado de trabalho as libertava das condições desumanas do trabalho industrial. Outro, o mais relevante, enfatizava que as mulheres deviam ser excluídas do mercado de trabalho porque, por natureza, eram incapazes de adquirir as qualificações necessárias, trabalhavam de forma mais imperfeita do que os homens e concorriam com estes, assim provocando o abaixamento dos salários. Em resultado das atitudes de rejeição e de discriminação, as mulheres começaram a criar sindicatos próprios¹¹⁷.

A atitude sexista dominante no sindicalismo europeu também se fez sentir Portugal. O movimento sindical português também vai reagir, de forma muito negativa, à inserção da mulher no mercado de trabalho. O melhor exemplo, vem expresso num artigo publicado no *O Corticeiro*¹¹⁸, relativo à introdução de máquinas e do aumento do número de mulheres na indústria:

(...) Infelizmente essas máquinas estão entregues a mulheres, e para nosso mal parece que a entrada das mulheres nas fábricas em vez de diminuir tem assustadoras tendências a alastrar-se e não só para as máquinas como também para outros serviços, o que nos tem prejudicado e continuará prejudicando gravemente. (...) Muito embora o rendimento de trabalho da mulher na fábrica seja muito inferior ao do homem, e muito menos consciencioso, vêem os senhores industriais, nas mulheres, a forma de poderem conseguir mais lucros pelo barateamento da mão-de-obra, e o que acontece? Acontece que o trabalho

¹¹⁷ ALVES, Paulo Marques; GAMA, Olinda, *op. cit.*, s. d.: 186.

¹¹⁸ *O Corticeiro*, Semanário órgão da Classe dos Corticeiros e do operariado em geral, Ed. e Dir. Francisco Marques, Propriedade da Federação Corticeira. Lisboa, imp. Typ. do Commercio, com tiragem entre 1912 e 1914. [Disponível em: <http://www.ahsocial.ics.ulisboa.pt/atom//o-corticeiro-semanario-orgao-da-classe-dos-corticeiros-e-do-operariado-em-geral-ed-e-dir-francisco-marques-prop-da-federacao-corticeira-lisboa-imp-typ-do-commercio>, acedido a 9 de agosto de 2020).

escasseia para os homens. (...) Que devemos então fazer? Evitar a entrada das mulheres nas fábricas¹¹⁹.

Quando analisamos a situação das mulheres no mercado de trabalho, vimos, através de Irene Flunser PIMENTEL, na obra *A Cada Um o seu Lugar*, que a ocupação feminina fora do lar, e no caso concreta na indústria, «foi uma das preocupações de Salazar e das organizações femininas estatais em início de jornada», o que para a autora não será o mesmo que assumir que «estas [organizações] tenham tido qualquer influência entre as operárias», muito embora a realidade nos tenha mostrado que, ao longo dos anos, «um número cada vez maior de mulheres trabalhou fora de casa em Portugal, e particularmente na indústria»¹²⁰.

Como forma (habilidosa) de ganhar a simpatia e o apoio das mulheres portuguesas, que os sucessivos governos liberais tinham ‘alienado’, Salazar, nos seus discursos, lembrava «a importância moral, social e económica das tarefas femininas no lar»¹²¹. Para tal, usava e abusava da propaganda do Estado Novo (cartazes, jornais, revistas, entre outros) para valorizar o trabalho doméstico, insistindo em mensagens que davam conta da «existência de uma ‘contabilidade’ moral e social, ausente na ‘contabilidade’ nacional da economia liberal»¹²².

Quem diz família diz lar; quem diz lar diz atmosfera moral e economia própria – economia mista de consumo e de produção. O trabalho da mulher fora do lar desagrega este, separa os membros da família, torna-os um pouco estranhos uns aos outros. Desaparece a vida em comum, sofre a obra educativa das crianças, diminui o número destas; e com mau ou impossível funcionamento da economia doméstica, no arranjo da casa, no preparo da alimentação e do vestuário, verifica-se uma perda importante, raro materialmente compensada pelo salário recebido¹²³.

Tendo em conta a ideia ou ideal salazarista de que o ‘aparelho produtivo’ não podia, nem devia, afastar a mulher da família, PIMENTEL adianta que o ‘sustento’ da casa devia ser obtido através do trabalho do homem e nunca do «trabalho da mulher casada», que

¹¹⁹ *O Corticeiro*, de 3 de outubro de 1929. *Apud*, ALVES, Paulo Marques; GAMA, Olinda, *Op. cit.*, s.d.: 188.

¹²⁰ PIMENTEL, Irene Flunser, *A cada um o seu lugar. A política feminina do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2011:54

¹²¹ *Idem, Ibidem*.

¹²² *Idem, Op. cit.*, 2011: 55.

¹²³ SALAZAR, António de Oliveira, “Conceitos económicos da nova Constituição”, discurso radiodifundido em 16 de março de 1933, in *Salazar, Antologia, 1909-1966*, vol. I, Coimbra Editora, 1966:182.

não deveria ser incentivado, pois, conforme refere Salazar, «nunca houve nenhuma boa dona de casa que não tivesse muito que fazer»¹²⁴. As críticas contra a destruição da família e ao trabalho das mulheres como operárias fabris, feitas pelas organizações femininas, sobretudo as da Igreja, eram amplamente divulgadas nos discursos do Chefe de Governo do novo regime. Ambos se debatiam pelo regresso da «mulher ao lar» e apelavam ao «reconhecimento da ‘função social’ da maternidade e do trabalho doméstico»¹²⁵, conforme podemos observar, através do discurso de Salazar: «Dum só golpe, desmembrámos o núcleo familiar e, com a concorrência entre operários devido ao contributo do trabalho feminino, não lhe concedemos em salários o equivalente à produtividade de uma boa dona de casa e à ‘utilidade social’ de uma mãe de família exemplar»¹²⁶.

Em 1933, com a institucionalização do novo regime político – o Estado Novo – foi criado o ETN - Estatuto do Trabalho Nacional, no qual se estabelecia que «o trabalho das mulheres e menores fora do domicílio» carecia de ser regulamentado (o que de resto veio logo a acontecer), pois deveriam ser observadas e contempladas «as exigências da moral, da defesa física, da maternidade, da vida doméstica, da educação e do bem social»¹²⁷.

A tudo isto, acresce um outro facto de relevo: a taxa de analfabetismo. Estamos a falar de um Portugal profundamente rural, que penaliza e limita – quer por razões morais, quer por motivos económicos –, o acesso das mulheres à instrução, ao ensino¹²⁸.

Perante este cenário, foram poucas aquelas que conseguiram ocupar cargos importantes nas estruturas de governo, nos alvares do século XX; ainda assim, podemos contabilizá-las, no final da primeira metade do século XX – sobretudo durante a vigência do regime salazarista –, em organizações femininas, como por exemplo: a Mocidade Portuguesa Feminina e a Obra das Mães pela Educação Nacional; bem como em órgãos políticos de relevância, como a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa¹²⁹.

¹²⁴ PIMENTEL, Irene Flunser, *Op. cit.*, 2011: 55.

¹²⁵ *Idem*, *Op. cit.*, 2011: 56.

¹²⁶ SALAZAR, António de Oliveira, “Conceitos económicos da nova Constituição”, (...), 1966:190 - 193.

¹²⁷ Art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 23 048, de 23 de setembro de 1933.

¹²⁸ BRAGA, Isabel Drumond, “O Papel Feminino no Espaço Doméstico: as Propostas de Estela Brandão e de Maria Lúcia Namorado (Portugal nas Décadas de 1930 - 1940)”, in *Revista Relicário*, Uberlândia, v.4, n.8, jul-dez., 2017: 80 - 81. Veja-se a questão do reconhecimento do direito à instrução das mulheres em VAQUINHAS, Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes, *Nem Gatas Borralheiras, nem Bonecas de Luxo: as Mulheres Portuguesas sobre o olhar da História (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005: 73 - 83.

¹²⁹ BRAGA, Isabel Drumond, “O Papel Feminino no Espaço Doméstico (...), 2017:81.

Fátima MARIANO, na comunicação “Pacifismo e feminismo em Portugal nas vésperas da 1ª Guerra Mundial”, lembra que a partir de meados do século XIX assistimos a um proliferar de associações de carácter pacifista e antimilitarista nas quais as mulheres marcaram uma forte presença. Segundo a autora, tratava-se de mulheres a quem eram negados «os direitos económicos e políticos, a quem era negado o direito a ter voz ativa no governo da nação», e mais, acrescenta «a quem era dito que não tinham capacidade intelectual para discutir assuntos de Estado. A quem era dito que o seu espaço era o doméstico, o da casa, e a sua missão o cuidar da família e educar os futuros cidadãos»¹³⁰.

No mesmo artigo, MARIANO dá conta que em Portugal, uma das primeiras associações pacifistas – a Liga Portuguesa da Paz –, foi fundada a 18 de maio de 1899 (dia inaugural da Conferência de Paz de Haia) por uma mulher, Alice Pestana, escritora e feminista republicana. A LPP tratava-se de uma «sociedade destinada a propagar a doutrina da paz pela arbitragem», pelo que se manteria num registo de «uma sociedade “estranha a assuntos religiosos e de política partidária”»¹³¹. Foram várias as mulheres, republicanas e monárquicas, que se quiseram associar a este projeto, desde a primeira hora. Para MARIANO, este «terá sido um dos raros momentos em que mulheres em campos políticos e filosóficos opostos se terão unido em torno de uma mesma causa»¹³². Entre elas, estariam médicas, professoras, escritoras, mulheres da alta e média burguesia, letradas, que «tinham já por hábito promover e participar em tertúlias e serões literários». Este é um assunto que iremos tratar com mais detalhe no subcapítulo 2.1.1. “Movimentos feministas”.

Antes de terminarmos, importa referir a existência de estudos académicos sobre outras formas de mobilização feminina, nos quais destacam-se os de Virgínia BAPTISTA. A partir do trabalho da autora temos acesso a dados relevantes sobre a participação feminina no movimento associativo mutualista. O mesmo dá-nos conta VAQUINHAS, que reforça a importância dos mesmos para o estudo aprofundado das necessidades e dos respetivos interesses «das mulheres trabalhadoras bem como a pobreza feminina», que foram o motor e «um eixo estratégico desse movimento, o que permitiu analisar as

¹³⁰ MARIANO, Maria de Fátima da Silva, “Pacifismo e feminismo em Portugal nas vésperas da 1ª Guerra Mundial”, Comunicação apresentada no I Encontro anual A Europa no Mundo “Pela Paz” (1849-1945), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 4 e 5 de abril de 2013: 2.

¹³¹ *Idem, Ibidem.*

¹³² MARIANO, Maria de Fátima da Silva, *Op. cit.*, 2013: 2-3.

políticas sociais, sobretudo de âmbito materno-infantil, desde o final da monarquia ao Estado Novo»¹³³.

1.2.2. O caso brasileiro

No que diz respeito ao panorama literário brasileiro, constatamos que os primeiros anos do século XX vão replicar-se e fazem desses anos o paraíso para o autoritarismo e para a exclusão política. Com a proclamação da República (1889), o Brasil dá início a uma travessia por dois períodos ditatoriais, longos, que duram por três decénios. Em 1922 (data que assinala o centenário da independência do Brasil), São Paulo – então já considerada a ‘Nova Iorque dos trópicos’, pela sua identidade moderna (desenvolvimento do processo de ‘verticalização’, com a construção, a partir de 1920, dos primeiros ‘arranha-céus’) –, «inventa uma nova estética com a Semana da Arte Moderna»¹³⁴, no qual os escritores Oswald e Mário de Andrade, o músico Villa-Lobos, o escultor Brécheret e os pintores Anita Malfatti, Tarsila de Amaral ou Di Cavalcanti «afirmaram em voz alta a procura de uma “brasilidade” cultural, de uma cultura mestiça que atirasse pela borda fora o academismo e a dependência em relação à Europa»¹³⁵. Contudo, a transposição para o ‘Novo Mundo’, de padrões de comportamento e linguagem, deu resultados díspares. Se, num primeiro momento, a cultura letrada parece repetir, sem alternativa, o modelo europeu, num momento posterior, «posta em situação, em face do índio, ela é estimulada, para não dizer constrangida, a inventar»¹³⁶.

Tendo em conta esta realidade, importa lembrar que para melhor compreendermos o panorama literário brasileiro da altura, temos de ter bem presente que a linguagem a utilizar não pode ser mais a do colonizador, pois «a literatura que se escreve no Brasil é

¹³³ VAQUINHAS, Irene, “Memória e História das mulheres e de Gênero: uma reflexão a partir do caso português”, in *Memória Coletiva, Memória Individual, e História Cultural*, PATRIOTA, Rosangela; RAMOS, Alcides Freire, (Org.), Edições Verona, 1.ª Edição, 2020: 110, [Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/87404/1/Memoria%20e%20Historia%20das%20mulheres.pdf>, acedido a 25 de agosto de 2020]. *Apud*, BAPTISTA, Virgínia, “A participação feminina no movimento mutualista – do final da monarquia ao Estado Novo”, in *Ler História*, n. 62, 2012: 31-51.

¹³⁴ A Semana de Arte Moderna em São Paulo é, acima de tudo, um momento «decisivo na elaboração de uma nova leitura do nacional», pois vai lançar toda uma «revolução estética cujos resultados hão-de ser significativos. Os modernistas rejeitam a cultura de importação, definem a “brasilidade” como consequência de uma profunda mistura de elementos heterogêneos, proclamam um regresso às origens e reivindicam de forma bem provocadora um primitivismo estético». Cf., BENNASSAR, Bartolomé e MARIN, Richard (Dir.), “O Século XX Brasileiro”, in *História do Brasil*, (tradução de Serafim Ferreira), Lisboa, Editorial Teorema, 2000: 484.

¹³⁵ *Idem*, *Op. cit.*, 2000: 299-300.

¹³⁶ BOSI, Alfredo, *Dialética da Colonização*, 3.ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 1998: 31.

já a expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa (...)é isto absolutamente certo desde o Romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política»¹³⁷.

Contudo, e de acordo com VERÍSSIMO, o sentimento que o promoveu e principalmente o distinguiu, «o espírito nativista primeiro e o nacionalista depois», esse se veio formando, desde as primeiras manifestações literárias, «sem que a vassalagem ao pensamento e ao espírito português lograsse jamais abafá-lo. É exatamente essa persistência no tempo e no espaço de tal sentimento, manifestando literariamente, que dá à nossa literatura a unidade e lhe justifica a autonomia»¹³⁸.

Perante este contexto, não será de mais referir que ao longo deste processo de revolução cultural foi preciso esperar até o primeiro quartel do século XX, altura em que «as pontas de lança da inteligência europeia, em um momento de forte autocrítica do imperialismo ocidental, repensaram a arte popular, o estilo do barroco americano e as culturas africanas para que recebessem um olhar de simpatia as formações simbólicas do homem colonizado»¹³⁹. A antropologia antirracista de Franz Boas, que chega ao Brasil pelas mãos de G. Freyre, bem como as vanguardas parisienses das artes plásticas – incluindo a valorização do ‘art nègre’, e pouco depois a releitura dos barrocos feita pela estilística alemã e espanhola –, «críticas, entre si díspares, que contribuíram para despertar um sentimento novo nas elites intelectuais da América Latina»¹⁴⁰.

Na obra organizada por Edith Pimentel PINTO, *O Português do Brasil: Textos Críticos e Teóricos, 1 - 1820/1920, Fontes para a Teoria e a História*, de 1978, há uma clara defesa de que «o conhecimento da própria língua é sem dúvida de uma grande vantagem: escrevê-la bem, qualquer que ela seja, só é dado aos grandes engenhos», tanto mais que «sempre foi, e é, e há de ser por séculos dos séculos dos séculos porque a língua é a parte material, mas indispensável das conceções do espírito»¹⁴¹.

(...) Longe de me opor a semelhante estudo, sou de opinião que se atenda mais e que os literatos se dediquem mais profundamente aos bons autores, gregos e latinos, como complemento da língua pátria: – sou de opinião que o Governo

¹³⁷ VERÍSSIMO, José, *História da Literatura Brasileira. De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*, Rio de Janeiro, Edelbra, 1915: 9.

¹³⁸ *Idem, Ibidem.*

¹³⁹ BOSI, Alfredo, *Op. cit.*, 1915:62-63.

¹⁴⁰ *Idem, Ibidem.*

¹⁴¹ PINTO, Edith Pimentel (Org)., *O Português do Brasil: Textos Críticos e Teóricos, 1 – 1820/1920, Fontes para a Teoria e a História*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1978:33.

do Brasil, seguindo os princípios de nossa Constituição, tão liberal em matérias de ensino, devia mandar reimprimir e vender pelo custo da impressão os bons escritores portugueses – pô-los ao alcance de todos¹⁴².

Ao fazer a defesa da língua brasileira, falada no Brasil, GONÇALVES DIAS salienta que esta não pode seguir parâmetros unicamente portugueses. Em relação a esta questão, PINTO não poderia estar mais de acordo, na medida em que «bom ou mau grado, a língua tupi lançou profundíssimas raízes no português que falamos e nós não podemos, nem devemos atirá-las para um canto a pretexto de que a outros parecem bárbaras e mal soantes»¹⁴³. Contra isso, «protestaria a nossa Flora, a nossa Zoologia, a nossa Topografia. Clássico ou não clássico - Pernambuco é Pernambuco, cajá, paca e outros semelhantes, não tem outro nome»¹⁴⁴, assegura a autora. Contudo, «se isto desagrade a Portugal, é grande pena, mas não tem remédio». Ainda assim, PINTO sugere que «se algumas destas palavras são realmente mal soantes e se não são absolutamente indispensáveis, rejeitem-nas dos escritos sérios, ou somente se aproveitem delas, como o fez Gregório de Matos, para a sátira ou no ridículo»¹⁴⁵. Para a autora, importa esclarecer que independente da Botânica, Geografia e Zoologia «temos imensa quantidade de termos indígenas ou sejam africanos, que até nos dicionários se introduziram, mas que na maior parte só aparecem na conversação – nomes de comidas, termos de pesca, de lavoura etc., que não são clássicos, mas indispensáveis»¹⁴⁶. Como exemplo, refere que «os vaqueiros, os mineiros, os pescadores – os homens da navegação fluvial estão neste caso», daí que considere que «o romance brasileiro não há de poder desenhar nenhum destes tipos, porque lhes faltam os termos próprios no português clássico?»¹⁴⁷.

No campo das relações linguísticas luso-brasileiras, importa referir que nos finais do século XIX, inícios do século XX, nos bastidores já ecoavam um certo mal-estar entre os dois países, tal como podemos observar na troca de correspondência, por exemplo, entre Castro Osório e Monteiro Lobato (1882-1948). Em 1922, o escritor paulista constata que «a nova língua, filha da lusa, nasceu no dia em que Cabral aportou no Brasil. Não há documentos, mas é provável que o primeiro brasileiro surgisse exatamente no dia 22

¹⁴² *Idem, Op. cit.*, 1978: 33-34.

¹⁴³ *Idem, Ibidem.*

¹⁴⁴ PINTO, Edith Pimentel (Org.), *O Português do Brasil (...)*, 1978: 35.

¹⁴⁵ *Idem, Op. cit.*, 1978:36.

¹⁴⁶ *Idem, Ibidem.*

¹⁴⁷ *Idem, O Português do Brasil (...)*, 1978: 36-37.

de abril de 1500»¹⁴⁸. De acordo com LOBATO, «desde então não se passou um dia, talvez, em que a língua do reino fosse na colônia infiltrada de vocábulos novos, de formação local, ou modificada na significação dos antigos»¹⁴⁹. Com a mesma força afirma que «Hoje, após quatrocentos anos de vida, a diferenciação está caracterizada de modo tão acentuado, que um camponês do Minho não compreende nem é compreendido por um jeca de São Paulo ou um gaúcho do sul. Quer isto dizer que no povo – e a língua é criação puramente popular – a cisão já está completa. Nas classes cultas a diferença é menor, se bem que acentuadíssima, sobretudo na pronúncia e no emprego das palavras novas»¹⁵⁰.

No Brasil do fim do século XIX¹⁵¹ (acabado de sair da escravatura) e início do século XX, assistimos a uma «falta de um grande gesto coletivo que permita a identificação do povo e da nação, a questão da identidade nacional cristaliza-se sobre o tema da raça»¹⁵². Contudo, no debate aceso sobre a questão da identidade, a «elaboração de uma mestiçagem excluída», que não conseguimos ligar ao «Brasil real em construção, encontra pouco eco fora dos cenáculos literários»¹⁵³.

No campo da cultura brasileira, a escritora feminista Júlia Lopes de Almeida não esteve livre de sofrer com os preconceitos sociais vigentes, quando «se percebeu apaixonada pelas letras»¹⁵⁴, afirma Marly Jean de Araújo P. VIEIRA. No artigo “A

¹⁴⁸ LOBATO, Monteiro, *O Dicionário Brasileiro*, in “*A Onda Verde e o Presidente Negro*”, São Paulo, Brasiliense, 1967:101.

¹⁴⁹ *Idem*, *Op. cit.*, 1967:102.

¹⁵⁰ LOBATO, Monteiro, *O Dicionário Brasileiro* (...), 1967:105-107.

¹⁵¹ Importa referir que, após a independência do Brasil, em 1822, verifica-se que os caminhos da afirmação nacional e a construção da identidade brasileira passavam por glorificar um passado que colocava ao lado do explorador português o heroico indígena, resultando do encontro das duas raças o brasileiro, daí a necessária exaltação da figura mítica do índio. Esta necessidade de afirmação nacional dá-se no contexto do surgimento da literatura romântica, que focalizada na procura de uma certa “originalidade étnica e cultural”, acabou por dar um importante contributo para a construção da “identidade nacional”, ou seja, para a afirmação do país como nação. Nesta viagem pelo panorama literário e de construção da identidade brasileira, encontramos em Gonçalves Dias, José de Alencar e Bernardo Guimarães um esforço de releitura e análise dos documentos deixados pelos exploradores, viajantes e missionários, adotando, cada um deles, uma atitude moderna de recusa do etnocentrismo, para melhor entender e compreender os usos e costumes nativos e demonstrar que os índios são detentores de uma civilização e História próprias, com valores e crenças que escaparam ao entendimento de quem primeiro os encontrou, alheios aos conteúdos semióticos dos códigos culturais. Cf., FREITAS, Carla Baptista De, *Antropofagia Ritual e Identidade Cultural nas Sociedades Ameríndias: A Representação do “Outro” na Literatura Brasileira e Portuguesa do Século XIX*, Secretaria Regional da Educação e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 2011:84-85.

¹⁵² BENNASSAR, Bartolomé e MARIN, Richard (Dir.), “O Século XX Brasileiro”, in *História do Brasil*, (tradução de Serafim Ferreira), Lisboa, Editorial Teorema, 2000: 479.

¹⁵³ *Idem*, *Op. cit.*, 2000: 484.

¹⁵⁴ VIEIRA, Marly Jean de Araújo P., “A Literatura Feminista de Júlia Lopes de Almeida”, in *Anais do XIV Seminário Nacional Mulher e Literatura / V Seminário Internacional Mulher e Literatura, Palavra e Poder – Representações Literárias*, Universidade de Brasília, Brasília, 4 a 6 de agosto de 2011:1866. Acerca da escritora feminista remetemos para a análise mais detalhada no subcapítulo 2.5. “Júlia Lopes de Almeida: a primeira-dama da Belle Époque brasileira”.

Literatura Feminista de Júlia Lopes de Almeida”, a autora volta a confirmar a discriminação social de que teria sido alvo a escritora paulista – facto que também já teria observado Nadilza Moreira –, pois «enquanto para os homens a autoria era considerada como profissão rentável e respeitável (...), para as mulheres o ato de escrever era visto como uma rebeldia» que deixava exposta a escritora «ao ridículo, à mofa e a dessexualizava»¹⁵⁵, observa. Como se não bastasse, «caso fosse casada expunha o marido a situações constrangedoras, e tendo filhos era tida como negligente na incansável missão de mãe»¹⁵⁶, sublinha.

Para contornar a exposição à crítica, Júlia Lopes de Almeida assinou muitos dos seus artigos publicados, em jornais e revistas, por mais de trinta anos, com os pseudónimos A. Julinto ou Ecila Worms. Segundo VIEIRA, «o uso deste recurso evitava que as escritoras – e seus familiares – se expusessem aos preconceitos da época» e revela ainda a «dificuldade da mulher em expressar outras habilidades e se afirmar no exercício de atividades diferentes das tarefas domésticas». Perante este cenário constrangedor, só a «sua postura diferenciada permitiu que ela não só se projetasse como escritora talentosa no meio intelectual do seu tempo», mas também possibilitasse a abertura a outras escritoras de um espaço na cena cultural da sociedade brasileira, ao qual «não haviam tido acesso até então»¹⁵⁷, explica.

Para melhor compreendermos o ponto em análise, “O panorama sociopolítico e cultural português e brasileiro no início do século XX” – e no que ao Brasil diz respeito –, não podemos contornar os finais do século XIX brasileiro. Estes foram tempos de mudança, ‘contaminados’ por uma urbanização que formou a classe média (e leitores), nos quais, a mulher brasileira tornou-se simultaneamente parte que integrava o público e, em menor número, praticante do ofício. No Velho e no Novo Mundo, a mulher desempenhou vários papéis e desenvolveu um conjunto de atividades diferenciadas, «não prescritas, até mesmo transgressoras»¹⁵⁸, como o de escritora. Num outro artigo publicado

¹⁵⁵ *Idem, Op. cit.*, 2011:1866, *Apud* MOREIRA, Nadilza Martins de Barros, “Júlia Lopes de Almeida e o universo feminino, carioca e burguês em Livro das Noivas”, in *Revista Temas em Educação*, n.º1, EDUEPB - Editora Universitária da Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2002: 43.

¹⁵⁶ MOREIRA, Nadilza Martins de Barros, “Júlia Lopes de Almeida e o universo feminino, carioca e burguês em Livro das Noivas”, *Revista Temas em Educação*, n.º1, EDUEPB - Editora Universitária da Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2002: 43.

¹⁵⁷ VIEIRA, Marly Jean de Araújo P., “A Literatura Feminista de Júlia Lopes de Almeida”, in *Anais do XIV Seminário Nacional Mulher e Literatura / V Seminário Internacional Mulher e Literatura, Palavra e Poder – Representações Literárias*, Universidade de Brasília, Brasília, 4 a 6 de agosto de 2011: 1867.

¹⁵⁸ TELLES, Norma, “Rebeldes, Escritoras, Abolicionistas”, in *Revista de História*, n.º 120, janeiro – julho, USP, São Paulo, 1989: 74. Sobre o assunto *vide* *Nova História das Mulheres no Brasil*, PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria, São Paulo, Contexto, 2012.

por TELLES – historiadora paulista que se tem dedicado à investigação sobre as escritoras brasileiras do século XIX –, a autora afirma que Júlia Lopes de Almeida levou a cabo a árdua tarefa de se tornar ‘profissional das Letras’, ou seja, «talvez tenha sido a única escritora do período a conseguir dinheiro com sua pena»¹⁵⁹. TELLES considera que as mulheres que, no século XIX, «tomaram a pena e escreveram», numa situação de dependência, primeiro do pai, depois do marido, muitas vezes «se identificaram com as vítimas da opressão»¹⁶⁰. Na opinião da historiadora, este sentimento deve-se ao facto de

Para a mulher escrever dentro de uma cultura que define a criação como dom exclusivamente masculino, e propaga o preceito segundo o qual para a mulher o melhor livro é a almofada e o bastidor, é necessário rebeldia e desobediência aos códigos culturais vigentes. O ato de escrever implica numa revisão do processo de socialização assim como das representações conscientes; implica também em um enfrentamento do inconsciente invadido pela situação objetiva de dependência do homem e que condicionava desta perspectiva a formação do eu¹⁶¹.

A ênfase da República no projeto educacional do Brasil, de acordo com o que proclamavam os governantes liberais da época em estudo, encontrou alguns obstáculos, que rebatiam os ideais republicanos, no que aos periódicos pedagógicos diz respeito. A este título, podemos dar como exemplos: a *Revista Moderna* (1892), a *Escola Pública* (1895), a *Revista de Ensino* (1902) e a *Revista dos Educadores* (1912). Estes seriam, para os leitores brasileiros da altura, os ‘títulos de peso’ para as questões da pedagogia. Todos passaram por tempos difíceis, que colocaram em causa a sua sobrevivência. Por exemplo, a *Revista Ensino* não vingou a partir de 1918. Contudo, não foi caso único. O facto das outras revistas terem tido tiragens curtas espelha muito bem a falta de apoio à instrução pública brasileira, tão amplamente aclamada nos discursos do Estado Republicano. Sobre a instrução pública, vamos tratar ainda neste I Capítulo, no ponto “1.3. Escola: espaço de instrução ou de educação?”.

Resta-nos acrescentar que o estudo da história das relações culturais entre Portugal e o Brasil, no campo da história das mulheres, nos primeiros anos do século XX, só fica completo com a análise atenta da expressão do mundo feminino, que conheceu, no passado, e continua a trazer para o presente, diversas mulheres que foram autoras,

¹⁵⁹ TELLES, Norma, “Escritoras, Escritas, Escrituras”, in *História das Mulheres no Brasil*, (Dir. de) Mary Del Priore, 6.ª Edição, Contexto, São Paulo, 1997: 441.

¹⁶⁰ TELLES, Norma, “Rebeldes, Escritoras, Abolicionistas”, (...) 1989: 74.

¹⁶¹ *Idem, Ibidem.*

abordando temas e conteúdos diversificados, quer em jornais, quer em revistas, de forma pontual ou periodicamente, assinando artigos generalistas ou femininos, em nome próprio ou sob pseudónimos. É neste contexto saído da Europa do ‘devir’, com todas as suas revoluções e transformações culturais, que vamos encaixar, de entre outras, as portuguesas **Ana de Castro Osório** e **Emília de Sousa Costa**, e a brasileira **Júlia Lopes de Almeida**.

No artigo “O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política”, Rita de Cássia Barbosa de ARAÚJO considera que as transformações relativas ao papel social das mulheres brasileiras, nas quais insere a participação destas na vida política, «eram percebidas e explicadas em termos do fluir histórico»¹⁶². A autora convoca para o estudo Edwiges de Sá PEREIRA¹⁶³, que fala «sobre a primeira categoria de mulher brasileira: a que não precisava trabalhar para sobreviver»¹⁶⁴. De acordo com ARAÚJO, é através do discurso desta feminista brasileira que chega até nós o entusiasmo resultante da campanha abolicionista, que considera «um marco inaugural do movimento feminista no país, segundo se depreende dos seus estudos»¹⁶⁵. É a partir deste momento que se observa uma mudança de hábitos no universo feminino, na medida em que «a mulher emancipada se foi desvencilhando gradativamente os afazeres domésticos, que a absorvia quase por completo, sendo atraída e seduzida por atividades situadas na esfera da vida coletiva pública. A passagem da vida doméstica, privada e familiar, para a coletiva, pública e social, processara-se mediante o ingresso nas associações religiosas, a princípio, e nas de caridades, em seguida»¹⁶⁶. E esta mudança, está bem patente no discurso de PEREIRA:

E esta personalidade, solicitada pelos reclamos da vida prática e útil, que entrou a conhecer de perto e com a qual se identificou, foi a pouco e pouco se desdobrando, a pouco e pouco ingressando nas atividades fora do lar. As associações religiosas a princípio, depois a caridade associada: os orfanatos, os asilos, a creche, as escolas, os comites patrióticos, por fim bastaram-lhe até certo tempo. Hoje, mais não. Hoje a mulher que pode não limita sua ação: ela

¹⁶² ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de, “O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política”, in *Estudos Avançados*, v. 17, n.º 49, São Paulo, set./dez., 2003: 140. [Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18401.pdf>, acedido a 19 de agosto de 2020].

¹⁶³ Educadora, jornalista, poetisa e ativista feminista brasileira, nascida em 1884. Como educadora, iniciou a sua carreira a lecionar, aos 13 anos, História do Brasil e História Geral, e Língua Portuguesa. Morreu em 1958.

¹⁶⁴ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de, *Op. cit.*, 2003: 140. *Apud*, PEREIRA, Edwiges de Sá, “Pela mulher, para a mulher”, Trabalho apresentado ao *Segundo Congresso Internacional Feminino*, Recife, Oficinas Graphics da Boa Imprensa, 1932: 7.

¹⁶⁵ *Idem, Ibidem*.

¹⁶⁶ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de, *Op. cit.*, 2003: 140.

projeta para um destino de maior expansão as iniciativas de que se sente capaz¹⁶⁷.

Na introdução ao artigo, ARAÚJO começa por referir que data de 26 janeiro de 1933, o início da publicação de «um enquete, realizada junto a “ilustres senhoras e senhorinhas da sociedade pernambucana”», no *Diário de Pernambuco*¹⁶⁸. Segundo a autora, foram dezanove as mulheres que colaboraram com o jornal, que tinha deixado no ar a seguinte pergunta: «“A quem deverá caber a representação da mulher pernambucana na futura constituinte?”», sendo o resultado da última consulta publicado em 4 de abril daquele mesmo ano»¹⁶⁹. Se, num primeiro momento, a pergunta tinha sido lançada apenas às pernambucanas, muito rapidamente chegou às mulheres que habitavam alguns Estados vizinhos, como o da Paraíba e de Alagoas. Mas não foi só. A pergunta ganhou um maior eco quando foram chamadas a responder as militantes de duas associações de mulheres, no caso concreto: a Federação Pernambucana para o Progresso Feminino e a Liga Eleitoral Católica. Ambas funcionavam no Recife. O resultado alcançado através do *Diário de Pernambuco* foi, no nosso entender, merecedor de registo, uma vez que se contam vinte e duas matérias jornalísticas dedicadas ao assunto. Também não podemos deixar de estar mais de acordo com a leitura feita por ARAÚJO: «A idéia de realizar a pesquisa ouvindo exclusivamente mulheres, bem como sua temática, execução e publicação eram, em si mesmas, uma inovação – e não apenas no âmbito da imprensa jornalística»¹⁷⁰.

Sobre o longo período de falta de visibilidade feminina e opacidade das fontes, para que se escreva, no nosso entender, uma verdadeira História das Mulheres, no caso em concreto, das mulheres brasileiras, Rachel SOIHET, «informam muito sobre o seu lugar

¹⁶⁷ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de, *Op. cit.*, 2003: 140. *Apud*, PEREIRA, Edwiges de Sá, “Pela mulher, para a mulher”, Trabalho apresentado ao *Segundo Congresso Internacional Feminino*, Recife, Oficinas Graphics da Boa Imprensa, 1932: 7.

¹⁶⁸ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de, *Op. cit.*, 2003: 133. O *Diário de Pernambuco* foi fundado em 1825. Sediado no Recife, é o jornal mais antigo da América Latina, ainda hoje em circulação. Sobre este órgão de imprensa brasileira, *vide* a obra organizada por Gilberto Freyre (1979, Edição fac-símile) para marcar o centenário do jornal e Nascimento (1968).

¹⁶⁹ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de, *Op. cit.*, 2003: 133. Sobre este assunto, *vide* FERMINO, Chrystiane Castellucci, *As Mulheres nas Constituições e nos Códigos Cíveis Portugueses e Brasileiros dos sécs. XIX e XX*, Dissertação de mestrado em Estudos Feministas, Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2012. [Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/24342>, acedido a 15 março de 2019].

¹⁷⁰ *Idem, Ibidem.*

na disciplina histórica»¹⁷¹. No artigo “A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia”, publicado originalmente em 1986, em *Annales, Esc* (Paris, n.º 2), a investigadora fala em mudanças importantes, operadas em dez anos, sobretudo na forma de analisar e identificar os objetos históricos. SOIHET refere mesmo que

No interior deste amplo movimento sobre o qual poucas reflexões foram desenvolvidas, a história das mulheres oscilou entre sistemas muito variados de exclusão, de tolerância e de banalização, esse último tema de maior importância no momento. Colocá-los em evidência responde a um duplo objetivo; o de permanecer crítico com respeito às formulações próprias à história das mulheres; o de questionar, por outro lado, a necessária relação entre este campo de estudos e o conjunto da pesquisa histórica. Trata-se de um projeto ambicioso e sabemos da dificuldade em colocá-lo em prática: sempre é mais fácil formular questões do que resolvê-las. Mas a história não é só produção de saber, é também formulação de perguntas¹⁷².

1.3. Escola: espaço de instrução ou de educação?

Tratando-se ou não de um fenómeno de ‘elites’, a alfabetização da Europa de finais do século XIX-inícios do século XX foi um modelo replicado no Novo Mundo. Do ponto de vista histórico, podemos afirmar que a expansão do sistema escolar nos países da Europa do século XIX tinha como principal objetivo «disciplinar a aprendizagem social da leitura»¹⁷³. Esta «instrução letrada» foi se tornando ‘monopólio’ da escola, enquanto espaço físico, e centrada «num determinado período da vida do indivíduo, a infância»¹⁷⁴. Os responsáveis pelos projetos de escolarização do século XIX, «sempre afligidos pela resistência à escola, tanto maior quanto mais analfabeto era o meio social»,

¹⁷¹ SOIHET, Rachel, “A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia”, Niterói, v. 2, nº 1, 2.º sem., 2001: 7. [Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30986/18075>, acessado a 25 de agosto de 2020].

¹⁷² *Idem*, *Op. cit.*, 2001: 8. Sobre este assunto, vide SOIHET, Rachel, “Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX”, Trabalho apresentado no 7º *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, realizado na Universidade de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, em 2006. [Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_40.html, acessado a 27 de janeiro de 2019].

¹⁷³ RAMOS, Rui, “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal Contemporâneo”, in *Análise Social*, vol. XXIV, 1988:1101.

¹⁷⁴ *Idem*, *Op. cit.*, 1988: 1101.

terão que se debater com este desequilíbrio entre a lei da oferta e da procura, sobretudo se atendermos ao facto de que deveria ser esta procura educativa, que quase não existia, a base que iria sustentar a escola, enquanto instituição. Sobre este facto, FURET e OZOUF, afirmam mesmo que «les mentalités s’ouvrent plus lentement que les écoles»¹⁷⁵.

Ao analisarmos a história da alfabetização na Europa, percebemos que a Escola, enquanto instituição, espaço físico, é «um lugar recente da alfabetização» e, mesmo durante a fase da sua instalação e expansão territorial, no século XIX, nunca foi o único lugar – embora se tenha convertido no mais importante –, onde a aprendizagem das letras se realizou¹⁷⁶. Antes, a aprendizagem do alfabeto fazia-se nos mais variados contextos sociais, como por exemplo: na família, na comunidade religiosa, no ofício, no exército, no grupo de amigos, entre outros. Senão, vejamos: «Que o ensino não esteve reservado ao professor da escola pode-se deduzir, por exemplo, da variedade de pessoas que, quando o sistema escolar estatal foi instalado em Portugal, a partir de 1772, se candidataram a lugares de mestres de leitura. Por ordem decrescente de importância, encontramos padres, monges e egressos, artesãos, escrivães, antigos alunos das aulas régias e funcionários públicos (...) exerciam de facto a docência e não queriam mais que legalizar o seu passatempo ou assegurar a remuneração régia»¹⁷⁷.

Resta-nos concluir que a utilização da palavra escrita terá sido, no nosso entender, um instrumento crucial não só para a dinamização cultural, como na disseminação e consolidação dos processos sociopolíticos modernos, «quer nos refiramos ao incremento da mobilidade social que acompanha o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, quer aos processos de integração que sustentaram a “cultura do cidadão”»¹⁷⁸, que está na base dos regimes liberais do século XIX europeu.

¹⁷⁵ FURET, François; OZOUF Jacques, *Lire et Ecrire. L’Alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1977: 281-282.

¹⁷⁶ RAMOS, Rui, *Op. cit.*, 1988:1100.

¹⁷⁷ *Idem, Ibidem.*

¹⁷⁸ CANDEIAS, António, “Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal”, in *Análise Social*, vol. XL (176), 2005: 485. [Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218710671V6sUD4kn5Ud40EI2.pdf>, acedido em 23 de junho de 2019]. Ainda sobre este assunto veja-se uma outra maneira de pensar as evoluções e oposições intelectuais, a partir da análise das instituições de ensino e das sociabilidades intelectuais e da história da leitura, permanentemente confrontada com a história do livro, da edição ou dos objetos, bem como a análise da cultura política, a partir dos círculos cortesãos aos meios populares. Cf., CHARTIER, Roger, *A História Cultural. Entre práticas e representações*, 2.ª Ed., Difel, 2002; BRAGANÇA, Aníbal, “A transmissão do saber, a educação e a edição de livros escolares”, in DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Org.), *Política, nação e edição, o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*, 1.ª Ed., São Paulo, Annablume, 2006: 553-563.

1.3.1. Da laicização da I República portuguesa ao Estado Novo

A “laicização como projeto cultural da I República” ou “consequências da rutura entre a religião e a política em 1911”. Um, ou outro, bem poderiam ser o título deste capítulo. Conforme já analisamos no capítulo anterior desta Tese, a Lei da Separação do Estado das Igrejas, decretada por Afonso Costa, em 20 de abril de 1911, foi o culminar de um processo de afirmação da laicidade, que se fez anunciar ao longo da segunda metade do século XIX. Neste programa político e cultural, traçado pelos republicanos, não se assiste apenas à separação entre o Estado e as Igrejas. Trata-se de um acontecimento mais profundo e complexo, que requer reflexão, na medida em que somos confrontados com uma realidade que irá afetar, a longo e a médio prazo, o campo da ‘instrução’ ou da educação; isto é, quando o Estado se separa da Igreja, o poder civil também se separa da escola, e a educação passa a ser uma bandeira da formação para a cidadania. E, será neste contexto, que vamos conhecer as reformas da I República para os vários graus de ensino: primário, secundário e universitário, que irão moldar a consciência e a formação do cidadão demoliberal.

Na obra de PEREIRA, no primeiro capítulo, subordinado ao título “Laicização e cidadania: o projeto cultural e político”, a autora afirma que «no cerne da República encontra-se o projeto de profunda mudança cultural contida numa única palavra: laicização»¹⁷⁹. Uma laicização do Estado e da nação. Para PEREIRA, é necessário entendermos a República como um tempo de formação para a cidadania, isto apesar das contingências que a escola teve na educação, bem como no combate ao analfabetismo. Ao equacionar as relações de poder entre as forças políticas e a Igreja, a historiadora transporta-nos para uma análise da dimensão institucional da educação e da ‘produção’ de leitores – nos vários níveis de ensino, desde o ensino primário particular laico, entre outros, à difusão da leitura pública –, que será a base do projeto republicano que tinha, entre outros, o objetivo claro de «criar o homem novo e a sociedade nova em consonância com o ideal positivista de progresso»¹⁸⁰.

Com a publicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas, de 20 de abril de 1911, e a consequente implementação do novo modelo jurídico-constitucional, PEREIRA salienta – em género de balanço do impacto do novo quadro jurídico –, entre os aspetos

¹⁷⁹ PEREIRA, Miriam Halpern, *A Primeira República. Na Fronteira do Liberalismo e da Democracia*, 2.ª Edição, Lisboa, Gradiva Publicações S.A., 2016: 55.

¹⁸⁰ *Idem, Ibidem.*

positivos, os avanços alcançados na «democratização do acesso ao ensino e à cultura», bem como e na «promoção da qualificação e modernização de uma elite mais abrangente social e geograficamente»¹⁸¹.

A escola, enquanto espaço de ‘instrução’ ou educação, quer pela sua própria organização, pelos conteúdos ministrados, bem como pelo número de alunos que foi ensinando, foi ganhando características moldáveis, justificadas pelo processo de ‘modernização’ da sociedade, pelo que se torna uma instituição «apetecível e suscetível de facilmente ser utilizada pelo poder»¹⁸².

O século XX parecia promissor para quem queria acreditar no progresso. António Gomes FERREIRA, no artigo “A criança e a pedologia no contexto da Primeira República em Portugal”, afirma que, por altura da instauração do regime republicano em Portugal, havia uma grande vontade de «colocar o país no caminho do futuro», e os protagonistas da República «pensaram que o futuro da sociedade dependia da educação»¹⁸³. A educação era «a “pedra de toque” do desenvolvimento. O decreto que instituía a reforma do ensino primário não podia ser mais nessa associação, dizendo no seu preâmbulo: “E só se pode fazer progredir e desenvolver uma sociedade, fazendo com que a ação contínua, incessante e persistente de educação, atinja o ser humano, sob o tríplice aspeto: físico, intelectual e moral (Dec. 29 de Março de 1911)»¹⁸⁴.

De acordo com o decreto, a criança, ao longo do processo de educação – que só vai conhecer uma verdadeira transformação quando seguir uma conceção positivista –, deixa de estar submetida «à influência da religião católica para iniciar um processo de emancipação dos falsos dogmas», adotando em seu lugar, uma «moral utilitária de solidariedade e uma instrução prática e intuitiva»¹⁸⁵, sublinha.

É, entre outros, em Condorcet – que sempre defendeu a formação intelectual de aquisição de informação tão relevante quanto considerava a desigualdade de instrução uma «espécie de tirania» –, que se vão basear os ideais da educação republicana em Portugal. FERREIRA lembra que foi ele quem advogou uma generalização da instrução e a defesa de «uma escola pública que permitisse às pessoas libertar-se da dependência

¹⁸¹ PEREIRA, Miriam Halpern, *A Primeira República (...)*, 2016: 77.

¹⁸² FERREIRA, António Gomes, “A criança e a pedologia no contexto da Primeira República em Portugal”, in *A Experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*, MOURÃO, Alda; GOMES, Ângela de Castro (Coord.), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014: 300. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/35879>, acedido a 8 de janeiro de 2019].

¹⁸³ *Idem*, *Op. cit.*, 2014:301.

¹⁸⁴ *Idem*, *Ibidem*.

¹⁸⁵ FERREIRA, António Gomes, *Op. cit.*, p. 301.

intelectual», pois entendia que «o conhecimento e a verdade são a base de uma formação necessária a uma sociedade próspera e sustentada»¹⁸⁶. O homem passa a ser o sujeito da sua própria educação. Neste período das últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX, outra ideia forte que é sustentada é a da «educação integral» – ideia que emerge nos inícios da modernidade e projeta, a partir de Locke, a ambição pedagógica e o desejo de formar o indivíduo –, no sentido de assegurar a formação de uma «população melhor preparada para responder às necessidades de economias mais exigentes e de Estados melhor organizados»¹⁸⁷.

Muito embora o estudo científico da criança em Portugal estivesse «muito atrasado», no artigo de FERREIRA é dado a conhecer que, no fim da segunda década de Novecentos, vários estudos sobre a criança portuguesa vão permitir a Alves do Santos, Professor da Universidade de Coimbra, publicar dois livros bem demonstrativos do seu empenho neste campo da Pedologia. O primeiro, em 1917, com o título *O crescimento da criança portuguesa. Subsídios para a constituição duma pedologia nacional*; o segundo, em 1919, intitulado: *Educação nova. As bases. O corpo da criança*. A partir destas obras, «a criança podia ser ‘estudada em si mesma’, sem outro intuito que não fosse o de a conhecermos, do mesmo modo que o botanista estuda as plantas, ou o entomólogo, os costumes dos animais»¹⁸⁸. Muito embora seja evidente a necessidade de se investir no estudo da criança, ALVES DOS SANTOS inscreve-se, a partir de Portugal, no movimento pedagógico internacional, que no nosso entender não deve ser interpretado fora do contexto político nacional que começava a aceitar a educação como uma condição necessária ao progresso e ao desenvolvimento, como linha basilar do projeto republicano que visava «criar o homem novo e a sociedade nova em consonância com o ideal positivista de progresso»¹⁸⁹.

Para a geração de historiadores da alfabetização, na qual se incluem, entre outros, François FURET e Jacques OZOUF, a alfabetização deixa de ser uma simples ‘taxa’, «heroica ou depressiva», para vir a ser estudada e compreendida como «um modo de vida», ou seja, «uma certa relação com a cultura letrada que deve ser definida pelo quadro da cultura tradicional, pelo da estrutura de classes, pelo dos sistemas de poder»¹⁹⁰. Em *Lire et Écrire. L’Alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*, os autores são

¹⁸⁶ *Idem, Ibidem.*

¹⁸⁷ FERREIRA, António Gomes, “A criança e a pedologia (...)”, 2014: 303.

¹⁸⁸ *Idem, Op. cit.*, 2014: 307.

¹⁸⁹ PEREIRA, Miriam Halpern, *A Primeira República (...)*, 2016: 55.

¹⁹⁰ RAMOS, Rui, *Culturas da alfabetização (...)*, 1988: 1079.

coerentes ao afirmarem que para eles a «alfabetização é exatamente a história da penetração de um modelo cultural elitista na sociedade»¹⁹¹. Ao encontrar consistência na solução apresentada pelos historiadores franceses, RAMOS acrescenta que esta «teria descido gradualmente a comprida escadaria social que ia do notável das cidades até ao jornaleiro do campo»¹⁹², cumprindo-se, deste modo, a ‘vulgarização’ da cultura.

Ainda a respeito da educação, quer gostemos ou não, a verdade é que era vista como um degrau social. Progredia-se conforme os degraus que a escada tinha. Neste sistema de elevação social, RAMOS fala num outro elemento, num ‘elo de ligação’ da cadeia da «circulação cultural», a emigração. Um elo sem o qual «ela não poderia, talvez, ter funcionado como funcionou»¹⁹³. A comprovar esta afirmação, dá conta do que já tinha sido escrito, em 1873, por D. António da Costa, que transcreve: «Entre as classes aristocráticas e as populares levanta-se uma entidade que tem lugar distinto e que representa um elemento notável. É o Brasileiro»¹⁹⁴.

Para Alberto FERREIRA, a discussão sobre a educação em Portugal apresenta-se, a esta distância, como «um diálogo de surdos». De acordo com o autor – e segundo D. António da Costa¹⁹⁵, Antero de Quental, Henriques Nogueira ou Lopes de Mendonça, entre outros autores clássicos –, a tradição conservadora, bem como o interesse privado, sempre «predominaram nas estruturas do País» e se «antepuseram ao dinamismo do progresso, quer este se manifestasse na forma de indústria e comércio, quer nos surgisse de modo mais intelectual, na forma de instrução e educação»¹⁹⁶. O problema da escola

¹⁹¹ FURET, François; OZOUF Jacques, *Lire et Écrire. L’Alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1977: 176.

¹⁹² RAMOS, Rui, *Op. cit.*, 1988: 1075.

¹⁹³ *Idem*, *Op. cit.*, 1988: 1088.

¹⁹⁴ RAMOS, Rui, *Culturas da alfabetização (...)*, 1988: 1088. Ainda sobre o assunto vide ALVES, Jorge Fernandes, *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*, Gráfica Reunidos, 1994.

¹⁹⁵ Um dos pedagogos mais importantes do século XIX e o primeiro titular do Ministério da Instrução Pública. D. António Costa defendeu, em vários opúsculos, a criação de um Ministério de Instrução Pública, no qual se deveriam concentrar os assuntos relativos à instrução que andavam espalhados por outros ministérios, com especial incidência no Ministério do Reino que centralizava não só a maior parte dos assuntos educativos, como toda uma série de assuntos do Estado, o que o tornava particularmente inoperante. Segundo o próprio pedagogo, «só um homem excepcional poderia dirigir um tal ministério. Cf., COSTA, D. António da, *Necessidade de um Ministério de Instrução Pública*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868. «Em 12 de Junho de 1870, foi finalmente criado o “Ministério dos Negócios da Instrução Pública”, para ser abolido dois meses depois, quando, em Agosto, novas perturbações políticas provocaram a queda de Saldanha, então substituído por Sá da Bandeira que chamou para a pasta do reino D. António Alves Martins, bispo de Viseu, que através de uma série de decretos aboliu, não só o “Ministério dos Negócios da Instrução Pública”, como as Escolas Normais masculinas e femininas, o Instituto de Educação Feminina e a reforma da Instrução Primária de D. António da Costa». Cf., PROENÇA, Maria Cândida, *A Reforma de Jaime Moniz*, Edições Colibri, Lisboa, 1997: 62-63.

¹⁹⁶ FERREIRA, Alberto, *Estudos de Cultura Portuguesa (Século XIX)*, Moraes Editores, Lisboa, 1980: 28.

(aberta para o povo) e da sua reforma subentendia, porém, «a reforma das estruturas políticas do Estado». Importa sublinhar que «associava-se à questão central do género humano, à questão da sua liberdade e libertação»¹⁹⁷.

Ao examinar as coordenadas da sociedade portuguesa, D. António da COSTA considera a universalidade e a liberdade, como verdadeiras essências do ser humano. Daqui se deduz que embora seja aceitável, para o autor, o importante é que não sejam aniquilados em anos, os «interesses que os séculos criaram»¹⁹⁸, acredita, ainda assim, que a libertação iria ocorrer durante o processo do conhecimento de si mesmo, na descoberta social da liberdade. Para tal, havia que se percorrer um caminho seguro, que culminava com a implantação ‘arrojada’ da instrução primária. COSTA, que defendia que o homem não nascia igual nos dons, mas «nascia igualmente dotado de liberdade»¹⁹⁹, acrescenta ainda que «diante da religião do amor o homem é irmão do homem, porque todos são livres, sem o que deixariam de poder elevar-se aos altos destinos a que a civilização os convida. Concebe-se o absolutismo ignorante, e só ignorante se concebe». No que à liberdade dizia respeito, o futuro ministro da Instrução Pública²⁰⁰ defendia que essa não se poderia conceber senão ‘inteligente’, pelo que considerava sendo o homem livre por ‘natureza’, este «carece de uma instrução que lhe devolva o espírito, de uma educação que lhe forme a alma, e de um trabalho que lhe seja vida, como encargo que a providência lhe impôs»²⁰¹.

No contexto da crise de final do século XIX, o caos instalado no ensino pode ser visto como um fator de ressurgimento, de regeneração, na medida em que «o maior dano provém (...) da nossa falta de fé no valor da educação; o maior mal promana do nosso acanhado apreço de seus efeitos», assegura JAIME MONIZ (1837-1917). De acordo com o pedagogo e reformador madeirense, a esperança colocada na regeneração nacional, na ‘felicidade pública’, «no aperfeiçoamento popular, tão curadas, prometedoras e robustas a respeito de outras províncias de administração, porventura menos compensadoras, arrastam-se tímidas, sem alento, esvaecidas, sobre quanto se alia aos interesses da cultura moral»²⁰².

¹⁹⁷ *Idem, Ibidem.*

¹⁹⁸ COSTA, D. António da, *A Instrução Nacional*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1870: 4.

¹⁹⁹ FERREIRA, Alberto, *Op. cit.*, 1980: 29.

²⁰⁰ Por tempo efêmero, pois esteve à frente do ministério apenas 69 dias, entre 22 de junho e 29 de agosto de 1870.

²⁰¹ COSTA, D. António da, *Op. cit.*, 1870: 5.

²⁰² Jaime Moniz, Discurso proferido na Câmara dos Dignos Pares do Reino, em 17 de julho de 1890. Cf., PROENÇA, Maria Cândida, *A Reforma de Jaime Moniz*, Edições Colibri, Lisboa, 1997: 165.

De acordo com Maria Cândida PROENÇA, as sucessivas vagas regeneradoras que se fizeram sentir em Portugal foram ganhando diversas conotações, à medida que se operavam as transformações conjunturais. Deste modo, à regeneração política do vintismo, seguiu-se, em 1851, a «regeneração social, conotada com os melhoramentos materiais que procurava instalar nas vontades a esperança salvadora e a reconciliação nacional após os conturbados tempos das lutas militares e ideológicas»²⁰³. Para PROENÇA, se o recurso ao vocábulo ‘regeneração’ como «polarizador do espírito nacional foi uma constante», quer ao longo do século XIX, quer na primeira metade do século XX, não será, portanto, de «estranhar que um conceito tão abrangente viesse a envolver também uma conotação cultural e educativa»²⁰⁴.

Se, no início do Liberalismo, a ilustração²⁰⁵ era encarada como um suporte base «à manutenção do próprio regime», uma vez que se considerava necessária a instrução das populações «para compreenderem as novas instituições a participarem conscientemente na vida política nacional», a partir da segunda metade do século, «a expressão mobilizadora de vontades passou a ser a regeneração social». No ensino também se apontava para este novo rumo. Surgem, portanto, novos objetivos. O progresso material «implicava o progresso técnico decorrente do avanço científico». De acordo com PROENÇA, este já não era o tempo do «cidadão ilustrado capaz de compreender as instituições liberais», mas o do indivíduo, que «pelo ensino de cariz iminentemente científico e utilitário, possa preparar-se para a vida prática, para o desempenho de uma função»²⁰⁶.

Impõe-se concluir que, para uma nova época, aposta-se em novos valores: a ciência e o trabalho passam a ser considerados os principais fatores para a «regeneração do género humano»²⁰⁷. O mesmo já defendia D. António da COSTA, para quem a trilogia “ensino, educação e trabalho” eram «três instituições» que constituíam «a instrução de todos, a instrução nacional, e nas mãos da instrução nacional está a vida da nação, como nas da instrução universal está a existência da humanidade»²⁰⁸. Porém, o ensino debatia-se com graves e sérias dificuldades que se podiam traduzir, por exemplo, nas seguintes carências: «instalações deficientes, ou mesmo impróprias; falta ou inexistência de material didático;

²⁰³ PROENÇA, Maria Cândida, *Op. cit.*, 1997:166.

²⁰⁴ *Idem, Ibidem.*

²⁰⁵ O século XVIII é conhecido historicamente como sendo “O Século das Luzes”, da “A Ilustração” ou do “O Iluminismo”.

²⁰⁶ PROENÇA, Maria Cândida, *Op. cit.*, 1997:166.

²⁰⁷ *Idem, A Reforma (...)*, 1997: 166-167.

²⁰⁸ COSTA, D. António da, *A Instrução Nacional*, Lisboa, 1870:6.

insuficiente formação científica e pedagógica do corpo docente; desorganização curricular; ausência de critérios psicopedagógicos no estabelecimento dos horários escolares; politização exagerada das questões educativas; subordinação das normas escolares ao clientelismo eleitoral»²⁰⁹, sublinha PROENÇA.

Sobre a crise do ensino e a consequente necessidade de reformas, Jaime Moniz mostra-se muito esclarecido, quando afirma: «à desordem sucede a desordem». E a falta de otimismo do político, professor e pedagogo prende-se ao facto do próprio poder público, vítima das próprias ‘complacências’, nem sabe o que quer. Porém, o reformador insiste: «O estado lastimoso do ensino secundário em Portugal não pode continuar. É mister pôr termo à situação a que ele desceu, porque assim o requerem numerosas e importantes vantagens. Tudo está exigindo que se obvie, sem demora, à ruína de uma função social cujo valor elevadíssimo ninguém desconhece»²¹⁰.

Para Carla FERREIRA, a reforma Educativa de 1919 constitui a primeira «reforma profunda» do ensino secundário português²¹¹. Tratando-se de uma iniciativa de um governo republicano, a necessidade da «atualização do ensino secundário por parte dos governos da República» surge, no seu preâmbulo, como fator fundamental. No entanto, conforme anteriormente referido, esta reforma não contribuiu para uma ‘mudança efetiva’ do ensino secundário em Portugal. Em 1926, em plena Ditadura Nacional (1926-1933), o governo defendia que a escola deveria proporcionar «antes de tudo e acima de tudo, o conhecimento da nossa língua, do nosso Povo, da nossa Pátria»²¹², refere a autora. No período do Estado Novo (1933-1974), mais concretamente em 1936, surge uma nova reforma dos programas. O Ministro da Educação da altura, António Carneiro Pacheco, estabelece, no primeiro normativo, «a estrutura do ensino liceal» e, no segundo, os programas educativos. De acordo com os documentos, a reforma educativa partia da

²⁰⁹ PROENÇA, Maria Cândida, *Op. cit.*, 1997: 225.

²¹⁰ *Vide* Preâmbulo da Reforma de Jaime Moniz, in *Diário do Governo*, de 24 de dezembro de 1884:3475.

²¹¹ A reforma Educativa, lançada em 1911, não apresentou alterações significativas relativamente ao modelo anterior vigente, no que diz respeito ao ensino secundário, «já que os interesses dos republicanos se centralizavam nessa fase na instrução primária, reformulada por João de Barros e João de Deus Ramos». Ainda no mesmo ano, «foi nomeada uma comissão, presidida por Adolfo Coelho, no sentido de se construir um projeto de reforma do ensino secundário para o país». *Cf.*, FERREIRA, Carla Lopes, *Ensino das Literaturas de Língua Portuguesa: Percursos de Leitura da Narrativa*, CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012: 30.

²¹² Art.º 113.º da Reforma do Ensino Liceal de 1926, *Apud* FERREIRA, Carla Lopes, *Op. cit.*, 2012: 31.

premissa do ‘papel formativo’ do ensino secundário, fornecendo aos alunos uma «formação cultural de base, anterior ao seu ingresso na vida activa»²¹³.

Como afirmou Maria Irene FIGUEIREDO, no período do Estado Novo e decorrente da opção fundamental do regime, em coerência com os seus princípios, pelo modelo de governo por elites, a formação dessas elites apresentava-se como «uma tarefa prioritária e urgente [...]». É de inferir dessa posição que o liceu passa a ser visto como a ‘via privilegiada’ para a concretização desses mesmos objetivos. Deste modo, impõe-se concluir que através da análise da evolução do ensino liceal, da definição dos seus objetivos (concretizados coerentemente no currículo), bem como da verificação dos métodos pedagógicos, da observação dos textos didáticos utilizados, e especialmente, na verificação dos seus ‘mecanismos de seleção’, enquadrados num forte controlo, «espelham a evolução do próprio regime»²¹⁴.

Em género de conclusão, e após uma análise ao sistema público de ensino, na segunda metade do século XIX – um dos períodos em que ele mais se expandiu –, torna-se incontornável e confirma-se, uma vez mais, a «força dos factores socioculturais»²¹⁵. Segundo RAMOS, grande parte da alfabetização «não passava pela escola pública», sobretudo quanto maior era o seu nível. Em Portugal, tal como aconteceu no resto da Europa e, tal como observamos, no ‘Novo Mundo’, o papel principal da escola, enquanto espaço físico e ‘letrado’, veio sobretudo «disciplinar, isto é, situar dentro de instituições oficiais a aprendizagem social da escrita»²¹⁶. Daí, podermos inferir que a escola não seria capaz de fazer uma verdadeira inclusão, uma vez que a integração de uma criança na escola seria quase sempre determinada socialmente, ou seja, seria sempre de acordo com a própria instrução dos pais, do seu estatuto social e, de acordo com o sexo da mesma. Sobre este último fator, iremos tratar no subcapítulo 1.4. “A presença feminina no ensino – alunas e professoras”. Outro facto, prende-se com a localização geográfica do parque escolar, em relação à área de residência da criança. Em 1844, é publicada a primeira lei que previa penas para os pais que descurassem a educação literária dos filhos, mas que

²¹³ Cf., *Ensino Liceal, Reforma dos Estudos e Respectivos Programas*, Decreto-Lei n.º 27084 e Decreto-Lei n.º 27085, publicados em 14 de Outubro de 1936, República Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1939: «Demonstrado, pelos números, que os liceus fornecem a muitos dos seus alunos a preparação cultural com que entram directamente na vida, a estrutura do respectivo ensino adquire uma indiscutível autonomia», p. 3, *Apud* FERREIRA, Carla Lopes, *Ensino das Literaturas de Língua Portuguesa (...)*, 2012: 33.

²¹⁴ FIGUEIREDO, Maria Irene, *A Reforma Educativa Portuguesa de 1986, Retórica e Realidade*, Universidade do Minho, Dissertação de Mestrado em Educação, Especialidade de Administração Escolar, Braga, 1993:171.

²¹⁵ RAMOS, Rui, *Culturas da alfabetização (...)*, 1988: 1110.

²¹⁶ *Idem, Ibidem.*

«isentava do castigo aqueles que não tivessem acesso à escola por motivo de não a haver num raio de 2,5 km (um quarto de légua). De facto, muitos seriam os portugueses absolvidos de cumprir a lei, pois que, em 1849, apenas uma em quatro freguesias estava provida de escola²¹⁷.

1.3.2. Do Brasil ‘inquieto’ à demanda da(s) escola(s)

Tal como vimos anteriormente, no subcapítulo 1.2. “O panorama sociopolítico e cultural português e brasileiro no início do século XX, na alínea 1.2.2. “O caso brasileiro”, a ênfase da República no projeto educacional brasileiro, conforme proclamavam os governantes liberais do período em estudo, encontrou alguns obstáculos que rebatiam os ideais republicanos, nomeadamente nos periódicos pedagógicos – como por exemplo: a *Revista Moderna* (1892); *A Escola Pública* (1895); *Revista de Ensino* (1902); *Revista dos Educadores* (1912) –, sendo estes considerados ‘títulos de peso’, para as questões da pedagogia aplicada no Novo Mundo. O facto de a sua sobrevivência ter atravessado tempos difíceis – a *Revista de Ensino* não foi publicada depois de 1918 –, bem como o das outras revistas terem tido uma tiragem curta, reflete, por si só, a nosso ver, a falta de apoio à instrução pública brasileira, tão amplamente aclamada e aplaudida nos discursos do Estado Republicano (1889). Importa aqui abrir um parêntesis para lembrar que estamos a falar de um Brasil que vive um momento de intensa movimentação de ideias, de confrontos vários – politicamente debatiam-se os grupos da reação que pretendia uma espécie recolonização do Brasil e o grupo que lutava pela consolidação da autonomia brasileira –, que vai levar à eclosão, entre 1831 e 1840, de vários levantamentos populares e insurreições, que reclamam, entre outros, a rutura definitiva com o passado colonial, a igualdade e a liberdade, como foram os casos: da Balaiada, no Maranhão, da Cabanagem, no Pará e da Sabinada, na Bahia.

Nas cidades, no Rio de Janeiro e na capital das províncias, os ‘exaltados’ comandam as ruas e os motins, poeira suspensa de camadas mal acomodadas à ordem imperial. Senhores de pasquins incendiários; ébrios com o vinho fora de safra da revolução Francesa entregam-se a todos os sonhos utópicos, antagonismos ao sistema social, desafiando os donos da riqueza. As praças e as esquinas geram desordeiros e anarquistas, sonhadores do nivelamento²¹⁸.

²¹⁷ RAMOS, Rui, *Op. cit.*, 1988: 1102.

²¹⁸ FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder*, vol. 1, Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1987:317.

A partir dos finais do século XIX, a mulher brasileira começa a ingressar no mundo da literatura, cultura e educação. A procura por escolas, para combater a ideia que corria na Europa de um Brasil ‘inculto’ e incivilizado – quando, no nosso entender, deveria ser olhado como um país com uma História com a sua própria trajetória, os seus tempos, as suas dinâmicas – revela uma preocupação, um desforço nacional, com a educação das crianças brasileiras. Contudo, conforme vamos poder observar ao longo deste estudo, a educação não chegava a todos e era ministrada de acordo com o estrato social a que se pertencia. Para as filhas da elite brasileira da altura, os programas de educação contemplavam preconceções médicas, históricas e religiosas sobre o gênero feminino. Insistia-se, portanto, mais na educação do que na instrução, o que justifica uma «estrutura de ensino calcada na virtude e no sentimento, geradora da imagem ideal de esposa e mãe»²¹⁹.

Acerca da educação feminina, baseada na formação para o lar e para a família, intimamente ligada aos ideais católicos transmitidos pelo colonialismo da sociedade portuguesa, importa destacar que em relação ao «trato dos comportamentos familiares e clínicos os ensaios de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque sugerem uma interpretação psicocultural do passado brasileiro», conforme refere Alfredo BOSI (1936 -...). Para o crítico e historiador de literatura brasileira, estamos perante «uma leitura da nossa história escorada na hipótese geral de que o conquistador português já trazia em si traços de caráter recorrentes», que segundo o acadêmico paulista, «Sérgio Buarque chama de “determinantes psicológicas”, tais como o individualismo, qualificado como “exaltação extrema da personalidade”, o espírito aventureiro (daí, a “ética da aventura” oposta à “ética do trabalho”), o “nosso natural inquieto e desordenado”, a cordialidade, o sentimentalismo sensual», que se exercem sem embaraços, no que «Gilberto Freyre classifica de “patriarcalismo polígamo”, a plasticidade social, a versatilidade, a tendência à mestiçagem (que já viria dos cruzamentos com os mouros) intensificada pela “carência de orgulho racial”, atributo que comparece nas caracterizações de ambos os estudiosos»²²⁰.

No que diz respeito a estas ‘determinantes psicológicas’, sabemos que as mesmas não propunham alterações de peso na posição social ocupada pela figura feminina, mas tiveram que dar lugar a uma maior participação na construção de uma relação de maior

²¹⁹ TRINDADE, E. M. C., *Clotildes ou Marias: Mulheres de Curitiba na Primeira República*, Curitiba, Fundação Cultural, 1996: 37.

²²⁰ BOSI, Alfredo, *Dialética da Colonização*, 3.^a Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 1998: 27.

proximidade da mulher com a literatura, cultura e educação. Perante esta tentativa de redefinição do gênero feminino, assistimos à discussão do posicionamento da mulher na sociedade, ou seja, discute-se o seu papel enquanto cidadã, sujeito ativo, quer na vida pública, quer na esfera cultural.

Com a Constituição de 1824²²¹, surgem escolas destinadas à educação feminina, ainda que «voltada aos trabalhos manuais domésticos e cânticos», muito embora permanecesse «veladamente vedado às mulheres frequentarem escolas masculinas»²²², refere Paulo GARDE. O autor, através dos versos do poeta Gregório de Matos, revelamos ainda o ponto de vista do marido que fala acerca da vida de casada que terá a noiva: «Irá mui poucas vezes à janela, / Mas as mais que puder irá à panela; / Ponha-se na almofada até o jantar, / E tanto há de coser como há de assar»²²³.

Além de uma educação dirigida para os afazeres domésticos, o respeito pela figura do pai, depois pela do marido, era perpetuado através dos ensinamentos das próprias mães, tias e madrinhas. Dentro desta estrutura familiar patriarcal, que dava ao homem o «direito prioritário sobre o filho e um poder sobre a pessoa de sua esposa» é promulgado, em 1890, com a implantação do regime republicano, o Decreto n. 181, de 24 de janeiro, que embora tenha mantido o domínio patriarcal, vai atuar «de forma mais “suave” quando dispôs sobre o casamento civil e retirou do marido o direito de impor castigo corpóreo à mulher e aos filhos»²²⁴, sublinha GARDE.

Com a publicação deste Decreto, as feministas brasileiras vão ganhar um novo fôlego para pôr em prática, em quase todos os recantos do país, as suas lutas pela emancipação da mulher. Em meados do século XIX, temos já notícias que dão conta da existência de grupos isolados de mulheres – com Josefina Alves de Azevedo e Nísia

²²¹ «A Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, foi confiada a um Conselho de Estado que teve a incumbência de preparar um Projeto de Constituição mais liberal do que a extinta Assembleia Constituinte. O texto constitucional, que compreendia 179 artigos e 8 títulos dedicou 164 artigos à organização dos poderes políticos e 7 a enunciar as garantias dos direitos civis e políticos aos brasileiros (...) O texto constitucional menciona a mulher apenas ao dispor sobre a sucessão imperial (art.º 116 e seguintes). Nesse momento constitucional, eram os cidadãos homens com 25 anos ou mais e todos os que tivessem renda de 100 mil-réis, mas em 1881 foi proibido o voto dos analfabetos. As mulheres e os escravos não eram considerados cidadão, sendo excluídos políticos no período colonial». Cf., SANTOS, Tânia Maria dos, “A Mulher nas Constituições Brasileiras”, artigo apresentado no *II Seminário Nacional de Ciência Política: América Latina em Debate*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2009: 3.

²²² GARDE, Paulo, “A Participação Política Feminina. Apontamentos Sobre Ribeirão Preto”, in *Dialogus*, v. 1, n.2, Ribeirão Preto, 2006: 119.

²²³ *Idem, Ibidem.*

²²⁴ *Idem, Ibidem.*

Floresta Brasileira Augusta²²⁵ a liderar –, que se debatiam pelos direitos das mulheres. Ainda que os movimentos emancipacionistas, sob o ponto de vista político da época, não se houvessem limitado apenas ao sufragismo, «esta foi sua principal tendência e o que provocou as reações mais violentas por parte dos opositores», refere o autor. Para GARDE, terá sido através de jornais, da literatura e dos visitantes vindos da Europa, que se construíram, no período em análise, «novos papéis para as mulheres, outrora restritos às funções familiares e domésticas (...) embora o papel de mãe fosse evidenciado, uma nova mulher surgia com objectivos diferentes daqueles até então conhecidos». Estávamos, portanto, perante a construção de uma ‘nova mulher’ e de uma ‘família renovada’. Segundo o investigador, para isso muito tinha contribuído «o Positivismo Republicano que considerava a mulher intelectualmente não inferior ao homem, mas sim, que sua inteligência era complementar à do homem»²²⁶.

Ao replicar o pensamento masculino, que faz a ligação do homem à ‘esfera da razão’ e à mulher, ao campo das «paixões e emoções», Nísia FLORESTA chama a atenção que só se os sentimentos femininos forem moldados a partir de uma educação especial, ou seja, através de «uma educação culta e fortificada na prática do dever e na razão», poderá se operar alguma transformação. Se não, vejamos: «Educai o coração da mulher, esclarecerei seu intelecto com o estudo de coisas úteis e com a prática dos deveres, inspirando nela o deleite que se experimenta de cumpri-los; purgai a sua alma de tantas

²²⁵ Acerca de Nísia Floresta Brasileira Augusta - Dionísia Gonçalves Pinto, de batismo, filha de Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa, um escultor e advogado português e de Antônia Clara Freire, dona de casa, ao adotar esse pseudónimo, fez uma escolha que em si revela a sua personalidade: Nísia, diminutivo de Dionísia; Floresta, para lembrar o sítio Floresta; Brasileira, como afirmação do sentimento nativista; e, Augusta, uma homenagem ao companheiro Manuel Augusto -, Innocencio Francisco da Silva, autor do *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, assina a seguinte entrada: «nascida a 12 de Outubro de 1810, na Floresta, lugar da provincia do Rio-grande do Norte, no imperio do Brasil. Eis o que a seu respeito achei escripto por um nosso compatriota, residente há muitos anos no Rio de Janeiro, e que parece haver tractado mui de perto esta senhora: “Mulher de espirito elevado, e de coração excelente, desde a idade de vinte e três anos trocou a brilhante aureola do prazer e da mocidade pelo lucto e pelo nobre trabalho, dedicando-se á educação das jovens do seu sexo; e nas cidades de Porto-alegre e Rio de Janeiro exerceu esta árdua profissão por mais de vinte anos, desvelando-se por implantar nos corações de suas discípulas a par de uma educação esmerada os princípios da sã moral. Possuidora de brilhantes dotes de intelligencia, deu-se com affecto ao cultivo das letras, tanto na pátria como na Europa, que visitou, e habita há cinco anos (isto se escrevia no ano de 1859), merecendo por toda a parte o conceito de mulher superior, que conhece a fundo o coração humano. Lutando com as idéas antiquadas a respeito da educação do sexo feminino, tanto no Brasil como em Portugal, teve sempre em vista theorica e praticamente melhorar-lhe a condição, no intuito de promover a felicidade doméstica das famílias”. É esta a idéa dominante em quasi todos os seus escriptos. Além do referido, tem esta senhora muitos artigos de variados assumptos, publicados nos jornaes do Rio de Janeiro, a saber: *Brasil ilustrado*, *Jornal do Commercio*, *Correio Mercantil*, e *Diário*. E também em alguns jornaes de Paris e Florença. Correm também impressas várias poesias suas, rubricadas com as iniciaes «B. A.», outras sob pseudonymos e algumas de todo anonymas». Cf., SILVA, Innocencio Francisco da, *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, 2.^a Edição, Tomo Primeiro, Imprensa Nacional, Lisboa, MCMXXIV [1924]: 295-296.

²²⁶ GARDE, Paulo, “A Participação Política Feminina (...)”, 2006: 120-121.

nocivas frivolidades pueris de que se acha rodeada mal abre os olhos à luz. Cessai aqueles tolos discursos com os quais atordoais sua razão, fazendo-a crer que é rainha, quando nada mais é do que a escrava dos vossos caprichos»²²⁷.

Para Constância Lima DUARTE, investigadora brasileira que se dedica ao estudo da obra deixada por Nísia Floresta – que em 1832, reclamava o direito das mulheres à educação e se insurgia contra as injustiças dos homens, com a publicação do primeiro livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* –, a autora avança com uma leitura acerca do posicionamento da mulher na sociedade, com o objetivo de reivindicar para o sexo feminino o direito à educação, à instrução e, conseqüentemente, o acesso ao mercado de trabalho. Ao se proceder à análise da obra de Nísia Floresta, verifica-se que a escritora leva em conta o facto de se estar, em meados do século XIX, perante uma nova visão sobre a mulher, que a partir da “função biológica da maternidade”, obtém o estatuto e o poder necessários para que a considerassem como um membro de pleno direito da sociedade, ou seja, esta seria «a grande chance para que estas [mulheres] se reabilitassem e se tornassem úteis à sociedade»²²⁸, sublinha DUARTE.

Durante o período em estudo, finais do século XIX, inícios do século XX, a alfabetização funcionava como um motor que garantia a possibilidade das filhas da classe social mais baixa atingirem a profissionalização. O aparecimento das Escolas Normais, no cenário sociocultural brasileiro, situa-se na terceira década do século XIX, mais concretamente: Niterói (1835), Bahia (1836), Ceará (1845) e em São Paulo (1846). A existência de professores improvisados, «com péssima formação e mal remunerados», uma vez que «não havia uma proposta de qualificação do professor», bem como o facto de não existirem «projetos consistentes visando a ampliação da escolaridade elementar»²²⁹, seriam os principais problemas apontados à educação brasileira.

²²⁷ Cf., AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira, “A Mulher”, in *Cintilações de uma Alma Brasileira*, Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1997: 115.

²²⁸ Cf., DUARTE, Constância Lima, Texto de Apresentação, in *Cintilações de uma Alma Brasileira*, Nísia Floresta, Editora Mulheres, Florianópolis, 1997. Numa entrevista dada ao *O Jornal de Hoje*, a 8 de Agosto de 2013, sobre a nova edição revista, ampliada e atualizada do livro *Escritoras do Rio Grande do Norte*, das autoras Diva Cunha e Constância Lima Duarte, Cunha refere o peso da obra de Nísia Floresta que, em 1832, reclamava o direito das mulheres à educação e se insurgia contra as injustiças dos homens, bem como o de outras autoras que se somaram, «construindo, assim, uma história para a qual não tinham sido convidadas», no campo da atuação literária. Ao jornalista, Cunha afirma que «Recentemente li as cartas de Mário de Andrade para Câmara Cascudo onde ele questionou o ‘por que de Cascudo não pesquisar Nísia Floresta uma figura cheia ao contrário de certas figuras vazias?’ Quer dizer ela já era reconhecida naquela época», destaca a escritora e pesquisadora. [Disponível em: <http://jornaldehoje.com.br/diva-cunha-e-constancia-lima-duarte-lancam-nova-edicao-de-livro-sobre-escriptoras-do-rio-grande-do-norte>, acedido a 13 de janeiro de 2015].

²²⁹ Cf., MARTINS, Angela Maria Souza, “Breves reflexões sobre as primeiras Escolas Normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX”, Vol. 9, n.º35, Universidade Federal do Estado do Rio de

Não podemos deixar de destacar a importância da consolidação do projeto educacional da Escola Normal do Município Neutro do Rio de Janeiro, principalmente devido a importância política deste município. É também aqui que irá funcionar, entre março de 1874 a 20 de dezembro de 1875, a Escola Normal Livre, que MARTINS assegura como tendo sido «a primeira experiência no Município Neutro do Rio de Janeiro, no sentido de formar professores mais qualificados»²³⁰. Muito embora se tratasse de uma Escola Normal particular, era subsidiada pelo governo brasileiro, por isso «o seu ensino era gratuito»²³¹. Em 1876, através do decreto nº 6.379, o Ministro do Império, José Bento da Cunha Figueiredo, tentou instalar duas Escolas Normais públicas e estatais, uma em regime de externato, para formar docentes do sexo masculino, professores, e outra, em regime de internato, destinada a formar professoras primárias. Porém, a Escola Normal, pública e gratuita, concretizou-se apenas em 1880. Por meio do decreto nº 8.025 de 16 de março de 1881, estabelecia-se o seguinte:

Artigo 1º: A Escola Normal tem por fim preparar professores primários de 1º e 2º graus: o ensino nela distribuído será gratuito, destinado a ambos os sexos, e compreenderá dois cursos – o de ciências e letras e o de artes. Artigo 2º: O curso de Ciências e Letras se comporá das seguintes matérias: Instrução Religiosa, Português, Francês, Matemática Elementar, Corografia e História do Brasil. Cosmografia, Geografia e História Geral, Elementos de Mecânica e Astronomia, Ciências Físicas, Ciências Biológicas, Lógica e Direito Natural e Público. Economia Social e Doméstica, Pedagogia e Metodologia. Artigo 3º: O curso de Artes abrangerá as seguintes disciplinas: Caligrafia e Desenho Linear, Música Vocal, Ginástica, Trabalhos de Agulha (para alunas)²³².

Com o crescimento do número de Escolas Normais no Brasil, «abria o magistério para as mulheres, atividade socialmente aceita» por não interferir ou beliscar a “natureza feminina”, uma vez que «possuía características que eram entendidas como uma “extensão da maternidade”; assim como ser mãe, ser professora exigia devoção e sacrifício»²³³.

Janeiro – UNIRIO NEB/NEPHEB, 2009: 4.[Disponível em:https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pfhistedbr/seminario/seminario8/_files/tsc_angela.pdf], acessado a 24 de junho de 2019].

²³⁰ *Idem, Op. cit.*, 2019: 9.

²³¹ *Idem, ibidem.*

²³² DECRETO n.º 8.025, 16/03/1881, art.º 1.º, 2.º e 3.º.

²³³ GARCIA, Janaína A. B., “Mulheres Exemplares: Vidas Contadas no Anuário das Senhoras de 1953”, in *Revista História Hoje*, n.º 5, São Paulo, 2004: 2.

Por todo o país, nasciam publicações produzidas por mulheres, direcionadas para o público feminino. Romances históricos, crônicas de costumes, novelas de amor e todas as questões relativas às diferenças sociais entre os gêneros feminino e masculino, a valorização da mulher – no lar e na profissão –, eram o mote para uma revisão da condição feminina e para a redefinição de caminhos que passavam pela educação e pela formação de uma nova consciência feminina. Contudo, a defesa do acesso à instrução, bem como à profissionalização, implicava esforços dobrados, na medida em que estes conteúdos eram «contrabalançados com artigos sobre a administração do lar e cuidado dos filhos, atividades que, revalorizadas, destacavam a competência feminina»²³⁴. Deste modo, importa sublinhar que no início do século XX brasileiro, «(...) as revistas femininas continuaram sendo um espaço para a produção de escritoras e para as reivindicações de movimentos pelos direitos das mulheres; paralelamente, novas publicações femininas passaram a trazer conteúdos diferenciados, que se inserem numa concepção de cultura que começara a tomar corpo na era industrial e disseminara-se no campo da leitura, do cinema, da música e do consumo»²³⁵.

Quando José Veríssimo comenta a influência das mulheres portuguesas sobre as brasileiras, está a atribuir aos costumes colonialistas, herdados da antiga sociedade portuguesa a responsabilização pelo posicionamento social da mulher no Brasil do início do século XX. Uma ‘herança’ de inícios do século XIX, deixada pelas portuguesas, que tinha estabelecido para o sexo feminino brasileiro, a tradição do ‘recolhimento’. Ao falarmos de ‘recolhimento’, estamos a tratar de um comportamento característico da educação ministrada nos conventos religiosos que, quando canalizada para fora deles, remetia para a clausura doméstica. Para o crítico, que apresentou um novo capítulo na obra sobre a *Educação Nacional*, reeditada em 1906, a educação da sociedade só se efetuaría quando a aposta fosse feita na promoção da formação da mulher, a quem, de resto afirma que se deve propiciar uma instrução que «deve ser integral e encyclopédica» como «a do homem, como a do cidadão de qualquer sociedade atual»²³⁶. Porém, VERÍSSIMO adverte que muito embora a mulher seja considerada «o mais prestante dos cidadãos», mesmo que «ainda sem direitos políticos», não é da sua função conhecer profundamente todos os campos do saber, apenas os essenciais para o seu dia-a-dia, pois

²³⁴ *Idem, Op. cit.*, 2004: 3.

²³⁵ GARCIA, Janaína A. B., *Op. cit.*, 2004:3.

²³⁶ VERÍSSIMO, José, *A Educação Nacional*, 2.^a Edição aumentada de uma introdução e de um capítulo novos, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1906: 153.

«não se quer fazer della uma sabia, nem se lhe exige que percorra e aprofunde todos os conhecimentos humanos». Para o autor, contrariamente ao pensamento de outros críticos e escritores seus contemporâneos, é suficiente que a inteligência feminina se familiarize, através do estudo, com as noções que «nenhum homem de média cultura não deve ignorar»²³⁷, tais como: «(...) as principaes leis geraes das sciencias, nem os grandes factos de que ellas decorrem, os acontecimentos fundamentaes da evolução da evolução humana ou os fenómenos capiates das sciencias do homem e da terra, não precisa que ella se aprofunde e especialize em qualquer dellas e menos em todas ellas, para o que a sua intellingencia, que eu continuo a reputar inferior á do homem, acaso a tornaria incapaz»²³⁸. Esta afirmação surge na sequência do historiador acreditar que para a formação feminina, «meia dúzia de anos da puberdade á juventude, bastariam para, com methodo e intellingencia, dar-lhe essas “clartés de tout” (luzes de tudo, se não traduzo mal) indispensáveis ao exercício racional e proveitoso da sua função social»²³⁹.

Na nova sociedade brasileira, o crítico sugere que uma «educação nova que devemos dar á mulher, se queremos fazer della uma factor consciente da nossa evolução, e da educação eficaz da nossa sociedade», pois a mulher brasileira, como a de outra qualquer sociedade da mesma ‘civilização’, tem de «ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta da vida, criadora e primeira mestra de seus filhos, confidente e conselheira natural do seu marido, guia da sua prole, dona e reguladora da economia da sua casa», isto sempre dentro da lógica de «todos os mais deveres correlativos a cada uma destas funções»²⁴⁰.

Impõe-se concluir que, de acordo com o autor, a mulher brasileira, «como a temos hoje, corresponde tanto á nossa sociedade actual quanto aquella á do seu tempo», porém adverte que «cumpre-nos começar por melhorar o principal órgão de educação de uma sociedade, que é evidentemente a mulher»²⁴¹. Para tal, em muito contribuíram as Escolas

²³⁷ *Idem, Ibidem.*

²³⁸ VERÍSSIMO, *Op. cit.*, 1906: 153.

²³⁹ *Idem, Op. cit.*, 1906: 153-155.

No período pós-republicano, VERÍSSIMO – que foi professor, jornalista, etnógrafo, ficcionista, historiador da literatura brasileira, ensaísta, cronista e, com Sílvio Romero e Araripe Júnior, crítico literário –, torna-se um defensor da educação nacional. Ajudou a criar e foi membro da Academia Brasileira de Letras. Natural do Pará, fundou em 1884, em Belém, o Colégio Americano, instituição do qual foi diretor durante seis anos. No período de 1892 a 1898, Veríssimo foi diretor da Instrução Pública no Pará. Quando se mudou para o Rio de Janeiro, exerceu o cargo de reitor do Externato do Ginásio Nacional (Colégio Pedro II), entre 1892 e 1898. Até à sua morte, em 1916, foi professor da Escola Normal do Rio de Janeiro.

²⁴⁰ *Idem, Ibidem.*

²⁴¹ VERÍSSIMO, José, *Op. cit.*, 1906: 159-160.

Normais, pois foi através destas que «a melhoria da instrução da mulher começou no Brasil», assegura. Antes disso, VERÍSSIMO lembra que «(...) somente as moças de famílias abastadas recebiam alguma instrução, por via de regra deficiente e de aparato, já em casa de seus pais, com mestres particulares, já em colégios também particulares, que há mais de meio século têm existido no Brasil, como uma indústria lucrativa». As que não podiam pagar o ensino individual (que era caro), ministrado em casa, nem o mais barato, mas «pior, que davam esses colégios, não tinham sinão os recolhimentos anexos aos antigos conventos ou orfanatos a estes juntos, ou quejandas instituições mais ou menos pias, leigas ou eclesiásticas, maus estabelecimentos de educação todos eles (...)»²⁴².

1.4. Presença feminina no(s) ensino(s)

A escola pública que aparece nas estatísticas oficiais desde que o marquês de Pombal, em 1772, mandou dar seguimento à instalação de um sistema de ensino elementar – para ocupar o vazio deixado nos bancos das escolas da Companhia de Jesus, ordem religiosa que tinha mandado expulsar de Portugal e das províncias ultramarinas –, pouco mais se traduziu, até aos finais do século XIX, na figura de um «indivíduo pago pelo Tesouro Público ou pelas câmara municipais para ensinar a ler, escrever e contar às crianças de uma determinada povoação»²⁴³.

A partir de 1852-53, vamos começar a assistir ao crescimento do número de escolas, em função do número de habitantes em ‘idade escolar’. Esta expansão do parque escolar vai conhecer um ligeiro desinvestimento durante as crises político-financeiras que vão ocorrer entre 1865-1870. Dez anos mais tarde, em 1880, altura em que a administração escolar passa para a esfera do poder local, ou seja, para as mãos das câmaras municipais, este crescimento vai ‘arrefecer’.

Por volta de 1890, e de acordo com os números avançados por RAMOS, observamos «um formidável “tour de force”» dos últimos governos monárquicos, que a República «iria continuar a esgotar»²⁴⁴. A situação das escolas só vai conhecer melhorias nos finais do século XIX, altura em que se passou a dar primazia à própria formação dos professores, que passa a ser específica, ministrada nas escolas normais nas capitais de distrito. Estes

²⁴² *Idem, A Educação (...)*, 1906:160.

²⁴³ RAMOS, Rui, *Culturas da alfabetização (...)*, 1988: 1102.

²⁴⁴ *Idem, Op. cit.*, 1988:1103.

são os números confirmados no estudo de RAMOS: «Em 1843 havia 3,2 escolas por 10 000 habitantes; esse número subiria para 4,4 vinte anos depois, para atingir 7,8 em 1884; estagnaria depois durante mais de uma década, até 1899, quando vemos o número de escolas em 8,3, para ficar em 11 por volta de 1913. Em cerca de meio século, a oferta de escolas em relação à população tinha triplicado»²⁴⁵.

Relativamente ao parque escolar, não podemos deixar de fazer referência à iniciativa interessante e útil das “Escolas Conde Ferreira”, assim designadas por serem o resultado da vontade e do legado de um dos grandes impulsionadores da instrução pública em Portugal e o mais rico de todos os ‘torna-viagens’: Joaquim Ferreira dos Santos (1782 – 1866) – 1.º Barão, 1.º Visconde e 1.º Conde de Ferreira –, que deixou instruções no seu testamento para que fossem contruídas escolas primárias. Das 120 escolas previstas no seu testamento, foram construídas 91. Desta, 21 foram, entretanto, demolidas. As restantes 70 continuam a funcionar para os mais diversos fins, tais como: ensino, serviços municipais, sedes de juntas de freguesias, bibliotecas, museus municipais ou mesmo instalações de forças de segurança²⁴⁶.

Ainda no que concerne a esta profusão do parque escolar, importa referir um dado que, no nosso entender, é interessante: a oferta de escolas, em termos absolutos, também triplicou. E, neste contexto, o número de escolas femininas aumentou nove vezes. Havia em Portugal de então, uma cultura de alfabetização e uma cultura de analfabetismo. Ou melhor, culturas de alfabetização e de analfabetismo. Sabemos que não há um só Portugal. Dentro do nosso país, existem diferenças, assimetrias, características muito próprias que fazem da pluralidade, a riqueza da cultura. O Norte é diferente do Sul, e ambos são diferentes das ilhas e, estas, ainda mais entre si.

Nesta diversidade económica, política, social e cultural, o que quereria dizer, por exemplo, «ser alfabetizado ou ser analfabeto?»²⁴⁷. Ou melhor, ser alfabetizada ou ser analfabeta? Do ponto de vista da História, não é fácil distinguir um estado do outro. Até porque, e de acordo com RAMOS, «era possível ter acesso ao conteúdo do escrito sem se ser letrado», uma vez que o ato de ler era «mais um acto social do que um exercício íntimo», acontecia muito mais frequentemente a leitura em voz alta, em grupo, do que de

²⁴⁵ *Idem, Ibidem.*

²⁴⁶ Sobre o assunto Cf., FELGUEIRAS, Margarida Louro, "Brasileiros e a Instrução Popular" in *Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa, CNCDP, 2000: 269-307; CASTRO, César A.; CASTELLANOS, Velazquez Samuel; FELGUEIRAS, Margarida L. (Eds.), *Escritos de História da Educação: Brasil e Portugal*, São Luis (BR), Café e Lápis, 2012.

²⁴⁷ RAMOS, Rui, *Culturas da alfabetização (...)*, 1988: 1113.

forma individual. Daqui, podemos inferir que o que estava escrito era absorvido através da oralidade, «não só por audições, como por leituras múltiplas que levavam à memorização»²⁴⁸. Por outro lado, ser alfabetizado, não seria o mesmo que dizer que se tinha tido acesso à cultura letrada, ou seja, «podia não haver materiais de leitura acessíveis (...), ou aqueles que existissem necessitarem de uma preparação para além da dada pela aprendizagem das primeiras letras»²⁴⁹.

Muito embora seja difícil calcular, nos nossos dias, o valor da instrução, em termos utilitários, para os homens e mulheres que viveram entre finais do século XIX e as primeiras três décadas do século seguinte, no lado de cá e de lá do Atlântico, há, porém, uma certeza inabalável: a cultura letrada podia ser tida como uma espécie de vantagem, algo com muita ‘utilidade’, só pelo simples facto de «não se passar por “atrasado”»²⁵⁰.

1.4.1. *Discentes e docentes*

Conforme já enunciamos, durante os séculos XIX e XX – e até pela propaganda realizada pelo Estado –, o analfabetismo tinha-se vulgarizado como um sinónimo ou um atributo de uma situação de miséria, numa forma de descrédito moral, no sentido de uma relação de dependência, «a miséria de alguém que não teria possibilidades de se promover ao respeito social»²⁵¹. Perante esta condição humana, não seria, portanto, de estranhar que ainda assim existissem camponeses com uma grande vontade de poderem através da instrução se libertarem da condição que os amarrava a uma ruralidade. DESCAMPS vai testemunhar esse desejo e regista-o: «(...) a ‘élite’ camponesa e operária apressa-se a enviar espontaneamente os filhos à escola», com a esperança, ténue embora, de que isso os possa ajudar a abandonar o trabalho da terra»²⁵². É ainda através do investigador francês que ficamos a saber que a maioria das professoras primárias do Norte do país provinham de famílias de casas abastadas, dando-nos a conhecer um exemplo concreto de uma família de grandes proprietários de Bragança, sobre a qual afirma: «os filhos iam para “doutores” e as filhas para “professoras”»²⁵³.

Em “A educação das mulheres – meninas examinadas no liceu – suas mestras”, “farpa” de Ramalho Ortigão, na qual se condena a educação e a instrução femininas da

²⁴⁸ *Idem, Ibidem.*

²⁴⁹ RAMOS, Rui, *Op. cit.*, 1988: 1113-1114.

²⁵⁰ *Idem, Op. cit.*, 1988: 1084.

²⁵¹ *Idem, Ibidem.*

²⁵² DESCAMPS, Paul, *Le Portugal. La Vie Sociale Actuelle*, Paris, Firmin-Didot, 1934: 384.

²⁵³ *Idem, Op. cit.*, 1934: 422.

época e «se dão sugestões sobre eventuais ‘curricula’ a adoptar, com vista a uma cabal preparação da mulher para o casamento, “seu natural destino”», vai apresentar o *Almanach das Senhoras* como ilustração da educação literária desaliada da educação doméstica»²⁵⁴. Importa aqui salientarmos que os ‘ramos de educação’ elementar criticados por ORTIGÃO são, entre outros, o curso de asseio e de arranjo, o curso de cozinha (‘química culinária’), contabilidade (do lar), escrituração e economia doméstica. Muito embora Guiomar Torreção²⁵⁵ faça da sua escrita «um veículo de denúncia da situação de minoridade experimentada pela mulher, dos problemas e lacunas educativos que a rodeiam»²⁵⁶, a verdade é que não se enquadra no núcleo de feministas que se debatem pela emancipação feminina. E é, por essa questão, que se torna pertinente, trazê-la para o nosso estudo.

No *Theatro e na Sala*, TORREZÃO responde a ORTIGÃO, sublinhando a falta de instrução ou de habilitações superiores que rodeiam a escritora portuguesa, «distintamente do que lá fora sucede», apontando o dedo ao que verdadeiramente interessaria a Ramalho Ortigão, no que à condição feminina dizia respeito: «Percebemos unicamente que o sr. Ramalho Ortigão, usando da prerrogativa de crítico absoluto, e considerando o lyceu um ultraje para a mulher inteligente, a sala um objecto de luxo para a mulher elegante, convida a inteligente, a espirituosa e a ignorante a recolher à cozinha, e promete fornecer-lhes em compensação um curso completo de química culinária»²⁵⁷.

A propósito dos «males» de que sofre a educação da mulher portuguesa, a escritora insiste que, na altura, à exceção dos Estados Unidos da América, da Alemanha e da Suécia, esta continua a ser em todos os restantes países um «problema insolúvel, descuido pelos legisladores e explorado pelas “bas bleues” de barrete phrygio, que, pretendendo discuti-lo, não conseguem senão ridicularizá-lo», muito embora seja da educação que é dada às mulheres, «votada ao abandono pelos poderes constituídos», que dependem «não só a felicidade do homem como o régimen interno das sociedades»²⁵⁸.

No artigo “Perigos da leitura no feminino. Dos livros proibidos aos aconselhados (séculos XIX e XX)”, Irene M. VAQUINHAS percorre toda a trajetória da leitura proibida

²⁵⁴ ORTIGÃO, Ramalho, “A educação das mulheres – meninas examinadas no liceu – suas mestras”, *As Farpas*, Vol. III, Lisboa, Clássica Editora, 1992: 130.

²⁵⁵ D. Guiomar Torreção fundou o *Almanaque das Senhoras*, para Portugal e o Brasil, título que vai circular entre 1871-1928.

²⁵⁶ OUTEIRINHO, Maria de Fátima, “Guiomar Torreção ou memória de uma mulher de letras oitocentista”, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1998: 167.

²⁵⁷ TORREZÃO, Guiomar, *No Theatro e na Sala*, David Corazzi-Editor, Empresa das Horas Românticas, 1881: 248.

²⁵⁸ *Idem*, “A teoria do vestuário”, in *No Theatro e na Sala*, *Op. cit.*, 1881:289.

e permitida (e ‘aconselhada’) às mulheres, ao longo dos séculos XIX e XX, independentemente do regime político vigente. De acordo com a autora, quer no período da Monarquia Constitucional (1820-1910), quer durante a I República (1910-1926), quer no decorrer do Estado Novo (1933-1974), podemos constatar uma permanente condenação dos romances sentimentais, e «se manifesta a mesma veemência em mantê-los afastados das “estantes da mulher”»²⁵⁹. Até os inícios do século XX, é opinião generalizada, sobretudo nos meios de cultura erudita, que a leitura de romances (e de novelas), «a chamada literatura de “água com açúcar”, ou, de uma forma mais corrente, “cor-de-rosa”»²⁶⁰ produziria efeitos nefastos nos leitores-tipo (leia-se mulheres), constituindo este género literário massificado e de grande consumo, segundo a educadora Maria Amália Vaz de Carvalho, uma «diversão insalubre e perigosa», cita VAQUINHAS²⁶¹.

É, por conseguinte, num contexto de grandes transformações sociais, resultantes de um certo crescimento económico e ascensão da burguesia – com grande impacto na condição feminina (entrada no mercado de trabalho, necessidade de maior oferta de instrução, acesso a novas profissões, entre outras) –, que vamos assistir, numa primeira fase, a uma condenação do romance, enquanto «literatura industrial», ou «veneno social», e, num segundo momento, à sua reabilitação como instrumento pedagógico.

Em “A educação pelo romance”, César PORTO, um dos grandes pedagogos lusos da primeira metade do século XX, procede à desconstrução de teses cuja intenção, no seu entender, visa impedir o progresso e combater a igualdade no acesso à educação. O autor, que desde cedo se empenha em defender uma formação escolar verdadeiramente democrática para todos os portugueses, para o ‘homem novo’ – do futuro estadista, ao cidadão comum –, vai contestar a opinião de Maria Amélia Vaz de Carvalho, feminista republicana, bem como de toda a Geração de 70. Neste contexto, PORTO considera que «se alguém pensa que à mulher, que é quem faz uso mais ardente das obras fantasiosas, a poesia perturba os nervos e o romance desequilibra o senso prático – seja na vida conjugal, seja nas ocupações mezinhas [...] raciocina erradamente», adiantando mesmo que o romance pode ser considerado pelas mulheres um instrumento de

²⁵⁹ VAQUINHAS, Irene M., “Perigos da leitura no feminino. Dos livros proibidos aos aconselhados (séculos XIX e XX)”, in *Ler História*, n.º 59, 2010: 87. [Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1327>, acedido em 8 de janeiro de 2019].

²⁶⁰ *Idem*, *Op. cit.*, 2010:84.

²⁶¹ VAQUINHAS, Irene M., “Perigos da leitura no feminino (...)”, 2010: 86, cita a pedagoga e ensaísta, CARVALHO, Maria Amália Vaz de, “A reacção contra a literatura immoral”, *Cérebros e corações*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira Livraria-Editora, 1903: 62.

aprendizagem das «coisas da vida», pois dá-lhes acesso a «(...) conhecimentos que a tradição lhes nega [...] pondo-as em contacto com a prática, com a profissão, com o trabalho (...)»²⁶². O romance é, deste modo, reabilitado e enquadrado como uma das ferramentas do movimento da ‘Educação Nova’ – do qual César Porto foi um dos impulsionadores –, com uma «pedagogia inovadora e ativa», em contraponto com «o ensino tradicional, baseado na memória»²⁶³, sublinha VAQUINHAS.

1.4.1.1. Feminização da educação portuguesa

Na transição do século XIX para o século XX, altura em que se lutava pela «valorização da função social da mulher», pela atualização da sua posição no lar, na família e no mercado de trabalho, e, também na esfera política, «ao exigir o direito ao voto», esta ‘nova mulher’ era caracterizada como «(...) aquela que trabalha, que alimenta a inteligência, que se interessa pela cultura, cooperando na descoberta de novos ideais, afastando-se do paradigma de ociosidade e de deficiente educação da leitora-tipo de romances sentimentais»²⁶⁴. No mesmo artigo, VAQUINHAS realça o facto de esta leitura ser consensual, sobretudo entre as elites que compunham as esferas intelectuais e políticas portuguesas. A partir de 1933, com a institucionalização do Estado Novo, vamos assistir ao reforço de posições mais conservadoras, que reclamam «o regresso da mulher ao domínio exclusivo do lar», o que trará «consequências na forma de encarar o romance sentimental»²⁶⁵, conclui.

No capítulo sobre “O Estado Novo e as Mulheres”, Irene Flunser PIMENTEL introduz o tema da “feminização imparável na educação”, no qual aborda alguns aspetos que marcaram a educação da população feminina, no que diz respeito a alunas e professoras, a historiadora lembra o discurso de Carneiro Pacheco, Ministro da Instrução Pública (desde 20 de janeiro de 1936), perante professores primários, no qual critica o século XIX por ter «endeusado o indivíduo, destruído a coesão nacional e “standardizado as instituições políticas”», situação que o novo regime, o Estado Novo, tinha «felizmente alterado através da integração do cidadão no “Bem Comum”»²⁶⁶. Os programas escolares

²⁶² PORTO, César, “A educação pelo romance”, *Educação Social, Revista de Pedagogia e Sociologia*, 3.º ano, n.º 4, 15 de abril de 1926: 55-56.

²⁶³ VAQUINHAS, Irene M., “Perigos da leitura no feminino (...)”, 2010 : 90.

²⁶⁴ *Idem*, *Op. cit.*, 2010: 91.

²⁶⁵ *Idem*, *Ibidem*.

²⁶⁶ PIMENTEL, Irene Flunser, *A cada um o seu lugar. A política feminina do Estado Novo*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011: 111.

que seguiam o «critério “enciclopédico” da “ciência a peso”», em detrimento de uma educação, do ponto de vista moral e física, das crianças e dos jovens em idade escolar, pelo que era necessário um projeto «regenerador», que apostasse numa educação «integral e cristã»²⁶⁷. Para tal, era «necessário desenganar, em primeiro lugar, os que defendiam uma escola “neutra”, pois uma coisa era a separação da Igreja do Estado e outra o laicismo, contrário à “natureza” e ao espírito da Constituição de 1933 (...) também se referiu, de novo, à formação e à seleção do pessoal docente para o tornar apto a ajudar os pais a “modelar” a “cera sensível e plástica que é o cerebrozinho da criança” e criar o “homem novo” português»²⁶⁸.

Acerca dos processos de alfabetização e de escolarização que foram sendo construídos em Portugal, no período em estudo, António CANDEIAS e Eduarda SIMÕES, no artigo “Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso”, que o período de passagem do Século XIX para o Século XX, foi um período típico de transição, caracterizado por «ritmos e formas de alfabetização e escolarização definidos em função de uma mescla entre interesses específicos relativos à mobilidade social e adaptação ao mercado de emprego por parte dos povos»²⁶⁹. Também é de considerar, segundo os autores, «uma contínua ainda que irregular pressão por parte das elites para a imposição de um modo de escolarização estandardizado característico do universo escolar Ocidental, que estava na altura, em vias de se mundializar»²⁷⁰.

Numa análise aos Censos Populacionais que dizem respeito ao período que vai de 1890 a 1950, podemos observar que as idades de escolarização e alfabetização de partes substanciais da população portuguesa são tardias, quando comparadas com a norma que fixava a escolaridade obrigatória entre os 7 e os 11, ou, entre os 7 e os 13 anos, conforme as épocas, e que «o número de alfabetizados crescia quer em percentagem quer em números absolutos muito para além de tais idades», reforçam os investigadores²⁷¹.

Tendo em conta os números de CANDEIAS e SIMÕES, podemos admitir que a adaptação ou adequação ao mercado de emprego, bem como as estratégias pessoais de mobilidade social, eram tanto ou mais importantes – pelo menos para uma fatia importante da população portuguesa –, do que as leis estatais que regulamentavam a

²⁶⁷ *Idem, Op. cit.*, 2011:110-111.

²⁶⁸ *Idem, Ibidem.*

²⁶⁹ CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda, “Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso”, in *Análise Psicológica*, 1 (XVII), 1999: 166.

²⁷⁰ *Idem, Ibidem.*

²⁷¹ *Idem, Ibidem.*

escolaridade obrigatória. Estes mesmos dados também nos permitem compreender que «a aquisição de tais competências era feita, para uma parte substancial da população, de forma não institucional, ou seja, recorrendo a mestres ou escolas privadas e outros agentes de alfabetização que se colocavam fora da órbita dos poderes instituídos ou em escolas estatais mas de formas irregulares e descontínuas»²⁷².

Em relação aos ritmos e formas de acesso à cultura escrita no século XX, mais concretamente até às primeiras três décadas em foco no nosso estudo, o que os Censos Populacionais (de 1900 a 1960) nos evidenciam – tendo em conta os dados disponíveis sobre a alfabetização e a escolarização quer na Europa, quer no Ocidente, durante os séculos XIX e XX –, é o facto de apontar o caso português como «um caso de singular lentidão na afirmação de um modo da cultura escrito como modo fundamental de funcionamento social, por comparação com sociedades do mesmo espaço geográfico e cultural»²⁷³, afirmam. Não nos iremos alongar sobre as causas do ‘atraso’ português, pois já o enunciamos anteriormente. Ainda assim, parece-nos não ser demais lembrar que os números e a sua análise podem-nos fazer pensar que

estes ritmos se tornam visíveis através deles, mas aqui, as histórias das vidas e dos locais ajudam-nos ganhar um sentido de intimidade que não raro parece desconstruir as grandes conclusões tiradas de uma massa de dados que por vezes é difícil de gerir [...] a das visões macro sociais que se estiram no espaço de séculos e recorrem a números referentes a populações num âmbito nacional ou pelo menos regional, e o estudo e o seguimento de vidas de pessoas, de famílias e de freguesias, que sendo mais localizadas e restritas no tempo, nos deixam compreender o que frequentemente os grandes números ocultam²⁷⁴.

Ainda no mesmo artigo, CANDEIAS e SIMÕES admitem que no século XX podemos assistir a casos de sucesso de alfabetização – e sobretudo de escolarização, que quebram, em parte, estas tendências assinaladas –, e que se devem a fatores de ordem política e económica, ou seja, muito diretamente relacionadas com as opções ideológicas impostas pelos Estados, como por exemplo, o caso, entre outros, de uma parte dos países da região dos Balcãs (dos regimes que em 1918 e em 1945 se tornam socialistas), e também de algumas sociedades do Centro e do Sul da Europa (Quadro II).

²⁷² CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda, *Op. cit.*, 1999: 166-167.

²⁷³ *Idem*, *Op. cit.*, 1999: 167.

²⁷⁴ *Idem*, *Ibidem*.

QUADRO II

Cálculo da alfabetização na Europa entre 1850 e 1950, a partir de Censos, taxas de alfabetização de recrutas e condenados, e assentos matrimoniais

	1850	1900	1950
Países Nórdicos, Alemanha, Escócia, Holanda e Suíça	95%	aprox. 98%	aprox. 98%
Inglaterra e País de Gales	70%	aprox. 88%	aprox. 98%
França, Bélgica e Irlanda	55%	80%	aprox. 98%
Áustria e Hungria	35%	70%	aprox. 98%
Espanha, Itália e Polónia	25%	aprox. 40%	aprox. 80%
Rússia e Balcãs	aprox. 15%	aprox. 25%	(dados indisponíveis)
U.R.S.S.	(dados indisponíveis)	(dados indisponíveis)	aprox. 90%
Bulgária e Roménia	(dados indisponíveis)	(dados indisponíveis)	80%
Grécia e Jugoslávia	(dados indisponíveis)	(dados indisponíveis)	aprox. 75%
Portugal	aprox. 15%	aprox. 25%	aprox. 55%

Fonte: CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda, “Alfabetização e escola em Portugal (...)”, 1999: 168.

Como podemos constatar, o caso português é, durante mais de um século, «um caso singular de dupla periferia no contexto europeu: periferia face ao “núcleo duro” da alfabetização, e no decorrer do nosso século, periferia face aos limites Sul, Leste e Oeste que historicamente foram menos impregnados pela cultura escrita»²⁷⁵. Mas, mais do que a comparação dos dados sobre Portugal com outras sociedades do mesmo espaço geográfico e cultural, interessa-nos aqui perceber «a forma como a sociedade portuguesa foi construindo laços com a escrita»²⁷⁶.

Muito embora os dados referentes aos recenseamentos efetuados no Século XIX (1864, 1878 e 1890) forneçam elementos importantes para a compreensão da temática aqui analisada, não podemos deixar de sublinhar que os mesmos partem de critérios que divergem entre si, o que por vezes torna difícil a comparação com os números mais recentes acerca do século XX. Ainda assim, partilhamos da opinião de CANDEIAS e SIMÕES, ao defenderem que «estes Censos não podem ser ignorados no âmbito mais geral de uma investigação sobre os processos de alfabetização e escolarização em Portugal»²⁷⁷, pelo que consideramos importante deixar aqui esta nota. Também julgamos pertinente lembrar que em todos estes processos de alfabetização e escolarização, o analfabetismo em Portugal, o mais alto da Europa, foi sempre superior entre as mulheres, do que entre os homens. Ainda assim, devemos também voltar a mencionar que o analfabetismo feminino registou uma diminuição, ao longo de todo o processo, mais do que o masculino²⁷⁸. Se não, vejamos: «Em 1930, quase três quartos da população feminina e cerca de metade da população masculina com mais de sete anos não sabia ler e escrever. A distância entre o analfabetismo feminino e o masculino era então de 17,1%, embora esta diferença diminuísse progressivamente e já fosse de 11, 8% em 1960»²⁷⁹.

Quando PIMENTEL aborda a “feminização do professorado”, fala num desejo evidente do Estado Novo em «destruir a influência “jacobina” do professorado republicano», uma vez que se assiste a uma degradação do estatuto profissional do corpo docente. Mais à frente, a autora afirma mesmo que o novo regime deu continuidade a uma

²⁷⁵ CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda, *“Alfabetização e escola em Portugal (...)”*, 1999: 169.

²⁷⁶ *Idem, Ibidem.*

²⁷⁷ *Idem, Op. cit.*, 1999: 170.

²⁷⁸ Cf., NÓVOA, António, “A Educação Nacional”, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Coord. de Fernando Rosas, *Nova História de Portugal*, Dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Lisboa, Presença, 1990: 475.

²⁷⁹ PIMENTEL, Irene Flunser, *A cada um o seu lugar. A política feminina do Estado Novo (...)*, 2011: 120.

política já iniciada pela Ditadura Militar, que, em 1931, institui a figura administrativa dos regentes escolares, «na sua maioria mulheres, que eram quase analfabetas e recrutadas segundo quase exclusivo critério da “idoneidade moral”»²⁸⁰.

Ainda acerca da carreira de regente escolar, Ana Paula RIAS, no artigo “As Regentes Escolares”, conclui que se trata de uma figura que seria «ideologicamente aceitável», mas mal remunerada, e requeria como critério máximo, a «idoneidade moral» das futuras candidatas. No mesmo estudo, RIAS refere que estas proponentes eram geralmente «mulheres jovens, solteiras e do Norte rural», que, muito embora pouco letradas (tinham pelo menos a 4.^a classe), não pertenceriam às camadas mais desfavorecidas da sociedade portuguesa. Na sua maioria, fariam parte da pequena e média burguesia rural, estrato social que conforme anteriormente referimos, «aspirava para os seus filhos uma carreira, que lhes granjeasse alguma projeção social e um ordenado»²⁸¹.

Ainda sobre a origem social das professoras primárias, Maria Filomena MÓNICA atribui-lhes uma origem social baixa, que relaciona com o caráter de «passividade e adaptabilidade às condições sociais, políticas e culturais»²⁸². Segundo a autora, as professoras primárias «desfrutavam ainda do máximo de prestígio a que uma mulher podia aspirar na sociedade rural»²⁸³. Também é verdade de que muitas destas mulheres beneficiariam do «novo sistema de patrocínio que então despontava», dependendo a sua recomendação do notável da sua terra ou do pároco da sua paróquia²⁸⁴.

Porém, outro estudo coloca em causa esta origem social baixa do professorado. Para o período entre 1918 e 1936, António NÓVOA admite que mais de 2/3 do professorado tinha uma origem em camadas «intermédias (artesãos/operários qualificados, comerciantes, funcionários públicos, professores, professores liberais); apenas uma pequena percentagem provinha dos sectores rurais pobres (4,9% de assalariados rurais)»²⁸⁵.

Através dos dados avançados por MÓNICA, verifica-se que, entre 1911 e 1926, a percentagem de professoras cresce 13%, enquanto para o período posterior, entre 1926 e

²⁸⁰ *Idem*, *Op. cit.*, 2011: 128.

²⁸¹ RIAS, Ana Paula, “As regentes escolares”, in *História*, n.º 23/24, agosto/setembro de 1996: 60-73. Sobre as regentes escolares, Cf., NÓVOA, António, “A Educação Nacional”, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, (...), 1990: 496-497.

²⁸² MÓNICA, Maria Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença, 1978: 209.

²⁸³ *Idem*, *Ibidem*.

²⁸⁴ MÓNICA, Maria Filomena, *Op. cit.*, 1978: 209-210.

²⁸⁵ NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, Lisboa, INIC, 1987: 602-603.

1940, o aumento ronda os 6%²⁸⁶. Perante estes números, podemos concluir que no período da I República o processo de feminização no ensino foi mais expressivo.

Helena Costa G. ARAÚJO, na introdução ao artigo “As mulheres e o ensino estatal”, na qual enquadra a construção ideológica do professor na transição da República para o Estado Novo, chama a atenção para o facto de se falar em ‘feminização’ do professorado, apenas porque as mulheres vão ocupar-se do ensino – apesar de entrarem na profissão mais tarde –, em número superior aos seus pares masculinos. Segundo a autora, esta é uma situação que começa a esboçar-se desde os finais do século XIX, e que se torna evidente nas décadas seguintes, e que vai caracterizar o ensino primário, tanto no caso português, como nos restantes países.

No mesmo estudo, ARAÚJO faz referência à imagem tão amplamente divulgada, durante a República, do professor como «sacerdote da democracia», o que invalida, de certo modo, a ‘contaminação’ da mesma por «elementos femininos», cujas questões biológicas eram impeditivas das mulheres conseguirem «desempenhar o papel prestigiado de defensoras de uma democracia frágil, a necessitar ser fortalecida através da instrução e da intervenção na comunidade»²⁸⁷. Mais à frente, menciona que no *Estado Novo*, um jornal de tradição republicana, um articulista, num tom crítico, defende mesmo que a profissão (professorado), em vez de ser desempenhada por «uma legião de bons professores prontos a tomar sobre ombros a pesada tarefa (de combater) a ignorância desenfreada na rua, na praça pública, no meio dos aldeões, no seio das famílias, em toda a parte (em que) o professor deve fazer sentir a sua ação benéfica e purificadora, estava a ser invadida por uma «aluviação de professoras»²⁸⁸.

Na opinião de ARAÚJO, o ponto de vista referido no jornal, em relação às mulheres professoras, poder-se-á enquadrar melhor «quando se estabelece a relação com o período em que existe uma nítida consciência» – entre os sectores republicanos e outros de oposição ao regime saído do 28 de Maio de 1926 –, de que «as políticas republicanas no campo da educação não conseguiram realizar muito do que se tinham proposto»²⁸⁹. Deste modo, talvez se explique o consenso, entre os investigadores do período em questão, de que «(...) a República não cumpriu as suas promessas no domínio educativo,

²⁸⁶ MÓNICA, Maria Filomena, *Op. cit.*, 1988: 209.

²⁸⁷ ARAÚJO, Helena Costa G., “As mulheres e o ensino estatal”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 29 de fevereiro de 1990: 81-82.

²⁸⁸ *Idem*, *Op. cit.*, 1990: 83. Cf., *In República*, 20 de julho de 1932, citado também em MÓNICA, Maria Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença, 1978: 210.

²⁸⁹ Araújo, Helena Costa G., “As mulheres (...)”, 1980: 83-84.

mostrando-se incapaz de endireitar uma situação que os seus próprios dirigentes consideravam como ‘caótica’ e de criar novas formas de educação para a infância e a juventude»²⁹⁰.

Ainda segundo ARAÚJO, no início da República, em 1911, as mulheres professoras rondam já os 54% e, em 1926, são já 67% do professorado. É importante não esquecer que estes números são de um Portugal «situado na semiperiferia do sistema mundial, marcado por processos de forte estratificação, tanto nas divisões de “género” como nas de classe social, com uma economia ruralista, assente em grande parte em estruturas pré-capitalistas, e apresentando elevadas taxas de analfabetismo»²⁹¹.

Na situação de semiperiferização em que Portugal se encontrava – e tendo em linha de conta de que não será tão cedo que vai recorrer a uma mão-de-obra maioritariamente feminina –, no final do século XIX (1899/90), as professoras vão preencher 37,2% da profissão, enquanto entre o último quarto do século XIX e 1910, a profissão de ensino vai feminizar-se a um ritmo rápido, uma vez que estamos perante um aumento de 584% de mulheres professoras, enquanto os seus pares masculinos vão crescer apenas 131%. Segundo os dados de NÓVOA, a feminização do ensino atingirá números mais expressivos nas duas décadas seguintes²⁹².

1.4.1.2. Professoras no magistério primário brasileiro

O contexto socioeconómico e cultural do século XIX brasileiro, marcadamente industrializado, vai levar à adoção de políticas de combate ao analfabetismo, por forma a dotar a mão-de-obra disponível, mas sem qualquer alfabetização, de conhecimentos básicos (ler e escrever) para o trabalho nas indústrias que se estabeleciam nos principais centros urbanos. Este período, que GRAMSCI caracterizou por ‘industrialismo’, pela formação dos Estados e o triunfo da ciência, vai trazer alterações profundas na «face do trabalho e das cidades»²⁹³.

²⁹⁰ NÓVOA, António, *Les Temps des Professeurs*, Lisboa, INIC, 1987: 550. Cf., MÓNICA, Maria Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença, 1978; BENTO, J. Gomes, *O Movimento Sindical dos Professores – finais da Monarquia e I República*, Lisboa, Caminho, 1977; CANDEIAS, António, “Movimento Operário Português e Educação 1900-1926”, in *Análise Psicológica*, julho, agosto e setembro, 1981; STOER, Stephen; ARAÚJO, Helena C. G., “A contribuição da educação para a formação do Estado Novo: continuidade e rupturas (1926-33)”, in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarquia, 1926-1959*, Lisboa, Fragmentos, 1987.

²⁹¹ Araújo, Helena Costa G., “As mulheres (...)”, 1980: 99.

²⁹² NÓVOA, António, *Les Temps (...)*, 1987: 594.

²⁹³ MARTINS, Angela Maria Souza, “Breves reflexões sobre as primeiras (...)”, 2009: 3. *Apud*, GRAMSCI, António, *Cadernos do Cárcere*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. Sobre o assunto, vide MATOS, Maria Izilda Santos de, “Propostas e lutas pela educação feminina: entre mães e operárias”,

Angela Maria Souza MARTINS explica que muito embora o homem brasileiro fosse considerado livre para «vender sua força de trabalho», este deveria estar apto para se submeter «às regras de trabalho e assalariamento da produção fabril». O mesmo será dizer que para executar as tarefas que lhe seriam destinadas, «devia ter instrução e saber dividir racionalmente sua tarefa com outros»²⁹⁴. Mas, não só. Como a produção fabril concentrava-se nos principais centros urbanos, o homem brasileiro devia ainda aprender «uma nova consciência de civilidade urbana, o que também era um processo educacional»²⁹⁵. A este primeiro movimento mais direcionado para a educação profissional no Brasil, vai seguir-se outro, que irá abrir portas à formação feminina: a Escola Normal.

De acordo com o estudo realizado por MARTINS, a implementação da primeira Escola Normal das Américas, ficou sob a responsabilidade da província do Rio de Janeiro. Em 1835, no município de Niterói, promulgou-se a Lei n.º 10, que «organizou o ensino normal e estabeleceu as normas para aqueles que pretendiam se candidatar à escola Normal»²⁹⁶. MARTINS refere que os candidatos deveriam ser «“cidadão brasileiro, maior de dezoito anos, com boa morigeração” e que soubesse ler e escrever»²⁹⁷. Por boa ‘morigeração’ deve entender-se uma boa conduta, à moral e aos bons costumes, que «deveria ser avalizada por um juiz de paz»²⁹⁸. No artigo 6.º da mesma lei, encontramos mais detalhes sobre a candidatura a apresentar: «Os que pretendem matricular-se dirigirão seu requerimento ao presidente da província, instruídos com a certidão de idade e a atestação de boa conduta, passada pelo juiz de Paz de seu domicílio: com despacho do mesmo presidente serão matriculados pelo diretor, se, pelo exame que deverá proceder, achar que possuem princípios suficientes de leitura e escrita»²⁹⁹.

No mesmo estudo, ficamos a saber que o professor oriundo da Escola Normal seria o «veiculador de uma instrução elementar», responsável por ministrar, entre outras, «certas noções, certas práticas e sentimentos que devem ser gerais assim para as primeiras como para as classes superiores da sociedade», e por promover a «instrução comum, essa

in *ESTUDOS IBERO-AMERICANOS*, v. 42, 2016: 352-371. [Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.1.22050>, acessado a 29 de agosto de 2020].

²⁹⁴ *Idem, Op. cit.*, 2019: 3- 4.

²⁹⁵ *Idem, Ibidem.*

²⁹⁶ RIO DE JANEIRO, Lei n.º 10, 4/04/1835, art.º 4.º.

²⁹⁷ MARTINS, Angela Maria Souza, “Breves reflexões sobre as primeiras Escolas Normais (...)”, 2019:6.

²⁹⁸ *Idem, Ibidem.*

²⁹⁹ RIO DE JANEIRO, Lei n.º 10, 4/04/1835, art.º 6.º.

identidade de hábitos intelectuais e morais», que deveriam constituir «a unidade e a nacionalidade» do Brasil³⁰⁰.

Enquanto o docente do sexo masculino tinha de evidenciar provas de «moralidade e capacidade para ocupar a cadeira de professor», o elemento feminino que se dispunha a exercer o mesmo cargo teria que corresponder a exigências morais que atingiam a vida privada. Se não, vejamos: «As professoras devem exhibir, de mais, se casadas, a certidão do seu casamento; se viúvas, a do óbito de seus maridos; e se viverem separadas destes a pública sentença que julgar a separação, para se avaliar o motivo que a originou. As solteiras só poderão exercer o magistério público tendo 25 anos completos de idade, salvo se ensinarem na casa dos pais e estes forem de reconhecida moralidade»³⁰¹.

Em 1879, o governo brasileiro permite que as mulheres possam frequentar o ensino de terceiro grau, mas as que optam por este percurso escolar estavam sujeitas ao preconceito social, pois este tipo de comportamento era visto aos olhos da sociedade como sendo contra a sua própria «natureza»³⁰². Importa salientar que até ao final da I República permaneceu o estereótipo colonial criado sobre a mulher: mãe-esposa-dona-de-casa qualificada pela «categoria de rainha do lar graças aos positivistas e higienistas dedicando-se integralmente à família e aos cuidados domésticos»³⁰³. Deste modo, nos últimos anos da I República vamos dar conta de documentos que retratam a mulher como ‘professora’ ou ‘pedagoga natural’ dos seus próprios filhos, papel que lhe assegurará o passaporte para o acesso à formação, pois será ela a responsável pela educação e preparação do ‘novo homem’ moderno.

Nos anos de 1920, o entusiasmo pela educação realça a valorização do Homem e vice-versa. Esse facto, levanta outras questões, como, por exemplo, o problema que afeta todo o Brasil: o analfabetismo. Conforme já tivemos oportunidade de referir, para combater esta realidade é decretada a expansão do ensino primário gratuito, onde se englobava a instrução feminina³⁰⁴.

Deste modo, cresceu o número de mulheres brasileiras que tinham acesso à

³⁰⁰ Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, Aureliano de Souza Oliveira, *Apud* VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. *A primeira Escola Normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores*, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990:147.

³⁰¹ Lei Couto Ferraz, Decreto n.º 133, de 17/02/1854, art.º 16.º.

³⁰² SANTOS, Sidney Francisco Reis dos, *Mulher: Sujeito ou Objeto de sua Própria História?*, Florianópolis, OAB/SC, 2006: 119.

³⁰³ ALMEIDA, J. S. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*, São Paulo, EdUNESP, 1998: 115-116.

³⁰⁴ DECRETO n.º 8.025, 16/03/1881, art. 1.º, 2.º e 3.º.

educação, mas este crescimento não se espelhava em toda a sociedade, pois para os estratos sociais mais baixos a educação apenas se resumia às ‘prendas do lar’ e à aprendizagem do alfabeto: «Exigia-se delas que desempenhassem bem suas funções de reprodutoras e de amparo afetivo na criação dos filhos. A ocupação de seu tempo ocioso deveria ser também em funções mecânicas como bordar, tocar piano, costurar. Elucubrações teóricas eram para os homens»³⁰⁵.

A classe dominante ainda tinha acesso garantido às escolas e universidades, enquanto os estratos sociais mais baixos não tinham essa garantia, pois os colégios das congregações religiosas eram os responsáveis pela educação e formação das filhas da elite brasileira e, por serem pagos, deixavam de fora as filhas das camadas sociais mais desfavorecidas. I. A. MANOEL, na sua obra *Igreja e Educação Feminina (1859-1910)*, dá disso exemplo, ao referir que nas primeiras décadas do século XX, a educação feminina nessas escolas, ou internatos religiosos, tinha por objetivo principal a preservação da moral e a instrução da mulher brasileira para o lar, «procurando guardá-la dos desvios que pudessem denegrir a imagem da mulher perfeita (instruída para o lar, e para o esposo)».³⁰⁶ Mas não é o único.

No artigo “Mulher e educação católica no Brasil (1889-1930): do lar para a escola ou a escola do lar?”, os autores admitem que essa posição adotada pelos colégios das congregações religiosas «favorecia a hegemonia da Igreja, em razão do insignificante número de escolas normais públicas no país»³⁰⁷. Perante esta realidade, não é por isso de estranhar que «essas instituições não fugiram do padrão já então colocado sobre a mulher», tanto mais não fosse pelo facto de estarmos perante uma educação feminina que se caracterizava por ser uma formação para o lar, «estabelecendo uma relação mecânica entre diploma e casamento. Essa era a proposta das filhas da elite quando ingressavam em tais instituições privadas»³⁰⁸. Segundo SILVA e INÁCIO FILHO, «a criação dessas escolas era preparar culturalmente as filhas dos fazendeiros», pelo que talvez explique a

³⁰⁵ COLLING, Ana Maria, “O Currículo de História e as Relações de Gênero Hierarquizadas”, in *La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura*, v. 15, n.2, julho/dezembro de 2010: 39.

³⁰⁶ MANOEL, I. A., *Igreja e Educação Feminina (1859-1910). Uma face do conservadorismo*, São Paulo, EdUNESP, 1996: 86.

³⁰⁷ SILVA, Michelle Pereira; INÁCIO FILHO, Geraldo, “Mulher e educação católica no Brasil (1889-1930): do lar para a escola ou a escola do lar?”, Universidade Federal de Uberlândia, 2004:6. [Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4775/art14_15.pdf, acessado em 11 de outubro de 2012].

³⁰⁸ *Idem, Ibidem*.

razão das mesmas estarem «alheias ao mundo do trabalho», pois, é um facto «a modernidade não interessar à elite brasileira»³⁰⁹, concluem.

Este facto vamos poder confirmar através de NOSELLA e BUFFA, que nos dão conta de que não foram debatidos na antiga Escola Normal de São Carlos, assuntos de grande impacto para a sociedade brasileira, como por exemplo, a Semana da Arte Moderna, bem como alguns dos momentos que marcaram o período republicano, pois «tais acontecimentos indicavam mudanças e apontavam para os desafios da modernidade», reafirmando, deste modo, «a junção entre o modelo educativo-conservador católico e os próprios objetivos da elite»³¹⁰.

Para contrariar os acontecimentos que já denunciavam uma certa mudança e apontavam a bússola para os caminhos da modernidade, as escolas ou internatos religiosos que se instalaram no país, do século XIX em diante, sob a proteção da elite brasileira, «empregaram o método jesuítico em sua prática docente (...) essa atitude não era fortuita, mas parte da estratégia católica em sua luta contra a modernidade»³¹¹. Isto é, até a década de 30, «a Escola Normal gerida pelo Estado ou por instituições religiosas, mesmo com todas as limitações que continha, desempenhou papel relevante na formação profissional e na elevação da cultura da mulher brasileira»³¹². Contudo, importa sublinhar que estes e outros factos marcaram o início da formação do género feminino.

Acerca da formação do género, ao qual voltaremos no Capítulo II, mais concretamente no subcapítulo 2.1. “*Feminismos: origens, influências e diferenças*”, Maria Luiza HEILBORN, no artigo “Usos e abusos da categoria de género”, afirma que nos dias de hoje, ainda continuamos a assistir a um debate sobre «a problemática história do género», na medida em que a categoria de ‘género’ «é utilizada para se distinguir o sexo feminino e o masculino». No entanto, a mesma categoria aparece, noutras situações, associada a papéis ou funções sociais. A antropóloga chama a atenção para o facto desta distinção de género ser universal, pois as categorias de género são na maioria das vezes culturalmente determinadas, nesse sentido, isto é: «A categoria de género não deve ser acionada como um substituto de referência para mulher ou homem. Seu uso designa, ou

³⁰⁹ SILVA, Michelle Pereira; INÁCIO FILHO, Geraldo, *Op. cit.*, 2004:6.

³¹⁰ NOSELLA, P.; BUFFA, E., *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos*, São Carlos, EdUFSCar, 1996:56.

³¹¹ *Idem, Ibidem.*

³¹² NOVAES, M. E., *Professora Primária: mestra ou tia?*, 6.^a ed., São Paulo, Cortez, 1995: 22.

deveria fazê-lo, a dimensão inerente de uma escolha cultural e de conteúdo relacional»³¹³.

Através de NOVAES, sabemos que até à década de 30, do século XX, a Escola Normal, «gerida pelo Estado ou por instituições religiosas, mesmo com todas as limitações que continha, desempenhou papel relevante na formação profissional e na elevação da cultura da mulher brasileira»³¹⁴. Esta afirmação pode ser observada no recenseamento a que tivemos acesso: «O recenseamento de 1920 accusa mais de um milhão de mulheres que exercem officios e profissões (...) Por outro lado, também evoluíram as condições do lar. A economia doméstica e a organização da família estão intimamente ligadas à organização social e económica do paiz. São problemas collectivos: não toleram mais as soluções individuaes»³¹⁵. Contudo, importa sublinhar que apesar de estas mulheres terem acedido ao ‘mundo das letras’, não conseguiram conquistar uma função ‘cívica’ na sociedade, na medida em que não lhes foram atribuídos quaisquer direitos políticos inerentes à sua condição de cidadãs. Ainda assim, «ricas ou pobres, instruídas ou ignorantes», as mulheres brasileiras, cada uma à sua maneira, vai aproveitar «as fissuras do tecido social para participar na vida pública, não obstante os discursos, os preconceitos e as leis»³¹⁶.

É neste contexto que vamos assistir, nos primeiros anos do século XX, a uma feminização do magistério primário no Brasil. Conforme já se assinalou, esta é uma realidade que só se tornou possível «devido à laicização do ensino com a entrada das meninas para a escola»³¹⁷. Segundo SILVA e INÁCIO FILHO, a criação das escolas primárias prende-se com a necessidade de resolver problemas educacionais, ao nível da falta de escolas, o que vai potenciar a criação de possibilidades para «o crescimento da necessidade de formação de professores nessas escolas normais, fazendo emergir as perspectivas das mulheres atuarem no setor educacional»³¹⁸. Para os autores, será desta forma que vão ser criadas janelas de oportunidades para as mulheres brasileiras, de abraçarem a profissão enquanto professoras, que uma vez «formadas nestas instituições confessionais, iriam exercer sua função docente nas escolas primárias públicas»³¹⁹. Um

³¹³ HEILBORN, Maria Luiza, “Usos e abusos da categoria de gênero”, in *Y nosotras latino-americanas? Estudos sobre gênero e raça*, HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.), São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 1992: 41.

³¹⁴ NOVAES, M. E., *Professora Primária: Mestra ou Tia?*, 6.ª Ed., São Paulo, Cortez, 1995:22.

³¹⁵ Cf., Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. “Desde que uma so exista nao ha motivo para que não sejam eleitoras todas as mulheres habilitadas no Brasil”; a mensagem de duas mil mulheres ao Senado Federal, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1927: 1-2.

³¹⁶ VOVELLE, Michel (Dir.), *O Homem do Iluminismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1997:317.

³¹⁷ SILVA, Michelle Pereira; INÁCIO FILHO, Geraldo, *Op. cit.*, 2004:7.

³¹⁸ *Idem, Ibidem.*

³¹⁹ SILVA, Michelle Pereira; INÁCIO FILHO, Geraldo, *Op. cit.*, 2004: 7-8.

facto que podemos confirmar em LOPES e GALVÃO, ao afirmarem que «as congregações, desde meados do século XIX e, sobretudo, até a década de 1930, dedicavam-se, de maneira geral, ao ensino primário e à formação de professoras», pelo que podemos observar que «há um etos religioso fundante na formação dessas primeiras professoras»³²⁰.

Ainda a partir da obra de LOPES e GALVÃO, percebemos o peso da educação das instituições privadas, mais concretamente dos colégios das várias congregações religiosas, na formação de professoras para as escolas públicas brasileiras. Deste modo, podemos falar numa natural transmissão e influência católica no setor público da educação. Neste caso, não será demasiado afirmar que com a feminização do magistério primário do Brasil, há uma clara propagação de uma educação que era considerada uma extensão do lar, que privilegiava «a conduta estética, ética, religiosa e formação para o lar, que salientavam em seu ensino ministrado às alunas, as virtudes da função natural da mulher: ser mãe-professora»³²¹.

O acesso das mulheres ao magistério primário, na qualidade de docentes, foi um processo longo e, importa sublinhar que não foram raras as vezes em que colidiu com o imaginário feminino da sociedade brasileira. No entanto, essa visão colocou a mulher na profissionalização. De acordo com Jane Soares de ALMEIDA, na obra *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*, o maior motivo que levou as mulheres a procurarem o magistério estava no fato de realmente precisarem de trabalhar, de lutar pela sua sobrevivência. Ainda assim, quando não era pela necessidade de obter um sustento, e estes casos deviam ser raros, «procuravam na profissão uma realização social que a posição invisível ou subalterna no mundo doméstico lhes vedava, submetidas que estavam à sombra masculina todo-poderosa que ali também exercia seu poder»³²².

Neste longo percurso da mulher na sociedade brasileira, constatamos que a sua ‘aposta’ na formação primária vai permitir o acesso a uma das mais importantes conquistas: o seu reconhecimento social e profissional. Neste ponto, importa referir que as mulheres atendiam às condições profissionais exigidas para o magistério primário, que até então estaria direcionado para os homens. O magistério, quando comparado à maternidade, «tinha na figura da sua representação a mulher, pois, era responsável pela

³²⁰ LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. O., *História da Educação*, Rio de Janeiro, DP&A., 2001: 71-73.

³²¹ *Idem*, *Op. cit.*, 2001:73.

³²² ALMEIDA, J. S., *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*, São Paulo, EdUNESP, 1998: 71.

educação dos filhos, sendo pessoa mais apropriada para ensinar, ao agir com brandura, amor e compreensão com os seus alunos»³²³. Logo, «a demanda de mulheres no magistério primário passou a ser superior ao número de homens, visto que em São Paulo no período republicano, a maioria feminina no magistério era um fato, o que se pode verificar na leitura do Anuário de Ensino»³²⁴.

Considerando que o magistério seria uma continuação do lar, no qual a mulher era aceite na sua profissão, como professora, cedo seria de esperar que, tal como no espaço doméstico, a sua atuação seria alvo de limitações. Da mesma forma que em casa tão cedo não seria o ‘chefe de família’ – matéria que iremos analisar, sob o ponto de vista jurídico, no subcapítulo 3.2. “Direitos civis: a trilogia ‘família, casamento e divórcio’” –, dentro do espaço escolar, não seria previsível que tão cedo assumisse algum cargo de chefia. Segundo ALMEIDA, esta posição na hierarquia administrativa das escolas estaria destinada aos homens, pois «era ocupado por inspetores que nem sempre respeitavam a figura feminina e ainda existia o problema quanto ao local de trabalho, onde as professoras sempre dóceis e dedicadas, eram enviadas aos piores lugares, às escolas mais distantes, onde eram maltratadas pelos ‘colonos ignorantes’ e detestadas pelos pais dos alunos que não os queriam na escola por necessitar do seu trabalho na lavoura»³²⁵.

No que diz respeito às camadas dominantes da sociedade brasileira, SILVA e INÁCIO FILHO dão conta de que estas não aceitariam, como algo natural, que as suas filhas exercessem a profissão de professoras. Para os autores, «só em casos extremos, devido a condições financeiras ou falta de casamento, procuravam a profissão», ainda que representasse uma humilhação, do ponto de vista financeiro e social, sendo «considerada uma vergonha para as famílias, daí a procura pelas instituições católicas»³²⁶. No entanto, para as famílias das classes mais baixas, «a profissão era uma maneira de aumentar a renda familiar»³²⁷, asseguram.

No mesmo estudo, é ainda referida a desvalorização do magistério, que aparece diretamente associada à «feminização do mesmo», argumento que os autores refutam, na medida em que «quando exercido pelos homens era tido apenas como uma complementação da renda familiar, pois os professores tinham outras profissões e exerciam o magistério em horas vagas. Por último, há a questão levantada referente à

³²³ SILVA, Michelle Pereira; INÁCIO FILHO, Geraldo, *Op. cit.*, 2004: 8.

³²⁴ ALMEIDA, J. S., *Op. cit.*, 1998: 122.

³²⁵ *Idem*, *Op. cit.*, 1998: 140.

³²⁶ SILVA, Michelle Pereira; INÁCIO FILHO, Geraldo, *Ibidem*.

³²⁷ *Idem*, *Ibidem*.

opressão exercida sobre as mulheres fez com que o trabalho por elas desempenhado fosse considerado também inferior»³²⁸.

³²⁸ *Idem, Ibidem.*

II CAPÍTULO – RENOVAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PARADIGMAS: MULHERES E MOVIMENTOS FEMINISTAS

2.1. *Feminismos: origens, influências e diferenças*

Em lugar nenhum do mundo e em qualquer que seja a época histórica a tratar, podemos trabalhar temas como a sociedade e a cultura, sem um olhar muito especial sobre as mulheres. Importa aqui relembrar que «a representação escultórica da figura humana começa, ou dá o maior relevo, na pré-história com a figura simbólica da deusa-mãe»³²⁹. Se a pintura retratou a mulher desde muito cedo, como podemos pensar a história da literatura, da arte, da religião, da música, dos costumes, sem nos ligarmos à figura feminina? Hoje, milhares de anos desde o início da História, ainda se debate e combate contra o estatuto inferior da mulher.

Ao recuarmos ao século XX, sobretudo às três primeiras décadas, deparamo-nos com movimentos populares de mulheres que marcaram a época e que reivindicavam para as mulheres portuguesas e brasileiras um papel interveniente no cosmos social, de acordo com as suas plenas capacidades e sustentado pelos avanços nos estudos científicos: «Foi a sciencia, fonte de toda a verdade e de toda a justiça, e na qual devemos pôr os olhos como na única libertadora, que fez cair por terra esse argumento tão falado da superioridade intelectual do homem fundando-a no peso do cérebro. Se a “massa cinzenta” contida no craneo feminino é menor, corresponde harmonicamente ao tamanho do corpo, em regra mais pequeno. Foi esse o primeiro passo, o mais importante e decisivo, para o triunfo da ideia feminista»³³⁰.

Dominique FOUGYROLLAS-SCHWEBEL, quando analisa a questão dos movimentos feministas, chama a atenção para o facto de que o «feminismo como movimento coletivo de luta de mulheres só se manifesta como tal na segunda metade do século XX»³³¹. Deste modo, importa clarificar que quando falamos de ‘movimentos feministas’ não é o mesmo que estarmos a falar de ‘movimentos populares de mulheres’, na medida em que estes últimos «não expõem frontalmente a exigência de direitos

³²⁹ CARREIRA, José Nunes, “A Mulher no Antigo Egipto”, in *A Mulher na História* (Actas dos Colóquios sobre a temática da Mulher – 1999-2000), Moita, Câmara Municipal da Moita, 2001:11.

³³⁰ OSÓRIO, Anna de Castro, *As Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905:16.

³³¹ FOUGYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique, “Movimentos feministas”, in *Dicionário Crítico do Feminismo*, HIRATA, Helena, LABOIRE, Françoise, DOARÉ, Hélène Le, SENOTIER, Danièle, (Orgs.), São Paulo, Editora UNESP, 2009: 144.

específicos para as mulheres»³³². Para FOUGYROLLAS-SCHWEBEL, falar de ‘movimentos feministas’, permite designar «sob uma mesma denominação» as diversas configurações que podem tomar os movimentos de mulheres, tais como: «o feminismo liberal ou ‘burguês’, o feminismo radical, as mulheres marxistas ou socialistas, as mulheres lésbicas, as mulheres negras e todas as dimensões categoriais dos movimentos atuais»³³³.

Quanto à utilização da expressão ‘movimentos de mulheres’, a autora defende que esta representa as movimentações para a mobilização de mulheres com um objetivo definido e dá, como exemplos, os «movimentos populares de mulheres na América Latina ou os movimentos pela paz na Irlanda ou no Médio Oriente»³³⁴. Deste modo, podemos concluir que a associação entre os dois movimentos – os ‘movimentos de mulheres’ e os ‘movimentos feministas’ –, assume significados e interpretações diferentes, de acordo com as leituras e formas de apresentar as feministas, caracterizadas por FOUGYROLLAS-SCHWEBEL como «muito burguesas no século XIX e no começo do século XX, muito radicais e inimigas dos homens depois dos anos 70»³³⁵.

Fátima MARIANO, na recensão crítica que faz à obra *O que é feminismo?*, de Gomes, P.; Diniz, D.; Santos, M. H.; Diogo, R., mais concretamente ao terceiro texto, da autoria da psicóloga social Maria Helena SANTOS, intitulado “Da origem do feminismo ao feminismo plural, do mundo a Portugal”, traz até nós uma síntese da história do movimento feminista mundial, tendo por base a divisão em três vagas, sugeridas por Gisela Kaplan (1992), «destacando os/as principais teóricos/as e terminando com referência ao feminismo institucional internacional»³³⁶.

A partir de MARIANO, ficamos a conhecer a intenção da autora, M.H. SANTOS, em destacar a «pluralidade do feminismo em Portugal, desde o feminismo republicano, passando pela oposição ao Estado Novo até ao surgimento do feminismo de Estado com a criação da Comissão da Condição Feminina»³³⁷. No mesmo artigo, SANTOS evidencia uma preocupação sobre a forma como se promove a reflexão quanto aos conceitos de «direitos humanos» e de «cidadania», bem como a sua generalização às mulheres: «(...)»

³³² *Idem, Ibidem.*

³³³ FOUGYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique, *Op. cit.*, 2009: 144-145.

³³⁴ *Idem, Op. cit.*, 2009: 145.

³³⁵ FOUGYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique, *Op. cit.*, 2009:144.

³³⁶ MARIANO, Maria de Fátima da Silva, – “Leitura de *O que é feminismo?*”, *In Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, Número 35, Ano 2016: 219. Cf., GOMES, P.; DINIZ, D.; SANTOS, M. H.; DIOGO, R., *O que é feminismo?*, Coleção “Cadernos de Ciências Sociais”, n.º 12, Lisboa, Escolar Editora, 2015.

³³⁷ *Idem, Ibidem.*

os direitos humanos e a cidadania não são neutros no que diz respeito ao género, ou seja, são genderizados, impedindo até muito recentemente (ou continuando a impedir em alguns países) a cidadania plena das mulheres conseguida graças aos diversos movimentos feministas internacionais e nacionais»³³⁸.

No que diz respeito a “Negros feminismos”, de Rosália DIOGO – é o último artigo do livro aqui analisado por MARIANO –, e no qual a autora aborda, como o próprio título indica, a mulher negra e os feminismos. Segundo MARIANO, trata-se de uma abordagem que está ancorada no texto da socióloga Sueli CARNEIRO, através do qual se considera que as «mulheres negras vivenciaram histórias diferentes das mulheres brancas», defendendo, por isso, que «as ações feministas das mulheres negras são fortemente marcadas pelos efeitos da sua construção identitária, engendrada no campo da opressão»³³⁹. Uma opressão económica, racial e de género.

Em género de conclusão, e através da leitura crítica de MARIANO, a leitura da obra *O que é feminismo?*, torna-se muito relevante como contributo para a desconstrução da ideia de que existem apenas feminismos de origem ocidental, corporizados por mulheres brancas³⁴⁰.

2.1.1. Movimentos feministas

Fátima MARIANO, em *As Mulheres e a I República*, fala dos novos ares que se respiravam em Portugal, no qual um pequeno grupo de mulheres pertencentes à elite burguesa, «conscientes do momento histórico que estavam a atravessar, e não querendo perder a marcha do movimento feminista que se consolidava por todo o mundo ocidental, a partir do início do século XX», vai reunir todos os esforços para fundar associações, «cujas missões fossem a defesa dos interesses femininos»³⁴¹. Muito embora a maior parte tivesse tido uma duração bastante efémera – devido ao reduzido número de associadas e à falta de apoio por parte dos partidos políticos ou de associações estrangeiras congéneres

³³⁸ MARIANO, Maria de Fátima da Silva, *Op. cit.*, 2016: 220. Cf., GOMES, P.; DINIZ, D.; SANTOS, M. H.; DIOGO, R., *O que é feminismo?*, Coleção “Cadernos de Ciências Sociais”, n.º 12, Lisboa, Escolar Editora, 2015: 79.

³³⁹ MARIANO, Maria de Fátima da Silva, *Op. cit.*, 2016: 220. Cf., GOMES, P.; DINIZ, D.; SANTOS, M. H.; DIOGO, R., *Op. cit.*, 2015: 86.

³⁴⁰ MARIANO, Maria de Fátima da Silva, *Op. cit.*, 2016: 219-220.

³⁴¹ MARIANO, Maria de Fátima da Silva, *As Mulheres e a I República*, Caleidoscópio, 2011:273-279.

–, vão surgir, neste contexto, as seguintes associações feministas portuguesas: Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz (1906); Comité La Paix et le Désarmement par les Femmes (1906 - ?); Grupo Português de Estudos Feministas (1907 – 1908); Grupo Português de Estudos Feministas (1907 – 1908); Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909 – 1919); Associação de Propaganda Feminista (1911 – 1918); União das Mulheres Socialistas (1912 – 1918); Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914 – 1947); Comissão Feminina Pela Pátria (1914); Associação Feminina de Propaganda Democrática (1915 – 1916); Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916) e Comissão Feminina Republicana (1919)³⁴².

Armanda Manguito BOUZY, num artigo publicado em 2012, na *Revista Portuguesa de Humanidades – Estudos Literários*, sob o título “Figures de l’androgynie et de la femme fatale dans *Ambições* et “Um passo em falso”, d’Ana de Castro Osório”, refere que «au début du XX siècle, dans la grande majorité des capitales européennes surgit un nouveau modele féminin: la femme libérée ou, plus précisément, la femme sur le chemin de la libération». De acordo com a autora, este novo modelo feminino permite uma interpelação direta à sociedade portuguesa acerca do posicionamento social da mulher, ou seja, «le sexe féminin ose revendiquer une place de plus en plus importante dans la société et dans la famille». Segundo BOUZY,

Au Portugal, de nombreuses voix féminines s’élèvent pour morigéner la femme soumise et l’inciter à accéder à la culture, seule capable de la conduire sur le chemin de l’émancipation. Parmi ces voix, se distingue celle d’Ana de Castro Osório (1872-1935), une des premières grandes féministes portugaises. Cette femme de lettres qui écrivit nombre de nouvelles, de romans, de pièces de théâtre, d’essais et de livres pour enfants consacra sa vie à la cause des femmes qu’elle voulait rendre économiquement indépendantes³⁴³.

Tal como noutros países, do Novo e do Velho Mundo, em Portugal «o ideal sufragista teve o seu impacto, entendendo-se por sufragismo não apenas a luta pela concessão do voto às mulheres, mas todas as movimentações e reivindicações em torno da igualdade de direito entre os dois sexos», sobretudo se entrarmos no campo

³⁴² *Idem, Ibidem.*

³⁴³ BOUZY, Armanda Manguito, “Figures de l’androgynie et de la femme fatale dans *Ambições* et «Um passo em falso» d’Ana de Castro Osório, in *Revista Portuguesa de Humanidades – Estudos Literários* (Revista da Área de Humanidades da Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa), n.º 16-2, Braga, 2012:185-186.

«legislativo e no acesso à educação, à independência económica»³⁴⁴, afirma João Esteves. Sobre este assunto trataremos de forma mais aprofundada no Capítulo III, mais concretamente no subcapítulo 3.4. “Sistemas eleitorais, o voto e a intervenção feminina”.

Confinadas ao papel de esposa, mãe, irmã e filha, e sem quaisquer direitos políticos, as mulheres portuguesas estavam remetidas para «um plano de inferioridade legal, social e cultural, sendo considerada perante a lei uma menor, sujeita à tutela do pai ou do marido, e com uma elevada taxa de analfabetismo (85,4% em 1890; 85% em 1900; 81,2% em 1911; 76,8% em 1920; e 74,3% em 1930) que a limitava nas escolhas profissionais»³⁴⁵. Este é o resultado do desnivelamento existente entre os dois sexos, num Portugal do final do século XIX, e inícios do século XX, conforme já analisamos. O dogma «da igualdade humana sofreu relativamente ao sexo feminino profundas contradições. Pelas nossas leis, como pelas dos romanos, a mulher era até certo ponto a pupila de seu marido. Para as mulheres o dogma da igualdade civil, política e intelectual, religiosa, moral e industrial eram palavras, cuja significação nem sequer lhes era dado compreender, e menos discutir e ambicionar»³⁴⁶.

Contudo, começa a manifestar-se uma progressiva tomada de consciência da necessidade de se alterar a condição e/ou o estatuto da mulher na sociedade portuguesa da altura, garantindo-lhe todos os direitos civis e políticos de que o homem gozava. LOPES PRAÇA, já em 1872, deixa um conselho e um alerta: «A mulher é um ser moral e físico como o homem. O primeiro dever da mulher é conhecer-se; uma das primeiras obrigações do homem é estudá-la. Vae n’isto a felicidade de ambos e da humanidade»³⁴⁷.

Na tentativa de se denunciar e alterar este cenário, no lado de cá e de lá do Atlântico, várias mulheres, entre a elite feminina da altura, composta na sua maioria por médicas, jornalistas, professoras, educadoras e escritoras (Ana de Castro Osório e Emília de Sousa Costa – a primeira uma das mais importantes líderes republicanas e feministas das duas primeiras décadas do século XX português –, e Júlia Lopes de Almeida) vão não só questionar a educação, a formação e a instrução que se proporcionava ao sexo feminino, como clarificar a posição de recusa de obediência, submissão e passividade a que estavam tradicionalmente sujeitas.

³⁴⁴ ESTEVES, João, “O Movimento Sufragista em Portugal na 1.ª Metade do Século XX (1896-1947)”, in *A Mulher na História* (Actas dos Colóquios sobre a temática da Mulher – 1999-2000), Moita, Câmara Municipal da Moita, 2001: 239-240.

³⁴⁵ *Idem*, *Op. cit.*, 2001:241-242.

³⁴⁶ PRAÇA, J. J. Lopes, *A Mulher e a Vida ou a Mulher Considerada Debaixo dos seus Principaes Aspetos*, Coimbra, Livraria Portuguesa e Estrangeira, Editor Manuel de Almeida Cabral, 1872:14.

³⁴⁷ *Idem*, *Op. cit.*, 1872: 21.

O termo ‘feminismos’ sobressai, na maior parte das definições e tentativas de explicação e justificação encontradas, como um termo perigoso, um conceito controverso, uma ideia que, logo à partida, é frequentemente recebida com desprezo, escárnio e um certo maldizer. Daí a importância de o definirmos, enunciando as influências e as diferenças que o termo transporta, no lado de cá e de lá do Atlântico. Em 1928, no discurso de abertura do II Congresso Feminista Português, Elina Guimarães, uma das grandes defensoras dos direitos da mulher, afirma que «todas as doutrinas têm os seus detractores: nenhuma os tem tido mais veementes que o feminismo. Mas nenhuma também tem sido tão mal compreendida, tão erradamente interpretada. Do que é uma doutrina de paz tem-se feito uma doutrina de guerra»³⁴⁸.

Esta complexidade do fenómeno feminista português também vai fazer sentir-se no Brasil, onde vamos assistir a leituras diferentes sobre este movimento, verificando-se uma falta de unificação nos discursos feministas. SCHIEBINGER, quando escreve *O feminismo mudou a ciência?*, elucida alguns termos que geralmente são confundidos, nas alocações proferidas pelas ‘feministas’. Na obra dá como exemplos as seguintes designações: «(...) “mulher” é um indivíduo específico; “gênero” denota relações de poder entre os sexos e refere-se tanto ao homem quanto à mulher; “fêmea” designa sexo biológico; “feminino” refere-se a maneirismos e comportamentos idealizados das mulheres num lugar e época específicos que podem também ser adotados por homens; “feminista” define uma posição ou agenda política»³⁴⁹. Daqui se deduz que, e de acordo com Michelle PERROT, certamente ficaríamos livres dos estereótipos que se criaram se o «movimento das mulheres não tivesse se transformado em o movimento feminista»³⁵⁰.

Em Portugal, nos séculos XVI, XVII e XVIII, a inquietação pela situação das mulheres e defesa dos seus direitos, bem como das suas qualidades e conquistas, era manifesta muito pontualmente. Segundo Maria Regina Tavares da SILVA, em várias épocas e de várias maneiras, podemos testemunhar essa preocupação, «de um ponto de vista meramente teórico» através, por exemplo, das seguintes obras: *Dos Priuilégios e Praerrogativas Q ho Genero Feminino Te por Dereito Comú & Ordenaçoes do Reyno, mais Que ho Genero Masculino*, publicada em 1557 pelo licenciado Rui Gonçalves, lente da Universidade de Coimbra, e reeditada em 1785 por um capelão da rainha D. Maria I;

³⁴⁸ GUIMARÃES, Elina, “Há 50 anos — o II Congresso Feminista Português”, in *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, n. 2, de abril-junho de 1978: 1.

³⁴⁹ SCHIEBINGER, Londa, *O feminismo mudou a ciência?*, Baurau, EDUSC, 2001: 32.

³⁵⁰ PERROT, Michelle, *Minha história das mulheres* (Trad. de Ângela M. S. Corrêa), São Paulo, Contexto, 2008:154.

Portugal Ilustrado pelo Sexo Feminino, obra de Diogo Manuel Aires de Azevedo, datada de 1734; o *Theatro Heroíno*, de Damião de Fróis Perim, de que o primeiro volume foi editado em 1736 e o segundo em 1740; o *Tractado sobre a Igualdade dos Sexos ou Elogio do Merecimento das Mulheres*, publicado em 1790 por um autor anónimo que se apelida de amigo da razão; *A Mulher e a Vida ou a Mulher Considerada debaixo dos Seus Principais Aspectos*, publicada em 1872 e da autoria do professor da Universidade de Coimbra Dr. Joaquim Lopes Praça; a obra de Sanches de Frias *A Mulher: Sua Infância, Educação e Influência Social*, datada de 1880; e ainda a obra fundamental *A Mulher em Portugal*, de D. António da Costa, publicada em 1892³⁵¹.

O professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Lopes Praça (1844-1920), é um dos poucos intelectuais que advoga a formação intelectual da mulher de nível secundário e superior (1872). Inclusive, D. António da Costa (1824-1892), o primeiro titular da pasta da Instrução Pública em Portugal no ano de 1870 e que muito se bateu pela expansão do ensino primário feminino, excluía as mulheres do ensino superior, sob o argumento de que “a emancipação política e científica não é um princípio natural da mulher. Outras carreiras lhe podem ser destinadas, outras fontes lhe devem ser abertas; esta não. Creio que se lhe opõem a sociedade, e a natureza (...)”³⁵².

A partir do artigo de João ESTEVES intitulado “Produção, transmissão e reenquadramento do conhecimento por via da História das Mulheres: o caso da 1.^a República”, temos acesso a um conjunto de teses, estudos, exposições, catálogos, biografias, agendas, roteiros, dicionários, livros didáticos, histórias e outras obras de referência, que num primeiro momento «centraram-se no associativismo feminino, envolvendo a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908-1919), a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918), a Associação Feminina de Propaganda Democrática (1915-1916) e o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)», de igual modo nas protagonistas republicanas, «sendo ainda de referir, para o período entre 1910 e 1926, a síntese *Mulheres e Republicanismo (1908-1928)*, [de João (Esteves, 2008)] e *As*

³⁵¹ SILVA, Maria Regina Tavares da, “Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX”, in *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), s.l., s.e., 1983: 875.

³⁵² VAQUINHAS, Irene, “Género e História”, in *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, MATOS, Sérgio Campos (Coord.), Centro de História da Universidade de Lisboa, 2020: 3. [Disponível em: http://dichp.bnportugal.pt/instituicoes/instituicoes_academia_ciencias.htm, acedido a 17 de agosto de 2020]. Apud, SIMÕES, Manuel Breda, “COSTA de Sousa de Macedo, D. Antonio da (1824-1892)”, 1963: 722.

Mulheres e a I República [de Fátima (Mariano, 2011)]»³⁵³.

Contudo, ESTEVES alerta para o facto de que uma análise mais abrangente desse período, apenas vamos encontrar no catálogo *Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1.ª República*, «por não se confinar ao associativismo e olhar para a plenitude de mulheres que se cruzaram naquele tempo»³⁵⁴. Tratando-se de um catálogo relativo à Exposição de 28 painéis, com o mesmo nome, organizada na Biblioteca Museu República e Resistência, no âmbito das Comemorações Municipais do Centenário da República, nele encontramos textos de Ilda Abreu, Isabel Lousada, João Esteves, Maria do Céu Borrêcho, Maria Emília Stone, Maria Lúcia de Brito Moura, Natividade Monteiro, Paulo Guinote, Teresa Pinto e Zília Osório de Castro³⁵⁵.

Entretanto, em 2001, no âmbito da Exposição *Quotidiano Feminino (1900-1940)*, organizada por proposta de Paulo Guinote, já o catálogo tinha textos e 120 fotografias inseridos que «procuraram retratar o universo mental, social e político das mulheres naquelas décadas, combinando a esfera pública (educação, trabalho, lazer e diversão, moda, cultura, política, cidadania, marginalidade, prostituição) com aquela mais privada (do nascimento à adolescência, namoro, casamento, maternidade, divórcio, adultério, homossexualidade, corpo)³⁵⁶. Deste modo, não podemos deixar de concordar que quer

Individualmente, ou em simultâneo, tais iniciativas, algumas à margem das cátedras universitárias, determinaram novos caminhos da investigação e proporcionaram o aparecimento de uma bibliografia recente envolvendo a transição da Monarquia para a República, a 1.ª República e a sua substituição pelas Ditaduras, Militar e do Estado Novo, e que tem servido de referência a outros olhares sobre esses períodos, redescobrimo os papéis femininos até há pouco ignorados, secundarizados ou menosprezados³⁵⁷.

Na abordagem histórica dos movimentos feministas, FOUGYROLLAS-SCHWEBEL lembra a distinção que foi feita, durante muito tempo – sobretudo pelos historiadores e feministas dos Estados Unidos da América do Norte e da Europa –, das «duas ondas históricas» destes movimentos³⁵⁸. A primeira, e a que engloba as décadas que estamos a estudar, contempla a segunda metade do século XIX e os inícios do século

³⁵³ ESTEVES, João, “Produção, transmissão e reenquadramento do conhecimento por via da História das Mulheres: o caso da 1.ª República”, in *ex æquo*, n.º 30, 2014: 43. [Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n30/n30a04.pdf>, acedido a 25 de agosto de 2020].

³⁵⁴ *Idem, Ibidem*.

³⁵⁵ Cf., ESTEVES, João, *Op. cit.*, 2014:43.

³⁵⁶ *Idem, Ibidem*.

³⁵⁷ *Idem, Ibidem*.

³⁵⁸ FOUGYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique, *Op. cit.*, 2009: 145.

XX; a segunda, amplamente caracterizada como ‘neofeminismo’, transcorre nos finais dos anos 60 e começo dos anos 70. Deste modo, vamos assistir a uma primeira onda dos feminismos fortemente focada nas reivindicações do direito de voto, e, num segundo momento, ao alargamento desse foco, que deixa de estar circunscrito a uma única exigência no campo da igualdade, mas «no reconhecimento da impossibilidade social de fundar essa igualdade dentro de um sistema patriarcal»³⁵⁹.

Para a historiadora, os feminismos contemporâneos prolongam as expetativas das feministas do século XIX, uma vez que se debatem pela «individuação do sujeito democrático e económico, da cidadã e da trabalhadora», mas acrescentam a questão incontornável da autonomização da sexualidade feminina», ou seja, a maternidade deixa de ser o único horizonte das mulheres e, mais ainda, «o desejo da “não maternidade”, após o advento da contraceção feminina»³⁶⁰.

Que os movimentos feministas são movimentos sociais, não restam dúvidas. O mesmo se pode observar, no artigo de Josette TRAT, “Movimentos Sociais”, no qual somos levados a aceitar que o que permite caracterizar o movimento feminista, enquanto movimento social, é a sua duração e atuação no espaço. Segundo a socióloga feminista francesa, quaisquer que fossem as «intermitências da mobilização», as mulheres não deixaram de lutar ‘coletivamente’, desde a Revolução Francesa³⁶¹. Segundo TRAT, as mulheres «se mobilizaram ora em nome da igualdade, ora em nome de suas diferenças, sempre contra as “injustiças” de que eram vítimas, reclamando ao mesmo tempo o direito ao trabalho, à educação, ao voto e também à “maternidade livre” desde o começo do século XX. Elas sempre reivindicaram sua identidade como seres humanos e sua liberdade»³⁶².

Com a ida da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, vamos assistir a uma transformação de cenário e de modo de vida das mulheres brasileiras, na sociedade e na cultura, uma vez que «as mulheres brasileiras imitavam as damas da corte e passavam a ter uma vida social mais intensa, indo a bailes e teatros, além de missas e procissões. Caminhavam enrijecidas pelos espartilhos, os longos vestidos e grandes chapéus»³⁶³,

³⁵⁹ *Idem, Ibidem.*

³⁶⁰ FOUGYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique, *Op. cit.*, 2009: 145.

³⁶¹ TRAT, Josette, “Movimentos Sociais”, in *Dicionário Crítico do Feminismo*, HIRATA, Helena, LABOIRE, Françoise, DOARÉ, Hélène Le, SENOTIER, Danièle, (Orgs.), São Paulo, Editora UNESP, 2009:151.

³⁶² *Idem, Op. cit.*, 2009: 152.

³⁶³ COLLING, Ana Maria, “O Currículo de História e as Relações de Gênero Hierarquizadas”, in *La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura*, v. 15, n.2, julho/dezembro de 2010: 38.

sublinha Ana Maria COLLING.

De acordo com a historiadora, quando D. João VI desembarcou no Rio de Janeiro (inícios de 1808), para além das malas e bagagens, levou consigo um novo estilo de vida, ou seja, os hábitos de vestir, as tendências literárias, «os costumes de higiene e as novas regras de etiqueta» do mundo civilizado». Se não, vejamos: «Costumes, modas e culturas foram transportados da metrópole para a colônia mais próspera. Para continuar usufruindo dos privilégios que possuía na Europa, a nobreza instalou aqui um ambiente europeu, dando um “banho de civilização” na colônia americana. A elite brasileira imaginava viver na Europa, ainda que cercada de escravos»³⁶⁴.

Na Tese de Doutoramento de Flávio Carreiro SANTANA, *Majestosa educação. Família e civilidade no segundo reinado do Brasil (1840-1889)*, podemos constatar que «não apenas por simples utilidade, mas na condição de bem simbólico de distinção e para deleite de ostentação», desembarcara com a família real portuguesa e com toda a nova ‘corte tropical’, «muitos “trastes” para incremento da pobre casa brasileira: aparadores, armários de vidraça e ferro, canapés, cadeiras de mogno ou com assento de palhinha, consolas, guarda-roupas e guarda-louças, mesas de mármore, acaju, mogno ou jacarandá, mesas de chá e de costura, sofás, espelhos, estátuas de gesso, figuras de porcelana, jarras para flores, vasos, fogões, escrivaninhas, lavatórios de bronze, instrumentos musicais, lustres (...)»³⁶⁵.

Segundo o autor, a própria elevação da antiga colônia portuguesa à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves (1815) comprovaria, «o desinteresse do príncipe D. João em regressar à Lisboa», conferindo, deste modo ao Brasil «um caráter simbólico de ser sede da monarquia»³⁶⁶. A partir desta tomada de posição, vamos observar diferenças na vida privada brasileira, que se vai ‘afinar’ com a estratificação social que vai marcar todo o século XIX, «tendo o acesso ao comércio estrangeiro como valor também de distinção social»³⁶⁷.

Quando SANTANA aborda “O cotidiano feminino e a vida privada nos tempos da nova corte”, considera que a mesma, à semelhança da vida privada portuguesa, também «estava marcada pela reclusão feminina, e o pouco trato nas sociabilidades», cujo dia a

³⁶⁴ *Idem, Ibidem.*

³⁶⁵ SANTANA, Flávio Carreiro, *Majestosa educação. Família e civilidade no segundo reinado do Brasil (1840-1889)*, Coimbra, FLUC, 2014: 82.

³⁶⁶ *Idem, Ibidem.*

³⁶⁷ SANTANA, Flávio Carreiro, *Op. cit.*, 214:82-83. Cf., SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, 2.^a Edição, Coleção Brasileira, Vol. 363, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978: 18.

dia estava confinado ao «convívio com a própria criadagem e parentela»³⁶⁸. Talvez por isso, se expliquem os «modos pouco polidos da educação feminina e o pouco trato na composição do vestuário lhes eram marcas indeléveis»³⁶⁹. Uma situação que chocava viajantes estrangeiros, como por exemplo, o inglês John MAWE, que comenta o caso da «figura feminina de boas posses», como: «Na realidade, a sua educação se restringe a conhecimentos superficiais; ocupam-se muito pouco com assuntos domésticos, confiando tudo quanto se refere às dependências inferiores da direção da casa, ao negro ou à negra cozinheira, e deixando todos os outros assuntos a cargo dos servos [...] ocupam-se, principalmente, em casa, em cozer, bordar e fazer renda»³⁷⁰. Fora de casa, a mulher limitava-se, quase exclusivamente, a frequentar a Igreja para a habitual cerimónia religiosa, ou outras celebrações, igualmente eclesiásticas, sendo, por isso, «surpreendente o quanto a chegada da família real possibilitaria novas práticas culturais no Brasil, especialmente se observado o cotidiano feminino colonial. Sendo a reclusão feminina algo comum na América portuguesa antes da chegada da família real, a mesma não se aplicava aos homens», cuja presença, no espaço público, conferia «marca e sentido à sociedade de cunho patriarcalista»³⁷¹, afirma Santana, adiantando que «este [homem] não comandava apenas os negócios, mas a própria família. Sua palavra era a lei, sua ordem e sua justiça. Sujeito de mando, habituara-se a estender suas ordens aos entes próximos, cuja rigidez era igualmente aplicada à escravidão»³⁷².

Voltando à investigadora portuguesa Fátima MARIANO, no seu artigo “Pacifismo e feminismo em Portugal nas vésperas da 1.^a Guerra Mundial”, afirma que o primeiro evento público, marcadamente feminista, até então realizado em Portugal data de maio de 1906, e já vai contar com a presença de apoiantes da causa feminina, como é o caso de Ana de Castro Osório, sobre a qual vamos voltar a trabalhar no subcapítulo 2.3. “Ana de Castro Osório: a ligação através do Atlântico”. De acordo com MARIANO, «em maio desse mesmo ano, 1906, a Secção Feminista da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas é apresentada publicamente no 1º Congresso Português pela Paz, realizado na Associação de Lojistas de Lisboa, e ao qual assiste, entre muitas outras personalidades,

³⁶⁸ SANTANA, Flávio Carreiro, *Op. cit.*, 214:92.

³⁶⁹ *Idem, Ibidem.*

³⁷⁰ MAWE, John, *Viagens ao Interior do Brasil (1807-1810)*, São Paulo, Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia Editora, 1978: 72.

³⁷¹ SANTANA, Flávio Carreiro, *Op. cit.*, 214:95.

³⁷² *Idem, Ibidem.*

Ana de Castro Osório»³⁷³.

Em Portugal, anterior a esta, mais concretamente a 18 de maio de 1899, tínhamos já assistido à fundação de uma das primeiras associações pacifistas, a Liga Portuguesa da Paz, fundada por uma mulher, Alice Pestana. Desde o primeiro momento, foram várias as mulheres que se quiseram associar a este projeto. Se não, vejamos: «Republicanas, mas também monárquicas, naquele que terá sido um dos raros momentos em que mulheres em campos políticos e filosóficos opostos se terão unido em torno de uma mesma causa. Eram médicas, professoras, escritoras, mulheres da alta e média burguesia, letradas, que tinham já por hábito promover e participar em tertúlias e serões literários»³⁷⁴.

Em 1909, quatro anos depois, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo e Adelaide Cabete, que fazem parte das notáveis presenças na LPP, acabam por deixar a associação, abraçando um outro projeto, ao qual se vão dedicar de ‘corpo e alma’: a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Trata-se do movimento feminista internacional, que desde meados do século XIX se vinha fortalecendo, ganhava cada vez mais simpatizantes em Portugal. Dito isto, fica justificada toda a atenção das feministas portuguesas, uma vez que seria «imperioso concentrar esforços na luta contra a monarquia para que o ideal republicano vingasse de vez em Portugal»³⁷⁵.

Em 1914, quando eclode a Grande Guerra, o movimento pacifista já não tinha qualquer expressão em Portugal. Perante um novo cenário, impõem-se novas vontades. As vozes feministas que anteriormente defendiam a resolução das tensões políticas (pela posse de territórios, por exemplo, nas colónias em África), dos diferendos entre os povos, através da diplomacia e do Direito, agora, vão apoiar a intervenção de Portugal no conflito. Estes apoios feministas surgiam nas mais diversas modalidades, como por exemplo, em conferências e em artigos publicados, quer em jornais republicanos ou em publicações feministas. Através deles, as mulheres «argumentavam que esta guerra era necessária para que a paz voltasse a reinar no Mundo. E Portugal tinha o direito e o dever de também intervir»³⁷⁶.

Ainda neste contexto, num outro artigo assinado por VAQUINHAS, sob o título “Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)”, ficamos a conhecer os verdadeiros

³⁷³ MARIANO, Maria Fátima da Silva, “Pacifismo e feminismo em Portugal nas vésperas da 1ª Guerra Mundial”, Comunicação apresentada no “I Encontro anual *A Europa no Mundo* “Pela Paz” (1849-1945)”, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 4 e 5 de abril de 2013: 4.

³⁷⁴ *Idem, Ibidem.*

³⁷⁵ MARIANO, Maria Fátima da Silva, *Op. cit.*, 2013: 5.

³⁷⁶ *Idem, Ibidem.*

motivos que estiveram na origem da criação desta Associação, em 1911, na cidade de Lisboa, que se traduziram em «cisões ocorridas no seio da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, motivadas por divergências pessoais, administrativas e ideológicas»³⁷⁷. Segundo a autora, questões de tolerância religiosa que se levantaram após a promulgação da lei de separação das Igrejas-Estado (1911), bem como outras, como as relacionadas com o voto feminino, foram fraturantes, levando a que um grupo de associadas abandone a estrutura organizativa da APF, e a apostar na fundação (uma vez mais) de uma nova associação. Deste modo, contamos, entre as demissionárias, algumas das pioneiras do movimento feminista português «de primeira vaga, com estreita ligação à Maçonaria, como Ana de Castro Osório, Rita Santos Machado, Maria Laura Monteiro Torres, Maria Irene Zuzarte e Carolina Beatriz Ângelo, tendo esta última sido eleita para presidir aos destinos da nova associação»³⁷⁸. Em 1918, com a entrada de Portugal da I Guerra Mundial, a Associação de Propaganda Feminina encerra as suas portas. As prioridades são agora outras: no lugar das reivindicações feministas, como o sufrágio feminino, o divórcio, a educação infantil ou, entre outras, as discriminações sentidas nos campos laboral ou legislativo, vai surgir a necessidade de amparar, de dar primazia às causas humanitárias e ao assistencialismo.

Nesses tempos conturbados, podemos considerar que o patriotismo falou mais alto, deixando para outros novos tempos os feminismos. Em ambos, uma vez mais, as mulheres vão estar na linha da frente.

Acerca dos movimentos feministas que se afirmaram ao longo das primeiras décadas do século XX, tanto em Portugal, como no Brasil, como de resto, em muitos outros países, verifica-se que em relação ao tratamento da questão do posicionamento feminino, os direitos e deveres da mulher, a forma de luta pela dignificação da sua condição, as formas de tratamento e de cuidados para com as crianças – filhos e o lugar das mulheres – mães / pedagogas na sua formação e educação, dão lugar à existência de um padrão, ou seja, à criação de um modelo feminino que será copiado. Impõem-se aqui colocarmos algumas questões, às quais procuraremos dar respostas: Porque é que o movimento feminista era uma utopia no Brasil das primeiras três décadas do século XX? Qual a posição das autoras, Ana de Castro Osório, Emília de Sousa Costa e Júlia Lopes de Almeida,

³⁷⁷ VAQUINHAS, Irene, “Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)”, in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I: A-E, Lisboa, Edição Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013: 260. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/41365>, acedido a 12 de agosto de 2020].

³⁷⁸ *Idem, Ibidem.*

relativamente a essa visão e interpretação?

Se, nos feminismos americanos «a expressão de valores holísticos e comunitários que faltam na ordem existente, então, o próprio feminismo é uma forma de utopismo», escreve Carol Farley KESLER, na introdução à compilação de textos utópicos esquecidos, escritos por mulheres entre os anos de 1836 e 1919³⁷⁹. Nos elementos que compõem a história dos feminismos dos Estados Unidos da América do Norte,

A maior de todas as utopias foi a que não deixou nenhum vestígio na Declaração de Independência de 1776: o sonho de que as mulheres poderiam aceder à propriedade, pagar impostos, ter direitos e eleger representantes tal como os homens. «Lembre-se das senhoras», dissera Abigail Adams ao presidente dos Estados Unidos, seu marido, mas ele esqueceu-as, e as mulheres tiveram de lutar durante um século e meio para conseguir o direito de voto. Quando por fim o conseguiram (...) a possibilidade de utilizar episodicamente um boletim de voto não deu às mulheres a impressão de serem muito livres³⁸⁰.

De acordo com BORGHI, «a maior parte das cerca de cinquenta utopias feministas escritas por mulheres norte-americanas», antes da Segunda Guerra Mundial, tratam da «grande batalha jurídica», ou seja, da «institucionalização discriminatória da diferença entre os sexos que fazia das mulheres seres menores e inferiores». Para a autora, se «a reinvenção do género foi a grande obra do século XX, a guerra dos sexos foi a grande questão do século XIX»³⁸¹. É de inferir dessa posição que se os feminismos foram tidos como ‘espaços utópicos’, que tiveram «um lugar essencial nas aspirações das mulheres: excluídas do político, confinadas à esfera doméstica, as mulheres infiltraram-se no seio das instâncias dirigentes da Igreja antes de se virarem rapidamente para a filantropia, enquanto os homens se apropriavam da organização do Estado e da gestão das relações de classe. A sua luta para conquistar as zonas, algo nebulosas, que os homens controlavam de forma menos apertada apoiou-se na retórica “separadas, mas iguais” da esfera própria das mulheres»³⁸².

No que diz respeito ao fenómeno dos feminismos americanos, verifica-se que ao longo de todo o século XIX – tendo por base as «mais de 300 experiências utópicas» –,

³⁷⁹ BORGHI, Liana, “O Feminismo Americano”, in *Dicionário das Utopias*, (Dir. de) Michèle Riot-Sarcey, Thomas Bouchet, Antoine Picon, (Trad. de) Carla Bogalheiro Gamboa, Tiago Marques, Edições Texto & Grafia, Lisboa, 2009: 113.

³⁸⁰ *Idem, Ibidem.*

³⁸¹ BORGHI, Liana, *Op. cit.*, 2009:113.

³⁸² *Idem, Ibidem.*

há uma vontade de mudar a sociedade, pois os vários testemunhos apontam para o facto de que «essas comunidades puseram frequentemente em questão a repartição dos papéis entre homens e mulheres: dos códigos de vestuário à divisão sexuada do trabalho»³⁸³. Para os últimos trinta anos do século em estudo, talvez se inspirando nos manuais de economia doméstica, as feministas «ligaram a libertação das mulheres às concepções inovadoras da gestão doméstica» e afirmavam, deste modo, que «o quadro de vida familiar devia ser transformado para que as mulheres pudessem desfrutar a sua independência económica e social». No final do século XIX, o modelo da mulher ‘moral e maternal’ já não encontrava correspondência na figura da «Mulher Nova»³⁸⁴, afirma a autora.

Para BORGHI, a empreitada que tinham pela frente as autoras feministas de ficção científica, desde os anos 60, do século XX, passava por «pensar através e para além do género»³⁸⁵. Impõem-se concluir que consequentemente, «toda a ficção científica, enquanto género literário, deveria ser repensada», na medida em que «durante muito tempo, as mulheres procuraram saber até onde era possível transgredir os limites do género – interrogando ao mesmo tempo as definições dos homens e as fronteiras interiorizadas do género, quer se trate do comportamento ou de hábitos de linguagem. Elas definiram-se como «almas» ou como «pessoas», cultivaram uma visão andrógina, travestiram-se, transgrediram as normas ou, enfim, concentraram-se na sua diferença, com exclusão de todas as outras»³⁸⁶.

Ao focarmos o nosso estudo no exemplo francês – e se nos ativermos à opinião veiculada por mulheres que viveram e escreveram nos séculos XIX e XX –, os feminismos, como «compromisso individual e como movimento coletivo», são tidos como «a vontade de obter a igualdade entre os sexos»³⁸⁷, afirma Michèle RIOT-SARCEY. Segundo a autora, durante muito tempo, «a modernidade das civilizações ocidentais caracterizou-se pela sobrevivência das hierarquias, a redefinição das divisões sexuais do trabalho, a exclusão da cidadania», ao ponto de, em França, «ter sido necessário criar uma outra palavra para permitir às mulheres o acesso em maior número à representação

³⁸³ BORGHI, Liana, *Op. cit.*, 2009:113.

³⁸⁴ *Idem*, *Op. cit.*, 2009: 114.

³⁸⁵ *Idem*, *Ibidem*.

³⁸⁶ BORGHI, Liana, *Op. cit.*, 2009:115.

³⁸⁷ RIOT-SARCEY, Michèle, “Feminismo Francês”, in *Dicionário das Utopias*, (Dir. de) Michèle Riot-Sarcey, Thomas Bouchet, Antoine Picon, (Trad. de) Carla Bogalheiro Gamboa, Tiago Marques, Edições Texto & Grafia, Lisboa, 2009: 117.

política: paridade»³⁸⁸. Daqui se deduz que «a igualdade dos sexos é um processo em curso, quando as principais alavancas dos poderes estão ainda, e em grande parte, nas mãos de uma categoria de homens privilegiados. Também o feminismo, no sentido concreto da palavra, é uma utopia, pois nas sociedades democráticas a igualdade entre os sexos não tem um lugar real a não ser na contestação e na crítica»³⁸⁹. Para o século XIX francês, graça e fruto de uma certa «desestabilização das ideias comumente aceites», algumas mulheres, apesar das interdições, querem «acreditar no futuro da igualdade», por forma a dar o seu «sentido verdadeiro à universalidade dos princípios libertadores»³⁹⁰. Porém,

A democracia representativa, e a república depois, só podiam admitir como representantes os indivíduos em situação de igual liberdade. A feminilidade que se considera encarnada na «mulher» identifica o indivíduo à espécie cuja função sedutora e maternal é incompatível com o papel público do cidadão, de quem depende o bom funcionamento da cidade (...) Esse feminino que deforma as mulheres e as impede de aceder a todos os cargos sociais e políticos torna-se o alvo das feministas radicais cujo comportamento fora das normas e ideias subversivas as relegam para a categoria de utopistas por inadaptação à ordem existente³⁹¹.

No decorrer do século XX, levantam-se algumas vozes discordantes, ‘utópicas’. Contudo, será preciso esperar por *Le Deuxième Sexe*, de Simone BEAUVOIR (1949), para que «seja feita em cacos uma feminilidade construída precisamente para afastar as mulheres da individualidade plena e inteira». Para BEAUVOIR, «enquanto a mulher se quiser mulher, a sua condição independente cria nela um complexo de inferioridade; inversamente, a sua feminilidade fá-la duvidar das suas possibilidades profissionais», ainda que lhe digam que «todas estas propostas são bastante utópicas, já que, para refazer a mulher, seria necessário que a sociedade já a tivesse colocado em pé de igualdade com o homem»³⁹².

Quando caminhamos em direção ao feminismo inglês e entramos no espaço da utopia, «que se abre nas décadas de 1640 e 1650, desenvolve-se uma visão mais igualitária das relações entre os sexos, visão certamente marginal, mas que é parte

³⁸⁸ *Idem, Ibidem.*

³⁸⁹ *Idem, Op. cit.*, 2009: 117.

³⁹⁰ RIOT-SARCEY, Michèle, *Op. cit.*, 2009: 117.

³⁹¹ RIOT-SARCEY, Michèle, *Op. cit.*, 2009: 118.

³⁹² *Idem, Op. cit.*, 2009: 119.

constitutiva de um projecto democrático»³⁹³, afirma Eleni VARIKAS. Segundo a autora, para um determinado número de mulheres, «a revolução abriu um espaço de liberdade de expressão e de acção sem precedentes», na qual «a desintegração dos tribunais eclesiásticos que controlavam a vida sexual das pessoas comuns, e, sobretudo, a ausência prolongada dos homens, durante a guerra civil, conferiu-lhes uma certa autonomia de facto, mas também a possibilidade, sobretudo para as que pertencem às camadas mais subalternas, de conceberem a sua posição como transformável. Em 1847, uma petição assinada por 10.000 mulheres [...] “reclama direitos de propriedade iguais aos dos homens”»³⁹⁴.

A insistência no direito natural das mulheres em exercerem a sua ‘razão’, a defesa da instrução do género feminino, a forma como se «associa a crítica incisiva da tirania doméstica à do individualismo possessivo» dizem muito sobre o século XIX inglês, em que a contestação da hierarquia social, em nome do direito natural e do contrato, fez surgir a ‘possibilidade’ de «uma transformação das relações entre os sexos»³⁹⁵. De facto, uma das contradições mais gritantes da modernidade é «ter na sua génese a exclusão das mulheres da cidadania»³⁹⁶.

Antes de terminarmos, impõe-se sublinhar que tratando-se de uma tese que se enquadra mais diretamente nos estudos feministas e não nos de género, optamos por seguir a distinção de Elisabeth Schüssler FIORENZA, autora e membro da comunidade exegética e figura incontornável no estudo da ‘hermenêutica feminista’ dos textos sagrados/bíblicos, que chama a atenção para o seguinte: «enquanto os estudos de género acentuam que o género é uma construção social, os estudos feministas acentuam a ideia de que as mulheres (wo/men) são sujeitos intelectuais e agentes sociopolíticos»³⁹⁷. Nesta perspetiva, não podemos deixar de citar LOUSADA que também faz a defesa de que «enquanto os estudos do género isolam a opressão do género de outros tipos de opressão; os estudos feministas enquadram a opressão das mulheres num quadro de opressão

³⁹³ VARIKAS, Eleni, “Feminismo Inglês”, in *Dicionário das Utopias*, (Dir. de) Michèle Riot-Sarcey, Thomas Bouchet, Antoine Picon, (Trad. de) Carla Bogalheiro Gamboa, Tiago Marques, Edições Texto & Grafia, Lisboa, 2009:120.

³⁹⁴ *Idem*, *Op. cit.*, 2009:121.

³⁹⁵ *Idem*, *Ibidem*.

³⁹⁶ TAVARES, Manuela, “Feminismos – Percursos e Desafios”, in *Conferência de Abertura do Encontro “Ágora, El Debate Peninsular”, Curso CHEGAR E FICAR. A Agenda Feminista*, de 22 a 23 de outubro, Cáceres, 2009:1.

³⁹⁷ FIORENZA, Elisabeth Schüssler, *Sharing Her Word: Feminist Biblical Interpretation in Context*, Boston, 1998: 34. TOLDY, Teresa, (Trad.), in *Também há Mulheres Filósofas*, Caminho, Lisboa, 2001.

global»³⁹⁸. De acordo com a investigadora, «a noção de género, tradução literal do termo inglês “gender” tem suscitado polémica bastante. Assim, reconhecendo a dificuldade de separação dos termos, que não dos conceitos, resta precisar que à luz de uma visão transdisciplinar a questão se clarifica»³⁹⁹.

Resta-nos acrescentar que no mundo anglo-saxónico, onde os estudos sobre os feminismos agregam uma quantidade apreciável de investigadores, sobretudo desde a década de 70, com uma maior ênfase nas áreas dos estudos sociais e humanos, são imensas as referências a dicionários, entre os quais, destacamos: *The Penguin Biographical Dictionary of Women* (1998), compilado por Maeket Books, reúne 1600 biografias de figuras maiores da ciência, da política, da poesia, do cinema, da literatura, entre outras; *The Macmillan Dictionary of Women's Biography* (1998), compilado e editado por Jennifer Uglow e Francês Hinton, reúne 2000 entradas sobre mulheres que desempenhara um papel de relevo histórico e no campo social; *Dictionary of Women Worldwide: 20,000 Women Through the Ages* (2005), de Thomson Gate, que apresenta índices de profissão/ocupação, etnicidade/nacionalidade e cronológico; e, ainda, *A Biographical Dictionary of Womens's Movements and Feminisms Central, Eastern, and South Eastern Europe, 19th and 20th Centuries* (2006), editado por Francisca de Haan, Krassimira Daskalova e Anna Loutfi.

2.1.2. ‘Antifeminismo’ ou o antídoto dos feminismos?

Maria Gabriela Mota MARQUES, no artigo que assina sob o título “A ‘maior humorista de todos os tempos’. A sátira antifeminista na imprensa portuguesa (1885-1914)”, transporta a nossa Tese para o campo do humor como forma de antifeminismo. Segundo a investigadora, o distanciamento entre os paradigmas ou as representações sociais convencionadas para as mulheres – e os seus verdadeiros comportamentos e atributos – está «na origem de ideias, de [pre]conceitos e de imagens desfavoráveis sobre a feminilidade e coloca em causa os papéis de género»⁴⁰⁰. É esse o território fértil para o

³⁹⁸ LOUSADA, Isabel Maria da Cruz, texto de apresentação intitulado “Dicionário(s) no Feminino”, à luz de dados biobibliográficos de Zília Osório de Castro, no percurso subjacente à edição de *Dicionário no Feminino*, obra conjunta a que a homenageada preside na orientação científica. [Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7383/1/Artigo%20lousada%5B2%5D.pdf>, acedido a 15 de agosto de 2020].

³⁹⁹ *Idem, Ibidem.*

⁴⁰⁰ MARQUES, Maria Gabriela Mota, “A ‘maior humorista de todos os tempos’. A sátira Antifeminista na imprensa portuguesa”, in *Faces de Eva*, N.º 32, Edições Colibri / Universidade Nova de Lisboa, 2014: 94. Cf., MARQUES, Maria Gabriela Mota, *Demónios aperfeiçoados: o antifeminismo na*

antifeminismo.

Para MARQUES, quando ultrapassado o sentido restrito que associa o antifeminismo, enquanto oposição aos feminismos – e às intenções de emancipação e de reivindicação de direitos –, o mesmo passa a englobar «as interpretações, os estereótipos e as tradições enraizadas sobre a natureza imperfeita e a inferioridade femininas»⁴⁰¹. São estes últimos, de forma direta e implícita justificam o riso sobre o feminino, fazendo das mulheres ‘objetos risíveis’.

Na conferência humorística realizada a 31 de março de 1938, no Grémio Alentejano, Leonel P. CARDOSO, ao dirigir-se à plateia, observa: «Vossas excelências acabam de sorrir-se, não do que eu disse, não da minha palestra, mas de vós próprias, do vosso espírito, do vosso humanismo natural, espontâneo, preciosa fonte de bom humor, de frescura, que quebra o ritmo monótono e enfadonho da vida, que lhe dá ineditismo, graça, imprevisto, colorido, novidade»⁴⁰².

Ao afirmar que as mulheres são as principais humoristas de todos os tempos, e as melhores ‘fornecedoras’ de matérias risíveis, CARDOSO coloca nelas o alvo principal de comentários e de sátira. Na mesma conferência, o humorista demonstra saber a razão pela qual o mesmo acontece, deixando antever que não seria apenas pela perspetiva que a sociedade tem da forma que as mulheres têm de agir e de ser, mas muito por conta da sua tendência para o exagero e, indiretamente, pela falta de discernimento e de consciência de serem elas próprias quem motiva e fomenta esses mesmos comentários: «Foram vossas excelências quem forneceu material para a palestra, material que eu me limitei a ordenar e a trazer junto de vós. As minhas palavras não são mais do que o reflexo do vosso humanismo. Eu fui apenas o espelho onde êste se reflectiu e por sinal um espelho muito pouco cristalino, um espelho de vidraça, cheio de bolhas, que conseguiu deformar e prejudicar a vossa graça natural. Perdoai! Mas...foi “por bem”»⁴⁰³.

É neste registo de CARDOSO, e noutros – importa sublinhar que a sátira feminina não é a mesma para todos os caricaturistas e não assume sempre um cariz difamatório –, que podemos encontrar as mulheres como as principais responsáveis pela sua posição como matéria passível de caricaturar. Se não, vejamos: «Tôdas vossas excelências, quando tiram uma fotografia ou posam para um pintor de nome, são, em ambos os casos,

imprensa portuguesa (1885-1914), Tese de Doutoramento, Coimbra, 2013. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/24648>, acedido a 12 de agosto de 2020].

⁴⁰¹ *Idem, Ibidem.*

⁴⁰² CARDOSO, Leonel P., *O humorismo e a mulher*, Imprensa Lucas & Comp.^a, Lisboa, 1938: 42.

⁴⁰³ *Idem, Ibidem.*

retratados o mais lisonjeiramente possível. O artista empregará as mais lindas tintas da sua paleta, os tons mais suaves e harmoniosos para transportar para a tela a vossa beleza e frescura. Procurará realçar todos os vossos encantos»⁴⁰⁴. Mais à frente, CARDOSO ilustra bem a preocupação da imprensa em difundir a imagem de uma personagem feminina superficial ou, de certa forma, um tanto egocêntrica, como podemos verificar:

Se, porém, algum pequenino defeito, borbulha ou sinal capilar existir, êle procurará posição adequada para que tal defeito se não note e não venha empanar a beleza da sua obra. O fotógrafo retocará até que tenham desaparecido todas as asperezas e defeitos.

Tirar-vos-á o buço, se o tiverdes demasiado refilão. Arrancar-vos-á os sinais de cabelo e se, por azar, fôrdes estrábicas, endireitar-vos-á os olhos. Pois mesmo assim...ainda por vezes não conseguem satisfazer-vos.

O que sucederá com o humorista, com o caricaturista?

O fim do mundo!⁴⁰⁵

É deste modo, que os humoristas, entre os quais destacamos CARDOSO, procuram manter as ideologias e os valores dominantes, acerca dos feminismos, contribuindo para fixar os comportamentos e estabelecendo a ordem e o controlo sociais. Neste contexto, podemos afirmar que a sátira representa um importante instrumento de criação ou de reforço dos estereótipos. Nesta perspetiva, não podemos deixar de referir a opinião de Jorge BARRADAS, para quem as mulheres são o tema eleito, e para quem a caricatura é entendida como uma «fonte criadora de beleza» e não como arma política usada para atingir outros fins e personalidades⁴⁰⁶.

Ainda no mesmo artigo de MARQUES encontramos uma preocupação que passa por clarificar que «o mote e o objeto da caricatura sobre as mulheres podem revelar diferentes representações do feminino», ou seja, através da caricatura e pela crítica ilustrada e gráfica, «tentam-se satirizar as suas pretensões e o desejo de autonomia, bem como o seu lado fútil e leviano»⁴⁰⁷. Isto mesmo podemos interpretar através da retórica do presidente da mesa da Conferência Humorística, Dr. João Valério, que usou da palavra para agradecer à assistência e ao conferente, e encerrar a sessão:

Poderão alguns, ou “algumas”, de vossas excelências não concordar

⁴⁰⁴ CARDOSO, Leonel P., *Op. cit.*, 1938:16-17.

⁴⁰⁵ *Idem, Ibidem.*

⁴⁰⁶ Humorgrafe. *150 anos de caricatura em Portugal*, Amadora, Portugal: Humorgrafe, 1997: s/p.

⁴⁰⁷ MARQUES, Maria Gabriela Mota, *Op. cit.*, 2014: 102. Sobre o assunto, vide MATOS, Maria Izilda Santos de, “MULHERES E SORRISOS: em busca da beleza e sedução”, in *Outros Tempos (Online)*, v. 17, 2020: 115-137. [Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v17i29.774>, acessado a 29 de agosto de 2020].

inteiramente com todos os seus [Leonel P. Cardoso] pontos de vista.

Mas lembrem-se, Minhas Senhoras, de que os humoristas, sobretudo os caricaturistas, mesmo quando põem em foco e alfinetam alguns dos aspectos mais extravagantes da moda feminina, rendem indirectamente o seu culto à mulher, pois procuram demonstrar-lhe que, por mais feia e ridícula que Ela pretenda tornar-se, nunca o consegue em absoluto, porque a sua graça natural sobrenada sempre – “o homem”⁴⁰⁸.

No fundo, o que a autora pretende dizer é que pela caricatura ridiculariza-se a sua atitude e, deste modo, se procura reduzir-se a sua importância. Por tudo isso, «a mulher, em geral, para não dizer na totalidade, detesta o humorismo e sobretudo a caricatura. As razões são facilmente compreensíveis e razoáveis, à primeira vista, mas não resistem a uma análise mais profunda e criteriosa, como vamos ver»⁴⁰⁹.

No estudo assinado por MARQUES, é mencionado que, para além do ataque à conduta das mulheres, as caricaturas sobre o mundo feminino expressam uma certa «sensualidade e exuberância» que procuram realçar, através da própria imagem, «a falta de seriedade e de rigor no que ela faz, bem como a sua vertente sedutora e malévola»⁴¹⁰. Deste modo, a autora refere que não se critica, directamente, o papel de mãe, mas sim o de «mulher fútil, vaidosa, seguidora de modas», levando-a a desempenhar de modo ‘disfuncional’ a vida maternal e a «denegrir o valor feminino da abnegação, do amor ao outro e da simplicidade. Alguém que pensa em si e se esquece da sua missão e do seu papel no seio familiar»⁴¹¹. Satirizam-se, portanto «as esposas pelo facto de não se subjugarem aos maridos e não se prontificarem a obedecer -lhes e a fazer o que eles mandam. São as mulheres respondonas, licenciosas, preguiçosas, solitárias e emancipadas que são focadas (...), aquelas que Solange Vernois identifica como “mulher leão”»⁴¹².

Contudo, são também motivo de sátira as mulheres que leem e que querem saber mais do que os simples romances. Em paralelo a estas, as mulheres autoras e artistas são vistas como uma «figura subversiva e até proto feminista», uma vez que «esse comportamento demonstra uma procura de visibilidade e de afirmação da sua

⁴⁰⁸ CARDOSO, Leonel P., *Op. cit.*, 1938: 44.

⁴⁰⁹ *Idem*, *Op. cit.*, 1938:16-17.

⁴¹⁰ MARQUES, Maria Gabriela Mota, *Op. cit.*, 2014: 102. *Vide* Anexo XXIII.

⁴¹¹ *Idem*, *Ibidem*.

⁴¹² MARQUES, Maria Gabriela Mota, *Op. cit.*, 2014: 102.

criatividade», a qual é, na essência, um ‘valor masculino’⁴¹³.

O ‘novo-rico’, tema da burguesia em ascensão, constitui um outro motivo de sátira social da época. As mulheres burguesas, que ostentam socialmente a fortuna e a posição da família, são, neste universo, um dos filões explorados. Elas são a imagem da banalidade do mundo moderno, pelo que, nas primeiras décadas do século XX, «redonne à la femme une place de choix dans le panthéon caricatural»⁴¹⁴, como refere Séverine THIVILLON.

Para além da frivolidade burguesa, os caricaturistas revelam também uma certa atração pelas mulheres das classes populares, nomeadamente as que trabalham nas indústrias, no campo e nos trabalhos domésticos, desde as operárias às criadas de servir, passando pelas costureiras e pelas empregadas de balcão, que são representadas «como mulheres ignorantes, fáceis e permissíveis às investidas dos homens e, por isso, menos sérias e recomendáveis para constituir família»⁴¹⁵.

Para os inícios do século XX, temos uma outra perspetiva que foge às concepções caricaturais tradicionais. Gustave KAHN, na sua obra *La femme dans la caricature française*, publicada em 1907, dá conta que sobre a mulher associa-se a consciência de que a caricatura poderá contribuir para a afirmação das reivindicações femininas e, nesse sentido, estar ao serviço da difusão dos ideais feministas. Pela mesma altura, a entrada no universo das profissões até então exclusivamente masculinas, bem como a crescente instrução, com a feminização do ensino, tornam-se, também, assuntos caricaturáveis assumidos. Estas matérias vão assumir alguma importância na caricatura, pois têm uma dupla função: por um lado, proporcionar diversão aos leitores e, por outro, atuar como crítica social, com um sentido depreciativo.

Rachel SOIHET, na sua obra *La première vague du féminisme brésilien de la fin du XIXe siècle aux années trente*, faz referência a idêntica situação, ao analisar a posição da sociedade brasileira, perante as mulheres consideradas ‘emancipadas’ e ‘intelectuais’ ou, se quisermos, ‘modernas’ e ‘independentes’, na transição do século XIX para o XX. Na perspetiva desta autora, a falta de seriedade da questão – quando comparada com outros assuntos com maior peso na sociedade – explica porque é abordada na «ótica

⁴¹³ *Idem, Ibidem.*

⁴¹⁴ THIVILLON, Séverine, *La caricature dans le média*, Lyon, França, Institut d’Etudes Politiques de Lyon, Université Lumière, Lyon II, 2003: 14.

⁴¹⁵ MARQUES, Maria Gabriela Mota, *Op. cit.*, 2014: 102-103.

humorística, o que, no entanto, não lhe retira um sentido de violência simbólica»⁴¹⁶. Sobre a sátira feita às mulheres na sociedade brasileira, iremos tratar mais à frente.

Segundo MARQUES, as «artes são também difusoras das mulheres, dos valores femininos e das suas diferentes imagens» – a par da ilustração e da caricatura –, demonstrando, em algumas delas, um cariz «antifeminista». De acordo com a investigadora, esta realidade não se deve, apenas, ao facto de, «durante séculos, o ofício de artista ter sido quase exclusivo dos homens, a quem se reconhece qualidade e perfeição, mas, também, pelos temas abordados nas obras»⁴¹⁷.

Mas, desengane-se quem pense que as mulheres também não riam dos homens. Riam-se, sobretudo, da realidade em que viviam circunscritas, bem como acerca do ambiente em que se movimentavam. Riam-se da clausura a que estavam remetidas. Riam-se também, muito certamente, das suas idas à rua, sempre acompanhadas. Tudo isto aconteceria. Porém, o mesmo não deverá, nem poderá significar a capacidade destas mulheres efetuarem uma verdadeira autoanálise e, de certo modo, conseguirem rir de si mesmas, sem pudor. Mostram-no os esparsos exemplos que se prendem com um registo do humor escrito, como sucede, entre outras, com Julieta FERRÃO⁴¹⁸.

Na conferência humorística realizada a 31 de março de 1938, no Grémio Alentejano, depois de assistir à ‘performance’ de Leonel P. CARDOSO, pediu a palavra a «Exma. Sra. D. Julieta Ferrão, que se encontrava na assistência», para «ler uma carta que recebera de Madame X e que ela depois ilustrou ao decorrer da leitura», na qual a autora apela ao bom senso, à verdade e à justiça, pois «notei que o Artista no seu trabalho se limitava a comentar os ridículos da moda feminina e nesse comentário afirmava ser a mulher a mais humorística das criaturas humanas». De acordo com Madame X, o palestrante recorria à Moda, como prova do suposto humorismo feminino, esquecendo-se que a mulher «se torna escrava da moda, na ânsia sempre crescente de cativar ... o homem!»⁴¹⁹. Dito isto, acrescenta ainda que «a Mulher é dos seres viventes talvez o mais humorístico. Agradar-me-ia ver focado com espírito esse humorismo, que não é sinónimo de ridículo, que torna

⁴¹⁶ SOIHET, Rachel, *La première vague du féminisme brésilien de la fin du XIXe siècle aux années trente*. in *Femmes, dots et patrimoines, CLIO, Histoire, femmes et sociétés*, 7, 1998.

⁴¹⁷ MARQUES, Maria Gabriela Mota, *Op. cit.*, 2014: 106.

⁴¹⁸ Sobre o percurso de Julieta Ferrão, a primeira Directora de um Museu em Portugal, Sandra Leandro traça uma biografia daquela que também foi a 1ª Conservadora dos Museus Municipais de Lisboa. Foi uma figura incontornável, que se considerou “a última caricatura de Bordalo”. Cf., LEANDRO, Sandra, *Desenhar Julieta Ferrão (1899-1974): a primeira directora de um Museu em Portugal*, Universidade Nova de Lisboa, Colibri, 2014. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/10955>, acedido a 26 de junho de 2015].

⁴¹⁹ CARDOSO, Leonel P., *Op. cit.*, 1938: 45.

a Mulher ora irónica, ora mordaz, contundente, graciosa, piadética ... que sabe rir, que sabe fazer rir e, até sorrir (a intelectualidade do riso)! Mas até mim só chegava a crítica à moda, portanto alusão ao humorismo superficial, aquele que é criado pelo Homem»⁴²⁰.

Na mesma carta, a autora chama a atenção para o facto do orador se limitar a expor pormenores da moda feminina, considerando-os instrumentos de medição do humor do género:

Confesso que, quando ouvi o Artista despir, peça por peça, a Mulher e pretender demonstrar que nós não passamos de caricaturas ambulantes com trapos ou sem trapos, olhei em redor e ri, ri, ri, porque mal imagina V. no que fixei a vista ... nas caricaturas de Jorge Cid que na parede fronteira se expunham. Vi então todos aqueles homens, que ali estavam focados pelo lápis do falecido artista e médico, dançarem a dança grotesca da moda. Havia ali de tudo: desde o elegante de badine, polainas e palhinhas até ao infeliz Daupias que ostentava o grotesco penteado e a sementeira de botões de madrepérola pelo fato⁴²¹.

Julieta SERRÃO não se fica por aqui. Num tom jocoso, admite ao humorista (e a toda a plateia) que «Senti desejos de ali mesmo realizar uma conferência-relâmpago, e demonstrar ao comentador que, se a Mulher é humorista forçada pela moda, o Homem – o sexo Forte e rei da criação – é caricato, escravizado igualmente pela Moda. Sim, se nós andamos em corrupção pelos Institutos de Beleza e em corrida vertiginosa pelos “ateliers” de ... “Alta e Baixa Costura”, ÊLES o que fazem nos Barbeiros e Alfaiates?!!! »⁴²².

Ao avançarmos na análise ao teor da carta, deparamo-nos com Madame X a exigir à assistência para que «Sejam humoristas sem parcialidade, observem, reparem na preocupação que os HOMENS têm nas calças, muito largas, que até parecem saias!!! Bem à moda, bem vincadas, bem à “papo sêco”!!!»⁴²³. Como se não bastasse, a autora da carta denuncia mais um elemento que remete o representante do “sexo Forte”, o homem, para a “escravatura da Moda”: «E os ombros?!!! Em dois bicos levantados, agressivos, como se fôssem cabides...como que a afastar-nos, a gritar: “Chega para lá não me amarrotos [...]»⁴²⁴.

Cacilda de CASTRO no artigo “O riso” que a revista *Ilustração Portuguesa*

⁴²⁰ *Idem, Op. cit.*, 1938: 46.

⁴²¹ Cardoso, Leonel P., *Op. cit.*, 1938: 47.

⁴²² *Idem, Ibidem.*

⁴²³ Cardoso, Leonel P., *Ibidem.*

⁴²⁴ *Idem, Ibidem.*

publica, em 1909, descreve os motivos que levam ao riso e identifica os seus diferentes tipos. Além disso, faz um percurso pelo entendimento e uso do riso e dos objetos risíveis, desde a Antiguidade Clássica, época em que rir era um ato «desassombrado», livre das peias que o Cristianismo, posteriormente, lhe introduziu até à atualidade. A descrição que nos faz chegar das distintas perceções do domínio e do papel do riso – como arma e como instrumento de controlo social, para além de ser benéfico para o espírito humano –, revelam um discernimento e um poder de análise femininos sobre a questão que em nada se distancia do discurso masculino, pelo que não podíamos deixar de aqui citar a autora: «É preciso que o mundo ria connosco para não rir de nós e redobre a gargalhada (...)»⁴²⁵.

Em género de conclusão, podemos considerar que, nas primeiras décadas do século XX português, há uma maior produção de artigos de humorismo gráfico, dedicado, sobretudo, à vida feminina, em detrimento da caricatura política, que tinha conquistado leitores nas últimas décadas do século XIX. Este crescimento pode ser entendido como o resultado da maior visibilidade que as mulheres conquistam, muito por conta da sua atuação.

Nancy WALKER, na sua obra *A very serious thing. Women's humor and American culture*, afirma que o discurso que tem negado às mulheres senso de humor é o mesmo que, por muito tempo, – principalmente durante o século XIX –, «questionou sua capacidade intelectual com base em argumentos de clérigos, de cientistas, de filósofos»⁴²⁶. Segundo a autora, importa sublinhar que estando a inteligência e o senso de humor interligados, parece bastante claro que «quem negou o senso de humor das mulheres, por conseguinte, começou negando-lhes a capacidade de pensamento lógico»⁴²⁷. Uma situação que vai influenciar a atuação das mulheres feministas, que desde as primeiras manifestações, nos finais do século XIX, vão ser rotuladas como ‘mal-humoradas’⁴²⁸. Conforme já tivemos oportunidade de mencionar, este registo não mudou muito, nos alvares do século XX, contudo, também é verdade que as primeiras sufragistas já exploravam o humor para dar conta do seu descontentamento em relação a várias temáticas nas quais estavam implicadas, como por exemplo, a negação do seu acesso ao sufrágio universal.

⁴²⁵ CASTRO, Cassilda, “O Riso”, in *Ilustração Portuguesa*, 15 de novembro de 1909: 629.

⁴²⁶ WALKER, Nancy A., *A very serious thing. Women's humor and American culture*, United States, American Culture, 1988: 80.

⁴²⁷ *Idem, Ibidem*.

⁴²⁸ O semblante carregado é evidenciado no periódico *Fon-Fon*, na imagem assinada por Raul, na publicação de 16 de maio de 1914. *Vide*, Anexo: XXII.

Ao abordar o humor como forma de antifeminismo no Brasil, Rachel SHOIET remete-nos para a França (e para o modelo francês), dos finais do século XIX, ao mencionar Honoré DAUMIER, célebre caricaturista, radical republicano e fervoroso antifeminista. Segundo a autora, DAUMIER manifesta uma reação ‘irracional’ à participação das mulheres, fora do domínio privado, assunto em que republicanos, monarquistas e até socialistas convergiam. Este dado é, só por si, revelador de que as contradições de gênero atravessavam as diversas colorações políticas e de classe. O mesmo podemos avaliar «em sua obra, nas três séries: *Les Bas-Bleus* (1844), relativa às mulheres intelectuais, particularmente, as literatas; *Les Femmes Socialistes* (1844), referindo-se às militantes e *Les Divorceuses*, com vista às mulheres que defendiam o divórcio»⁴²⁹. Ao longo da leitura dessas obras, DAUMIER apresenta-se num registo crítico e mordaz «das mulheres com pretensões a qualquer tipo de atividade pública, ou não tradicionalmente feminina, que, na sua opinião, negligenciavam seus deveres domésticos e maternos»⁴³⁰. Ainda segundo SHOIET, o autor francês «atacava as feministas, “mulheres que não querem resignar-se a ser mulheres”, tornando-as alvo do riso satírico. As feministas, as literatas e todas aquelas que fugiam ao estereótipo feminino tradicional são apresentadas, contraditoriamente, como feias, supremo pecado da mulher, masculinizadas, grosseiras e algozes dos maridos»⁴³¹.

Para a autora, esses exemplos da utilização dos discursos ‘cômicos e/ou da palavra espirituosa’ como arma, a fim de manter a inferioridade feminina, possibilitam um contato com a luta empreendida na construção dos papéis de gênero, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, mais precisamente, no período que se estende entre 1870 e os anos 1930, nos quais balizamos a nossa Tese.

No Brasil, no período da I República⁴³², a rutura com a estrutura da sociedade escravagista fez-se sentir em todos os aspetos sociais. Vamos assistir a uma forte influência do humanismo renascentista e a uma preocupação com o cultivo das artes, da estética e da razão. Esta focalização no conhecimento científico vai concorrer para a racionalização do próprio ensino, dando origem à implementação de novos métodos de

⁴²⁹ SHOIET, Rachel, *Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários*, Revista de Estudos Femininos [online], vol.13, n.3, 2005: 593. [Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300008>, acessado a 20 de janeiro de 2018].

⁴³⁰ *Idem, Ibidem*.

⁴³¹ SHOIET, Rachel, *Op. cit.*, 2005: 594.

⁴³² A República foi proclamada a 15 de novembro de 1889. De acordo com os documentos históricos que relatam os acontecimentos do período em questão, a proclamação fez-se sem qualquer participação do povo, como um ato que apenas respondia perante os interesses da elite brasileira.

aprendizagem e de uma reforma ao nível dos programas escolares. Deste modo, observamos que, durante as primeiras décadas do século XX, a alteração sentida no campo social vai acompanhar a do campo educacional, na medida em que «a prática educativa voltou-se para o sujeito humano novo (...) impôs novos protagonistas (a criança, a mulher, o deficiente), renovou as instituições formativas (desde a família até a escola, a fábrica, etc.)»⁴³³.

Perante este cenário de transformação social, a mulher começa a ser ‘estudada’ e entendida (ainda de que de forma preconceituosa e, em nosso entender, ‘ridícula’, caricaturada) como um ser intimamente ligado ao lar, ou seja, aos trabalhos do foro doméstico, bem como à educação dos filhos⁴³⁴. Para tal, torna-se evidente a necessidade da sua instrução, quanto mais não fosse pela proximidade e influência que exercia enquanto responsável pela educação dos filhos. Assim sendo, podemos considerar que a I República foi um período de transição, de avanços e de algumas conquistas que contribuíram para definir o posicionamento da mulher brasileira na sociedade e na cultura: «Puseram no centro da consciência educativa e da reflexão pedagógica o problema do gênero. Colocaram em dúvida o modelo tradicional de formação caracterizado como “sexista” (vinculado apenas ao modelo masculino, visto como superior e universal, mas na realidade marcado pelos preconceitos do machismo: do domínio à violência, ao racionalismo abstrato e formal, à repressão/sublimação dos instintos), portanto como ocultador/negador do “segundo sexo” (...)»⁴³⁵.

A figura feminina surgia assim, no contexto republicano, como símbolo positivista, respondendo às «aspirações da visão comteana», pois

O uso da alegoria feminina se baseava em um sistema de interpretação do mundo do qual a república era apenas parte, embora importante. Na escala de valores positivistas, em primeiro lugar vinha a humanidade, seguida pela pátria e pela família. A república era a forma ideal de organização da pátria. A mulher representava idealmente a humanidade [...] A mulher era quem melhor representava esse sentimento, daí ser ela o símbolo ideal para a humanidade

⁴³³ CAMBI, F., *História da Pedagogia*, (Trad. de Álvaro Lorencini), São Paulo, Editora UNESP, 1999: 512.

⁴³⁴ Neste ponto não podemos deixar de fazer referência ao artigo de COLLING, Ana Maria, “O Currículo de História e as Relações de Gênero Hierarquizadas”, in *La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura*, v. 15, n.2, julho/dezembro de 2010: 37: «O papel designado à mulher resumia-se em ser boa esposa e excelente mãe. Seu fracasso nessa área marginalizava-a. A falta de filhos era problema exclusivo seu, a infertilidade jamais decorria do homem, o sexo potente, segundo Aristóteles. O prazer sexual era permitido somente às prostitutas, porque a paixão, segundo os ditames da época, poderia colocar em risco o santo casamento. As prostitutas, mulheres de “vida fácil”, podiam dançar, cantar e vestir roupas provocantes».

⁴³⁵ CAMBI, F., *Op. cit.*, 1999: 638.

[...] Comte chegou ao ponto de especificar o tipo feminino que deveria representar a humanidade: uma mulher de trinta anos, sustentando um filho nos braços⁴³⁶.

Maria Ângela D'INCAO, em “Mulher e família burguesa”, refere que no final do século XIX e início do XX – em pleno processo de urbanização brasileira –, pode-se observar a intensificação de projetos que visam ‘civilizar’ e europeizar o Brasil, começando pelas principais capitais, ou mais especificamente pelo Rio de Janeiro. Segundo a autora, a intenção de ‘civilização’ passava pelos vários momentos da vida brasileira, privada e pública, desde as relações políticas e económicas, chegando às sociais. Através da entrada de D'INCAO, podemos perceber a importância que era agora dada ao saber viver numa sociedade em que «se assistia o estreitamento dos laços sociais», período este marcado pela «passagem das relações sociais senhoriais às relações sociais do tipo burguês. A cidade burguesa teria sistematicamente de lutar contra comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram considerados inadequados para a nova situação»⁴³⁷. Codificar e orientar a vida quotidiana, regular os comportamentos das pessoas em geral, e de forma particular, a de uma nova elite que se formava, disponibilizando ‘manhas’ para a gestão dos relacionamentos entre as pessoas, e sobretudo entre homens e mulheres, ensinando-lhes a ciência do saber viver, do ‘savoir faire’, são alguns dos objetivos dos manuais de civilidade que circulavam pelo Ocidente, e que vão surgir nas bibliotecas brasileiras destes finais do século XIX, inícios do século XX⁴³⁸.

Seguindo mais ou menos o mesmo estilo didático, e tendo por objetivo contribuir para a construção de uma sociedade brasileira ‘civilizada’, o Padre Theophilo DUTRA,

⁴³⁶ CARVALHO, J.M., *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, 3.^a Ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 81.

⁴³⁷ D'INCAO, Maria Ângela, “Mulher e família burguesa”, in *História das Mulheres no Brasil*, São Paulo, Contexto, 1997: 68.

⁴³⁸ Alguns exemplos desses títulos: CALDER, *Guia epistolar ou o novo secretario privado dos namorados*; coleção de cartas amorosas... regras da etiqueta que se usam nos casamentos, a linguagem das flores, e o emblema das cores / extrahido de vários authores pelo livreiro. Porto, Typ. Constitucional, 1857; CAVALHEIRO, *Manual de civilidade e etiqueta: para uso da mocidade portugueza e brasileira*, Lisboa, Typ. da Soc. Propagadora dos Conhecim. úteis, 1845; NEVES, Guilhermina de Azambuja, *Entretenimentos sobre os deveres da civilidade colecionados para o uso da puerícia brasileira de ambos os sexos*, Rio de Janeiro, Tip. Cinco de Março, 1875; PIERRE, Boitard, *Novo manual do bom-tom*, contendo modernismos, preceitos de civilidade, política, conduta e maneiras em todas as circunstâncias da vida indispensáveis à mocidade e adultos para serem benquistos e caminharem sem tropeço pela carreira do mundo, Rio de Janeiro, E. H. Laembert, 1872; PIMENTEL, João Maria Pereira Botelho do Amaral, *A ciência da civilização*, Curso elementar de educação religiosa, individual e cultural, Porto, Liv. Internacional de E. Chardon, 1877.

assina em 1926, o manual *Uma xícara de chá*, no qual lembra aos leitores o seguinte:

Além das leis indispensáveis da moral outras há que, como serem de somenos importância, fazem imenso para a felicidade do homem na convivência social. São leis da civilidade. [...] Os homens não sabem apreciar um diamante bruto, o que apreciam é o diamante lapidado, polido. A civilidade é o padrão por onde o público afere o nosso valor. Civilidade é, portanto, o conjunto de atenções corteses e delicadas, que tornam decoroso e agradável o nosso trato com os homens. Chama-se também urbanidade, cortesia, política, trato do mundo, bom tom e polidez. É para os costumes, o que o polimento é para as obras de arte. É o apanágio da alta civilização, e o mais forte lio da sociabilidade⁴³⁹.

Na entrada sobre os “Manuais de civilidade/comportamento”, da autoria de Teresa JOAQUIM, há uma chamada de atenção para a importância de se fazer referência a autores incontornáveis, para as questões colocadas pelos manuais de civilidade/comportamento, como por exemplo, Émile Benveniste, Norbert Elias e Michel Foucault. Sobre ‘civilização’, a autora remete para o conceito avançado por BENVENISTE, segundo o qual «Da barbárie original à condição presente do homem em sociedade, descobria-se uma graduação universal, um lento processo de educação e de refinamento, numa palavra um processo constante na ordem do que a civilidade, termo estático, já não bastava para exprimir e a que era bem preciso chamar a civilização para definir em conjunto o seu sentido e a sua continuidade»⁴⁴⁰. Neste lento processo de educação e ‘refinamento’, ELIAS considera que se assiste à formação de duas esferas diferentes da vida humana, sendo uma «íntima e secreta», a outra aberta, de um «comportamento clandestino e de um comportamento público»⁴⁴¹.

De acordo com JOAQUIM, o mesmo acontece uma vez que estamos perante transformações sociais que vão implicar uma nova distribuição das esferas de ação do poder. Se, até então, a educação religiosa tinha sido a peça fundamental para a educação feminina, neste período em estudo, «já não dominava toda a arquitetura educativa». Segundo a autora, «estes manuais de aprendizagem eram necessários para a burguesia –

⁴³⁹ DUTRA, Padre Theophilo, *Uma xícara de chá*, lições de civilidade publicadas no *Lar Catholico de Juiz de Fora* e Reunidas em volume pelo auctor, Rio de Janeiro, Fides Brasiliae, 1926: v1.

⁴⁴⁰ JOAQUIM, Teresa, “Manuais de civilidade/comportamento”, in *O Dicionário Crítico de Gênero*, COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Org.), Dourados, Editora da Universidade Federal da Grande Dourados/MS (UFGD), 2015: 421. Cf., BENVENISTE, Émile, *Problèmes de Linguistique Générale*, 1, Paris, Éditions Gallimard, 1966: 336-340.

⁴⁴¹ JOAQUIM, Teresa, *Op. cit.*, 2015: 422. Cf., ELIAS, Norbert, *La civilisation des mœurs*, Col. Pluriel, Paris, Calmann Lévy, 1982: 317-318.

classe em ascensão – que detinha o poder económico e político, mas que não tinha o ‘habitus’, o ‘savoir-faire’ necessário, da aristocracia»⁴⁴².

Após uma análise cuidada à entrada da autoria dos autores acima referidos, resta-nos referir, em género de conclusão, que a ‘civildade’ a que se dedicam a estudar será, antes de mais, o «saber comportar-se adequadamente em cada situação», pelo que continham orientações expressas e diretas, enumerando as várias situações e as respetivas posturas (ou comportamentos), tanto «nas situações especiais (bailes, festas, etc.) como no quotidiano (maneira de se deitar, despir, andar, sentar-se, falar, etc.)»⁴⁴³.

Nestes manuais podia-se encontrar exemplos concretos e exaustivos, que equilibravam as relações de género, sendo mais minuciosos relativamente à educação das mulheres, segundo os quais, por exemplo, «o porte de uma menina, junto do homem, deve ser grave e franco, não o buscar com a vista, mas também não fugir d’elle com hypocrisia. Pode ser muito honesta e virtuosa sem ser acanhada»⁴⁴⁴.

Ainda no campo das relações do foro público e privado, e, dentro da leitura do humor como forma de antifeminismo, importa aqui lembrar, uma vez mais, que a realização pessoal, subsistência financeira e intervenção social são ‘conquistas’ femininas que só acontecem através do casamento. Na primeira década republicana brasileira, permanecer solteira era motivo de vergonha e de escárnio e maldizer. «As celibatárias, consideradas incapazes de arranjar marido, não eram bem-vistas pela sociedade, pois não geravam filhos e, por isso, eram tidas como melancólicas, mal-amadas, inúteis socialmente»⁴⁴⁵, afirma Ana Maria COLLING. É de inferir desta posição que para a mulher solteira de então, a alternativa seria ambígua, na medida em que ou teria de permanecer em casa, cuidar dos pais, acompanhá-los até à morte e contentar-se com o papel de eterna ‘tia’ dos sobrinhos, se os houvesse, ou refugiar-se na «religião e se tornavam a carola, observada com pena pela comunidade»⁴⁴⁶.

No que se refere ao baixo nível de educação – tantas vezes justificado e defendido, em prol das necessidades morais e sociais da manutenção da família –, adicionou-se a visão católica conservadora que considerava diferenças entre o ser homem e o ser mulher, perpetuando essa imagem de fragilidade e abnegação, com o objetivo de manter inalterada

⁴⁴² *Idem, Op. cit.*, 2015: 423.

⁴⁴³ *Idem, Ibidem.*

⁴⁴⁴ *Idem, Op. cit.*, 2015: 423.

⁴⁴⁵ COLLING, Ana Maria, “O Currículo de História e as Relações de Género Hierarquizadas”, in *La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura*, v. 15, n.2, julho/dezembro de 2010: 38.

⁴⁴⁶ ALMEIDA, J. S., *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*, São Paulo, EdUNESP, 1998: 178.

a supremacia masculina sobre a condição feminina: «O desuso do cérebro a que a sociedade condenara a mulher, negando-se a instruí-la, seria o responsável pela menor evolução verificada das capacidades mentais femininas. Ora, se a desigualdade de capacidades intelectuais entre os sexos se devia a fatores de caráter histórico, a mulher não estava condenada a persistir na ignorância e, portanto, na inferioridade mental e social. A solução encontrava-se na educação feminina, capaz de permitir uma recuperação do atraso a que esteve sujeita»⁴⁴⁷.

No decorrer da I República, a mulher começa a ser entendida como um meio ao serviço do progresso. Tal como tivemos oportunidade de referir, é à mulher que cabe a responsabilidade de formar o homem moderno brasileiro, o mesmo que irá, mais tarde, organizar o país. Deste modo, podemos afirmar que a «educação feminina é pensada como uma necessidade para se estabelecer a justiça social (...), visando atingir um estágio superior de organização social»⁴⁴⁸. Muito embora a República tenha sido simbolizada por uma figura feminina, o símbolo deste novo regime político em nada representaria a mulher quanto aos seus direitos. De facto, «não só a política não era coisa de mulher, como a própria educação não era para a mulher. Percebe-se que, nesta época, ela não tinha lugar no mundo político e nem tão pouco fora de casa»⁴⁴⁹.

Sobre a participação das mulheres brasileiras na vida política, vamos aprofundar o tratamento do tema no Capítulo III, mais concretamente no subcapítulo 3.4. “Sistemas eleitorais, o voto e a intervenção feminina”.

2.2. Maçonaria: lojas femininas ou de ‘Adoção’

Em Portugal, ao longo de todo o século XIX, «século maçónico por excelência», secreta ou discretamente vários padres e alguns membros do alto clero aderiram à Maçonaria⁴⁵⁰. Num estudo apresentado em 2010, por Fernanda SANTOS e José Eduardo FRANCO, sobre a militância maçónica de padres, frades e bispos católicos – e, segundo

⁴⁴⁷ SAFFIOTI, H. I. B., *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*, Petrópolis, Vozes, 1976: 206.

⁴⁴⁸ *Idem, Ibidem*.

⁴⁴⁹ CARVALHO, J. M., *A Formação das Almas: O Imaginário da República do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990: 92-93.

⁴⁵⁰ SANTOS, Fernanda; FRANCO, José Eduardo, “A insustentável leveza das fronteiras: Clero Católico na Maçonaria e a questão do Anticlericalismo e do Antimaçonismo em Portugal”, in *REHMLAC – Revista de Estudos Históricos de la Masoneria Latino Americana Y Caribeña*, Vol. 2, n.º 2, IES Universidad Laboral de Gijón, Costa Rica, diciembre 2010 – abril 2011: 56.

o padre Charles O’KELLY –, a Maçonaria portuguesa reunia, em Lisboa, um grupo de escoceses, irlandeses e ingleses, tanto católicos como protestantes, com vários ofícios, nos quais se destacavam: médicos, padres, militares, capitães de navios, arquitetos e negociantes⁴⁵¹.

Segundo SANTOS e FRANCO, remonta à primeira metade do século XVIII o registo de padres na Maçonaria. Sendo que, segundo os mesmos,

o caso mais emblemático encontra-se logo nos primórdios com a fundação, em 1733, na capital portuguesa da Casa Real dos Pedreiros-Livres da Lusitânia. Esta loja era verdadeiramente cosmopolita, interconfessional, interclassista e ecuménica. Era constituída por obreiros da área do comércio, por quadros do exército, por médicos, onde preponderavam três frades dominicanos. Boa parte dos membros era estrangeira de origem irlandesa. Em 1738 com a publicação da bula de Clemente XII a loja foi encerrada⁴⁵².

Muito embora o alto clero católico liberal fizesse uma leitura diferente do da Santa Sé, o papado manteve as proibições de participação de católicos nesta Ordem iniciática e ritualística, de características universal e fraterna, filosófica e progressista, baseada no livre-pensamento e na tolerância – que tem por objetivo principal o desenvolvimento espiritual do homem com vista à edificação de uma sociedade mais livre, justa e igualitária –, até ao Concílio Vaticano II. A partir deste momento, o Concílio do Vaticano II vai inaugurar uma etapa de maior abertura, diálogo e compreensão. De acordo com os dois investigadores, a Igreja «transformou o seu olhar frente ao mundo contemporâneo e evoluiu no sentido de incorporar a defesa de valores defendidos séculos antes pela Maçonaria, como a tolerância, o ecumenismo, etc.»⁴⁵³.

No século XVIII, o elemento comum da Maçonaria em realidades sociais tão diferentes, como as que se viviam em países como a Áustria, Portugal, Suíça, França, Holanda, Bélgica, Alemanha, Suécia, México, Inglaterra e Peru, seria o facto de esta Ordem cultivar a admiração pela harmonia da natureza, «a obra do Grande Arquitecto do Universo», que promovia a amizade universal entre todos os homens⁴⁵⁴. Durante a segunda metade do século XVIII, a Maçonaria tinha Lojas abertas, de importância relativa, em cinco centros urbanos portugueses: Lisboa, Porto, Coimbra, Valença do

⁴⁵¹ *Idem, Ibidem.*

⁴⁵² SANTOS, Fernanda; FRANCO, José Eduardo, *Op. cit.*, 2011: 56.

⁴⁵³ *Idem, Op. cit.*, 2011:64.

⁴⁵⁴ SANTOS, Fernanda; FRANCO, José Eduardo, “A insustentável leveza das fronteiras (...)”, 2011:57.

Minho e Funchal. Segundo Joaquim Veríssimo SERRÃO, a Maçonaria foi pouco influente até 1807. Para o historiador, este facto deve-se ao baixo número de aderentes, débil politização, e pela identificação com a ideologia iluminista⁴⁵⁵.

Nos finais do século XIX, inícios do século XX, o ideário maçónico começou a identificar-se com a ideologia republicana, apesar de haver muitos obreiros monárquicos. De acordo com Francisco Ribeiro SILVA, a República foi, essencialmente, obra de maçons. O advento do novo regime havia de enfraquecer a Maçonaria, na medida em que «ela se envolveu diretamente na luta político-partidária, dividindo-se entre o apoio ao Partido Republicano e ao Partido Monárquico»⁴⁵⁶.

No capítulo “Adotadas e Emancipadas”, no qual Fernando Marques da COSTA aborda a temática da designada por “Maçonaria Moderna (1723)”, verificamos que as lojas femininas que são então constituídas (e, neste caso, admitidas) chamam-se de «Adoção», ou seja, as mulheres eram ‘adotadas’ por uma loja masculina e dessa mesma ficavam na dependência⁴⁵⁷. O mesmo quereria dizer que as mulheres maçónicas não estavam contempladas, como parte da organização, com os mesmos direitos, nem a sua presença era entendida com os mesmos objetivos dos seus pares masculinos. De acordo com COSTA, «pour permettre au beaux sexe de participer à la charité et à la philosophie» foi o modo como o Grande Oriente de França justificou a criação das lojas de adoção⁴⁵⁸.

⁴⁵⁵ O historiador faz referência a um papel interventivo da Maçonaria em Portugal, a partir de 1762, quando os oficiais do conde de Lippe conquistaram adeptos em diversas franjas do tecido social, nomeadamente na nobreza, no Exército, na diplomacia, na mercancia e na cultura. Os ideais da fraternidade humana eram acolhidos por um novo tempo histórico, na luta a empreender contra o despotismo régio e a autoridade secular da Igreja. Cf., SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal – O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Vol. VI, Editorial Verbo, Lisboa, 1981:434. Já para Joaquim Gervásio de FIGUEIREDO 33.º, «são muito confusos os dados referentes à época de origem da Maçonaria em Portugal; supõe-se que ela nasceu ali das seitas da cavalaria da Idade Média. A Fundação do Grande Oriente Lusitano data dos princípios do século XIX, mas antes já se haviam construído várias oficinas naquele país. A primeira Grande Loja foi estabelecida em Lisboa em fins de 1804, tendo por Grão-Mestre Sebastião José Sampaio, irmão do Marquês de Pombal. (...) A seguir desencadeou-se uma campanha de perseguições contra a Maçonaria portuguesa. (...) Em 1834 se estabeleceu nesse país um regime político mais liberal, que teria favorecido maior desenvolvimento à Maçonaria, não houvesse esta sido utilizada mais para fins políticos. Em 31, janeiro de 1859 ela ressurgiu com a nomeação do Conde de Parati como Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano. Em 1863 este iniciou relações fraternais com o Grande Oriente da França e daí em diante foi ampliando o círculo de suas relações com todo o mundo maçónico. Também ajudou e protegeu a Maçonaria espanhola durante suas perseguições no século XIX, criando em Cádiz, Sevilha, Madrid e outras povoações, Lojas que funcionaram sob a jurisdição maçónica portuguesa, e bem assim cooperou no desenvolvimento da Maçonaria brasileira». Cf., FIGUEIREDO 33.º, Joaquim Gervásio de, *Dicionário de Maçonaria. Seus Mistérios, Seus Ritos, Sua Filosofia, Sua História*, 4.ª Edição, Editora de Pensamento, São Paulo, 1974: 356.

⁴⁵⁶ SILVA, Francisco Ribeiro, “A Maçonaria e o Liberalismo no Porto”, in *Maçonaria, Igreja e Liberalismo. Masonería, Iglesia y Liberalismo*, Pedro Alvarez Lázaro (Coord.), Atas da Semana De Estudos da Faculdade De Teologia, Porto, 1994:19-20.

⁴⁵⁷ COSTA, Fernando Marques da, *Mulheres, Elites e Igualitarismo na 1.ª República*, Coimbra Editora Lda., Coimbra, 1986: 9.

⁴⁵⁸ *Idem*, *Op. cit.*, 1986: 8.

Se não, vejamos: «A adopção é, pois, a fórmula pela qual os homens vão incluir as mulheres nas suas organizações, mantendo a sua inserção sob controlo e sem lhes reconhecer um estatuto igualitário. Isto implica obviamente que essa “adopção” era um limite aceite pelas mulheres para a participação em projectos controlados por homens. Em raros casos lutaram por projectos alternativos»⁴⁵⁹.

Em Portugal, a primeira loja de adopção de que há registo chama-se ‘Filipa Vilhena’ e data de 29 de dezembro de 1882. Como todas as outras, dependia de uma loja maçónica masculina. Através de COSTA, podemos confirmar que as organizações compostas exclusivamente por mulheres «só se desenvolveram a partir de 1945»⁴⁶⁰. João ESTEVES, no artigo intitulado “Dos salões literários ao associativismo pacifista, feminista, maçónico, republicano e socialista”, fala numas dezenas de ativistas que vão aderir à Maçonaria, integrando, ainda no período da Monarquia, a Loja Carolina Ângelo e a Loja da Humanidade do Direito Humano. Segundo o investigador, data de 1907, o ano em que se vão iniciar na Maçonaria algumas das feministas portuguesas, como foi o caso de Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório⁴⁶¹, Carolina Beatriz Ângelo, Maria Veleda e Maria Clara Correia Alves. Esta última, uma das caras mais visíveis da Loja Humanidade, antes e depois da implantação da República. Tendo em conta ESTEVES, podemos verificar «uma cooperação privilegiada das republicanas com as estruturas e agremiações identificadas com a Maçonaria, ou dirigidas por maçons»⁴⁶². Mais à frente, dá um exemplo: «as presidentes da Associação de Propaganda Feminista (Elzira Dantas Machado) e do Grémio Carolina Ângelo (Ana de Castro Osório), então criado, assinaram uma representação dirigida ao Governo e que continha as reivindicações consideradas essenciais para o sexo feminino»⁴⁶³.

António VENTURA, na obra *Silêncio e virtude - Uma História da Maçonaria feminina em Portugal*, lembra que a polémica em torno da relação entre as mulheres e a Maçonaria não é nova. Segundo o historiador, trata-se de uma ligação que «é antiga e suscitou animados debates ao longo do tempo, que deram origem a abundante bibliografia, constantemente atualizada por novos estudos, recorrendo a fontes pouco

⁴⁵⁹ COSTA, Fernando Marques da, *Op. cit.*, 1986: 9.

⁴⁶⁰ *Idem, Ibidem.*

⁴⁶¹ Leonor da Fonseca, nome que vai adotar ao entrar para a maçonaria.

⁴⁶² ESTEVES, João Gomes, “Dos Salões Literários ao Associativismo pacifista, feminista, maçónico, republicano e socialista”, Comunicação apresentada no *Colóquio Internacional “Em Busca da História das Mulheres”*, Vila Nova de Gaia, 4.º Encontro da APIHM, 2001: 6.

⁴⁶³ *Idem, Op. cit.*, 2001: 7.

conhecidas ou mesmo ignoradas»⁴⁶⁴. Muito embora seja um tema que tem vindo a ser abordado sob o ponto de vista histórico, VENTURA realça ainda uma natural abordagem sob a perspetiva maçónica, que segundo ele acontece «tanto no contexto da Maçonaria Especulativa como da Maçonaria Operativa». Tanto que, «são conhecidos diversos documentos normativos respeitantes àquela última, desde a Idade Média até ao início do século XVIII, conhecidos com a designação genérica de “Old Charges”»⁴⁶⁵.

Sem pretender aprofundar esta área, que daria outra tese, pretendemos apenas estabelecer a ligação das mulheres que convocamos, para este trabalho, à Maçonaria, pelo que entendemos ser pertinente sublinhar a dificuldade encontrada pelo autor da obra acima referida, sendo que o próprio admite que «por vezes, a sua datação é difícil, por serem cópias de cópias desprovidas de referência ao texto primitivo. As sucessivas transcrições podem ter produzido erros decorrentes de lapsos de escrita dos seus autores, o que tem constituído argumento para inconclusivos debates sobre o conteúdo de alguns desses documentos»⁴⁶⁶.

Apesar de tudo isto, o que parece certo – e tendo por base as tais escassas fontes que chegaram até aos nossos tempos –, é que «nos mesteres medievais, mesmo naqueles que à partida não seriam muito vocacionados para as mulheres, há notícia da concessão de mestria a elementos femininos, nomeadamente nos casos de viúvas que sucediam no cargo ao marido»⁴⁶⁷, atesta VENTURA. Segundo o investigador, existem referências a confirmar essa concessão/sucessão «no *Livre des Métiers de Paris*, a primeira recolha de regulamentos de ofícios parisienses, redigida no tempo de São Luís por Étienne Boileau»⁴⁶⁸.

No artigo de Irene VAQUINHAS, intitulado “Associação Educativa da Mulher Pobre (1899-1908)”, ficamos a conhecer o envolvimento da Maçonaria na criação desta associação feminina da Figueira da Foz, a 26 de novembro de 1899, uma vez que a sua constituição vai partir de «um grupo de senhoras, com ligações ao meio mercantil, e unidas, por estreitos vínculos familiares, a elementos da maçonaria figueirense (...)»⁴⁶⁹.

⁴⁶⁴ VENTURA, António, *Silêncio e virtude - Uma História da Maçonaria feminina em Portugal*, Temas e Debates – Círculo dos Leitores, 2016: 8.

⁴⁶⁵ *Idem*, *Op. cit.*, 2016: 9.

⁴⁶⁶ *Idem*, *Ibidem*. Sobre as mulheres na Maçonaria, remetemos ainda a leitura utilíssima de COSTA, Fernando Marques da, *A Maçonaria Feminina*, Lisboa, Editorial Vega, s.d..

⁴⁶⁷ VENTURA, António, *Op. cit.*, 2016: 9.

⁴⁶⁸ *Idem*, *Ibidem*. Cf., BOILEAU, Étienne, *Les Métiers et Corporations de la Ville de Paris*, Publié par Réne de Lespinasse et François Bonnardot, Paris, Imprimerie Nationale, MDCCCLXXIX.

⁴⁶⁹ VAQUINHAS, Irene, “Associação Educativa da Mulher Pobre (1899-1908)”, in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I: A-E, Lisboa, Edição Assembleia da República –

A fundação de uma escola para crianças do sexo feminino, de famílias carenciadas, bem como o incentivo à promoção da formação escolar, «ao atribuir anualmente prémios pecuniários às alunas mais distintas das escolas oficiais do concelho da Figueira da Foz»⁴⁷⁰, era o objetivo geral da AEMP. Ainda segundo VAQUINHAS, «a “escola da Caridade” seria inaugurada, no início do ano de 1900, na praia de Buarcos, em instalações graciosamente cedidas pelo maçom José Joaquim Alves Fernandes Águas, presidente do triângulo de Tavarede e pai de duas das fundadoras»⁴⁷¹.

Para além de fazer cumprir um dos seus desígnios, a educação das mulheres pobres, a Associação desempenhou também, a nível local, um importante papel «na defesa da instrução feminina», uma vez que promoveu e organizou conferências para as quais foram convidadas várias «personalidades republicanas, como Bernardino Machado e Ana de Castro Osório»⁴⁷². Ao entrarmos em 1904, altura em que se regista uma maior adesão das mulheres à Maçonaria, concretamente no Grande Oriente Lusitano Unido, muito por conta, no nosso entender, da intensificação do movimento republicano, «a “escola da Caridade” passa a ser tutelada pela loja feminina de adoção “8 de Dezembro”, criada por proposta da loja figueirense Fernandes Tomás, n.º 212, por ocasião da deslocação de Ana de Castro Osório à Figueira da Foz, para proferir uma conferência na sessão de entrega de prémios às alunas»⁴⁷³.

Fernando CATROGA, na obra que publica em 1985, intitulada *A maçonaria e a restauração da Carta Constitucional em 1842: o golpe de estado de Costa Cabral*, dá conta dos problemas causados pela «inexistência de uma história da maçonaria para grande parte do período em causa [os inícios da Arte Real em Portugal e sua progressão até à revolução vintista] e a circunstância de razões várias impedirem o acesso franco a arquivos essenciais para o seu estudo têm ajudado a manter tal situação»⁴⁷⁴. CATROGA coloca ainda a nu a diversidade e, talvez por isso, no nosso entender a conflitualidade existente entre as várias organizações maçónicas, que vão «refletindo as tendências políticas da sociedade profana, e o seu funcionamento como núcleos aglutinadores de

Divisão de Edições, 2013: 265. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/41362>, acedido a 15 de agosto de 2020].

⁴⁷⁰ *Idem, Ibidem.*

⁴⁷¹ VAQUINHAS, Irene, *Ibidem.*

⁴⁷² *Idem, Op. cit.*, 2013: 266.

⁴⁷³ VAQUINHAS, Irene, *Op. cit.*, 2013: 266. *Apud, A Voz da Justiça*, 27 de novembro, 22 e 29 de dezembro de 1904.

⁴⁷⁴ CATROGA, Fernando, *A maçonaria e a restauração da Carta Constitucional em 1842: o golpe de estado de Costa Cabral*, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 7, Tomo II, 1985: 155 – 156. [Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-8925_7-2_4, acedido a 10 de agosto de 2020].

militantismo, atuando, assim, mais como clubes ou proto partidos do que como sociedades filantrópicas»⁴⁷⁵. É esta a forma como é retratada a Maçonaria (ou, no nosso entender, maçonarias, pela tal diversidade que a caracterizava), na primeira fase do liberalismo. Com a consolidação do regime constitucional, bem como a emergência de correntes políticas bem estruturadas, CATROGA admite que

permitiu-lhes alcançar, gradualmente, uma prática confinada às suas tarefas próprias e, em relação à sociedade profana, aos limites variáveis de um grupo de pressão. E se esta última característica começou a acentuar-se com a Regeneração, não será descabido dizer-se que se sublinhou ainda mais nas décadas seguintes. E será necessário aparecer um outro momento de profunda crise social e política para se assistir a um novo assomo de sobrepolitização da maçonaria, então condicionado pelo projeto de liquidação da monarquia e da influência do clero⁴⁷⁶.

Tal afirmação enquadra-se na «evolução finissecular que desaguou na republicanização do Grande Oriente Lusitano Unido e no seu consequente funcionamento como instituição ideológica integrada na estratégia do Partido Republicano». Posto isto, resta-nos reforçar a ideia avançada por CATROGA que em género de resumo do trabalho desenvolvido sublinha o quanto foram «complexas e muitas vezes antagónicas as relações entre as maçonarias e entre estas e a política»⁴⁷⁷. O mesmo seria, no nosso entender, relativamente ao horizonte ideológico em que se moviam e se relacionavam as mulheres ‘adotadas’ pelas lojas maçónicas masculinas.

2.3. Ana de Castro Osório: a ligação através do Atlântico

Na entrada do *Dicionário no Feminino*, Ana de Castro Osório é apresentada como uma mulher de ‘personalidade multifacetada’ – escritora, editora, pedagoga, publicista, feminista –, que vai marcar com a sua intervenção os primeiros tempos da República portuguesa. Nascida em Mangualde, em 1872, filha de Mariana Osório Cabral de Albuquerque e de João Baptista de Castro, magistrado, e mulher do poeta Paulino de Oliveira. Foi uma lutadora que lutou por ideais. Cresceu, assim, num ambiente

⁴⁷⁵ *Idem*, *Op. cit.*, 1985: 156.

⁴⁷⁶ CATROGA, Fernando, *Op. cit.*, 1985: 180 – 181.

⁴⁷⁷ *Idem*, *Op. cit.*, 1985: 181.

privilegiado pelo sangue e pelo mérito, uma vez que o pai sempre lhe proporcionou o acesso às novas ideias que alastravam pelo mundo e que aos poucos ecoavam e criavam raízes em Portugal, permitindo-lhe a leitura dos volumes da sua vasta e variada biblioteca particular. Para além disso, Ana de Castro Osório soube aproveitar o espírito de abertura que se praticava no seio da sua família, marcada pelo debate frontal, quer de ideias, quer de assuntos que estariam na ordem do dia.

Ainda na mesma entrada, assinada por João Esteves, que também dirige a obra com Zília Osório de Castro, ficamos a saber que

abriu-se-lhe, assim, o caminho da escrita, que bem cedo iniciaria, já residente em Setúbal, para onde a família se deslocara. Ali conheceu o poeta e republicano, Francisco Paulino Gomes de Oliveira, idealista e apaixonado, com quem viria a casar e cuja influência não deixaria de se fazer sentir nas suas opções políticas e na sua faceta de mulher combativa e combatente. Eventualmente influenciada por ele e com a anuência desejada, filiou-se em 1907 na maçonaria, onde integrou primeiro a Loja Humanidade e posteriormente uma outra, que ela própria fundou levada pelo ideal feminista, e a que deu o nome de Carolina Beatriz Ângelo (1915), a primeira mulher a votar em Portugal⁴⁷⁸.

Segundo ESTEVES e OSÓRIO DE CASTRO, a feminista portuguesa teria escolhido como pseudónimo o nome de Leonor da Fonseca Pimentel – a portuguesa de Nápoles, pela afinidade com quem ‘pagou com a vida’, a fidelidade ao ideal republicano, isto para além do facto de se ter empenhado na defesa da dignidade das mulheres e de ter ultrapassado preconceitos tradicionais, na qualidade de editora do periódico *Il Monitore*⁴⁷⁹, de nítida intervenção política. Mais, a própria filiação na maçonaria é um dado que revela o grau de convicção com que OSÓRIO vai contribuir ao longo da vida para a causa do associativismo, à sua causa política, o que acaba por a levar a uma promoção com um ‘duplo sentido’ do associativismo feminista, tanto que

Não teria sido obra do acaso que no mesmo ano marcado pela adesão à maçonaria, tivesse criado o Grupo Português de Estudos Feministas, seguido no ano seguinte da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e, passados anos da Associação de Propaganda Feminista (1911) e que, com o rebentar da

⁴⁷⁸ ESTEVES, João, “Ana de Castro Osório”, in *Dicionário no Feminino*, t. 1, CASTRO, Zília Osório de; ESTEVES, João, (Dir.), Lisboa, Livros Horizonte, 2005: 91-95.

⁴⁷⁹ Inicialmente *Monitore Napolitano* foi uma publicação periódica da República Napolitana, fundada a 2 fevereiro de 1799, dirigida por Leonor da Fonseca Pimentel ou Eleonora Pimentel Fonseca, filha de portugueses, nascida em Roma a 13 de janeiro de 1752. Morre em Nápoles, a 20 agosto 1799.

Guerra, tivesse criado a Comissão Feminista pela Pátria (1914) e organizado a Cruzada das Mulheres pela Paz, da iniciativa de Elzira Dantas Machado (1915). Deu assim corpo, tanto ao feminismo como ao republicanismo, os dois grandes interesses da sua vida, afinal intrinsecamente conjugados no seu pensamento e acção. Acompanharam-na ambos ao longo da vida, juntos com outros dois com os quais se imbricavam.: a educação e a solidariedade social. A todas consagrou o seu activismo incansável⁴⁸⁰.

Na entrada do *Dicionário de Escritoras Portuguesas: das origens à atualidade*, Ana de Castro Osório é ainda apresentada como colaboradora de vários periódicos, entre eles, o *Mala da Europa*. É autora de livros infantis, de cunho moral e educativo, que são considerados, pelos historiadores de literatura, como a primeira iniciativa de cariz literário-infantil realizada em Portugal. Conhecida por ser uma mulher dinâmica e muito consistente na defesa dos direitos femininos, fundou a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP). Nesta promoveu debates em torno de problemáticas sociais importantes, tais como: a questão do divórcio e da mãe solteira. A partir de 1898, e até 1931, publicou uma extensa e diversificada obra literária, de mais de cinquenta títulos, que inclui ainda ensaios, romances e contos⁴⁸¹, entre os quais destacamos aqueles a que Ana de Castro OSÓRIO deu especial relevo, como: ao papel da mulher na sociedade e a temas ligados ao seu posicionamento familiar e social, tal como o divórcio, *A Mulher no Casamento e no Divórcio* (1911), *Ambição* (1903), *Mundo Novo* (1927); à emancipação, *Um Passo em Falso* e ao problema das mães solteiras, *A Sacrificada* (1904) e *A Verdadeira Mãe* (1925). Osório, foi, no nosso entender, particularmente sensível à função maternal e educativa das mães, *As Mães devem amamentar os seus Filhos* (1901) e *A Educação da Criança pela Mulher* (1905). Com este último registo, ganha o estatuto de pioneira em Portugal da literatura infantil. Para conseguir lhe dar a expressão que pretendia, OSÓRIO vai criar, a expensas próprias, a “Casa Editora ‘para as Crianças’”⁴⁸², posteriormente as “Edições Lusitânia”. Em 1897, Ana de castro OSÓRIO dá início a

⁴⁸⁰ Cf., CASTRO, Zília Osório de, “Ana Castro Osório (1872-1935)”, in *Modernismo - Arquivo Virtual da Geração de Orpheu*. [Disponível em: <https://modernismo.pt/index.php/a/515-ana-castro-osorio-1872-1935>, acedido a 20 de agosto de 2020]; Cf., CASTRO, Zília Maria Osório de; ESTEVES, João, *Dicionário no feminino (séculos XIXXX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

⁴⁸¹ Cf., FLORES, Conceição; DUARTE, Constância Lima; MOREIRA, Zenóbia Collares, *Dicionário de Escritoras Portuguesas: das origens à atualidade*, Ilha de Santa Catarina, Editora Mulheres, 2009: 27-28.

⁴⁸² A “Casa Editora ‘para as Crianças’”, começou por funcionar em Setúbal, na Praça de Bocage, nos números 114-116; depois, em 1914, quando Ana de Castro Osório regressa do Brasil, passou para prédio da Rua do Arco do Limoeiro, onde viviam os pais.

publicações destinadas ao público mais jovem, uma série de contos populares adaptados e outros da sua autoria, que intitulou *Para as Crianças* que encerraria em 1935, depois de publicados 18 volumes. Entre muitos outros, optamos por referir, a título de exemplo: *Bem prega Frei Tomás* (1905) e *Os Dez Anõezinhos da Tia Verde Água*, além das traduções de Grimm e Andersen. Dentro do espírito da educação cívica, decorrente do seu ideário republicano, OSÓRIO vai escrever obras adotadas como manuais escolares, tanto em Portugal, como no Brasil e, por vezes, distribuídos como prémios (*vide*, Anexo III), como os exemplares que se seguem: *A minha Pátria* (1906), *Uma Lição de História* (1909), *Lendo e Aprendendo* (1913), *Viagens Aventurosas de Felícia e Felizardo no Brasil* (1923).

Influenciada pela vida da sua patrona na maçonaria, OSÓRIO vai manifestar, desde a primeira hora, uma atração especial pela imprensa periódica, talvez por esta ser um dos veículos amplificadores para a divulgação das ideias e dos ideais da propaganda republicana. Deste modo, talvez se explique o interesse e empenho de OSÓRIO na fundação da revista feminina *A Sociedade Futura*, com sede em Setúbal, seguindo-se-lhe a criação ou colaboração em muitas outras, entre as quais destacamos: *Alma Feminina*, *Ave Azul*, *O Jornal dos Pequenininos*, *Nova Aurora*, *A Semeadora*, *A Mulher Portuguesa*, *A Mulher e a Criança*⁴⁸³. Morreu em 1935

Em Portugal, durante a I República, a família surge como um dos pontos fulcrais do programa do Partido Republicano, o qual defendia a proteção legal para os filhos e a liberdade para a mulher. Ana de Castro Osório – em nosso entender, a teórica mais notável do movimento feminista português e uma das militantes mais empenhadas –, reivindicava como um direito das mulheres, entre outros, o seguinte: «As mulheres poderão, assim como os homens, distinguir-se pela sciencia, pela indústria, pela arte, pelo comércio, pela pedagogia, ou ficarem tão-somente donas de casa, mas fazendo do seu lar a primeira e a mais nobre escola dos filhos»⁴⁸⁴.

Importa aqui salientar que, de acordo com o *Código Civil*⁴⁸⁵ da altura, segundo o artigo 137.º, «a mulher não pôde ser a educadora dos filhos, pois que os filhos pertencem

⁴⁸³ Cf., ESTEVES, João, *Op. cit.*, 2005: 91-95.

⁴⁸⁴ OSÓRIO, Anna de Castro, *As Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905:18.

⁴⁸⁵ *Código Civil Portuguez*, também conhecido por ‘Código de Seabra’, aprovado por Carta de Lei de 1 de julho de 1867, de Joaquim Pedro de Seabra Júnior, Editado pela Livraria Internacional – Ernesto Chardron (Porto) e Ernesto Chardron (Braga), 1879. [Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1206.pdf>, acedido a 2 de agosto de 2018].

ao pai, que os rege, protege e administra, constituindo assim o poder paternal»⁴⁸⁶. Mais à frente, OSÓRIO questiona sobre que força terá a lei se, muito embora não assista à mulher «o direito de se ingerir na educação dos filhos, a sua influencia sobre eles é bem mais decisiva do que a dos pais; e qual seria hoje o marido brutal que se atreveria a arrostar com a reprovação geral, arrancando violentamente um filho á tutela educativa da mãe?!»⁴⁸⁷.

Com a implantação do novo regime político, a República, foram criadas também algumas medidas progressistas, entre elas a lei de 3 de Novembro de 1910, que estabelecia o divórcio para todos, «considerando marido e mulher iguais no que respeitava aos efeitos do divórcio»⁴⁸⁸. Já antes, em 1905, OSÓRIO exprime, de forma interventiva, o incómodo sentido relativo ao divórcio, na medida em que considera que o casamento, antes de tudo, é um contrato estabelecido entre duas partes: «O casamento perante a lei e o casamento como de facto é perante a sociedade, são duas coisas por tal forma contradictorias, que não se dirá á primeira vista que um corresponde ao outro, ou que um e outro não são mais do que o mesmo contracto bi-lateral constituído para a formação da familia legal⁴⁸⁹. Neste sentido, a feminista não aceita que «perante a lei, a mulher casada deixa de ser uma criatura livre, deixa de ser a senhora do seu destino e das suas ações, porque: “- tem que prestar obediencia ao marido (art. 1185.º do Cod. Civ.)”»⁴⁹⁰.

Após a promulgação de duas leis a 25 de dezembro de 1910, o casamento civil passou a ser obrigatório, concederam-se direitos iguais a ambos os sexos no casamento e estabeleceu-se a proteção aos direitos legais dos filhos, tanto nos casos de legitimidade, ilegitimidade ou adoção. Em relação a esta última, OSÓRIO tinha chamado a atenção para o facto de, «legalmente, a mãe representa nada ou quasi nada na vida dos filhos que, segundo o velho direito romano, pertencem á absoluta autoridade do “pater-familiae”»⁴⁹¹, ou seja, em 1905, a falta de legislação que garantisse os direitos dos filhos era, por si só, potenciadora de situações abusivas, por parte do poder paternal. Se não, vejamos: «Quantos abusos e injustiças pode acarretar sobre as pobres criaturas humanas, que a lei ainda não considera emancipadas, um poder assim discricionário, é fácil imaginar»⁴⁹².

⁴⁸⁶ OSÓRIO, Anna de Castro, *Op. cit.*, 1905: 208.

⁴⁸⁷ OSÓRIO, Anna de Castro, *Op. cit.*, 1905: 218.

⁴⁸⁸ MARQUES, A. H. De Oliveira, *História de Portugal. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, 13.ª Edição, Vol. III, Lisboa, Editorial Presença, setembro de 1998: 348.

⁴⁸⁹ OSÓRIO, Anna de Castro, *Op. cit.*, 1905: 207.

⁴⁹⁰ *Idem, Ibidem*.

⁴⁹¹ *Idem, Op. cit.*, 1905: 210.

⁴⁹² OSÓRIO, Anna de Castro, *Às Mulheres (...), Portuguesas*, 1905: 210-211.

A feminista justifica a sua posição através da própria lei, que seria desenhada sobre o pressuposto de que «todo o homem é justo, ama os filhos e só para seu bem deseja concorrer»⁴⁹³, contudo nem sempre é assim. Pois, «a vida dá-nos muitos e bons exemplos do contrário e a lei podia temperar tão grande absurdo dando á mãe igual poder sobre o filho, que pertence aos dois, com o juiz ou o conselho de família para decidir em caso de grande dissimilhança de opinião»⁴⁹⁴.

No campo da legislação respeitante ao divórcio (Lei da Família), vamos abordar, de forma mais minuciosa, no Capítulo III, no subcapítulo 3.2. “Direitos civis: A trilogia feminina ‘família, casamento e divórcio’”. Neste domínio, importa deixar registado o que a nossa autora entende sobre o assunto. Segundo ela, «os costumes precedem as leis, que se modificam, mais dia, menos dia, segundo a vontade e os hábitos da sociedade que as reclama»⁴⁹⁵, ou seja, seria urgente agir, gritar a sua indignação para contrariar o crescimento dos (pre)conceitos, nomeadamente em relação às mulheres, na medida em que «às vezes, ou porque fossem realmente “excepcionaes”, ou porque as condições mesológicas as favorecessem extraordinariamente, dentre as mulheres shaim algumas que os próprios homens eram os primeiros a reclamar e incensar, mas passando-lhes cautelosamente o diploma de “raridades”, quasi fora do sexo, seres híbridos, masculinos pela inteligência e só fisicamente femininos»⁴⁹⁶.

Na mesma obra, OSÓRIO introduz o termo ‘feminismo’ que, em Portugal, antes da I República, é ainda muito incómodo, quer para alguns homens, quer para a maioria das mulheres: «Feminismo: É ainda em Portugal uma palavra de que os homens se riem ou se indignam, consoante o temperamento, e de que a maioria das próprias mulheres coram, coitadas, como de falta grave cometida por algumas colegas, mas de que ellas não são responsáveis, louvado Deus!»⁴⁹⁷.

É neste contexto que, de meras espectadoras, Ana de Castro OSÓRIO primeiro, e Emília de Sousa COSTA depois, passam a atuar no palco principal, onde exprimem o seu entendimento sobre os feminismos, ou movimentos emancipacionistas, de um modo consensual, sob o trinómio educação/trabalho/independência económica. ESTEVES, quando assina o artigo sobre o movimento sufragista em Portugal, realça os verdadeiros objetivos destas duas mulheres, que «aspiram a desempenhar um papel interveniente na

⁴⁹³ *Idem, Ibidem.*

⁴⁹⁴ *Idem, Op. cit.*, 1905: 211.

⁴⁹⁵ OSÓRIO, Anna de Castro, *Às Mulheres (...), Portuguesas*, 1905: 219.

⁴⁹⁶ *Idem, Op. cit.*, 1905:16 e 17.

⁴⁹⁷ OSÓRIO, Anna de Castro, *Op. cit.*, 1905:11.

sociedade, em consonância com as suas reais capacidades»⁴⁹⁸, colhendo, para isso, o apoio de algumas personalidades do género masculino, do lado de cá e de lá do Atlântico. Estes apoiantes serão os mesmos que OSÓRIO chamou para testemunhar a distinção entre ser homem e ser mulher, não na essência, mas na particularidade. Até porque, para a autora, segundo Zília OSÓRIO DE CASTRO, aceitar essa «distinção não anula a igualdade» e possibilita a «plena realização dos seres humanos femininos e masculinos naquilo que os identifica e os distingue»⁴⁹⁹: «Foram sábios que desmentiram esse grosseiro e velho erro de que o cérebro feminino é menos pesado e consequente inferior ao do homem. Foram elles, os mesmos que lhe tinham levantado barreiras sobre barreiras e escreveram sobre cada porta da sciencia o fatal “non possumus”, os primeiros a desmentir-se e a penitenciar-se probamente a cada manifestação da mentalidade feminina»⁵⁰⁰.

À semelhança da maioria dos países da Europa do Sul, a condição da mulher lusa era de profundo atraso e «ao contrário do que [se] poderia supor, sob a pressão de taes disposições leaes, a mulher em Portugal, como em quasi todos os paizes latinos, casa para ser livre!»⁵⁰¹. Uma liberdade que «não é legal, não é responsável, mas é um facto filho da tolerância masculina e, mais, dos costumes que se foram adoçando e civilizando, sem embargo das leis continuarem persistindo na sua rigidez...de cadáveres» e que pode até ser assustadora pois trata-se de uma «liberdade que, as mais vezes, é uma temeridade conceder á pobre criatura que durante anos foi conservada e guardada, com o único fito de ser entregue ao homem materialmente pura»⁵⁰².

De acordo com OSÓRIO, remeter as mulheres à ‘clausura’ que as retém no lar, longe do contato com a vida pública, traria, mais cedo ou mais tarde, problemas a elas próprias, pois não sua opinião, «guardar uma criatura é tirar-lhe a responsabilidade moral», e contribuir, de forma direta ou indireta, para uma realidade na qual a «mulher solteira, a rapariga portuguesa, como todas as suas collegas latinas, é mal preparada, mal-educada para entrar na lucta da vida quotidiana»⁵⁰³. Esta falta de preparação para o mundo

⁴⁹⁸ ESTEVES, João, «O Movimento Sufragista em Portugal na 1.ª Metade do Século XX (1896-1947)», in *A Mulher na História* (Actas dos Colóquios sobre a temática da Mulher – 1999-2000), Moita, Câmara Municipal da Moita, 2001: 242.

⁴⁹⁹ CASTRO, Zília Osório de, «FACES de Eva. Estudos sobre a Mulher. História de um Projecto», in *A Mulher na História* (Actas dos Colóquios sobre a temática da Mulher – 1999-2000), Moita, Câmara Municipal da Moita, 2001: 229.

⁵⁰⁰ OSÓRIO, Anna de Castro, *Às Mulheres (...)*, 1905: 15.

⁵⁰¹ *Idem*, *Op. cit.*, 1905: 213-214.

⁵⁰² *Idem*, *Ibidem*.

⁵⁰³ OSÓRIO, Anna de Castro, *Às Mulheres (...)*, 1905: 213-214.

real colocaria as mulheres portuguesas num patamar civilizacional inferior às americanas ou inglesas.

Não anda só, não trabalha, não estuda, não sabe pensar por si, não vive independente e ativa, como qualquer rapariga inglesa ou americana no seu quarto de estudante, lendo e estudando, cuidando da sua roupa e arrumando-a pelas suas próprias mãos, nas largas gavetas dos singelos móveis ingleses, com essas mãos que já fizeram a cama, passaram o pano humedecido no chão encerado, liparam o pó da mesa de trabalho onde colocaram uma jarra com flôres; essas mãos habéis e lestras que dahi a pouco prepararão no gabinete de física uma experiencia meticulosa e que á tarde saberão guiar com firmêsa a bicicleta ou segurar as redeas dum cavallo, bater com serenidade os remos do barquinho de recreio em qualquer lago dos arredores ou jogar qualquer jogo de fôrça e destrêsa⁵⁰⁴.

A partir do reparo acima transcrito, podemos considerar que OSÓRIO vai fazer a defesa uma outra vivência para as mulheres portuguesas, de uma certa experiência de vida, que no seu entendimento deveria acontecer desde a primeira hora, ou seja, desde o nascimento até atingir a idade adulta, pois «se desde criança foi habituada a trabalhar, a andar só, a estudar e a amar a santa natureza e a conhecer as mentiras sociais, sem se deixar deslumbrar pelas sua grandêsas nem desanimar pelas suas misérias, que fala naturalmente com os rapases, seus colegas no estudo e no trabalho»⁵⁰⁵.

Só assim, ficariam dotadas, ou melhor, capacitadas, para uma vida adulta saudável, pois estarão todas e cada uma, habilitadas para não reservarem (ou gastarem) todo o seu tempo a pensar «tanto em namorados como as nossas pobres flôres de estufa, que nada mais têm que as preocupe. Chegada a hora de casa aceitará com naturalidade uma mudança de vida que lhe exige fisiologicamente a natureza, mas que a vem sobrecarregar com responsabilidades e deveres muito mais sérios e graves»⁵⁰⁶. Mas, não se fica por aqui. Deixa clara a sua posição.

Muito embora Ana de Castro OSÓRIO considere que o novo regime, a República, traria melhores condições cívicas para as mulheres, afirma que «a politica não nos póde ser indifferente, nem de interesse secundario», admite afastar-se das suas correligionárias, para quem a Republica nada mais seria do que o sistema político que mais agradaria aos pais, irmãos e maridos, «e onde ellas poderão ser mais felizes. Estejam elles contentes, e

⁵⁰⁴ *Idem, Ibidem.*

⁵⁰⁵ *Idem, Op. cit.*, 1905:213-216.

⁵⁰⁶ *Idem, Ibidem.*

ellas ficarão satisfeitas no seu papel tradicional de delicadas e modestas companheiras. Eu [...] quero a república como libertação e felicidade para as mulheres, visto que a humanidade é composta d'um só grupo de animaes, indiferentemente masculinos ou femininos»⁵⁰⁷.

Em termos de alfabetização, já vimos anteriormente, em RAMOS e CANDEIAS⁵⁰⁸, no I Capítulo da Tese, que em 1911, os números são assustadores: cerca de 75 % das portuguesas maiores de 7 anos não sabiam ler nem tão pouco escrever, o que explica, em grande parte, uma realidade que contrasta com os ideais feministas. Segundo OSÓRIO, «a rapariga portuguesa não tem opiniões, para não ser pedante; não lê, para não ser “doutora” e não ver fugir espavoridos os noivos, que por acaso a procurassem»⁵⁰⁹. E esta situação não ocorre devido à falta de escolas, nem pela oferta assente na diferença de género, pelo que a autora contesta a existência de tal realidade: «(...) as escolas estão abertas por igual aos dois sexos e não há já quem, nesta hora alta da civilização, se atreva a banir dellas um individuo que as queira frequentar sob o pretexto da diferença do sexo»⁵¹⁰.

No programa do Partido Republicano, a família surgia como um dos pontos essenciais. Conforme já tivemos oportunidade de referir, com a República vem a defesa da liberdade para as mulheres e a proteção legal para os filhos – princípios que já constavam da força da lei em alguns países europeus e nos Estados Unidos da América. Sobre a condição das mulheres portuguesas, OLIVEIRA MARQUES caracteriza-a como de «profundo atraso», à semelhança de «todos os países mediterrâneos»⁵¹¹. Segundo o historiador, estas encontravam-se «imersas em ignorância», pelo que «(...) representavam presa fácil para padres fanáticos, bruxas, videntes, charlatães e demagogos, uma força perigosa actuando nos bastidores, com sua influência sobre maridos e filhos, um veículo de resistência ao progresso»⁵¹².

Um facto que OLIVEIRA MARQUES admite que era claramente reconhecido

⁵⁰⁷ OSÓRIO, Ana de Castro, “Carta Aberta”, in *A Mulher e a Criança*, n.º 16, Ano II, setembro de 1910: 5 – 6. [Disponível em: <http://www.sec-geral.mec.pt/repositorio>, acedido a 20 de janeiro de 2017].

⁵⁰⁸ Cf., RAMOS, Rui, “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal Contemporâneo”, In *Análise Social*, vol. XXIV, 1988; CANDEIAS, António (Direção e Coordenação); PAZ, Ana Luísa; ROCHA, Melânia,

Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os censos e as estatísticas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

⁵⁰⁹ OSÓRIO, Anna de Castro, *As Mulheres (...)*, 1905:215.

⁵¹⁰ *Idem*, *Op. cit.*, 1905:19.

⁵¹¹ MARQUES, A. H. De Oliveira, *História de Portugal. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, 13.ª Edição, Vol. III, Lisboa, Editorial Presença, setembro de 1998: 347.

⁵¹² *Idem*, *Ibidem*.

pelos «reformadores sociais e educacionais» que, perante uma lenta mas persistente campanha, «tentavam promover a emancipação gradual do chamado sexo “fraco”»⁵¹³. Para levar a cabo tal missão, contavam com o apoio de «um pequeno grupo de mulheres inteligentes e instruídas, lutando pelo mesmo fim ainda com mais determinação e conhecimento de causa»⁵¹⁴, através da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

Fundada em 1909, a LRPM desempenhou um importante papel na persecução desses objetivos, muito embora um ano após a sua constituição não contabilizasse meio milhar de filiadas. No entanto, não nos podemos esquecer que foi essa «luta inglória dessas mulheres (dirigidas por senhoras enérgicas e cultas como Ana de Castro Osório, Adelaide Cabette, Maria Veleda e outras)» que muito contribuiu para criar um «novo Portugal, aberto às ideias modernas e encerrado à ditadura tradicional do outro sexo»⁵¹⁵.

Uma ‘ditadura’ que na homenagem feita por Ana de Castro OSÓRIO e Paulino de OLIVEIRA (1864-1914), a Garret⁵¹⁶, no qual elogiam o «seu imenso talento e glória immorredora», encontramos, em género de anexos, uma compilação de artigos publicados na imprensa nacional, entre os quais destacamos um que a autora assina, com data de 30 de dezembro de 1898⁵¹⁷. Sob o título “Às Mulheres Portuguezas”⁵¹⁸, OSÓRIO e OLIVEIRA lançam um apelo à mulher que Garrett cantou – enquanto poeta e namorado –, que «elle pôz tão alta como mãe, como esposa, como filha, e até como velha “chronista” de contos e romances populares», para que esta coloque a emotividade, o coração e toda a sua energia, «ao serviço da boa causa de justiça e gratidão que urge fazer-se»⁵¹⁹.

De acordo com a autora e OLIVEIRA, o marido, poeta e republicano, em tudo e sempre, disse Garrett ‘algures’, «se póde e deve ter mais fé nas mulheres do que nos homens; em coisas d’arte o seu voto é decisivo», tanto mais, tratando-se dos campos que

⁵¹³ MARQUES, A. H. De Oliveira, *Op. cit.*, 1998: 347.

⁵¹⁴ *Idem, Ibidem.*

⁵¹⁵ MARQUES, A. H. De Oliveira, *Op. cit.*, 1998: 347.

⁵¹⁶ «Falar de Garrett é a mais difícil tarefa e ao mesmo tempo a mais grata e fácil de quantas nos podem sobrevir no caminho das letras (...) gracioso aqui e alli, mas d’uma graça muito sua, muito litterária, muito pouco para a gargalhada vulgar, uma graça filigranada em sorrisos que não consegue desenrugar a fronte do leitor ignorante; grandiosamente trágico, d’uma grandeza marmorea e esculptural, que impressiona e comove todos, ignorantes e sábios, crianças e velhos, porque está na forma real e palpável das attitudes, do gesto, da simplicidade humana, mais ainda do que na phrase». Cf., OSÓRIO, Anna de Castro; OLIVEIRA, Paulino, *A Garret no seu primeiro centenário* (4-2-1799 - 4-2-1899), Homenagem de Anna de Castro Osorio e Paulino de Oliveira, Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1899: 7. Sobre Garrett não esquecer a obra da grande especialista Ofélia de Paiva Monteiro (1935-2018). As referências estão disponíveis online. [Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/clp/inv/memb/membCLP#OfeliaPaivaMonteiro>, acedido a 15 de agosto de 2020].

⁵¹⁷ *Idem, Op. cit.*, 1899: capa.

⁵¹⁸ Cf., OSÓRIO, Anna de Castro, *Nove de Julho*, de Beja, n.º 774, de 14-1.º-1899 e *Correio da Noite*, de Lisboa, n.º 5869, de 25-1.º-1899.

⁵¹⁹ OSÓRIO, Anna de Castro; OLIVEIRA, Paulino, *Op. cit.*, 1899: 45.

vão da poesia ou romance, à música ou drama, desde que «as mulheres não gostem, é porque não presta»⁵²⁰. Muito embora, conforme afirmam, «são as mulheres as que menos o conhecem»⁵²¹. Esta falta de conhecimento atribuída às mulheres portuguesas é explicada pelos autores a partir da percepção que ambos têm, levando-os a afirmar que o universo feminino seria, em Portugal, «quem menos sabe lêr»⁵²². Um facto que ocorre, no entender de OSÓRIO e OLIVEIRA, na medida em que «muitas não folhearam mais um livro desde que a tolerância dos examinadores as deixou passar em instrução primaria; e o orgulho dos papás se satisfaz com as verem sentadas ao piano a martelar valsas, as ouvir falar com o desembaraço de quem não perde tempo a pensar o que diz; e depois casadas – melhor ou peor – o que constitue o único emprego legitimo a que aspira a mulher portugueza»⁵²³.

No estudo realizado por Eduardo da Cruz, intitulado “Mulheres e feminismo no ‘Portugal Moderno’ (1899-1913)”, no qual o autor aborda a imprensa periódica brasileira – da qual fazem parte os periódicos dos imigrantes portugueses –, podemos observar uma mudança de perfil editorial, ao caminharmos para os finais do século XIX e os alvares do século XX⁵²⁴. Neste período, de «acirramento da lusofobia», CRUZ fala do *Portugal Moderno* como um periódico que surge (1899) com um perfil empresarial, com um objetivo muito claro de fazer «a defesa intransigente dos direitos dos portugueses no Brasil e a tentativa de integração da colónia»⁵²⁵. Encerrado em 1908, surge na base da criação de um novo título, em formato de jornal diário, o *União Portuguesa*. Este último, terá a mesma falta de sucesso do primeiro. No dia 1 de dezembro de 1909, renasce o *Portugal Moderno*.

Nesta nova fase, o jornal «precisava recuperar o prestígio junto dos assinantes, após o fracasso»⁵²⁶, assegura CRUZ. Para tal, a direção estuda uma estratégia comercial e editorial – que faz anunciar no número 464, de 15 de janeiro de 1910 –, no qual dá conta de que a publicação «passaria a receber a colaboração de escritores portugueses»⁵²⁷. Ana de Castro Osório foi a primeira a enviar, a partir de Lisboa, um artigo com o título: “O

⁵²⁰ *Idem, Ibidem.*

⁵²¹ OSÓRIO, Anna de Castro; OLIVEIRA, Paulino, *Op. cit.*, 1899: 45.

⁵²² *Idem, Ibidem.*

⁵²³ OSÓRIO, Anna de Castro; OLIVEIRA, Paulino, *Op. cit.*, 1899: 44-45.

⁵²⁴ CRUZ, Carlos Eduardo Soares da, “Mulheres e feminismo no ‘Portugal Moderno’ (1899-1913), in *Fundação Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Ministério da Cultura, 2016: 2. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2016/mulheres-feminismo-portugal-moderno-1899-1913-4920.pdf>, acedido a 11 de novembro de 2018.

⁵²⁵ *Idem, Op. cit.*, 2016: 2.

⁵²⁶ *Idem, Ibidem.*

⁵²⁷ CRUZ, Carlos Eduardo Soares da, *Op. cit.*, 2016: 2-3.

problema feminista”. De acordo com CRUZ, a autora portuguesa é recebida pelo chefe de redação não como uma «simples colaboradora ou como uma escritora menor», mas antes como «intelectual do nível dos maiores de sua época»⁵²⁸. Se não, vejamos:

Prometemos oferecer aos nossos leitores, de quando em quando, a publicação de artigos de distintos escritores portugueses, expressamente escritos para esta folha. Não faltamos. É a exma. Sra. D. Ana de Castro Osório, uma das mais ilustradas e talentosas escritoras portuguesas, delicada artista por educação e temperamento, pensadora vigorosa por estudo e amor à causa da humanidade, a quem honra hoje as nossas colunas. Não podíamos abrir melhor a lista dos nomes ilustres que trarão ao ‘Portugal Moderno’ a riqueza dos seus talentos e o fulgor das suas penas⁵²⁹.

No artigo publicado no referido jornal e assinado por OSÓRIO, somos confrontados com uma autora «politicamente comprometida, republicana convicta» que através da sua escrita «e com suas ações de propaganda», defende os direitos das mulheres, tais como: a educação e a instrução, o sufrágio, o divórcio, a independência económica, que introduz no Brasil a discussão do «acesso a diversas profissões e salário igual para ambos os géneros», o que de certa forma imprime uma nova dimensão sobre aquelas que seriam as «bandeiras principais das campanhas feministas em Portugal»⁵³⁰, sublinha CRUZ. Na introdução ao primeiro artigo publicado no jornal carioca, OSÓRIO sublinha a importância das mulheres nas sociedades, e convida os leitores a encararem «os temas da luta feminista como algo necessário para o progresso da humanidade»⁵³¹, conforme podemos observar: «Qualquer que seja a marcha da sociedade atual, é fora de dúvida que, para a sua evolução e progresso, tem já hoje de contar com a mulher, em todas as suas modalidades e modos de ser (...)»⁵³².

Quando faz a defesa ao direito a um posto de trabalho que garantisse a autonomia financeira às mulheres, Ana de Castro OSÓRIO está implicitamente a exigir no seu artigo, ao seus leitores emigrantes – que compunham a colónia portuguesa no Rio de Janeiro (maioritariamente masculina) –, a participação social, económica e política feminina, que na sua opinião deveria ser independente – que «não poderia ser mais vista apenas como filha, esposa e mãe, sempre dependente de um homem»⁵³³ –, uma vez que «a mulher é

⁵²⁸ *Idem, Ibidem.*

⁵²⁹ *Portugal Moderno*, 11: 464, 15 de janeiro de 1910: 1.

⁵³⁰ CRUZ, Carlos Eduardo Soares da, *Op. cit.*, 2016: 3.

⁵³¹ *Idem, Ibidem.*

⁵³² *Portugal Moderno*, 11: 464, 15 de janeiro de 1910: 1.

⁵³³ CRUZ, Carlos Eduardo Soares da, *Op. cit.*, 2016: 4.

um exército de trabalhadores sem pão, é uma maioria colossal de criaturas que se encontram na vida entre o dilema pavoroso de morrer de fome ou de entrar denodadamente no caminho da concorrência do trabalho, que vai afetar (disso acusam os homens) a sua situação já pouco satisfatória»⁵³⁴.

Esta seria, entre tantas outras, as reivindicações que faziam parte da luta feminista, tanto no lado de cá, como no lado de lá do Atlântico. Para OSÓRIO, quer em Portugal, quer no Brasil, «a mulher necessita de viver como ser autónomo. Não é digno que se prolongue esta situação vexante para a maioria delas que só na esperança dum marido vivem, que só do dinheiro do homem comem, que se julgam perdidas na existência, como ramo de árvore levado na corrente impetuosa dum rio, se acaso lhes falta o apoio másculo do homem ganha-pão»⁵³⁵.

Em 1911, ano em que se muda para o Brasil, para a cidade de São Paulo, OSÓRIO passa a participar na vida social brasileira de forma mais ativa. A sua presença na imprensa periódica é mais intensa, na medida em que os seus artigos, nomeadamente no *Portugal Moderno*, passam a ter publicação semanal. A campanha republicana que iniciara em Portugal vai ganhar um novo fôlego. Um ano passado desde a sua proclamação, havia ainda quem entre a colónia portuguesa tivesse dúvidas sobre a sua viabilidade e muitos portugueses, defensores da causa monárquica, exilados no Brasil, difamavam o novo regime instaurado em Portugal. Os dois temas, ‘República’ e ‘Feminismo’ vão agora ser divulgados por OSÓRIO, sobretudo junto dos emigrantes lusos, através de «um novo discurso que crie a singular imagem da nação republicana com a participação ativa das mulheres»⁵³⁶, ou seja, é intensificada, através da autora, a propagação da ideia de que não é possível fazer-se a defesa da República, sem valorizar as mulheres. Mas não é tudo.

João ESTEVES, um historiador que muito estudou Ana de Castro Osório – e que ao longo deste trabalho tem sido várias vezes referido –, admite que muito embora a autora seja «recorrentemente apontada como a iniciadora da literatura infantil em Portugal e propagandista da emancipação das mulheres, Ana de Castro Osório merece, pelo pioneirismo, diversidade, contradições e opções, novas releituras»⁵³⁷.

A verdade é que existem ainda algumas zonas cinzentas, na esfera das relações

⁵³⁴ *Portugal Moderno*, 11: 464, 15 de janeiro de 1910: 1.

⁵³⁵ *Idem, Ibidem*.

⁵³⁶ CRUZ, Carlos Eduardo Soares da, *Op. cit.*, 2016: 5.

⁵³⁷ ESTEVES, João, *Ana de Castro Osório (1872 – 1935)*, Lisboa, CIG, 2014: 28.

sociais e profissionais de OSÓRIO, sobretudo no período em que a autora viveu no Brasil, que merecem a nossa particular atenção. É este o nosso propósito, desde o primeiro momento – desde que ‘esbarramos’ numa das centenas de gavetas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 2010 –, e é esta a nossa proposta, o nosso contributo.

Quando Ana de Castro Osório vai viver para o Brasil, na companhia do marido, Francisco Gomes Paulino de Oliveira – que teve um forte empenho na organização e fortalecimento do Partido Republicano Português e exerceu o cargo de cônsul no Brasil, entre 1911-1914, até à sua morte, a 14 de março, provocada por uma crise de albumina –, não era uma desconhecida, sobretudo nos meios culturais. Na altura, em 1911, a autora já tinha a sua rede de contatos estendida à sociedade brasileira. Tinha o seu mercado de leitores: crianças e mulheres, na medida em que tanto escrevia para o público infantil, como para o público feminino⁵³⁸. De acordo com Ângela Maria de Castro GOMES, no artigo “Aventuras e desventuras de uma autora e editora portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens ao Brasil”, a feminista terá mesmo encetado contatos antes da mudança de país, no sentido de ampliar o seu mercado enquanto autora e editora de livros infantis, conforme podemos ler⁵³⁹: «Por conseguinte, quando ela [Ana de Castro Osório] viajou para o Brasil, não era uma desconhecida como autora de livros infantis. Com competência, aprofundou seus vínculos com uma rede de políticos e intelectuais estratégicos, aproveitando os contatos prévios, estabelecidos por Paulino»⁵⁴⁰.

No ensaio assinado por Isabel LOUSADA e Angela LAGUARDIA, “Maria Lacerda de Moura e Ana de Castro Osório: correspondência em trânsitos Atlânticos e feministas”, confirmamos a participação ativa de OSÓRIO na vida cultural brasileira, para além de «ter publicado manuais pedagógicos e obras afins no Brasil»⁵⁴¹. De acordo com as investigadoras, em 1923, OSÓRIO regressa ao Brasil onde vai proferir várias conferências, num périplo que durará oito meses, com passagem por São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Santa Maria e Pelotas. LOUSADA e LAGUARDIA dão

⁵³⁸ Acerca deste novo mercado de leitores, em Portugal e no Brasil, *vide* BRAGANÇA, Aníbal; LEAO, A. B.; VENANCIO, G. M.; MIGNOT, A. C., “Da história da cultura impressa à história cultural do impresso - Entrevista com Roger Chartier”, in *INTERCOM*, S. Paulo, v. XXVIII, n.1, 2005: 81-104.

⁵³⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro, “Aventuras e desventuras de uma autora e editora portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens ao Brasil”, in GOMES, Ângela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Org.), *Intelectuais, mediadores: práticas culturais e ação política*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016: 102.

⁵⁴⁰ *Idem*, *Ibidem*.

⁵⁴¹ LOUSADA, Isabel; LAGUARDIA, Angela, “Maria Lacerda de Moura e Ana de Castro Osório: correspondência em trânsitos Atlânticos e feministas”, in *Navegações*, Porto Alegre, V. 6, n.1, jan./jun., 2013: 99-104. [Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/25528561.pdf>, acessado a 26 de agosto de 2014: 101-102].

conta do peso das conferências, mais tarde compiladas em *A Grande Aliança*, na medida em que reforçam «a sua importante contribuição para os movimentos feministas português e brasileiro, cujo vínculo se inscreve na história do feminismo dos dois países»⁵⁴².

No mesmo artigo, as autoras clarificam o esforço de união que movia OSÓRIO, na «sua ‘campanha’ pelo Brasil e que, certamente teve a reciprocidade das feministas brasileiras»⁵⁴³. O apelo feito pela feminista portuguesa não deixa margem para dúvidas: « façamos pois a Grande Aliança dos povos lusitanos, que é a única que está adentro da nossa alma, que vive em nossos Corações, que se impõe pela tradição do passado e vive o maior sonho do futuro!»⁵⁴⁴.

No mesmo périplo, acrescentaríamos ainda a visita de OSÓRIO ao estado de Minas Gerais. No *Portugal Moderno*, encontramos notícias publicadas que dão conta da participação da autora portuguesa no II Congresso Pedagógico Brasileiro, que decorreria em Belo Horizonte. Esta seria uma situação decorrente dos contatos a que já demos conta anteriormente, bem como das relações de amizade estabelecidas entre Ana de Castro Osório e o marido, Paulino de Oliveira, com um grupo de intelectuais mineiros, que estariam envolvidos nas políticas e questões educacionais deste estado brasileiro. Além da aprovação de livros da autoria de OSÓRIO para uso nas escolas mineiras, ainda encontramos o nome da autora portuguesa associado à lista de obras para atribuição de prémios literários em Minas Gerais.

Ainda sobre a passagem de Ana de Castro Osório por Minas Gerais, importa referir o facto de que Avelino Fernandes, um dos ilustres portugueses a viver em Minas Gerais, fora o responsável pela apresentação de Osório no congresso acima referido, bem como a individualidade a quem coube fazer as diligências necessárias a fim de estarem presentes, como convidados, entre o público brasileiro, os portugueses aí residentes. A viagem a Minas Gerais, bem como a participação de OSÓRIO no II Congresso Pedagógico Brasileiro, foram noticiadas no *Portugal Moderno*, porém não encontramos qualquer peça jornalística que se tivesse debruçado exclusivamente sobre a intervenção da autora, ou o tema da sua conferência, muito embora tenhamos presente que OSÓRIO terá usado da ocasião para defender e promover a ideia da importância do uso da literatura

⁵⁴² *Idem*, *Op. cit.*, 2013:102.

⁵⁴³ *Idem*, *Ibidem*.

⁵⁴⁴ OSÓRIO, Ana de Castro, “A mulher e os seus direitos no futuro”, in *Renascença*, n.1, fev. 1923: 37.

infantil no processo da educação.

Esta Ana de Castro Osório, que atravessara o Atlântico em grande estilo, é a mesma mulher que tanto em Portugal, como no Brasil, veio a ter livros aprovados pelas secretarias ou diretorias responsáveis pela Instrução Pública, coisa que não era pouca, de que de fácil nada tinha, e para a qual seriam exigidos alguns critérios ‘masculinizados’, dizemos nós, como a competência intelectual, mas sobretudo, e aqui não deixou os seus créditos por mãos (masculinas) alheias, o tão necessário relacionamento político. A tal, circularidade de saberes, de pessoas, de ideias e ideais, de que mais à frente voltaremos a tratar, nomeadamente no III Capítulo, no 3.1. “A circularidade dos saberes: diálogo, contato e confronto”. Deste modo, podemos mesmo afirmar que a sua apresentação num evento da importância de que se revestia a segunda edição de um congresso pedagógico nacional, fora de portas, no Brasil, terá sido também, o nosso entender, a ocasião perfeita para OSÓRIO justificar algo que ainda hoje inquieta alguns investigadores: a adoção dos seus livros nas escolas brasileiras. É o próprio periódico que relata que «Mais uma vez, D. Ana de Castro Osório, pôs em relevo a intelectualidade do seu país, prendendo a atenção do auditório seletivo que escutava, com o encanto da sua palavra, cheia de colorido, dissertando sobre *A arte e a literatura na educação infantil* (...)»⁵⁴⁵.

Para além das notícias publicadas no *Portugal Moderno*, OSÓRIO relata em “Através de Minas”, toda a experiência vivida, na primeira pessoa, pela passagem e estadia por Minas Gerais, estado brasileiro que vai permitir à autora portuguesa a exploração e comparação de temas interessantes (mas fraturantes) para as duas sociedades, como por exemplo: a aliança cultural luso-brasileira e a educação femininas. Mesmo fora de portas, OSÓRIO expressa o à-vontade com que lida com as temáticas que estavam na ordem do dia, chegando mesmo a constatar, contra o que geograficamente e politicamente parecia distante, ou seja, a proximidade cultural dos mineiros com os portugueses. Um facto que demonstra, não só nas conversas mantidas com os amigos que tinha feito em Minas Gerais, mas através da escrita. Voltamos ao periódico, onde uma vez mais OSÓRIO tem a palavra:

De fato julgamos sintetizar verdadeiramente o nosso sentir na frase que espontaneamente nos acudiu aos lábios ao perguntar-nos alguém a impressão que tínhamos da terra dos Inconfidentes: – Quando nos sentirmos estrangeiros no Brasil, viremos para Minas e estaremos entre irmãos⁵⁴⁶.

⁵⁴⁵ *Portugal Moderno*, 12 de outubro de 1912: 1.

⁵⁴⁶ *Portugal Moderno*, 23 de outubro de 1912: 1.

Ainda sobre o que denominamos por ‘trânsitos Atlânticos’, importa salientar o papel de António Feliciano de Castilho (1800-1875), como um intelectual que entendia «ser a sociabilidade um caminho necessário para o reconhecimento de um poeta»⁵⁴⁷. A partir do artigo de Ana Cristina COMANDULLI damos conta da «utilização de paratextos como forma de alcançar um grande público, de atrair editores e de apoiar novos escritores», isto é, da importância da leitura «desses paratextos para compreender o lugar do escritor na história literária oitocentista»⁵⁴⁸. As estratégias utilizadas para ampliar o número de leitores, divulgar novos escritores e aumentar o círculo de apoio mútuo, é algo levado muito a sério pelos autores de finais do século XIX e início do século XX, conforme nos é dado a observar:

Os paratextos e epitextos foram as formas mais utilizadas por António Feliciano de Castilho para alcançar o grande público, e não foi diferente com o documento, mote desencadeador da polémica da Questão Coimbrã. Entretanto, a mesma carta aos editores, posfácio do Poema da mocidade, trata claramente da intenção de Castilho em demonstrar a grandeza de Pinheiro Chagas para ocupar o cargo de professor da Faculdade de Letras. Após discorrer sobre a importância dos editores, sobretudo aquele ao qual se dirigia na publicação de bons novos poetas, de boas traduções, incentivando com isto um mercado livreiro de grande alcance, abarcando além de Portugal, Espanha e Brasil, principalmente (...) ⁵⁴⁹.

Através da análise feita à troca de correspondência entre as duas amigas feministas – Maria Lacerda de Moura (1872-1945), pioneira na área de estudos sobre a condição feminina brasileira, e Ana de Castro Osório, ambas focadas na partilha de ideais comuns, tais como «a preocupação com a educação, com a defesa dos direitos das mulheres», bem como com «o desenvolvimento intelectual e emancipação femininos», LOUSADA e LAGUARDIA registam um momento histórico e contribuem, no nosso entender, com informações que enriquecem o panorama feminista do início do século XX, sobretudo ao que aos «trânsitos Atlânticos» diz respeito⁵⁵⁰.

A proximidade entre as duas feministas é indesmentível. Em fevereiro de 1923, o n.º 1 da Revista *Renascença* – que encerra ao fim de cinco edições, «por dificuldades

⁵⁴⁷ COMANDULLI, Ana Cristina, “António Feliciano de Castilho por seus paratextos”, in *Convergência Lusitana*, n.º 33, 2017: 1. [Disponível em: <https://convergencialusitana.com.br/rcf/article/view/57>, acedido a 8 de agosto de 2020].

⁵⁴⁸ *Idem, Ibidem*.

⁵⁴⁹ *Idem, Op. cit.*, 2017: 2.

⁵⁵⁰ LOUSADA, Isabel; LAGUARDIA, Angela, *Op. cit.*, 2014, p. 101.

económicas»⁵⁵¹ –, com edição de Maria Lacerda de MOURA, também responsável pela sua fundação, traz à luz do dia o artigo de Ana de Castro OSÓRIO, “A Mulher e seus Direitos no Futuro”.

Em 1907, OSÓRIO já havia publicado num jornal de São Paulo, considerado anarquista, denominado por *A Terra Livre*. O artigo que assina tem como título “Escola Livre”. Através desta publicação, a feminista portuguesa, considerada a criadora da Literatura Infantil em Portugal, assume a defesa das chamadas escolas livres, «pautadas pelas ideias e métodos de Francisco Ferrer y Guardia»⁵⁵², defendendo a fundação e organização das Escolas Modernas paulistas. No artigo que assina, OSÓRIO faz uma crítica acérrima à escola oficial, que caracteriza como «rígida e assente na vigilância, no castigo e obediência cega à autoridade»⁵⁵³. Na mesma ocasião, a feminista portuguesa faz referência direta aqueles que considerava «párias da sociedade face ao poder subjulgador do homem»⁵⁵⁴ e, entre esses, foca o caso das mulheres, como podemos observar:

Crianças, doidas, mulheres e criminosos, têm merecido o soberbo desprezo do homem, que se julga superior e desdenha ter a sua atenção no estudo das condições Moraes e materiaes em que vive essa grande multidão que são como párias duma sociedade em que elle só é a classe dirigente e pensante, sempre equivalendo ao seu orgulho, e muitas menos vezes correspondendo à justiça que sempre arrogou como distribuidor.

Para a grande maioria dos homens, ainda hoje, apesar do muito que a consciência humana tem melhorado na sua relatividade social – quanto mais apertadas forem as prisões materiaes e moraes, onde se guardam essas criaturas inferiores, melhores resultados futuros elle julgaria tirar para a própria felicidade⁵⁵⁵.

Tal como já referimos anteriormente, o seu livro *Às Mulheres Portuguesas*, publicado em 1905, é considerado o primeiro manifesto feminista português. Nele, entre outras causas, OSÓRIO defendia para o universo feminino, o direito ao voto, ao divórcio, o acesso ao mercado de trabalho, o direito de receber um salário, a possibilidade de a mulher ser administradora dos seus bens (sem que para isso dependesse da autorização do marido) e a tão desejada e proclamada igualdade de direitos e deveres entre os géneros, perante a lei. Neste e no outro lado do Atlântico.

⁵⁵¹ *Idem, Ibidem*.

⁵⁵² LOUSADA, Isabel; LAGUARDIA, Angela, *Op. cit.*, 2014, p. 101.

⁵⁵³ *Idem, Ibidem*.

⁵⁵⁴ LOUSADA, Isabel; LAGUARDIA, Angela, *Op. cit.*, 2014, p. 101.

⁵⁵⁵ OSÓRIO, Ana de Castro, *Terra Livre*, 2 de abril de 1907, ano II, n. 30.

Antes, durante e depois do tempo de estada no Brasil, Ana de Castro OSÓRIO marcou presença, de forma muito ativa, na vida cultural brasileira. Para além de ter colaborado em diversos periódicos, dos quais foi em alguns casos responsável, jornais e revistas, a autora portuguesa foi editora de livros destinados ao público infantojuvenil, tradutora, tendo nesta função realizado uma importante recolha e tratamento de contos tradicionais, isto para além de se ter dedicado à escrita de narrativas curtas e romances, e de ter publicado manuais pedagógicos, que foram aprovados para uso nas escolas, bem como ainda «para prémios nos Estados de Minas Gerais e São Paulo»⁵⁵⁶, como por exemplo: *Uma lição de História* (1909), *As boas crianças*, 9.^a série da coleção “Para as crianças”, *Os nossos amigos* (1910), escrito em coautoria com o marido, *Lendo e aprendendo* (1913) e *O livrinho encantador* (1923).

A este respeito, e no caso concreto do manual de cariz cívico-patriótico, intitulado *Uma lição de História*, impresso pela Livraria Editora ‘Para Crianças’, em 1909, encontramos uma chamada de atenção especial na folha de rosto, onde, logo abaixo do título, podemos ler a seguinte informação: «Aprovado para leitura e prémios escolares pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais»⁵⁵⁷. Na mesma obra, na página seguinte, surge transcrito o parecer desse Conselho, que através da referida transcrição, imprime, no nosso entender, uma maior legitimidade à mesma: «O Conselho Superior de Instrução Pública, reunido em sessão, atendendo a que o livro intitulado *Uma lição de História*, de Ana de Castro Osório, oferece à infância leitura suave, instrutiva e útil – resolve aprová-lo. Sala das Sessões do Conselho Superior de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais, 10 de outubro de 1908. Ana Guilhermina Cândida de Carvalho, Aurélio Pires R. Joviano e Magalhães Pinto»⁵⁵⁸.

Ainda no que diz respeito à proximidade na relação existente entre Ana de Castro OSÓRIO e Maria Lacerda de MOURA, acresce-nos dizer que muito embora sendo de extrema importância para o nosso trabalho, não é um caso isolado. No espólio familiar de Castro Osório, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, é variada a troca de correspondência entre a signatária e outras escritoras feministas, que compartilhavam ideais comuns. A partir destas missivas, é possível seguir o caminho encetado pela

⁵⁵⁶ CRUZ, Carlos Eduardo Soares da, *Op. cit.*, 2016: 7. Ainda sobre este assunto, vide BRAGANÇA, Aníbal, *As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967)*, Matrizes (USP. Impresso), Vol. 2, 2009: 221-246.

⁵⁵⁷ OSÓRIO, Ana de Castro, *Uma Lição de História*, (livro aprovado para leituras e prémios escolares pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Estado de Minas Geraes), Setúbal, Livraria Editora ‘Para as Crianças’, 1909: 1.

⁵⁵⁸ *Idem*, *Op. cit.*, 1909: 2.

educadora portuguesa, que vai cultivar uma vasta teia de amizades no Brasil. Entre muitas outras, convocamos para este trabalho a relação de amizade que se vai estabelecer entre OSÓRIO e Júlia Lopes de ALMEIDA, que desenvolveremos ainda neste II Capítulo, mais concretamente no subcapítulo “2.5. Júlia Lopes de Almeida: a primeira-dama da *Belle Époque* brasileira”.

Segundo CRUZ, em 1907, do ponto de vista intelectual, as duas autoras já se conheciam. O que se podia deduzir pelo facto de a escritora brasileira já ter publicado uma sinopse biobibliográfica da escritora portuguesa, na qual faz grandes elogios às suas produções para as crianças, conforme podemos observar: «Por isso tudo, a arte de escrever para crianças exige prodígios da imaginação mais maleável e vagabunda e a maior atenção na urdidura dos acontecimentos. Ora, é exatamente essa uma das qualidades que admiro na biblioteca infantil da Incansável escritora portuguesa D. Ana de Castro Osório, nome que a nova geração da sua pátria deve ter na mais alta consideração»⁵⁵⁹. O contato pessoal, aquando do seu encontro no Brasil, vai possibilitar o «estreitamento dos laços»⁵⁶⁰.

2.4. Emília de Sousa Costa: a conceção tradicional da ‘Mulher moderna’

Na entrada do *Dicionário de Escritoras Portuguesas: das origens à atualidade*, Emília de Sousa Costa⁵⁶¹ é apresentada como ficcionista, tradutora, ensaísta, conferencista e autora de obras de formação moral e pedagógica⁵⁶². Nasceu em 1877, em Almacave, Lamego. A adolescência foi vivida em São João da Pesqueira. Aos 27 anos casa com Alberto Mário de Sousa Costa, com quem vai ter 3 filhos. O pai, coronel do exército português, só permitiu o enlace, com uma condição: prosseguir e concluir os estudos universitários.

Aos contos infantojuvenis vai dedicar parte da sua idade adulta. Aos 37 anos, já a viver em Lisboa, começa a publicar os primeiros livros. De entre todos, destacamos:

⁵⁵⁹ *O Paiz*, n.º 8299, Rio de Janeiro, 24 de junho, 1907: 1.

⁵⁶⁰ CRUZ, Carlos Eduardo Soares da, *Op. cit.*, 2016:8.

⁵⁶¹ O seu nome completo é: Emília da Piedade Cardoso Teixeira Lopes de Sousa Costa.

⁵⁶² *Cf.*, Anexo XI: Biografia de “ms. de Emília de Sousa Costa” manuscrita, depositada no Arquivo de História Social. Localização: Caixa 2; Autor não identificado. Não é do punho de António Tomás Pinto Quartin (1887 - 1970). [Disponível em: <http://www.ahsocial.ics.ulisboa.pt/atom/uploads/r/pt-ahs-ics/c/8/7/c875da224b8d4d553dfcd282887e92694203dccc48085a470812107f0e789ecc/PT-AHS-PQ-DOC-298.pdf>, acedido a 25 de junho de 2019].

Primeiras lições (1914); *Coisas do arco da velha* (1916); *Castelos no ar* (1912); *Polichinelo em Trás-os-Montes* (1918); *Polichinelo em Lisboa* (1928); *Qual é a coisa, qual é ela?* (1920); *Polichinelo do Minho* (1921); *Memórias de Lili* (1922); *Memórias de el-rei papão* (1923); *No tempo em que tudo falava* (1925); *Mosquitos por cordas* (1926); *Polichinelo de Lisboa* (1927); *O rouxinol e grilo* (1927); *O peru aviador* (1927); *Contos do Joãozinho* (1928); *História do menino Jesus* (1928); *A caixinha de segredos* (1929); *História da feialinda* (1930); *As rosas do probrezinho de Assis* (1930); *Trinta mil por uma linha* (1932); *No reino do sol* (1933); *Tagaté: ás do futebol* (1933); *Triste vida a da raposa!* (1934); *Lendas de Portugal* (1935); *Contos de Belinha* (1936); *Histórias espantosas* (1936); *A paixão da Ti'Joaninha* (1936); *Riquetrique derrabo* (1936); *Mestre burro de calças pardas* (1938); *O alfaiatinho valente* (1941); *A menina da avozinha* (1941); *O príncipe feliz* (1941); *A lebre e o ouriço* (1943); *João Fiel* (1944); *Branca de Neve e a rosa encarnada* (1944); *João veloz* (1953); *Janito africanista* (1954); *Contos para os meus netinhos* (1958); *Aventuras da Carochinha japonesa* (1958).

No artigo “Emília de Sousa Costa: educação e literatura”, Carlos NOGUEIRA explica o destaque da autora na história da literatura infantil e juvenil, antes de mais, «pelo número de obras publicadas, que atinge praticamente a meia centena, entre originais, adaptações, traduções e coletâneas; e pela sua dedicação a esta literatura», nomeadamente enquanto diretora de duas coleções, a “Biblioteca Infantil” e a “Biblioteca dos Pequeninos”, editadas, pela Livraria Clássica Editora e pela Empresa Nacional de Publicidade, respetivamente⁵⁶³.

De acordo com NOGUEIRA, Emília de SOUSA COSTA promove princípios morais, normas e padrões de comportamento que considera modelos a seguir, e isso mesmo podemos observar quer nos contos da sua autoria, como nas versões de contos tradicionais e de fadas, e ainda, nas obras mais extensas, as novelas juvenis ou memórias, pelo que «esta é uma literatura que visa, antes de mais, uma pragmática», afirma⁵⁶⁴. Mais, no sentido de acentuar a dimensão didática e utilitarista das narrativas –nas quais o narrador e os adultos aconselham e advertem, censuram e castigam os mais novos –, SOUSA COSTA faz uso de uma técnica que se repete, e que passa por «as personagens infantis e juvenis, como acontece nas novelas da autora, assumem os seus erros e comprometem-se

⁵⁶³ NOGUEIRA, Carlos, “Emília de Sousa Costa: educação e literatura”, in *Revista Lusófona de Educação*, 23, 2013: 170.

⁵⁶⁴ *Idem, Ibidem.*

a corrigi-los»⁵⁶⁵.

SOUSA COSTA publicou ainda romances e novelas para outro público, o ‘público adulto’, dentre os quais destacamos: *Males de amor* (1924); *O último enforcado* (1925); *A que matou por amor: novela* (1929); *Quem tiver filhos no mundo* (novelas e contos, 1933); *Estes sim...venceram!* (1939); *Coração – O ditador* (novela, 1942); *Não quero ser ciumenta* (1943); *Por este mundo além* (1943); *O fogo sagrado* (romance, 1947). Das conferências e palestras que Emília de SOUSA COSTA proferiu, publicaram-se: *A nossa Beira* (palestra, 1924); *O poeta e o amor* (conferência, 1924); *Guerra Junqueiro e a mulher* (conferência, 1930). Para este trabalho, convocamos alguns dos ensaios literários e obras de carácter moral e educacional, dos quais é autora: *Aos professores e às professoras* (1914); *Economia doméstica* (1918); *Moral e prática elementar* (1925); *Como eu vi o Brasil* (1925); *Cartas a uma brasileira* (1927); *A mulher no lar: arte de viver com economia* (1931); *Olha a Malícia e a Maldade das Mulheres* (1932); *Maria Amália Vaz de Carvalho: a mulher, a escritora* (1934); *Na sociedade e na família: regras de convivência, obrigações sociais, usos mundanos, notas íntimas* (1937); *Na sociedade e na família* (1943); *A mulher no lar* (1944) e a *Mulher educadora* (1943). Morreu em 1959.⁵⁶⁶

Começamos este subcapítulo com esta última obra: «Jamais será verdadeiramente formosa a mulher que – bem dotada de encantos físicos, ataviada em obediência às normas de apurada estética e aos compreensivos ditames da moda – descurar o seu pudor íntimo; manchar a sua honestidade; menosprezar as qualidades dum nobre carácter; desestimar a cultura da inteligência; profanar a dignidade do seu pensamento e descurar o exercício compenetrado da sua missão de Mulher»⁵⁶⁷.

As palavras são de Emília de SOUSA COSTA e documentam bem, ainda de que de forma prescritiva e moralizante, o seu empenho na defesa de uma concepção de educação feminina que incluía, para além da formação doméstica, a formação profissional. Autora de mais de uma centena de títulos – que vão desde livros para crianças, novelas, contos e romances (que referimos acima) e que tratam sobretudo de questões do campo social, memórias e impressões de viagens, conferências e palestras,

⁵⁶⁵ *Idem*, *Op. cit.*, 2013: 171.

⁵⁶⁶ Cf., FLORES, Conceição; DUARTE, Constância Lima; MOREIRA, Zenóbia Collares, *Dicionário de Escritoras Portuguesas: das origens à atualidade*, Ilha de Santa Catarina, Editora Mulheres, 2009: 87-88.

⁵⁶⁷ COSTA, Emília de Sousa, *A Mulher Educadora*, 5.º vol. Da Biblioteca Prática do Lar, Lisboa, Edições Universo, Lda., 1943: 92.

SOUSA COSTA destacou-se ainda pela publicação de obras, à luz dos dias de hoje, analisadas como verdadeiros tratados, sobre a economia doméstica (gestão e administração do lar), a etiqueta e a civilidade, bem como a educação feminina. Em todos, referia exemplos concretos, conforme podemos observar: «A sábia Doutora Carolina Micaëlis de Vasconcelos jamais permitiu que as suas criadas lhe guardassem as roupas em armários ou gavetas, regulamentassem as refeições familiares, ou, sem ordens suas, resolvessem qualquer assunto caseiro de administração. Centralizadora do governo do seu lar, tudo estava devidamente organizado, para que nele se não sentisse a sua falta, enquanto ia, da sua residência do Pôrto, dar as suas lições na Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra ⁵⁶⁸.

Defensora de um conceito de civilidade muito próprio do género, bem como da figura da mulher-mãe-esposa, como suporte, pilar base da família, da sociedade e da pátria, SOUSA COSTA empenha-se na difusão da imagem da mulher como elemento fundamental para a construção do futuro. Não é por isso de estranhar que, se o futuro são as crianças, tanto ontem, como hoje, são elas que irão ocupar um espaço de destaque na sua produção literária.

Enquanto autora de livros infantis, Emília de SOUSA COSTA dirigiu ainda algumas coleções, como por exemplo: a *Biblioteca Infantil*, em 1918, e a *Biblioteca dos Pequeninos*, em 1927. *Os Contos dos Irmãos Grimm* e de Carlo Collodi (as *Aventuras de Polichinelo*) foram traduzidos por SOUSA COSTA que acabou por escrever as *Aventuras de Polichinelo por terras lusas*, nomeadamente em Lisboa, Minho e Trás-os-Montes. Aliando a tradição à modernidade, a autora acreditou no trabalho de vários ilustradores e fez da ilustração uma peça fundamental de suporte dos textos destinados ao público infantil. SOUSA COSTA considerava a ilustração como uma ferramenta que possibilitava não só captar a atenção das crianças, como contribuía para a sua própria formação estética, ou seja, permitia uma contemplação estética, olhar com sentimento, pois o modo como se vive as diversas experiências estéticas depende da sensibilidade de cada indivíduo, a qual é influenciada pela preparação que tem ou não para poder usufruir uma dada experiência.

SOUSA COSTA participou nos movimentos sociais, marcadamente feministas, muito embora, tal como já tivemos oportunidade de referir, se assumisse como uma

⁵⁶⁸ COSTA, Emília de Sousa, *Op. cit.*, 1943: 231-232. Sobre a autora citada ver também DELLILE, Maria Manuela et al., *Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Joaquim de Vasconcelos. Sua projecção nas Artes e nas Letras portuguesas*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2013.

‘feminista moderada’. Neste contexto, publica cerca de uma dezena de títulos sobre educação feminina, que referimos acima, nos quais «estabelece um verdadeiro código de conduta para a mulher do seu tempo»⁵⁶⁹. Ao percorrermos o acervo do catálogo nacional⁵⁷⁰, no qual encontramos as obras enunciadas no início deste capítulo, podemos ainda constatar não só a reedição sucessiva de alguns títulos da autora, como o facto de algumas das suas obras terem sido traduzidas para italiano e castelhano. Foi traduzida e tradutora, neste último caso, é pela mão de SOUSA COSTA que o público infantojuvenil português tem acesso à leitura dos *Contos dos Irmãos Grimm* (Jacob Grimm e Wilhelm Grimm) e de Carlo Collodi.

Carlos NOGUEIRA, no artigo “Emília de Sousa Costa: educação e literatura”, começa por fazer referência a um aspeto comum a todos os estudos a que tivemos acesso ao longo deste trabalho, pelo que não podemos deixar de transcrever: «Todas as biografias de Emília de Sousa Costa a associam à criação da Caixa de Auxílio a Raparigas Estudantes Pobres, e todas referem a sua ligação ao Conselho Central da Federação Nacional dos Amigos das Crianças e a sua atividade docente na Tutoria Central de Lisboa, que acolhia crianças abandonadas ou delinquentes»⁵⁷¹.

Estes apontamentos indicam claramente a orientação da vida da autora, que sempre defendeu «a educação infantil e, em especial, a instrução feminina»⁵⁷², sublinha. Contudo, ainda segundo NOGUEIRA, só em 1982 é que «o nome de Emília de Sousa Costa surge devidamente valorizado»⁵⁷³. No ensaio “Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX”, publicado primeiro pela Comissão da Condição feminina e, em 1983, na revista *Análise Social*, Maria Regina Tavares da Silva, que já referimos na primeira parte deste trabalho, contribui, segundo NOGUEIRA, de modo «muito consistente para o conhecimento mais alargado de uma mulher que defendeu em várias obras e intervenções públicas um feminismo moderado»⁵⁷⁴.

Num outro artigo intitulado “A obra literária de Emília Sousa Costa”, NOGUEIRA sublinha o empenho da autora na emancipação social e cultural da mulher, num registo

⁵⁶⁹ MOGARRO, Maria João; DIAS, Vera, “Como Eu Vi o Brasil: A Mulher e a Educação na Perspectiva de Emília de Sousa Costa”, in *Congresso Brasileiro de História da Educação. O Ensino e a Pesquisa em História da Educação*, 5.º Congresso Brasileiro de História da Educação – São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Universidade Tiradentes, 2008: 2.

⁵⁷⁰ Vide catálogo da Biblioteca Nacional (Portugal). Vários títulos foram reeditados sucessivamente e algumas das obras de Emília de Sousa Costa foram traduzidas para italiano e castelhano.

⁵⁷¹ NOGUEIRA, Carlos, “Emília de Sousa Costa: educação (...), 2013: 162.

⁵⁷² *Idem, Ibidem*.

⁵⁷³ NOGUEIRA, Carlos, *Op. cit.*, 2013: 163.

⁵⁷⁴ *Idem, Op. cit.*, 2013: 165.

conservador, pois conforme já tivemos oportunidade de referir, Emília de SOUSA COSTA «distingue-se das feministas que advogam a total inversão dos papéis do homem e da mulher na sociedade»⁵⁷⁵. É com ironia queirosiana que a autora se refere a este “falso feminismo”, que ela vê como contrário à natureza mais intrínseca de homens e mulheres:

Assim... eles o afirmam – enquanto o marido aleitará a biberon o filho mais pequenino (porque a natureza não entrará em acordo com a revolucionária) e dará ordens para o jantar, fiscalizará a cozinha, remexerá os estrugidos nas caçarolas e nas horas de lazer tocará piano –, a senhora, entalando no olho direito o seu monóculo perturbador, chupando gulosamente o seu havano, empunhando a sua bengalinha de sândalo, irá para o ministério regular os altos problemas do Estado!...

Feminista – segundo as mesmas esclarecedoras opiniões – é ainda a sufragista, antiga trade-mark inglesa, reclamando o seu direito ao voto, pelo ruidoso e ferino estampido das bombas acráticas ou pela agressão aos lordes feminófobos⁵⁷⁶.

Desde sempre ligada ao ensino, Emília de Sousa Costa vê aprovada a entrada, em 1916, da sua obra *Moral Prática Elementar*, para a lista dos manuais adotados nas escolas primárias. «Muito ligada ao ensino, traduziu livros de carácter pedagógico (*Aos professores e às professoras*, 1914, de Jules Payot) e a sua obra *Moral prática elementar* (1916, 1925) foi aprovada oficialmente para uso das escolas primárias, tendo sido mandada adotar em 1917»⁵⁷⁷.

A esfera de influência de SOUSA COSTA ocorre dentro e fora de portas, transpondo a fronteira portuguesa, na medida em que se observa uma estreita colaboração da autora em alguns jornais e revistas de referência, bem como em conferências que realiza em Lisboa, Porto, Madrid e Rio de Janeiro, tal como já tivemos oportunidade de enumerar.

Num registo diferente, que podemos integrar simultaneamente na literatura memorialística e na literatura de viagens, surge *Como Eu Vi o Brasil*, obra que teve duas edições, na qual Emília de Sousa Costa relata a chegada ao Brasil e «a empatia que logo se estabeleceu entre ela, o marido e a imprensa do Rio de Janeiro», que «numa cativante

⁵⁷⁵ NOGUEIRA, Carlos, “A obra literária de Emília Sousa Costa”, in *Tellus - Revista de cultura trasmontana e duriense*, n.º 60, Edição: Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal de Vila Real, junho de 2014: 6.

⁵⁷⁶ COSTA, Emília Sousa, *A Mulher: educação infantil*, Rio de Janeiro, Álvaro Pinto Editor, 1923:15-16.

⁵⁷⁷ MOGARRO, Maria João; DIAS, Vera, *Op. cit.*, 2008: 3.

amabilidade que logo nos deixa entrever a galharda hospitalidade brasileira, os “reporters” dos principais jornais nos procuram gentis e buscam as nossas impressões, ainda antes do desembarque, feito sem entraves aduaneiros, á simples apresentação do passaporte diplomático»⁵⁷⁸.

Nesta obra, num tom de registo quotidiano de factos e impressões, SOUSA COSTA apresenta uma leitura muito própria do retrato social e cultural brasileiro, fazendo um paralelo com o português. Segundo MOGARRO e DIAS, ficamos a conhecer os efeitos secundários «desta relação na sua aceitação social», na medida em que «a visita foi amplamente noticiada e divulgada, tendo assinalável impacto na comunicação social»⁵⁷⁹. É a própria autora que regista esse momento, numa longa citação:

Entramos num “bar”, para saborearmos o excelente café brasileiro. Um ligeiro rumor de curiosidade atenciosa e lhana nos recebe. Pouco depois, servem-nos, com a afável urbanidade peculiar aos brasileiros, a deliciosa bebida e trazem-nos, sem que os requisitemos, os mimos e especialidades de confeitaria que ali teem á venda. Quando chega o instante do pagamento, comunicam-nos que alguns dos circunstantes se haviam antecipado, não nos permitindo sequer a gratificação aos empregados.

Haviam-nos reconhecido pelas fotografias publicadas nos jornais e nas revistas!⁵⁸⁰

Conforme anteriormente referimos, as conferências realizadas por SOUSA COSTA foram amplamente difundidas nos meios de comunicação brasileiros. Numa das conferências que ocorreram no Rio de Janeiro, MOGARRO e DIAS dão conta do interesse dos *media* em divulgar o evento, «valorizando o perfil da conferencista e a sua obra», bem como «sublinhando a aceitação e o reconhecimento que a escritora tinha em terras brasileiras, onde os seus livros circulavam entre os meios esclarecidos da sociedade»⁵⁸¹. As autoras dão como exemplo o periódico *Correio da Manhã* com uma notícia, publicada no próprio dia, sobre a dita conferência «dado o peso cultural e literário»⁵⁸², quer da apresentadora, a escritora Júlia Lopes de Almeida (que analisaremos no próximo ponto “2.5. Júlia Lopes de Almeida: a primeira-dama da *Belle Époque* brasileira”) quer da própria conferencista, Emília de Sousa Costa. Para a feminista

⁵⁷⁸ COSTA, Emília de Sousa, *Como Eu Vi o Brazil*, 2.^a Edição, Edição da Empresa Diário de Notícias, 1926:35.

⁵⁷⁹ MOGARRO, Maria João; DIAS, Vera, *Op. cit.*, 2008: 33.

⁵⁸⁰ COSTA, Emília de Sousa, *Op. cit.*, 1926: 56-57.

⁵⁸¹ MOGARRO, Maria João; DIAS, Vera, *Op. cit.*, 2008: 4.

⁵⁸² *Idem, Ibidem.*

portuguesa, «foi particularmente gratificante o contacto com Júlia Lopes de Almeida e a apresentação que esta lhe fez na sua primeira conferência», na medida em que «ambas comungavam das mesmas ideias e o conteúdo das suas obras tinha grandes semelhanças, propondo o mesmo modelo de mulher e do papel que ela devia representar na sociedade do seu tempo, como se detecta quando comparamos os textos de Emília de Sousa Costa com a análise das obras de Júlia Lopes de Almeida»⁵⁸³. Por tudo isto, é de inferir que a reunião em casa da escritora brasileira, na companhia da sua família, teve, para SOUSA COSTA, «um significado especial»⁵⁸⁴, que podemos sentir pelas suas palavras:

D. Júlia Lopes d' Almeida, a escritora insigne e seu esposo o brilhante Filinto de Almeida abrem-nos o paraíso do seu éden encantado em Santa Tereza, e ali jantamos um dia, ali comungamos, antes, em longas, em curtíssimas horas, à sua mesa de Arte, a que se sentam, como convivas compenetrados as suas filhas adoráveis – Margarida a escultora, a diseuse inexcelável; Lúcia a musicista já afamada; Mimi a artista na garcilidade; Afonso, poeta de raro mérito. Aqui encontramos João Luso – português de nascimento, crismado de brasileiro e pelo seu talento honra as duas Pátrias – com sua esposa⁵⁸⁵.

Voltando à conferência, a notícia publicada no matutino carioca, começa por destacar o interesse do público pela conferência que «D. Emília de Souza Costa, a autora de “Memórias da Lili”, da “Economia Doméstica”, e de tantas outras obras, realiza hoje, no salão de concertos do Instituto Nacional de Música, está despertando o maior entusiasmo no nosso meio culto»⁵⁸⁶. Na mesma peça jornalística, é dada uma explicação para o interesse que a mesma suscitava:

Apresentada pela romancista Júlia Lopes de Almeida, a conferencista lusitana vai revelar-nos mais um aspecto do seu espírito elegante, consagrado por tudo quanto em Portugal e no Brasil conhece e aplaude os seus livros infantis, os seus livros educativos, cheios de saúde moral, de optimismo, patriótico e de lições práticas.

O nosso público, que se reunirá hoje às 8 e meia da noite – hora em que começará a conferência – no salão do Instituto, prestará por certo à distinta senhora a justiça a que pela sua obra, tem incontestável direito⁵⁸⁷.

⁵⁸³ MOGARRO, Maria João; DIAS, Vera, *Op. cit.*, 2008: 7-8. Cf., MAGALDI, A. M. B. M, *Lições de Casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*, Belo Horizonte, Argvmentum, 2007.

⁵⁸⁴ *Idem*, *Op. cit.*, 2008: 8

⁵⁸⁵ COSTA, Emília de Sousa, *Op. cit.*, 1926: 59.

⁵⁸⁶ *Correio da Manhã*, 28 de junho de 1923: 3.

⁵⁸⁷ *Idem*, *Ibidem*.

Na cobertura jornalística feita ao evento, o periódico carioca dá conta aos leitores da empatia e de uma natural sintonia existente entre SOUSA COSTA e LOPES DE ALMEIDA. Em género de homenagem, a escritora portuguesa faz da conferência palco de elogios às «virtudes e originalidade», que a própria «filia no próprio contributo da mulher portuguesa», associando à figura das ‘mulher-mãe-esposa’ brasileiras a «representação da nação brasileira»⁵⁸⁸.

Dois dias depois da realização da conferência que encheu o auditório da sala de concertos do Instituto Nacional de Música, o *Correio da Manhã* classifica a pertinência do tema apresentado pela «distinta escriptora portugueza sra. Emília de Souza Costa», como «o momentoso thema “A mulher”»⁵⁸⁹. Na mesma peça jornalística, para além de confirmarmos o sucesso da conferência, «apresentada à numerosa assistência pela escriptora Júlia Lopes de Almeida, que falam das letras portuguesas e dos princípios de ideias por ambas mantidas», ainda podemos aferir a carga ideológica (marcadamente republicana) e o tom (conservador) colocado por SOUSA COSTA que «começou agradecendo a apresentação e enaltecendo as virtudes da mulher brasileira, que da mulher portugueza recebeu todas as virtudes da mulher brasileira, que da mulher portugueza recebeu todas as virtudes criando um tipo original. Saúda a mulher brasileira e nela a nação brasileira. A alma da nação é a alma da mulher(...)»⁵⁹⁰.

No mês seguinte, numa conferência dedicada à temática da educação infantil, realizada no Rio de Janeiro, num registo «fértil e feliz com argumentos de valor»⁵⁹¹, SOUSA COSTA «traçou uma perspetiva crítica sobre as ideias de vários pedagogos (Rousseau, Pestalozzi, Froebel, Montessori)», sublinham MOGARRO e DIAS⁵⁹². Na mesma conferência, e de acordo com a notícia publicada no jornal diário carioca, *Correio da Manhã*, a pedagoga portuguesa focalizou os sistemas educativos, «encarando-os quer pelo desenvolvimento physico quer pelo intelectual, quer ainda, pelo moral, criticando mesmo alguns exercícios desportivos, por excessivos»⁵⁹³.

Através da notícia dada pelo *Correio da Manhã*, verifica-se que Emília de Sousa Costa focou os temas e os valores em que acreditava e que visavam a promoção da

⁵⁸⁸ MOGARRO, Maria João; DIAS, Vera, *Op. cit.*, 2008: 5.

⁵⁸⁹ *Correio da Manhã*, 30 de junho de 1923: 2.

⁵⁹⁰ *Idem, Ibidem*.

⁵⁹¹ *Correio da Manhã*, 6 de julho de 1923: 3.

⁵⁹² MOGARRO, Maria João; DIAS, Vera, *Op. cit.*, 2008: 7.

⁵⁹³ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1923:3.

igualdade entre os géneros, bem como a implementação de medidas sociais em prol da defesa do sexo feminino. Para tal, chamou a atenção para o recurso sucessivo, por parte do género masculino, ao sarcasmo, ironia e humor, como armas para ferir as mulheres, ridicularizando-as e remetendo-as para um sentimento de inferioridade, castrando sonhos e aspirações, conforme podemos observar: «Trata a seguir, do humorismo que vae da caricatura aos maiores literatos para justificar que com essa atitude critica os homens procuram conservar a mulher em plano inferior. Através da história a mulher mostrou ter a espiritualidade igual á do homem, destacando-se nas sciencias e nas artes»⁵⁹⁴.

Feminista moderada, SOUSA COSTA lembra aos conferencistas que condena os «radicalismos feministas», tal como a «escravatura branca que os homens mantêm, escudados na lei»⁵⁹⁵, sublinham MOGARRO e DIAS. Se não, vejamos: «Não deseja a substituição da mulher nas ocupações hoje dominadas pelo homem, mas nas que lhe são permitidas, pela fragilidade e pela dignidade do sexo. Pela educação e pelo espírito a mulher é igual inteiramente ao homem. Condemna o rigorismo suffragate taxando-o de “produto hybrido” criticando, também a escravatura branca, mantida pelas leis do homem»⁵⁹⁶.

Nesta conferência, a autora sublinha a importância do acesso das mulheres à educação. SOUSA COSTA acredita e defende intransigentemente que a aposta na formação moral, social e profissional feminina, é o caminho para a libertação das mulheres, portuguesa e brasileira, pois «só pela educação a mulher teria a formação indispensável à assumpção dos seus papéis fundamentais de mãe, esposa, com um lugar primacial na família e na pátria»⁵⁹⁷. Incansável no seu propósito, a autora reforça a sua visão conservadora, no que ao feminismo diz respeito, delimitando o que entende ser o lugar das mulheres na sociedade, que passamos a transcrever: «Ao que visa a “feminista” repito: é a integrar a mulher no seu logar, clamando que a instruem, a dignifiquem, a libertem de misteres infamantes ou de profissões incompatíveis com as suas forças a nobilitem pelas regras sadias de aprimorada educação moral e cívica, pelo trabalho, para que possa ser mãe modelar, educadora, inteligente, esposa compenetrada das suas atribuições, unidade sempre útil na família e na pátria em que se exerça o seu raio de acção»⁵⁹⁸.

⁵⁹⁴ *Correio da Manhã*, 30 de junho de 1923: 2.

⁵⁹⁵ MOGARRO, Maria João; DIAS, Vera, *Op. cit.*, 2008: 5.

⁵⁹⁶ *Correio da Manhã*, 30 de junho de 1923: 2.

⁵⁹⁷ *Cf.*, MOGARRO, Maria João; DIAS, Vera, *Op. cit.*, 2008: 5.

⁵⁹⁸ *Correio da Manhã*, 30 de junho de 1923: 2.

Em género de proposta, SOUSA COSTA deixa aos conferencistas e auditório, «com uma forte representação feminista», as linhas mestras de um ‘plano de ação’ que colhia simpatia quer num, como noutro lado do Atlântico, na medida em que «devia ser uma tarefa dos dois sexos, pois os homens deviam compreender a função primeira da mulher – ser mãe – e lembrarem-se da própria figura materna, a quem deviam a vida e para com quem tinham o dever» e a moral de «alcançar justiça e dignidade»⁵⁹⁹. Mais, adianta ainda que «depois de explicar os motivos, pelos quaes é preciso solicitar os auxílios moraes de ambos os sexos, afim de ser conseguida a protecção e a justiça a que têm direito, as mulheres, a ilustre conferencista diz com facilidade e clareza qual a rota a seguir para o bom êxito dos propósitos de revindicação, que são hoje a maior aspiração da mulher»⁶⁰⁰.

De acordo com a peça jornalística do referido periódico, SOUSA COSTA, a quem caracterizam como «a brilhante escriptora portugueza», termina a comunicação apresentada na conferência defendendo que «seria negar a claridade meiga que brandamente se resguarda num cantinho misterioso de todos os corações, e lhes dá viço e frescura, e os afaga, e os beija, e os enlaça, e os acalenta, e os embala, como ritmo acariciante dum cântico celestial, ao trazer aos lábios crestados pelo fogo das paixões o orvalho, o bálsamo perfumado destas duas palavras tão singelas, tão doces e tão puras: “Minha Mãe”»⁶⁰¹.

Na visita que realiza a Petropolis, «a cidadezinha encantadora, aninhada entre montes, regada pelo rio Piabanha»⁶⁰², na companhia do marido, Emília de SOUSA COSTA regista, em tom de comparação, que contrariamente ao que se vivenciava em Portugal,

Nos parques e nos jardins [em Petrópolis], como nos do Rio de Janeiro, surpreende-nos uma inscrição, que mais uma vez confirma a impressão já vincada em nosso espírito sobre o respeito do brasileiro pela sua própria dignidade.

“A guarda está entregue á boa educação do público”.

Um borboletear de inveja apaga o sorriso dos nossos lábios. Os nossos olhos murmuram: “Ditoso país!”

Olho em volta: Não há uma parede suja com os riscos de giz e de carvão – desenho que tanto seduz os meninos ‘bem-criados’ doutros países – nem mesmo nas ruas escusas onde a polícia raro poderia vigiar os folgares do

5. ⁵⁹⁹ MOGARRO, Maria João; DIAS, Vera, “Como Eu Vi o Brasil: A Mulher e a Educação (...)”, 2008:

⁶⁰⁰ *Correio da Manhã*, 30 de junho de 1923: 2.

⁶⁰¹ *Correio da Manhã*, 30 de junho de 1923: 2.

⁶⁰² COSTA, Emília de Sousa, *Op. cit.*, 1926: 54.

rapazio⁶⁰³.

Na obra *A Mulher - Educação Infantil*, resultado da conferência realizada no Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro, SOUSA COSTA fala da sua admiração pela mulher brasileira. No seu discurso, observamos o entusiasmo com que justifica o sucesso da transmissão da cadeia de valores, uma vez que a mulher brasileira recebera das suas ancestrais portuguesas os seus «dotes preciosos»⁶⁰⁴. No decorrer da conferência, sublinha uma ideia base do seu projeto feminista, que defende que a alma de uma nação é a alma da mulher, a ‘mulher-mãe-esposa’, que é a verdadeira educadora. Ainda na mesma conferência, SOUSA COSTA faz questão de salientar que enquanto feminista, conservadora, estava ao lado das «feministas razoáveis», pelo que a sua crítica ia diretamente para o que considerava ser o verdadeiro problema da questão feminista: a educação⁶⁰⁵. Em *A Mulher - Educação Infantil*, a autora aborda a educação errada que ainda era dada às mulheres, e exemplifica dizendo que enquanto o homem progredia, acompanhando as mudanças do mundo, ainda não era admitido que o espírito da mulher evoluísse, acompanhando o progresso do seu companheiro e se adaptando às modificações universais⁶⁰⁶.

Na mesma obra, SOUSA COSTA faz ainda a defesa da educação e formação femininas para o mercado de trabalho, pois considerava que nem todas as mulheres conseguia constituir um lar, ter o ‘amparo’ masculino, ou ainda, podiam ser mães, restringindo o seu papel ao âmbito doméstico. Deste modo, a autora aconselhava que se criassem oportunidades de acesso, ao denominado «sexo fraco», a todas as carreiras em que, sem prejuízo da sua feminilidade, a mulher pudesse ganhar, de forma honesta e honrada o seu próprio sustento, o seu pão. E dá um exemplo concreto: «contam-se por milhões os indivíduos do sexo feminino que necessitam de trabalho para auxiliarem seus pais e seus maridos. São legiões as que nas oficinas, nos lares alheios, nas fábricas, nos laboratórios, nas minas, nos campos, trabalham dia e noite»⁶⁰⁷.

Em género de conclusão impõe-se, no nosso entender, sublinhar o espírito «progressista quando conservadora e conservadora quando progressista» de Sousa Costa, na medida em que não podemos deixar de estar de acordo com NOGUEIRA, quando

⁶⁰³ *Idem, Op. cit.*, 1926: 56.

⁶⁰⁴ COSTA, Emília de Sousa, *A Mulher - Educação Infantil*, (...), 1923: 28.

⁶⁰⁵ *Idem, Ibidem*.

⁶⁰⁶ *Cf., Idem, Ibidem*.

⁶⁰⁷ COSTA, Emília de Sousa, *Op. cit.*, 1923: 36.

afirma que «é nesta oscilação que Emília de Sousa Costa desenvolve todo o seu pensamento feminista»⁶⁰⁸. Neste sentido, deixamos um outro exemplo: ‘destinada’, como vimos, «por inclinação e por desígnio divino, a permanecer em casa, de onde sairá apenas por imposições alheias à sua vontade, a mulher merece que o seu trabalho doméstico seja valorizado; e aquela que não trabalha deve ter bem presente que pode vir a precisar de exercer uma profissão, e por isso, se quer ser livre e digna, tem de se dispor a adquirir outras competências», tanto mais pelo facto de: «Já não há lugares no mundo para as mulheres bibelots, mulheres planta de estufa, desperdiçando anos de vida em ociosidade, a estudarem as três reverências de bom tom, ou os passos lânguidos do minuete. No lar, a mulher, mesmo a que é rica, tem de trabalhar, ordenando, fiscalizando, executando. A que não exerce profissão é obrigada a preparar-se para a eventualidade de exercê-la. Milionárias de hoje podem ser pobres amanhã»⁶⁰⁹.

2.5. Júlia Lopes de Almeida: a primeira-dama da *Belle Époque* brasileira

No artigo “A Literatura Feminista de Júlia Lopes de Almeida”, publicado nos *Anais do XIV Seminário Nacional Mulher e Literatura / V Seminário Internacional Mulher e Literatura*, Marly Jean de Araújo P. VIEIRA escreve que a autora brasileira «Júlia Valentina da Silveira Lopes nasceu no Rio de Janeiro em 24 de setembro de 1862», no mesmo edifício onde «funcionava o internato feminino (Colégio de Humanidades) administrado por seus pais, Antónia Adelina do Amaral Pereira e Valentim José da Silveira Lopes»⁶¹⁰, ambos portugueses. De acordo com VIEIRA, terá sido pela mão da mãe que desde tenra idade toma contato com o mundo das letras, conforme podemos ler: «Desde cedo recebeu uma educação singular, sua mãe iniciou-lhe no mundo das letras. Certamente os anos de contato com a arte, a literatura e a ciência, somados às viagens ao exterior (entre os anos de 1876 e 1878 Júlia passou dois anos em Montevideú), contribuíram para desenvolver-lhe o talento e a habilidade para transitar entre o universo feminino e o masculino»⁶¹¹.

Do lado paterno, o incentivo foi sempre uma constante. LOPES DE ALMEIDA

⁶⁰⁸ NOGUEIRA, Carlos, “A obra literária de Emília de Sousa Costa”, (...), 2014: 7.

⁶⁰⁹ COSTA, Emília de Sousa, *Olha a Malícia e a Maldade das Mulheres*, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial, 1932: 27.

⁶¹⁰ VIEIRA, Marly Jean de Araújo P., “A Literatura Feminista de Júlia Lopes de Almeida”, in *Anais do XIV Seminário Nacional Mulher e Literatura / V Seminário Internacional Mulher e Literatura, Palavra e Poder – Representações Literárias*, Universidade de Brasília, Brasília, 4 a 6 de agosto de 2011: 1866.

⁶¹¹ *Idem, Ibidem*.

recebeu do pai, «então Visconde de S. Valentim» – que aparece caracterizado por VIEIRA como «um homem de espírito avançado, livre de discriminações e preconceitos» –, o apoio total, uma vez que sempre «estimulou a ampliação dos horizontes da filha (...)»⁶¹². Na entrada do *Dicionário Mulheres do Brasil*, confirmamos que «teve a oportunidade de aprimorar seus estudos na Europa, por influência de seu pai, um liberal», e que se casou com o poeta Felinto de Almeida, com quem voltou a residir no Rio de Janeiro, «dividindo o seu tempo entre Portugal e o Brasil»⁶¹³. Foi mãe de seis filhos.

Em dezembro de 1881, Júlia LOPES DE ALMEIDA inicia a sua carreira de escritora na *Gazeta de Campinas*. A partir dessa data, e por mais de três décadas, escreveu para diversos jornais e revistas do Rio de Janeiro e de São Paulo, como por exemplo: *A Semana* – onde também eram colaboradores os escritores Olavo Bilac⁶¹⁴ e Arthur Azevedo⁶¹⁵ –, *O País*, *Ilustração Brasileira*, *A Mensageira*, o influente *Jornal do Comércio*, entre outros. De acordo com VIEIRA, em muitos artigos «assinou com os pseudónimos ‘A. Julinto’ ou ‘Ecila Worms’»⁶¹⁶.

Na década de 1890, LOPES DE ALMEIDA é presença assídua nos periódicos produzidos e distribuídos por mulheres, como por exemplo, o *Jornal das Senhoras*. Este periódico, fundado em 1852, na Bahia, será dirigido por Violante Atalipa Ximenes de Bivar e Velasco, a primeira mulher brasileira a exercer um cargo de direção de Imprensa, tinha a particularidade de ser filha do português Diogo Soares da Silva de Bivar, um dos pioneiros das publicações independentes no Brasil. O *Jornal das Senhoras* teve tiragem e circulação até 1855. A redatora principal foi Cândida do Carmo Sousa Menezes.

Em 1919, Júlia LOPES DE ALMEIDA torna-se cofundadora, com Cassilda Martins, de um novo jornal carioca dedicado ao público feminino, *Nosso Jornal*, que foi impresso apenas durante um ano. No mesmo ano, é eleita presidente honorária da Legião da Mulher Brasileira. Também foi autora das crônicas que foram publicadas, durante 30 anos, no jornal acima referido, *O País*. Neste periódico, a autora manteve uma coluna intitulada, “Dois dedos de prosa”, que foi lembrada no discurso proferido por Affonso Lopes de

⁶¹² VIEIRA, Marly Jean de Araújo P., *Op. cit.*, 2011:1867.

⁶¹³ FLORES, Conceição; DUARTE, Constância Lima; MOREIRA, Zenóbia Collares, *Dicionário de Escritoras Portuguesas: das origens à atualidade*, Ilha de Santa Catarina, Editora Mulheres, 2009:352.

⁶¹⁴ Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac, nasceu no Rio de Janeiro, a 16 de dezembro de 1865. Foi jornalista, autor de contos, cronista e poeta. Foi ainda membro fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 15 da instituição, cujo patrono é Gonçalves Dias. Também ficou registada a sua particular atenção à literatura infantil. Homem com um grande sentido de participação cívica, Olavo Bilac foi um ativo republicano e nacionalista. Morreu a 28 de dezembro de 1918.

⁶¹⁵ Arthur Nabantino Gonçalves de Azevedo nasceu em São Luís, MA, em 7 de julho de 1855. Foi jornalista, poeta, autor de contos e teatrólogo. Morreu a 22 de outubro de 1908.

⁶¹⁶ VIEIRA, Marly Jean de Araújo P., *Op. cit.*, 2011:1867-1868.

Almeida, seu filho, ao tomar a mesma cadeira da mãe, o número 26 da Academia Carioca de Letras: «Foi com efeito nas colunas de *O País* que principalmente, por trinta anos, D. Júlia aventou ideias, semeou-as, batalhou por elas, quer sob o seu nome, quer sob nomes de empréstimos [...]»⁶¹⁷. LOPES DE ALMEIDA publicou ainda, em série, o livro *Correio da Roça*, editado em 1913, e, entre outros contos, as *Reflexões de um Marido*, em 1907. A partir deste último, onde a autora escreve acerca da condição feminina, Artur Azevedo vai inspirar-se para escrever “O Dote”, uma comédia.

Para além de se ter tornado patrona da cadeira de número 26 da Academia Carioca de Letras, LOPES DE ALMEIDA foi também indicada para a Academia Brasileira de Letras; contudo, pelo facto de ser mulher, «não assumiu o seu lugar, cedendo-o ao marido, Filinto de Almeida»⁶¹⁸. Em 1922, a convite de Bertha Lutz, a autora vai participar da Comissão de Relações Internacionais e Paz, do “I Congresso Internacional Feminista”, promovido pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Nove anos depois, em julho de 1931, a mesma instituição feminina organiza o “II Congresso Internacional Feminista”, a ter lugar na cidade carioca, Júlia LOPES DE ALMEIDA – «considerada a mulher de maior prestígio no meio cultural de todo o país» –, quem vai realizar o discurso de abertura⁶¹⁹. No artigo de VIEIRA é sublinhada a importância daquele momento, na medida em que «foi particularmente significativo, porque as mulheres se organizavam para obter o direito de voto», o que acaba por ser uma realidade nas eleições de 1934⁶²⁰. Ainda durante os primeiros meses desse ano, o mesmo em que morre, a 30 de maio, «subiria em palanques reivindicando a construção de creches»⁶²¹.

À semelhança de outras mulheres suas contemporâneas, nas quais destacamos Emília de Sousa Costa, LOPES DE ALMEIDA procurou, no decurso da sua vida, dar resposta, com uma certa ‘criatividade’, às barreiras que se impunham, quer na vida pessoal, quer na profissional, esta última através do «exercício do jornalismo e da literatura», nos quais foi «escrevendo sempre mais sobre assuntos voltados para o público feminino»⁶²². Mas não só. Na entrada do *Dicionário Mulheres do Brasil. De 1500 até a atualidade*,

⁶¹⁷ ALMEIDA, Affonso Lopes de, “D. Júlia Lopes de Almeida”, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 4 de junho de 1939: 7.

⁶¹⁸ VIEIRA, Marly Jean de Araújo P., *Op. cit.*, 2011:1868.

⁶¹⁹ *Idem, Ibidem*.

⁶²⁰ VIEIRA, Marly Jean de Araújo P., *Op. cit.*, 2011:1868.

⁶²¹ *Idem, Ibidem*.

⁶²² SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.), *Dicionário Mulheres do Brasil. De 1500 até a atualidade*, 2.ª edição, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2000: 353. [Disponível em: https://www.academia.edu/36134390/SCHUMACHER_Schuma_Dicion%C3%A1rio_mulheres_do_Brasil.pdf, acedido a 25 de abril de 2020].

organizado por Schuma SCHUMAHER e Érico Vital BRAZIL, é salientado o facto da feminista brasileira também ter abraçado a literatura infantil. O livro *Contos Infantis*, publicado em 1886, escrito em coautoria com Adelina Amélia Lopes Vieira, a sua irmã mais velha, é um belo exemplo desse interesse. Na obra – aprovada e autorizada para ser adotada nas escolas primárias brasileiras –, entre os 58 contos que a integram, 31 estão escritos em verso – 14 da autoria de Adelina Amélia Lopes Vieira, e os restantes da autoria do escritor francês, Luiz Ratisbonne –, e 27 estão escritos em prosa. Estes últimos, saíram da pena de Júlia LOPES DE ALMEIDA⁶²³: «(...) o livro Contos infantis, que foi aprovado pelas autoridades do ensino no Brasil para ser adotado em escolas primárias em todo o país. O livro teve três edições, sendo duas em Lisboa e uma no Rio de Janeiro, e alcançou cerca de 15 mil exemplares»⁶²⁴.

Em SCHUMAHER e BRAZIL, é nítida a influência da literatura feminina que se fazia em França e ecoava no Brasil, que promovia, deste modo, a existência de «um ambiente favorável ao trabalho das escritoras brasileiras», que acabavam por “gradativamente” tratar de escrever sobre «temas polêmicos, como a abolição da escravidão, o acesso das mulheres à educação e o exercício dos difíceis papéis de mãe e de esposa»⁶²⁵. Contudo, importa salientar que «só isso não explicaria o sucesso de Júlia Lopes de Almeida»⁶²⁶, conforme nos é dado a conhecer: «Sua obra incorporou-se ao cotidiano de gerações de mulheres brasileiras, sobretudo O livro das noivas, de 1896, um marco na precária preparação para o casamento nos mais distantes locais do país. Nas primeiras décadas do século XX, milhares de moças receberam esse livro de suas mães, como iniciação aos “mistérios do casamento”»⁶²⁷. Resta acrescentar que na mesma entrada do *Dicionário Mulheres do Brasil. De 1500 até a atualidade*, Júlia LOPES DE ALMEIDA é também apresentada como um modelo a seguir pelos seus pares, na medida em que «encarnou o ideal de mulher inteligente e de sucesso»⁶²⁸.

No artigo “Entre Amigas”, publicado no primeiro número de *A Mensageira*⁶²⁹ – revista literária dedicada às mulheres brasileiras –, LOPES DE ALMEIDA faz referência aos avanços dos movimentos feministas, bem como à atuação da mulher na sociedade

⁶²³ Cf., VIEIRA, Adelina Lopes; ALMEIDA, Júlia Lopes de, *Contos Infantis*, 17.^a Ed., Rio de Janeiro, Paulo de Azevedo & Cia; Francisco Alves, 1927.

⁶²⁴ SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.), *Op. cit.*, 2000: 352.

⁶²⁵ *Idem, Ibidem*.

⁶²⁶ SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.), *Op. cit.*, 2000: 353.

⁶²⁷ *Idem, Ibidem*.

⁶²⁸ SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.), *Op. cit.*, 2000: 353.

⁶²⁹ *A Mensageira*, revista literária dedicada às mulheres brasileiras, foi criada e dirigida pela poetisa Prisciliana Duarte de Almeida, e publicada nos anos de 1897 a 1900.

brasileira. Na mesma ocasião, destaca a importância da profissionalização da mulher e o aperfeiçoamento das suas qualidades morais, pois considera que «é a bem da própria família, principalmente d'ela, que necessitamos de desenvolvimento intelectual e do apoio seguro de uma educação bem feita»⁶³⁰, e exemplifica: «Temos poucas medicas, e mesmo escriptoras, se não temos de menos, também não temos de mais (e entre parenthesis: a Mensageira que abra os olhos ás senhoras que pensam que se pode escrever com a mesma facilidade com que se pode fazer creme de laranja ou manjar branco, coisas aliás delicadas); temos já algumas senhoras empregagadas no telegrapho, no commercio, e nas industrias e artes, mas a porcentagem é tão diminuta que nem vale alludir-se a ella»⁶³¹.

No primeiro número de *A Mensageira*, publicado a 15 de outubro de 1897, a diretora da revista, Presciliana Duarte de ALMEIDA, assina um texto intitulado “Duas Palavras”, no qual adverte sobre os propósitos da mesma. Nesse contexto, enquadra *A Mensageira* como uma publicação literária dedicada à mulher brasileira que, entre outros objetivos, tem uma linha editorial que pretende «estabelecer entre as brasileiras uma sympathia espiritual, pela comunhão das mesmas ideias, levando-lhes de quinze em quinze dias, ao remansoso lar, algum pensamento novo – sonho de poeta ou fructo de observação acurado, eis o que fim que, modestamente, nos propomos».

Ainda no decurso do editorial que assina, ALMEIDA lança uma questão, retórica, às suas leitoras: «Será recebida com indiferença a *Mensageira* portadora feliz da prosa amena e discreta de Julia Lopes de Almeida e dos versos artísticos e sentidos das mais festejadas e conhecidas poetisas brasileiras? Não o cremos!»⁶³², responde. Terminando, em género de justificação, sublinha a importância do projeto jornalístico que dirige: «E é por isto que nos arrojam a uma empresa desta ordem. (...) Que a nossa revista seja como que um centro para o qual convirja a intelligencia de todas as brazileiras!»⁶³³. Este também será o objetivo de Júlia LOPES DE ALMEIDA.

Em “Entre Amigas”, a escritora fluminense começa por avaliar os progressos realizados pelo movimento feminista, que na sua leitura começava a dar mostras da sua força, ou seja, conquistava o seu espaço no Brasil. Para LOPES DE ALMEIDA, este

⁶³⁰ ALMEIDA, Júlia Lopes De, “Entre Amigas”, in *A Mensageira*, Presciliana Duarte de Almeida (Dir. de), Anno I., Nr. I, Typographia Brasil de Carlos Gerke & Comp., São Paulo, 15 de outubro de 1897:3.

⁶³¹ *Idem, Ibidem.*

⁶³² ALMEIDA, Presciliana Duarte de (Dir. de), “Duas Palavras” in *A Mensageira*, Anno I., Nr. I, Typographia Brasil de Carlos Gerke & Comp., São Paulo, 15 de outubro de 1897:1.

⁶³³ *Idem, Ibidem.*

poderia ser um forte indicador de que as mulheres brasileiras estavam mais conscientes do seu posicionamento na sociedade, bem como das suas necessidades e ambições, dentro de uma lógica que visava a participação cívica.

De acordo com a autora, a valorização social da mulher deveria nascer, em primeiro lugar, da vontade própria em reclamar para si o estatuto a que teria direito e, em segundo lugar, da sua predisposição de se informar, de apostar na sua formação, pessoal e profissional, que a habilitasse a desempenhar uma profissão, e, que pudesse torná-la, intelectualmente forte, culta. Da análise feita ao texto de LOPES DE ALMEIDA, depreende-se ainda que ao fazer a defesa da participação ativa das mulheres no processo político, estava a dar a chave que lhes permitiria abrir a porta para a conquista da sua alforria, primeiro do pai, depois do marido, ou vice-versa: «Os povos mais fortes, mais práticos, mais activos, e mais felizes são aqueles onde a mulher não figura como mero objecto de ornamento; em que são guiadas para as vicissitudes da vida com uma profissão que ampare num dia de luta, e uma boa dose de noções e conhecimentos sólidos que lhe aperfeiçoem as qualidades moraes»⁶³⁴.

No mesmo artigo, LOPES DE ALMEIDA afirma que, de acordo com os padrões estabelecidos na sociedade brasileira, nas vésperas do novo século, ou seja, ao caminharmos para o século XX, ser mãe era uma ‘arte’ que implicava algum ‘engenho’, na medida em que as inúmeras funções afetas à maternidade, eram consideradas como naturalmente inerentes às obrigações femininas. De acordo com os argumentos da escritora feminista, para exercer, com perfeição, o papel de ‘mãe de família’, a mulher deveria apostar na sua educação e formação, não podendo ser «ignorante ou fútil»⁶³⁵, pois «uma mãe instruída, disciplinada, bem conhecedora dos seus deveres, marcará, funda, indestructivelmente, no espírito do seu filho, o sentimento da ordem, do estudo e do trabalho, de que tanto carecemos. Parece-me que são esses os elementos de progresso e de paz para as nações»⁶³⁶.

Sobre este assunto, Maria Martha de Luna FREIRE publica um artigo “‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920”, no qual analisa a construção do ideário da maternidade científica no Brasil na década de 1920. Segundo a autora, «a ideologia da maternidade como função primordial das mulheres não foi invenção do século XX», apresentando-a como parte do «amplo

⁶³⁴ ALMEIDA, Júlia Lopes De, *Op. cit.*, 15 de outubro de 1897: 3.

⁶³⁵ *Idem, Ibidem.*

⁶³⁶ ALMEIDA, Júlia Lopes De, *Op. cit.*, 15 de outubro de 1897: 3.

projeto reformador republicano com vista à constituição da nacionalidade»⁶³⁷. No mesmo artigo, FREIRE confirma a ciência como alavanca de um novo modelo de maternidade, configurando-se, «através da maternidade científica, um novo papel feminino: a mãe moderna»⁶³⁸, ainda que «(...) intrinsecamente vinculado à “natureza feminina”, ao associar-se ao projeto modernizador nacionalista o exercício da maternidade ultrapassava os limites da esfera doméstica e adquiria um novo caráter, de missão patriótica e função pública. Tratava-se não mais de garantir filhos ao marido, mas sim cidadãos à Pátria»⁶³⁹. Ainda segundo a autora, o projeto reformador republicano ganhou novo fôlego na década de 1920, «alimentado especialmente pela crescente incorporação dos princípios da eugenia e pelo fortalecimento de movimentos sociais como o nacionalismo e o feminismo»⁶⁴⁰, aos quais não podemos desassociar Júlia LOPES DE ALMEIDA.

Ao fazer uma análise sobre o novo papel feminino de mãe, LOPES DE ALMEIDA justifica a necessidade de se dar uma atenção especial à educação moral e formação intelectual da mulher, através do estudo, da reflexão e do trabalho – apesar de ainda ser em número muito reduzido a participação feminina na vida laboral pública, pois ainda eram poucas as ‘senhoras’ que trabalhavam no comércio, indústria ou nas artes –, para que esta possa estar apta a desempenhar, com dignidade, o seu papel de boa mãe e de boa esposa, respondendo de forma mais ‘inteligente’ às exigências familiares, pelo que questiona: «Ora, como pode uma mulher, criada entre o piano e a valsa, ou quando muito entre o pudim e a agulha, agasalhar um pensamento curioso de um filho, elucidá-lo, tornando as suas palavras simples como verdadeira pontas de luz com que esclareçam as coisas mais complicadas e terríveis, fazendo-as entrar no cérebro de uma criança de modo mais natural e lógico?»⁶⁴¹.

Ainda no mesmo artigo, a feminista carioca insiste na ideia de que, ao contrário do que se pensava até então, compete à mãe não só a formação dos sentimentos e emoções dos filhos, como toda a sua educação, pelo que a respeito da intervenção dos «paes e mestres de família» na esfera da educação, lembra que «os paes não pesam estas

⁶³⁷ FREIRE, Maria Martha de Luna, ‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., jun. 2008: 153. [Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250029045_'Ser_mae_e_uma_ciencia'_mulheres_medicos_e_a_construcao_da_maternidade_cientifica_na_decada_de_1920/link/56429b4808aebaae1f9022f/download, acedido a 1 de junho de 2019].

⁶³⁸ *Idem, Ibidem*.

⁶³⁹ FREIRE, Maria Martha de Luna, *Op. cit.*, 2008: 154.

⁶⁴⁰ *Idem, Ibidem*.

⁶⁴¹ ALMEIDA, Júlia Lopes De, *Op. cit.*, 15 de outubro de 1897: 4.

responsabilidades e é frequente ouvirmos dizer: que sempre é mais barato e mais fácil educar as meninas do que os rapazes...»⁶⁴². Sobre este «assumpto tão melindroso», a autora brasileira afirma, num tom irónico, que: «Dirão que á mãe só compete formar o coração e que o resto fica por conta dos paes e dos mestres...o pae, no afan dos seus dias trabalhosos, pensa acaso em corrigir os defeitos dos filhos, com quem pouco convive? Conhece-os todos por ventura!? Os mestres? ...Ah! Os mestres...»⁶⁴³.

No artigo “A instrução feminina como dote moderno: estudo comparado entre Brasil e Portugal na virada do século XIX”, Elizabeth Sousa ABRANTES já relaciona «dote e educação no âmbito da história cultural e dos estudos de gênero», que no seu entender tem permitido novas análises sobre a condição e educação femininas no Brasil, «com desdobramentos para estudos sobre dotes estéticos, dotes profissionais, com ênfase nos comportamentos femininos, moda, beleza, casamento e os novos arranjos dotais»⁶⁴⁴.

De acordo com a historiadora, a partir da análise de alguns discursos de mulheres escritoras e professoras – nas quais inclui «as portuguesas Ana de Castro Osório e Emília de Sousa Costa, e a brasileira Júlia Lopes de Almeida» –, sobre a educação feminina, no último quartel do século XIX, e início do século XX, que foi possível dar um novo significado à instrução «como o dote moderno das mulheres das camadas médias e altas»⁶⁴⁵. Deste modo, «a abordagem sobre dotes educacionais enfatiza mudanças sociais e no comportamento feminino, no sentido da educação que pretendia dotar as mulheres de conhecimentos intelectuais para o melhor cumprimento dos seus papéis de mães e esposas, mas que também poderia mobilizar tais conhecimentos para novas conquistas no espaço público»⁶⁴⁶.

Juntas, vão rebater o pensamento corrente, num e noutro lado do Atlântico, de que a elevação intelectual da mulher a afastaria do lar e colocava num segundo plano as funções maternas, explicando que «era justamente pelo bem da família que a mulher necessitava de desenvolvimento intelectual»⁶⁴⁷. No artigo de ABRANTES, quando analisa o caso concreto de Júlia LOPES DE ALMEIDA, sublinha que a feminista carioca,

⁶⁴² *Idem, Ibidem.*

⁶⁴³ ALMEIDA, Júlia Lopes De, *Op. cit.*, 15 de outubro de 1897: 4.

⁶⁴⁴ ABRANTES, Elizabeth Sousa, “A instrução feminina como dote moderno: estudo comparado entre Brasil e Portugal na virada do século XIX”, in *XXIX Simpósio Nacional de História - Contra os Preconceitos: História e Democracia*, 2017:1. [Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502844691_ARQUIVO_TrabalhocompletoBethAnpuh2017.pdf, acedido a 30 de maio de 2020].

⁶⁴⁵ ABRANTES, Elizabeth Sousa, *Op. cit.*, 2017: 2-3.

⁶⁴⁶ *Idem, Op. cit.*, 2017: 3.

⁶⁴⁷ ABRANTES, Elizabeth Sousa, *Op. cit.*, 2017: 10.

nascida e criada na zona sul do Rio de Janeiro, por isso, também fluminense, considerava que «a educação de “pudim e agulha” acrescida a de “piano e valsa”, com algumas noções dos conhecimentos humanísticos, era insuficiente para o desenvolvimento intelectual das mulheres e o exercício dos deveres que a sociedade exigia das mesmas»⁶⁴⁸. A mesma leitura era feita pelas feministas portuguesas. Sobre esta dinâmica luso-brasileira, vamos tratar no “III Capítulo - Dignificação e emancipação das mulheres: duas sociedades, a mesma língua”.

⁶⁴⁸ *Idem, Ibidem.*

**III CAPÍTULO – DIGNIFICAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES:
DUAS SOCIEDADES, A MESMA LÍNGUA**

3.1. A circularidade dos saberes: diálogo, contato e confronto

No período em estudo, a primeira metade do século XX, mais concretamente nas três primeiras décadas, a condição feminina nas sociedades portuguesa e brasileira mereceu o entusiasmo de algumas vozes que se manifestaram em prol da emancipação da mulher. Do lado de cá, Portugal, e do lado de lá do Atlântico, Brasil, surgem no mesmo período e em uníssono, duas das mulheres que destacamos no nosso estudo, Ana de Castro OSÓRIO e Emília de SOUSA COSTA, contemporâneas de uma outra mulher que também se destacou na sociedade brasileira, Júlia LOPES DE ALMEIDA. Em comum, problematizaram questões específicas da condição feminina e partilharam a crença na importância e necessidade de se investir num valor seguro para qualquer uma das sociedades: a educação e a formação profissional das mulheres, passaportes para a inserção do género feminino na vida cultural e social, do Velho e do Novo Mundo, que muito contribuíram para a projecção histórica de um novo perfil que se começa a desenhar nesta altura para as mulheres.

Num estudo sobre as escritoras brasileiras do século XIX, realizado por Zahidé MUZART, verifica-se que, nesse período, «especialmente rico em manifestações literárias»⁶⁴⁹, sucediam-se, no seio das classes mais favorecidas, eventos de prestígio que possibilitavam a existência de intercâmbios ‘intelectuais’ entre os dois sexos. Porém, a investigadora chama a atenção para o facto da participação da mulher ser limitada, pois esta participava apenas como «ouvinte ou leitora», e não como ‘produtora’ de cultura, sendo excluída «por preconceito, pela religião, pelos limites do papel que deveria desempenhar na sociedade burguesa», facto que se revelou determinante para a marginalização das escritoras brasileiras e «omissão de muitos nomes da historiografia literária»⁶⁵⁰, sublinha.

No texto “A Mulher”, inserido na obra *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, Nísia FLORESTA⁶⁵¹, precursora do movimento feminista brasileiro, destaca o papel da mulher na sociedade patriarcal da altura, lembrando a necessidade de uma revisão das formas de tratamento da condição feminina, pois ainda que a questão feminista fosse uma

⁶⁴⁹ MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.), *Escritoras Brasileiras do Século XIX*, Editora Mulheres, Florianópolis, Santa Cruz do Sul, EDUNISC Editora, 1999: 25.

⁶⁵⁰ *Idem, Ibidem.*

⁶⁵¹ Dionísia Gonçalves Pinto, adotou o pseudónimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta.

utopia no espaço brasileiro, nos finais do século XIX, a autora reconhecia a importância de uma mudança de postura por parte das próprias mulheres. Segundo a pedagoga:

(...)é tempo enfim de se enxugarem as lágrimas inúteis causadas pelas opressões sofridas ou por um arrependimento estéril, e de assumir uma heroica resolução de fazer o máximo para erguer-se da sua prostração, do modo que podem e que devem, guiadas e sustentadas pela simples força do coração, despindo-se de todas aquelas fraquezas, de que às vezes injustamente são acusadas; pois, como já aludimos, estas fraquezas têm origem no desejo doentio de agradar seus amáveis dominadores, que se empenham para nelas incuti-lo⁶⁵².

Ainda que distante, no tempo e na evolução do conceito de feminista que apresentamos através de Ana de Castro OSÓRIO, Emília de SOUSA COSTA e Júlia LOPES DE ALMEIDA, na década de 1880, FLORESTA fazia a defesa da instrução e da educação moral, como os pilares que suportariam o longo percurso que teria ainda que ser feito pelas mulheres, pois acreditava que esta seria a maneira mais viável de se alcançar a dignidade feminina desejada, tornando-as desta forma, boas filhas, ótimas esposas e excelentes mães.

Muito embora se perceba a subida de tom no discurso da autora, relativamente às questões feministas, o pensamento masculino vigente acaba por ser reproduzido no fragmento do ensaio “A Mulher”, escrito em 1857, quando diz: «Guarde-se bem o homem de ter a mulher para seu joguete, ou sua escrava; trate-a como uma companheira da sua vida, devendo ela participar de suas alegres e tristes aventuras»⁶⁵³. E continua, em modo de aviso: «considere-a desde o berço até seu leito de morte, como aquela que exerce uma influência real sobre o destino dele, e, por conseguinte, sobre o destino das nações»⁶⁵⁴. Como podemos observar, com FLORESTA a mulher já surge como influenciadora, como a primeira educadora dos filhos, pelo que aconselha a que a ela o mundo patriarcal «dedique-lhe, por último, uma educação como exige a grande tarefa que ela deve cumprir na sociedade como o benéfico ascendente do coração; e a mulher será como deve ser, filha e irmã dedicadíssima, terna e pudica esposa, boa e providente mãe»⁶⁵⁵.

⁶⁵² AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira, *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, Editora Cortez, São Paulo, 1989: 129.

⁶⁵³ *Idem*, “A Mulher”, in *Cintilações de uma Alma Brasileira*, Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1997:117.

⁶⁵⁴ *Idem*, *Ibidem*.

⁶⁵⁵ AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira, “A Mulher”, in *Cintilações (...)*, 1997:117.

Para promover os novos ideais de afirmação da mulher, da sua valorização pessoal e da sua participação social, várias feministas, individualmente ou em grupo, formam associações, organizam-se, escrevem, difundem publicações, fazem conferências, com o objetivo claro de denunciar a situação das mulheres, uma «situação de inferioridade, quer legal, quer social, quer ainda cultural», e para a necessária alteração de uma situação que não dignificava a posição feminina na sociedade, nomeadamente através de «um processo de educação e de valorização a empreender urgentemente», afirma TAVARES DA SILVA⁶⁵⁶.

Como anteriormente referimos, no subcapítulo “2.1.1. Os movimentos feministas”, no período compreendido entre 1906 e 1908, constituíram-se associações de índole variada como, por exemplo: pacifistas, Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz (1906) e Comité Português de La Paix et le Désarmement par les Femmes (1906); feministas, Grupo Português de Estudos Feministas (1907); e republicanas, Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908), tendo como principais mentoras, mulheres escritoras, médicas e algumas professoras, nas quais destacamos ao longo deste trabalho Ana de Castro OSÓRIO e Emília de SOUSA COSTA. Em comum, todas tinham a ambição e o desejo de defender os direitos das mulheres e combater a condição de inferioridade e subalternidade que a sociedade lhes tinha reservado.

Com a progressiva tomada de consciência do universo feminino, também verificamos um outro facto: a filiação de mulheres na Maçonaria, com especial referência à Loja Humanidade (1907), e a participação em atividades ligadas ao Livre Pensamento, com a criação da Associação do Registo Civil, Junta Federal do Livre Pensamento, e a realização de Congressos. Também aqui convém relembrar a sua participação na propaganda republicana, que ocorria através dos Centros Escolares.

Nesta lógica do associativismo, João ESTEVES, na apresentação da comunicação “Dos Salões Literários ao Associativismo pacifista, feminista, maçónico, republicano e Socialista”, lança um dado incontornável que nos ajuda a perceber o nível de conhecimento da causa feminista em Portugal, uma vez que com a implantação da República, «havia já alguns anos de intensa experiência associativa, que serviram para amadurecer concepções políticas e feministas nem sempre concordantes»⁶⁵⁷. De acordo

⁶⁵⁶ SILVA, Maria Regina Tavares Da, “Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX”, in *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), s.l., s.e., 1983: 876.

⁶⁵⁷ ESTEVES, João, “Dos Salões Literários ao Associativismo pacifista, feminista, maçónico, republicano e Socialista”, Comunicação apresentada no Colóquio Internacional *Em Busca da História das Mulheres*, 4.º Encontro da APIHM, Vila Nova de Gaia, maio de 2001: 1.

com o historiador, com a mudança de regime, continuaram a surgir em Portugal, associações feministas, tais como a Associação de Propaganda Feminista (1911), o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914), republicanas – Associação Feminina de Propaganda Democrática (1915) –, e maçónicas – Grande Oriente Lusitano Unido e Loja Carolina Ângelo (1915).

Em 1912, com a fundação da União das Mulheres Socialistas (filiada no Partido Socialista) e «a criação de estruturas de apoio à intervenção de Portugal na 1.^a Grande Guerra», o campo de ação do associativismo feminista português alargou-se. Em 1914, surge a Comissão Feminina pela Pátria e, dois anos mais tarde, a Cruzada das Mulheres Portuguesas. No plano da solidariedade social, nasce, em 1912, a Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino e os Recreatórios Post-Escolares e, em 1917, as Ligas da Bondade, «todas elas reveladoras da capacidade de iniciativa de certos sectores femininos da sociedade»⁶⁵⁸.

Consciente da pobreza e carência social, económica e cultural das mulheres, nasce o Grupo Português de Estudos Feministas, liderado por Ana de Castro OSÓRIO. Contudo, este Grupo que se propunha essencialmente «divulgar os ideais feministas e explicar o seu significado», teve um tempo de vida útil limitado, pelo que «deve ser dado relevo à Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a primeira organização que se propôs defender o estatuto das mulheres, dentro dos ideais republicanos e em profunda ligação com o Partido Republicano e toda a movimentação política em curso», sublinha TAVARES DA SILVA⁶⁵⁹.

De entre as Associações por nós enumeradas, destacamos a ação da LRMP, pela importância que observamos da mesma na sociedade portuguesa, enquanto primeira organização que se propôs defender o estatuto das mulheres, dentro dos ideais republicanos e, em profunda ligação com o Partido Republicano e toda a movimentação política da época. Fundada em 1909, os objetivos da Liga, que os estatutos consignavam, eram, entre outros, os de «orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos, a mulher portuguesa [...] tornando-a um indivíduo autónomo e consciente; fazer propaganda cívica, inspirando-se no ideal republicano e democrático; promover a revisão das leis na parte que interessa especialmente a mulheres e a crianças»⁶⁶⁰.

⁶⁵⁸ *Idem, Op. cit.*, 2001: 2.

⁶⁵⁹ SILVA, Maria Regina Tavares Da, *Op. cit.*, 1983: 876.

⁶⁶⁰ *Cf.*, «Estatutos da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas», in *A Mulher e a Criança*, n.º 15, agosto de 1910.

Ainda de acordo com os estatutos, a LRMP «declarava lutar por novas leis sobre a mulher, a esposa e a criança», tais como: a igualdade entre os direitos da mulher, mais concretamente «a autonomia económica para a esposa, igualdade de direitos perante a lei e estabelecimento do divórcio, além de todo um programa de educação para o sexo feminino»⁶⁶¹. Deste modo, podemos considerar que nestes primeiros tempos da República, a Liga lutava também «pela concessão do direito de voto das mulheres» e existem documentos que dão conta de que «houve até quem preconizasse o serviço militar obrigatório para ambos os sexos»⁶⁶².

Deste grupo de mulheres organizadas que constituiu a Liga, saiu um outro, a Associação de Propaganda Feminista⁶⁶³, que deu continuidade ao trabalho de promoção da emancipação feminina, elevando a condição social da mulher portuguesa através de dois pilares fundamentais: a educação e a instrução.

Sobre a elevação da condição social das mulheres, através da educação e instrução, importa salientar que a mesma não seguia os mesmos padrões, nem seria de esperar que tivesse os mesmos critérios para as mulheres que compunham as diferentes classes sociais. As clivagens eram gritantes. Em ABRANTES, podemos constatar que «a

⁶⁶¹ MARQUES, A. H. De Oliveira, *História de Portugal. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, 13.ª Edição, Vol. III, Lisboa, Editorial Presença, setembro de 1998: 347 - 348.

⁶⁶² *Idem*, *Op. cit.*, 1998: 348.

⁶⁶³ Fundada em 12 de maio de 1911, por Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo, Maria Irene Zuzarte, Maria Laura Monteiro Torres e Rita Dantas Machado, entre outras, a Associação de Propaganda Feminista nasce, tal como já referimos, das divergências surgidas na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, potenciadas pela questão do sufrágio feminino. Tendo em conta a nova lei eleitoral da República, publicada em 14 de Março de 1911 - que concedia o voto a todos os cidadãos portugueses, maiores de 21 anos, chefes de família que soubessem ler e escrever - as feministas, embora desiludidas por a lei não explicitar o voto feminino, decidiram aproveitar a ambiguidade da mesma e, considerando-se cidadãs de pleno direito, algumas decidiram requerer o seu recenseamento nas listas eleitorais. Perante as dificuldades levantadas pela Comissão Eleitoral e a resposta negativa do Ministro do Interior, António José de Almeida, chamado a esclarecer a omissão legislativa no que respeitava ao sufrágio feminino, todas as mulheres desistiram da sua pretensão, exceto uma: Carolina Beatriz Ângelo. Médica de profissão, viúva, e mãe de uma filha menor, solicita o seu ingresso nos cadernos eleitorais, é inscrita como votante e vota efetivamente nas eleições de 1911 (eleição dos deputados para a Assembleia Constituinte). Resta acrescentar que o direito de voto foi assegurado a Carolina Beatriz Ângelo pelo juiz João Baptista de Castro, pai de Ana de Castro Osório e defensor das pretensões das feministas, o que de resto está patente no acórdão da sentença proferida no Tribunal da Boa Hora, em Lisboa, tal como podemos constatar: «[...]Considerando que o legislador, se quisesse excluir as mulheres do recenseamento eleitoral expressamente o podia e devia dizer tapando a porta que havia aberto com tanta franqueza e justiça; considerando que o legislador da última república proclamada no Mundo, correcta e dignamente se colocou a par dos governos mais civilizados, como alguns da América, Austrália e Escandinávia, verdadeiros precursores na cruzada da civilização; [...] Julgo procedente e provada a presente reclamação e mando que a reclamante seja incluída no recenseamento eleitoral em preparação no lugar e com os requisitos precisos. Intime-se». Cf., *A Mulher e a Criança*, n.º 23, abril de 1911. Deste modo, Carolina Beatriz Ângelo e torna-se a primeira mulher eleitora em Portugal e na Europa do Sul. Contudo, a lei eleitoral de 1913 volta a negar às mulheres o direito de voto que só muito mais tarde, já em pleno Estado Novo, lhe seria concedido, embora de forma muito limitada.

educação superior para as moças ricas era vista como um adorno dos ‘dotes naturais’⁶⁶⁴, ou seja, a sua formação não era pensada como um instrumento de empoderamento ou emancipação, nem tão pouco, como uma ferramenta que num futuro a habilitasse ao exercício de uma profissão.

No que diz respeito às mulheres de classe média, a mesma autora lembra que «se situavam entre os discursos que apontavam a educação como seu novo dote, para ‘arranjar marido’ ou para substituí-lo em caso de necessidade»⁶⁶⁵. Em relação às mulheres pobres, a verdade é que precisavam de lutar diariamente sozinhas, tanto pelo seu ‘pão nosso de cada dia’, como «pelo seu “dote de cada dia”»⁶⁶⁶, pois a sua sobrevivência dependia, única e exclusivamente, da força do seu trabalho.

Com as novas oportunidades educacionais e a expansão do setor terciário (serviços/comércio) abre-se uma janela de oportunidades, uma vez que estamos perante atividades económicas que «propiciaram uma ampliação do acesso feminino à educação e ao mercado de trabalho, especialmente para as mulheres das camadas médias»⁶⁶⁷. No artigo de ABRANTES, confirmamos que «o acesso aos cursos secundário e superior representava ascensão social para as moças de classe média e oportunidade de realizarem bons casamentos ou obterem melhores empregos. As trabalhadoras pobres continuavam a ocupar os postos nas fábricas, no trabalho doméstico ou de ambulantes»⁶⁶⁸.

Ainda assim, importa chamar a atenção para o facto de ainda (co)existirem grupos sociais que acreditavam que o mundo laboral «era uma ameaça à honra feminina», e havia ainda quem responsabilizasse o trabalho da mulher ‘fora de casa’, como a causa para a destruição da família, pois «não seria mais uma esposa cuidadosa com a casa e o marido e muito menos uma mãe presente na criação e educação dos filhos»⁶⁶⁹. Mas, havia mais. Para os mais céticos, as mulheres trabalhadoras corriam o sério o risco de se tornarem solteironas, pois, para estes, «a mulher que desejava um esposo não era a mulher que procurava um emprego»⁶⁷⁰.

Nas considerações finais do artigo assinado por ABRANTES, uma vez mais é vincada a opinião de que a escolarização das mulheres «foi um instrumento nas estratégias de mobilidade social das classes trabalhadoras», admitindo ainda um outro facto, ao qual

⁶⁶⁴ ABRANTES, Elizabeth Sousa, “A instrução feminina como dote moderno (...), 2017: 11.

⁶⁶⁵ *Idem, Ibidem.*

⁶⁶⁶ ABRANTES, Elizabeth Sousa, *Op. cit.*, 2017: 11.

⁶⁶⁷ *Idem, Ibidem.*

⁶⁶⁸ ABRANTES, Elizabeth Sousa, *Op. cit.*, 2017: 11.

⁶⁶⁹ *Idem, Ibidem.*

⁶⁷⁰ ABRANTES, Elizabeth Sousa, *Op. cit.*, 2017: 11.

nos associamos, de que a mesma foi fulcral para a «reprodução das famílias burguesas que pretendiam dotar as suas filhas com uma bagagem escolar como uma forma de superar a ausência de dote material»⁶⁷¹. Esta não será uma realidade apenas no ‘Novo Mundo’.

Em Portugal, tal como no Brasil, o ingresso das mulheres em cursos marcadamente masculinos, como por exemplo a licenciatura em Direito ou Medicina, aliado ao fenómeno que já amplamente analisamos da feminização do ensino, vão servir, sobretudo para «as mulheres das camadas médias e altas» das duas sociedades, para negociar melhores pretendentes no mercado matrimonial. O diploma garantia o ‘dote intelectual’, o que na realidade se traduzia num futuro com outras garantias, pois «era capaz de atrair pretendentes mais qualificados social e economicamente»⁶⁷². A estas ‘visões’ juntam-se vozes e vontades dissonantes, neste e no outro lado de lá do Atlântico, que importam trazer para este trabalho.

Não terá sido, no nosso entender, por acaso, que também no movimento feminista assistimos a desentendimentos, cisões e abandonos – o exemplo mais perto de nós, é o da Liga Republicana, que se extingue em 1919 –, ao mesmo tempo que se procedia à fundação de outras organizações. Em 1911 é criada a Associação de Propaganda Feminista; em 1914 fundou-se o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas; em 1915, a Associação Feminina de Propaganda Democrática; em 1917, para apoiar o esforço de guerra, Ana de Castro OSÓRIO funda a Cruzada das Mulheres Portuguesas.

Sobre a CMP, Isabel LOUSADA, no artigo “Pela Pátria: a Cruzada das Mulheres Portuguesas”, revela que a mesma «integrou um grupo de notáveis mulheres portuguesas que quiseram responder a um repto pela Pátria», num momento, por todos considerado «particularmente difícil da História»⁶⁷³ de Portugal. Segundo a investigadora, a partir da Cruzada é possível assistirmos ao reencontro de mulheres que tinham vivido «largos anos sem se cruzarem»⁶⁷⁴, como por exemplo: «Ana de Castro Osório, que regressara do Brasil em 1914, após a morte de seu marido, Paulino de Oliveira, e Sofia Quintino, a médica com quem partilhara afinidades e tarefas no âmbito da Associação Livre Pensamento,

⁶⁷¹ *Idem, Ibidem.*

⁶⁷² ABRANTES, Elizabeth Sousa, *Op. cit.*, 2017: 11.

⁶⁷³ LOUSADA, Isabel, “Pela Pátria: a Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1938)”, in *XIX Colóquio de História Militar: “100 anos de regime republicano: políticas, rupturas e continuidades”*, IX Sessão, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar – Ministério da Defesa Nacional, 2011: 667. [Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/7007/4/11_IX_sessao_10_isabel_lousada.pdf, acedido a 8 de junho de 2012].

⁶⁷⁴ *Idem, Op. cit.*, 2011: 677.

muito em particular na defesa da tese Feminismo, apresentada ao Congresso Nacional do Livre-Pensamento (19-22 abril, 1908)»⁶⁷⁵.

Foi a Guerra e o ideal de apoio aos soldados que nela participavam, que as aproximou, de novo. No entanto, importa referir que Sofia Quintino, «a obreira capaz de dirigir superiormente os primeiros cursos de enfermagem, de modo a poderem ser preparadas as mulheres (...) que pretendessem ir para a frente de combate auxiliando os feridos»⁶⁷⁶, nunca irá integrar a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

Para dar resposta à necessidade de se promover a organização de um movimento autónomo, de carácter nitidamente feminista, e na linha dos movimentos e organizações existentes em grande número de países, é criado, em 1914, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas⁶⁷⁷. Trata-se da organização de maior e mais longo impacto no movimento para a emancipação da mulher em Portugal, com filiação no Conselho Internacional das Mulheres e, mais tarde, na Aliança Internacional para o Sufrágio das Mulheres. Dentro de uma lógica de ação doutrinária, reivindicativa, cultural e educativa – e de acordo com os Estatutos aprovados e publicados no próprio boletim oficial –, o CNMP chamava a si, entre outros objetivos, «(...) defender tudo o que diga respeito ao melhoramento das condições materiais e morais da mulher, especialmente a proletária, remuneração equitativa do trabalho, protecção à criança contra os maus tratos e exigência de trabalho superior às suas forças; higiene das grávidas e puérperas (...)»⁶⁷⁸. Mas, não só. Através do CNMP, intensificava-se a luta contra o tráfico e a prostituição de mulheres, «(..) repressão do tráfico de brancas; protesto contra a prostituição de menores e investigação dos meios de a evitar [...] [e ainda] pôr incondicionalmente o seu esforço ao serviço de todas as ideias que possam concorrer para o bem-estar da mulher em particular, e da humanidade em geral»⁶⁷⁹.

Sobre o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, já muito se tem escrito, pelo que optamos por fazer referência à existência de duas dissertações de Mestrado sobre “Estudos sobre Mulheres”, a primeira de 2007, realizada por Célia Rosa Batista Costa, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) – Uma organização*

⁶⁷⁵ *Idem, Ibidem.*

⁶⁷⁶ LOUSADA, Isabel, *Op. cit.*, 2011: 678.

⁶⁷⁷ O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas foi mandado encerrar em 1947, por ordem de Salazar.

⁶⁷⁸ Cf., “Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas”, in *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, nº 1, de novembro de 1914.

⁶⁷⁹ *Idem, Ibidem.*

*Feminista*⁶⁸⁰, e a segunda, mais recente, de 2013, de Rosa de Lurdes Matias Pires Correia, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: a principal associação de mulheres da primeira metade do século XX (1914 – 1947)*⁶⁸¹.

No terceiro capítulo da tese defendida na Universidade Nova de Lisboa, CORREIA remete-nos para os contactos que o CNMP estabelece com o movimento feminista internacional. A partir da pesquisa realizada, a autora refere como indicadores do internacionalismo do Conselho «a participação em congressos sob a tutela das duas organizações internacionais americanas», que após a sua fundação, a associação vai filiar-se, «no ICW e, posteriormente, na IWSA»⁶⁸², ou seja, na International Council of Women e na International Women Suffrage Alliance, respetivamente. Também COSTA é chamada a confirmar o internacionalismo do Conselho. Segundo a autora, «(...) as solicitações à participação do CNMP em eventos no estrangeiro, ao longo de vinte anos, foram em número de dezasseis, sendo doze referentes a solicitações para a participação em congressos; duas referentes à participação em conferências e duas referentes à participação em reuniões»⁶⁸³.

Ainda assim, o CNMP não conseguiu estar presente em todos os eventos. Muito certamente devido a razões de falta de tesouraria e, pela falta de apoio financeiro do governo português, que não patrocinava as deslocações das delegadas aos eventos feministas realizados no estrangeiro. Porém, CORREIA dá conta de uma exceção. A primeira, em 1923, a segunda, em 1925, conforme podemos observar: «Somente em 1923, uma portuguesa conseguiu participar em reuniões internacionais. Adelaide Cabete, na qualidade de presidente do Conselho e representante do governo português, esteve presente no Congresso Internacional Feminista de Roma, promovido pela IWSA. Dois anos mais tarde, voltaria a representar a associação e o governo na reunião internacional organizada pelo ICW e que teve lugar em Washington»⁶⁸⁴.

De acordo com a mesma investigadora, «o envio do seu órgão de propaganda a outros conselhos nacionais», bem como «a outras organizações feministas

⁶⁸⁰ COSTA, Célia Rosa Batista, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) – Uma organização Feminista*, Universidade Aberta, Lisboa, 2007.

⁶⁸¹ CORREIA, Rosa de Lurdes Matias Pires, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: a principal associação de mulheres da primeira metade do século XX (1914 – 1947)*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres. As Mulheres na Sociedade e na Cultura, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

⁶⁸² *Idem*, *Op. cit.*, 2013: 60.

⁶⁸³ COSTA, Célia Rosa Batista, *Op. cit.*, 2007:109.

⁶⁸⁴ CORREIA, Rosa de Lurdes Matias Pires, *Op. cit.*, 2013: 60.

internacionais»⁶⁸⁵, são outros dos indicadores do internacionalismo do CNMP. Em contrapartida, ao Conselho chegavam de várias origens – Europa, América, África e Austrália –, «jornais, revistas e livros e a criação de cursos de esperanto, francês e inglês destinados às sócias da associação»⁶⁸⁶. Eram, em nosso entender, muito mais do que trocas ou simples partilhas. Eram permutas que permitiam abrir horizontes às mulheres portuguesas, sobretudo às que eram associadas do Conselho. Segundo CORREIA, a partir destas trocas era possível «estar a par dos acontecimentos que ocorriam fora do país, dar a conhecer às sócias o movimento feminista através da transcrição de artigos e de notícias publicadas no boletim e divulgar as atividades e as reivindicações da associação no estrangeiro»⁶⁸⁷. As publicações eram divulgadas através das secções «“Biblioteca”, “Biblioteca Feminina”, “Notícias do Estrangeiro”, “Pelo Mundo Além” e “Bibliografia”»⁶⁸⁸.

Resta acrescentar que é inequívoco o prestígio internacional do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, sendo facilmente comprovado quer «pelos convites endereçados a algumas dirigentes da associação para colaborar na imprensa internacional feminista», quer pelos artigos publicados nessa mesma comunicação social, «elogiando as iniciativas fomentadas pela associação e pelos convites feitos às suas associadas por instituições internacionais»⁶⁸⁹.

Antes de analisarmos os ecos do movimento feminista internacional no Brasil, importa relembrar que, após a independência do país, em 1822, e uma longa história de escravatura, esta foi abolida a 13 de maio de 1888, através da publicação da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel (1846-1921), filha de D. Pedro II, que será a primeira mulher a administrar o Brasil. Ora, tratando-se de um trabalho sobre mulheres, do lado de cá, e do lado de lá do Atlântico, importa referir que durante a sua regência, D. Isabel foi ainda responsável pela assinatura de um outro diploma importante, a Lei do Ventre Livre (1871), que estabelecia a liberdade para os filhos dos escravos nascidos após essa data. Era, de facto, admiradora da causa abolicionista. Destacou-se na defesa da libertação dos escravos, mas também pelos direitos das mulheres, valores que mereceram toda a sua atenção, até às vésperas da implantação da República (1889). Pela frente, o Brasil tinha um longo caminho a percorrer, de afirmação nacional e de construção de uma identidade

⁶⁸⁵ *Idem*, *Op. cit.*, 2013: 61.

⁶⁸⁶ *Idem*, *Ibidem*.

⁶⁸⁷ CORREIA, Rosa de Lurdes Matias Pires, *Op. cit.*, 2013: 61.

⁶⁸⁸ *Idem*, *Ibidem*.

⁶⁸⁹ *Idem*, *Op. cit.*, 2013: 61.

brasileira, que ainda glorificava o passado. Este é um facto que estabelece uma grande diferença em relação a Portugal. Não queremos com isto dizer que a sua história regista atrasos, mas antes afirmar que a História do Brasil tem a sua própria trajetória, o seu próprio percurso, umas vezes mais próxima, outras vezes mais distante do caminho percorrido pelo seu país irmão, Portugal, mas sempre a ser devidamente escrita, com registos que respeitam o seu tempo, as suas pessoas e a sua circularidade⁶⁹⁰.

Na introdução à obra *Os Delictos Contra a Honra da Mulher. Adulterio – Defloramento. Estrupo. A Sedução no Direito Civil*, Viveiros de CASTRO considera que «o respeito pela honra da mulher não é um sentimento innato ao homem e sim uma conquista da civilização, a victoria das ideias moraes sobre a brutalidade dos instinctos», e, relembra, em 1872, que gerações de mulheres brasileiras viveram destituídas de capacidade e de vontade própria, pois «nos povos primitivos, a mulher é uma escrava do homem, uma besta de trabalho, moureja e sua para sustentá-lo, docil instrumento dos seus caprichos e desejos, vegeta na polygamia dos serralhos, degrada-se na polyandria, na promiscuidade»⁶⁹¹. Se não, vejamos:

Salvo raras excepções, assim os entendem os próprios textos das constituições políticas das democracias deste continente, que não excluem a mulher da cidadania. (...) Nem a esclarecida justiça de V. V. Exs. negará que a mulher brasileira é um factor importante para o progresso do nosso paiz. Deixando de lado as heroínas da história pátria e as mulheres contemporâneas que sobresaem nas artes, nas sciencias, nas letras, nas obras sociaes e de caridade, pedimos que voltem as vistas para a mulher brasileira que trabalha anonyma, efficaz, modesta e paciente, em todos os ramos da actividade⁶⁹².

Na obra *A Mulher Portuguesa*, Eduardo LUCCI retrata a mulher lusa como um misto de anjo e demónio, muito à semelhança do que sucede em toda a literatura portuguesa da altura. Para o autor essa força e grandeza, que caracterizam as mulheres portuguesas, torna-as naturalmente aptas tanto a fazer o bem como o mal, levando o homem por

⁶⁹⁰ Sobre esta circularidade de pessoas e bens, de ideias e ideais, de lutas e manifestações variadas, vide BRAGANÇA, Aníbal, O editor de livros e a promoção da cultura lusófona a trajetória de Francisco Alves (1848-1917), in Conferência Internacional Interfaces da Lusofonia, Universidade do Minho, Braga, 2013: 106-107; BRAGANÇA, Aníbal, *Rio de Janeiro, Paris et Lisbonne - La présence de Francisco Alves dans le monde éditorial européen*, in COOPER-RICHET, D.; MOLLIER, J-Y. (Org.), *Le commerce transatlantique de librairie, un des fondaments de la mondialisation culturelle (France, Portugal, Brésil, XVIII-XX siècle)*, 1.^a Ed., Publiel/IEL/Unicamp, Campinas – SP, 2012: 31-45.

⁶⁹¹ CASTRO, Viveiros de, *Os Delictos Contra a Honra da Mulher. Adulterio – Defloramento. Estrupo. A Sedução no Direito Civil*, João Lopes da Cunha Editor, Rio de Janeiro, 1897: 3.

⁶⁹² *Idem, Ibidem.*

caminhos ambíguos, que o podem condenar a uma ‘ascensão gloriosa’ ou a uma ‘derrocada trágica’. Este, no seu entender, é o «resultado para que se encaminha o contínuo esforço do homem, causa da sua actividade e aspiração do seu espírito, é a mulher quem, com a grandeza do infinito bem, ou a grandeza do infinito mal, nos conduz pela vida fôra numa ascensão gloriosa, ou numa derrocada trágica (...)»⁶⁹³. Por este motivo, LUCCI considera que a mulher é sempre tratada com ingratidão: «A Shakespeare ligaram um espírito – um “andador”, e a Sócrates, outro espírito – o “demónio”, porque só pela interferência do sobrehumano lhes admittiam as concepções. Não deve, portanto, causar reparo dizer-se que a mulher tem sido sempre, e sempre será, o “espírito familiar” do homem»⁶⁹⁴. Ainda que se reconheça que «O que elle produz de grande é ella quem lh’o inspira, o que parece ir além das suas forças vem da força que ella irradia. A ingratidão do homem para com a mulher tem sido, porém, enorme. Não passa sem ella e diz mal d’ella»⁶⁹⁵.

Contrariamente ao reconhecimento dado pelo homem à condição feminina, no mundo das artes, o jornalista e dramaturgo português sublinha que a imagem da mulher projetada na literatura do século XX ainda se encontra refém dos ‘topoi’ ou lugares comuns que se foram formando, desde a Antiguidade Clássica. Na mesma obra, LUCCI recorre à leitura dos clássicos e exemplifica: «os libellos accumulam-se com uma injustiça que apavóra. Eurípedes põe na bôca de Hippolyto as mais flagelladoras apostrophes, que alguma vez contra ella foram proferidos»⁶⁹⁶. De acordo com o autor, é preciso não esquecer que desde Eurípedes se afirma que «tudo quanto o homem tem de mau vem da mulher»⁶⁹⁷. E é através do mesmo autor clássico que explica o porquê deste peso que carregam as mulheres: «Porque – ó deuses immortaes! – não foi dado ao homem o poder de gerar o homem de uma pedra, de um pedaço de ouro, de um tronco de arvore e não de um ventre de mulher?»⁶⁹⁸.

Ao mesmo se assiste quando «Aristophanes, por intermédio de Mnesiloco, nas “Festas de Ceres e de Proserpina”, simulando defendê-la, quasi sobreleva Euripedes no ataque»⁶⁹⁹, refere. Contudo, os ataques feitos às mulheres não se ficam por aqui.

⁶⁹³ LUCCI, Eduardo Schwalbach, *A Mulher Portuguesa*, Livraria Chardron, de Lélo & Irmão Editores, Porto, 1916: 6.

⁶⁹⁴ *Idem, Ibidem.*

⁶⁹⁵ *Idem, Op. cit.*, 1916: 7.

⁶⁹⁶ *Idem, Ibidem.*

⁶⁹⁷ LUCCI, Eduardo Schwalbach, *Op. cit.*, 1916: 7.

⁶⁹⁸ *Idem, Ibidem.*

⁶⁹⁹ *Idem, Ibidem.*

Strindeberg, nos *Casados e Descasados*, «accusa-a de só afagar para morder», e no *Pae* «a violência contra ella mantem-se constante e formidável», como a de Nietzsche, no *Assim Falava Zarathustra*, na *Genealogia Moral* e em *O Viajante e a Sombra*, enuncia⁷⁰⁰.

Ainda assim, Eduardo LUCCI afirma que «por ela o homem crê, por ela descrê, por ela assassina, por ela morre»⁷⁰¹. Mas, tal como questionou Nicola CHIAROMONTE, jornalista e escritor italiano, «a che cosa crediamo?»⁷⁰². Em género de resposta, apesar de se tratar de uma questão que nos remete para uma certa ambiguidade, «rischiamo, cioè, di affermare di credere in una quantità di cose in cui di fatto non crediamo più, o non crediamo veramente, ma pensiamo di dover credere» e sobretudo «dire che ci crediamo», pois caso contrário «se non vogliamo far figura di non credere in nulla», o que equivaleria «a una confessione d'impotenza morale»⁷⁰³.

De acordo com LUCCI – que recua à Idade Média para contextualizar a finalidade da sua obra –, a mulher lusa, a quem a literatura sempre retratou como um misto de anjo e demónio, não passava de um objeto de luxo, destinado à reprodução sexual, que era exibido na sociedade por um marido que era o único dono do amor profano. Através do autor, verifica-se que as mulheres portuguesas, desde a «idade média era escrava do homem pelo corpo e de Deus pelo espírito»⁷⁰⁴, o que analisado à luz da moral do início do século XX e, conforme cita o autor, com o «respeito de agora, magôa-nos»⁷⁰⁵. Ainda assim, LUCCI faz questão de anotar na sua obra que «o homem não a insultava, não lhe batia, não a violava sem a lei lhe tomar contas. Magôa-nos, doe-nos, mas os factores sociaes não lhe permitiam que fôsse outra, porque nem ella, nem o seu amor estavam dignificados»⁷⁰⁶.

Tendo em conta o quadro traçado por Borges de Macedo, o ambiente português, nos finais do século XVIII, princípio do XIX, «nos meios letrados de menor responsabilização para com o Estado – e, portanto, de maior impacte público –, era ou anticlerical, sobretudo nas cidades de Lisboa ou Coimbra, ou, «tomava o aspeto de uma exigência ontológica naturalista ou de testemunho espiritual para a formação humana assente numa vivência que se bastava a si mesma»⁷⁰⁷.

⁷⁰⁰ LUCCI, Eduardo Schwalbach, *Op. cit.*, 1916: 7-8.

⁷⁰¹ *Idem, Ibidem.*

⁷⁰² CHIAROMONTE, Nicola, *Credere e Non Credere*, Il Mulino, Bologna, 1993: 214.

⁷⁰³ *Idem, Ibidem.*

⁷⁰⁴ LUCCI, Eduardo Schwalbach, *Op. cit.*, 1916: 8.

⁷⁰⁵ *Idem, Ibidem.*

⁷⁰⁶ LUCCI, Eduardo Schwalbach, *Op. cit.*, 1916: 9.

⁷⁰⁷ MACEDO, Borges de, “O anti-clericalismo em Portugal no século XIX. Ensaio de uma perspectiva sociológica”, in *Communio - Revista Internacional Católica*, n.º 5, Ano II, Lisboa, 1985: 442.

Neste contexto, eclode, em Portugal, a Revolução de 1820. Em muitos aspetos, podemos compará-la à Revolução Francesa (1789), pois, para a História de Portugal a data assinala a verdadeira viragem do século XVIII para o XIX, na medida em que se assiste à afirmação de um homem novo: o cidadão liberal. Perante este enquadramento sociopolítico, que será definido por um sistema de garantias individuais constitucionalmente consagrado, numa ‘civilização nova’. Será neste cenário de uma sociedade liberta das opressões e dos fanatismos do passado – e aberta às Luzes do progresso e da razão –, que uma nova realidade se apresenta⁷⁰⁸. Mesmo que vanguardistas, a verdade é que os homens de 1820 «eram filhos da transição do século XVIII para o século XIX, e não da transição do século XIX para o século XX»⁷⁰⁹.

Por tudo isto, ainda voltamos a LUCCI, pois este jornalista e dramaturgo português admite que o vintismo corrige a ‘depravação’ de como eram retratadas as mulheres, na medida em que este é o período em que «a mulher volta ao lar, faz-se dona de casa; a educação doméstica reveste-se de gravidade, prega-se a virtude. Em auxílio d’este esforço entram o romantismo francez e inglez. Chateaubriand exalta a mãe e exclama: “Aleitar os filhos é a maior beleza!” E então as mulheres vão para os bailes levando os filhos ao colo e dão-lhes de mamar diante de toda a gente. É a sua segunda dignificação»⁷¹⁰.

Com LUCCI verificamos que a mulher portuguesa «apresenta-se-nos no século XX, ora ponto de interrogação, ora de exclamação reveladora»⁷¹¹, pelo que adianta que «talvez não erre classificando a mulher de hoje – a mulher anciosa. É a anciedade o que a domina, anciedade de saber; anciedade de dirigir a sua vida, anciedade de inteira libertação, anciedade de atingir o ideal, que para si própria creou»⁷¹².

No que diz respeito ao tratamento dado pelo homem à mulher portuguesa, no campo da literatura e cultura, o autor constata que «quanto mais culto, mais impiedoso, vituperando-a com affrontosas opiniões e algemando-a com as leis por elle próprio fabricadas». Porém, «nesta terra, eternamente fertilizada pelo vosso pranto e florescida

⁷⁰⁸ «Espiritualmente, 1820 marca a viragem do século XVIII para o século XIX. É um termo e um início – dois momentos que podem intelectualmente isolar-se, um acentuado a dissolução moral do Antigo Regime, outro conduzindo-nos para uma alvorada. O grande tema ideológico e sentimental em 1820 era o câmbio do súbdito pelo cidadão, a substituição dos direitos majestáticos pela soberania nacional, o desterro do édito pela Lei». Cf., CARVALHO, Joaquim de, “Formação da Ideologia Republicana (1820-1880)”, in *História do Regimen Republicano em Portugal*, (Ed. De Luís de Montalvor), Vol. I, Lisboa, 1930:164.

⁷⁰⁹ SARDICA, José Miguel, “O Vintismo perante a Igreja e o Catolicismo”, in *Penélope*, n.º 27, 2002: 133.

⁷¹⁰ LUCCI, Eduardo Schwalbach, *A Mulher (...)*, 1916: 27.

⁷¹¹ *Idem*, *Op. Cit.*, 1916: 28.

⁷¹² *Idem*, *Op. Cit.*, 1916: 29.

pelo vosso riso – ó querida e boa mulher portuguesa! – talvez porque assim o sois, nunca se disse grande mal a vosso respeito, nem a lei foi das mais precárias para vossa defesa»⁷¹³, assegura: «(...) – Ó mulher portuguesa, pelas evoluções que tendes percorrido, vós fostes, sois e haveis de continuar a ser o viço do nosso olhar, o paladar da nossa bôca, a música dos nossos ouvidos, o verdadeiro corpo da nossa alma e acima de tudo a raiz de toda a nossa poesia e alento da nossa pátria»⁷¹⁴.

Tal como já tivemos oportunidade de referir, a mulher brasileira não se encontrava na mesma condição que as mulheres europeias e, muito em particular, com a mulher lusa. Emília de Sousa Costa e Ana de Castro Osório vão encontrar no Novo Mundo uma mulher resignada, cuja condição era ‘oficialmente’ inferior à dos homens e que dava indicações de aceitação e de uma certa conformidade para com essa ‘sorte’.

Numa visita que realiza à Igreja da Imaculada Conceição, SOUSA COSTA destaca uma certa cordialidade no campo das regras sociais, do mundo masculino, em relação ao universo feminino: «Mais uma vez em realce a urbanidade impecável do brasileiro com a mulher. Lê-se à entrada desta igreja um aviso: “Os homens ficam nas primeiras bancadas à entrada”. Para reservarem os melhores lugares, os menos incómodos, às senhoras»⁷¹⁵. Essa posição de ‘urbanidade impecável’, como classifica SOUSA COSTA, é, a nosso ver, a prova comprovada da subalternização das mulheres brasileiras. Na igreja, como em casa. O não querer incomodar seria o não dar lugar ao desacomodar. É de inferir que dessa posição se justifique a fragilidade do movimento feminista brasileiro, tal como já tivemos oportunidade de abordar, no II Capítulo, mais concretamente nos subcapítulos: 2.1. “*Feminismos*: origens, influências e diferenças” e 2.1.1. “Movimentos feministas”.

Na mesma obra, SOUSA COSTA caracteriza a «situação da Mulher no Brasil», recorrendo a uma fórmula simples, que de forma subtil a responsabiliza, e que, na sua leitura, «sintetiza-se em breves palavras», conforme podemos ler: «Rainha constitucional em todos os lares. Soberana absoluta na sociedade elegante. Senhora venerada em todo o convívio social. Juridicamente atrasada. Intelectualmente num caminho falso, porque se está desnacionalizando. É bem? É mal? Um caso íntimo, tão particular, só ela tem competência para o tratar»⁷¹⁶.

Nessa lógica, dá o exemplo da associação feminista carioca, a Legião da Mulher

⁷¹³ LUCCHI, Eduardo Schwalbach, *Op. cit.*, 1916: 8.

⁷¹⁴ *Idem*, *Op. cit.*, 1916: 29.

⁷¹⁵ COSTA, Emília de Sousa, *Como Eu Vi o Brasil*, 2.^a Edição, Edição da Empresa Diário de Notícias, 1926:108.

⁷¹⁶ *Idem*, *Op. cit.*, 1926: 108-109.

Brasileira, não ter mais do que três centenas de associadas: «A “Legião da Mulher Brasileira” – associação feminista – conta apenas trezentas associadas, no Rio. Isto denota, pelo menos, uma resignada conformidade com a injustiça das leis, se acaso essa injustiça se faz sentir»⁷¹⁷.

Na análise crítica que faz ao universo feminino brasileiro, comparando-o, com critérios de análise similares ao português, SOUSA COSTA demonstra, em nossa opinião – apesar da sua inequívoca «intensa simpatia» e «enternecida devoção pelo Brasil»⁷¹⁸ –, o incômodo que sente relativamente à falta de adesão à causa feminista pelas próprias mulheres brasileiras. Esse enamoramento, pelo lado de lá do Atlântico, não a impede de reagir, criticando, admitindo mesmo que «não tolhem ao [seu] meu espírito, orgulhoso sempre da sua independência, o direito racional e legítimo da crítica imparcial»⁷¹⁹. Em género de justificação, concretiza: «Fixo as senhoras. Não encontro uma diferença muito sensível no tipo da portuguesa e da brasileira. Há morenas e alvas. Olhos negros e azues, garços e esverdeados. Predomina, como entre nós no sul, a tez morena, olhos côr de bronze, ou negros»⁷²⁰. Contudo, sublinha que «há, porém, no fundo de todos os olhos femininos brasileiros um mistério que eu, talvez por ser mulher, não sei desvendar. Esses olhos lembram-me não sei porquê, cirios a arder perenemente em sensualidades capitosas. A languidez dos movimentos, um pouco oriental, torna as mulheres ondulantes e flexíveis como palmeirinhas tenras»⁷²¹.

Na leitura do universo feminino brasileiro, SOUSA COSTA clarifica que «mesmo as senhoras adiposas assumem por esse motivo um ar tão infantil, tão mimoso, tão frágil, que nos confunde e nos retém nos lábios qualquer tentativa de conversa, fóra dos limites de assuntos leves, graciosos, caracterisadamente femininos», pois, vê nas mulheres brasileiras, tal como nas suas conterrâneas, mas «mais do que entre nós», sublinha, uma evidência que as caracteriza: «o ‘francesismo’»⁷²².

Irene M. VAQUINHAS, no artigo “Estudos sobre a História das Mulheres em Portugal: as grandes linhas de força no início do século XXI”, aborda a evolução do processo emancipacionista português, enquanto movimento organizado. Segundo a investigadora, o movimento feminista «irrompe «na sociedade portuguesa no contexto da

⁷¹⁷ COSTA, Emília de Sousa, *Op. cit.*, 1926: 109.

⁷¹⁸ *Idem*, *Op. cit.*, 1926: 40.

⁷¹⁹ *Idem*, *Ibidem*.

⁷²⁰ COSTA, Emília de Sousa, *Op. cit.*, 1926: 40.

⁷²¹ *Idem*, *Ibidem*.

⁷²² COSTA, Emília de Sousa, *Op. cit.*, 1926: 39-40.

crise do sistema monárquico que antecedeu a implantação da República»⁷²³. Neste sentido, é de fácil entendimento que o mesmo tenha saído favorecido do ponto de vista da relação com o novo poder político, o republicanismo, bem como a sua aproximação natural «a outras forças democráticas, como a Maçonaria»⁷²⁴, conforme já tivemos oportunidade de referir.

Na mesma publicação, a historiadora recorda as aspirações de carácter social, como a instrução, os direitos civis, etc., do movimento feminista português, fundamentadas «na tradicional argumentação maternalista»⁷²⁵. E dá exemplos concretos: «As organizações de mulheres, como a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908/9-1919), a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918) ou o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) têm sido objeto de pesquisas, fruto sobretudo de uma análise exaustiva dos seus órgãos de propaganda»⁷²⁶.

Paralelamente, VAQUINHAS admite que «se avançou no conhecimento do feminismo libertário dos anos vinte», sob o ponto de vista das suas «contradições e confrontos no contexto do quadro político e ideológico»⁷²⁷ das décadas em análise. A investigadora refere ainda que «se tem investido no contributo das próprias mulheres para a elaboração dos discursos antifeministas, em particular o tradicional discurso da domesticidade que reforçava a separação dos espaços públicos e privados e as confinava ao universo do lar e da família»⁷²⁸.

A partir de 1926, com a implantação da Ditadura Militar, VAQUINHAS sublinha o facto de não se ter proibido «a atividade de movimentos de mulheres», admitindo mesmo que o novo regime imposto «abriu a esfera política a uma pequena elite de mulheres»⁷²⁹. O mesmo, podemos observar a partir de 1933, com o Estado Novo ou Segunda República Portuguesa. Neste novo regime político Salazarista, autoritário, autocrata e corporativista, VAQUINHAS regista «uma abertura que ocorreu num contexto hostil aos direitos sociais

⁷²³ VAQUINHAS, Irene M., “Estudos sobre a História das Mulheres em Portugal: as grandes linhas de força no início do século XXI”, in Revista Internacional Interdisciplinar *INTERthesis*, Florianópolis, v.6, n.1, jan./jul., 2009: 251. [Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271162861_Estudos_sobre_a_historia_das_mulheres_em_Portugal_as_grandes_linhas_de_forca_do_seculo_XXI/link/57bd0b2908ae6c703bc52b9b/download, acessado a 16 de setembro de 2019].

⁷²⁴ *Idem, Ibidem.*

⁷²⁵ VAQUINHAS, Irene M., *Op. cit.*, 2009: 251.

⁷²⁶ *Idem, Ibidem.*

⁷²⁷ VAQUINHAS, Irene M., *Op. cit.*, 2009: 252.

⁷²⁸ *Idem, Ibidem.*

⁷²⁹ VAQUINHAS, Irene M., *Op. cit.*, 2009: 252.

e civis adquiridos pelas mulheres durante a I República»⁷³⁰.

3.2. Direitos civis: A trilogia feminina “Família, Casamento e Divórcio”

O século XIX, no Novo e no Velho Mundo, ficou conhecido como o ‘século de ouro’ da vida privada. A noção de ‘intimidade’ ganha outra dimensão, talvez muito por conta do progresso da própria consciência individual, que vai ganhando consistência primeiro nos grupos sociais mais elevados e, depois, de forma progressiva vai-se manifestando nos meios populares, tantos nos espaços rurais, como nas grandes cidades⁷³¹.

Para podermos avançar para o campo dos direitos civis, no que às mulheres diz respeito, temos que ter presente uma análise mais alargada, não só do ponto de vista social, mas sobretudo económico, que nos permita orientar quanto ao seu posicionamento, na família, no casamento e no divórcio⁷³². Teriam elas condições para fazer diferente?

Conceição Andrade MARTINS, no artigo “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”, refere que o crescimento económico e a modernização do país verificados durante o período em análise no presente trabalho – a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX – «não foram suficientes para recuperar do atraso relativamente aos países europeus mais desenvolvidos»⁷³³. Regista-se mesmo, segundo a autora, uma «nítida desaceleração do crescimento a partir de finais da década de 1880»⁷³⁴, conforme podemos observar:

Os anos 1890 foram mesmo de recessão económica: o produto interno bruto, a preços correntes, cresceu apenas 1,6% ao ano entre 1889 e 1899, enquanto na década anterior tinha aumentado 3,3% ao ano e a preços constantes (de 1914) diminuiu naqueles anos; a produção industrial, a preços constantes, decresceu

⁷³⁰ *Idem, Ibidem.*

⁷³¹ Cf., MATTOSO, José (Dir.); VAQUINHAS, Irene M. Montezuma (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*, Vol. III, Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2011: Introdução.

⁷³² Cf., CORDEIRO, António Menezes, “Divórcio e Casamento na I República: questões fraturantes como arma de conquista e de manutenção do poder pessoal?”, in *Divórcio e Casamento na I República*, Revista da Ordem dos Advogados, Lisboa, a.72, n.1, jan.-mar., 2012. [Disponível em: <https://www.oa.pt/upl/%7B8262df14-0c0f-4008-a485-15da3956c828%7D.pdf>, acedido a 10 de março de 2016].

⁷³³ MARTINS, Conceição Andrade, “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”, in *Análise Social*, Vol. XXXII (142), (3.º), 1997: 515. [Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841637C11ZI0ud6Ap83SP9.pdf>, acedido a 17 de junho de 2019].

⁷³⁴ *Idem, Ibidem.*

entre 1891 e 1896⁷³⁵; a produção agrícola, embora em menor grau, também sofreu uma quebra entre 1891 e 1894; os investimentos públicos, nomeadamente em infra-estruturas viárias, praticamente pararam na década de 1890 (...)⁷³⁵.

Este era o cenário económico de finais do século XIX. Só nos últimos anos do período em estudo – após a queda do regime monárquico e a implantação da República, é que podemos verificar algum salto qualitativo nas condições de trabalho e, desse modo, uma melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras, nas quais as mulheres permanecem na ‘sombra’. Foi assim nas sociedades rurais da Europa, outra coisa não seria em Portugal, como não deveria diferir no resto do mundo.

Entre as melhorias apresentadas por MARTINS, estão, entre outras, «o caso do descanso semanal e do horário de trabalho para a indústria e o comércio, que, apesar de terem sido decretados em 1907, só foram regulamentados e postos em execução após a proclamação da República»⁷³⁶. Essa demora custou caro, ao país e aos homens e mulheres que dependiam do salário ganho pelo seu trabalho para garantir a sua subsistência, na medida em que «afectou as condições de vida da generalidade dos trabalhadores, ao desencadear a subida dos impostos, o aumento do desemprego, a baixa dos salários (...), as migrações internas (para o Sul e para as cidades) e externas (para Espanha) e a emigração, cujo principal destino era o Brasil. Ora, como este país atravessava então uma crise económica, o principal incentivo que poderia levar os Portugueses a optarem por esta via era a miséria e não a miragem de um enriquecimento fácil e rápido»⁷³⁷.

Essa miséria que vai alimentar a emigração (masculina) portuguesa – que já tivemos oportunidade de tratar no I Capítulo, mais precisamente no subcapítulo 1.1.2. “A ausência dos homens: o processo da emigração” –, vai chamar a atenção de alguns autores para a participação das mulheres portuguesas na agricultura, sobretudo pela preocupação destes em perceber «o impacte da emigração no meio rural e tentando a todo o custo preservar os campos do contágio da contestação operária»⁷³⁸. Não admira, portanto, que a mulher

⁷³⁵ *Idem, Op. cit.*, 1997: 517.

⁷³⁶ MARTINS, Conceição Andrade, *Op. cit.*, 1997: 518.

⁷³⁷ *Idem, Ibidem.*

⁷³⁸ VAQUINHAS, Irene M., “As Mulheres na Sociedade Portuguesa Oitocentista. Algumas Questões Económicas e Sociais (1850-1900), in *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Séc. XIX*, VIEIRA, Benedicta Maria Duque (Org.), Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Lisboa, CEHCP – ISCTE, 2004: 154. [Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/36869/1/As%20mulheres%20na%20sociedade%20portuguesa%20oitocentista.%20Algumas%20quest%C3%B5es%20economicas%20e%20sociais%20%281850-1900%29.pdf>, acedido a 18 de junho de 2019].

camponesa seja «enaltecida, encarada como a guardiã dos valores familiares e elemento essencial do trabalho»⁷³⁹ e afazeres do mundo rural. Segundo VAQUINHAS, «as mulheres rurais foram também objeto da atenção das primeiras feministas a quem incomodava o aparente imobilismo do sector agrícola que parecia incapaz de se adaptar ao progresso, arrastando consigo a servidão»⁷⁴⁰ a que estavam sujeitas. Ainda de acordo com a historiadora, será o «proselitismo republicano» o responsável pela «missão evangelizadora» que terão algumas «feministas da primeira geração», de «consciencializar a mulher rural dos seus direitos e deveres para que, como escrevia Ana de Castro Osório, «observando-se e compreendendo-se a si própria, tome o lugar que lhe é devido na marcha para o futuro mais próspero de Portugal»⁷⁴¹.

Tal como tivemos oportunidade de referir no Capítulo I, mais concretamente no 1. 1. 1. “Estudos feministas”, o não reconhecimento da mulher como ser ‘juridicamente autónomo’ – só existindo enquanto como esposa, mãe ou filha –, ou seja, sem direitos políticos e estatuto económico próprio, que vai excluí-la dos «poderes formalmente constituídos», dificultou a nossa abordagem aos seus direitos civis, mais concretamente ao seu posicionamento dentro da lógica que se impunha, de forma natural à condição feminina, “Família, Casamento e Divórcio”.

A partir de VAQUINHAS, segundo a qual é inequívoco o facto de, «para as instituições oficiais, as mulheres praticamente não existiam», admitindo mesmo uma «opacidade das fontes», a presença das mulheres pode, ainda assim, ser detetada em alguns documentos de natureza fiscal, sobretudo quando estas passavam ao estado civil de viúvas⁷⁴². O *Código Civil*, aprovado em 1867, privava a mulher casada de importantes direitos pessoais e patrimoniais. Daqui decorriam as incapacidades, civil e política, para além da impossibilidade, entre outros, de as mulheres trabalharem fora de casa, «de adquirir ou de administrar bens sem o consentimento do cônjuge»⁷⁴³. Estas, ganhavam apenas alguma ‘autonomia’ quando viúvas. No mesmo artigo, VAQUINHAS refere que nesta situação civil identificam-se, com alguma frequência, «elementos do sexo feminino em cadastros de propriedades como proprietárias de bens fundiários, gerindo, não amiúde, patrimónios imobiliários consideráveis. A viuvez reforçava a importância dos seus papéis

⁷³⁹ *Idem, Ibidem.*

⁷⁴⁰ VAQUINHAS, Irene M., *Op. cit.*, 2004: 154.

⁷⁴¹ *Idem, Ibidem.*

⁷⁴² VAQUINHAS, Irene M., *Op. cit.*, 2004: 150.

⁷⁴³ *Idem, Ibidem.*

no seio do agregado familiar ao mesmo tempo que aumentava o seu poder e prestígio social, ao ascenderem a chefes de família»⁷⁴⁴.

Importa relembrar aqui que a casa ainda era considerada o espaço privilegiado da mulher, independentemente da sua condição civil, sendo qualificada, sobretudo pelos positivistas e higienistas, como ‘rainha do lar’, conforme já tivemos oportunidade de registar.

Rachel SOIHET, no artigo “Violência Simbólica. Saberes Masculinos e Representações Femininas”, quando traz para a discussão a questão da separação do espaço, por género, isto é, «o homem na órbita pública e a mulher na esfera privada»⁷⁴⁵, convoca Hannah ARENDT para melhor se expressar sobre ‘a violência desta exclusão’, «para quem o espaço privado não se define como o espaço da privacidade e da intimidade, mas como o lugar da privação. Estar circunscrito ao espaço privado é estar privado da relação com os outros pela palavra e pela ação na construção e nas decisões concernentes ao mundo comum, isto é, a existência política»⁷⁴⁶.

No mesmo artigo, SOIHET refere que o casamento se constituiria na «máxima aspiração da mulher», e sublinha a crítica, avançada por ARENDT, aos casamentos de conveniência, ou seja, os casamentos que se faziam por ‘interesses materiais’, em que «o amor não se apresentava como um pressuposto necessário à ligação conjugal», pelo que seria mais encarado como uma «transação econômica ou decorrente de razões sociais»⁷⁴⁷. Este facto, justificaria a disparidade etária entre os cônjuges, ou ainda, «os casamentos consanguíneos, muito comuns no Brasil», que eram combatidos, e desaconselhados pelos higienistas, e pela classe médica, especialmente, «pelo prejuízo acarretado à reprodução»⁷⁴⁸. Deste modo, o amor passa a ser a razão principal do casamento.

A preocupação com o casamento tornou-se em algo muito sério para as mulheres. Foi assim em Portugal, e o mesmo no Brasil. Para além de lhes proporcionar a tal

⁷⁴⁴ VAQUINHAS, Irene M., *Op. cit.*, 2004: 150

⁷⁴⁵ SOIHET, Rachel, “Violência Simbólica. Saberes Masculinos e Representações Femininas”, in *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 7, jan. 1997: 11. [Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12558/11703>, acedido a 20 fevereiro de 2020].

⁷⁴⁶ ARENDT, Hannah, *A Condição Humana*, Rio de Janeiro, Forense Universitária/ EDUSR, 1981. *Apud* SOIHET, Rachel, “Violência Simbólica. Saberes Masculinos e Representações Femininas”, in *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 7, jan. 1997: 11. [Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12558/11703>, acedido a 20 fevereiro de 2020]. Ainda sobre este assunto veja-se o enfoque dado na apreensão da dimensão propriamente simbólica do domínio masculino e da perpetuação dessa mesma relação de dominação, que surge retratada na construção social dos corpos. Cf., BOURDIER, Pierre, *A dominação masculina*, 2.^a Ed., Bertrand Brasil, 2002.

⁷⁴⁷ *Idem, Ibidem.*

⁷⁴⁸ SOIHET, Rachel, *Op. cit.*, 1997: 12.

realização pessoal, com mais ou menos pressão familiar e social – sendo esta maior, quanto mais elevada a sua posição social, conforme já citamos –, era sobretudo o meio de sobrevivência financeira e de posicionamento nas sociedades em que se movimentavam. O estado civil de solteira, de ‘tia’, no primeiro período republicano, significava motivo de vergonha, escárnio e maldizer. Quando assim acontecia, poucas alternativas teriam as mulheres solteiras: ou permaneciam em casa dos pais, de quem cuidariam na velhice, e dos próprios sobrinhos, se os houvesse, ou, com alguma frequência, refugiavam-se na religião, ingressando nos conventos, abraçando a vida religiosa, poupando-se, deste modo, aos olhares e comentários de ‘pena’, de que eram alvo.

Paralelamente, no que ao casamento diz respeito, observamos, através de SOIHET, a promoção «de uma sexualidade saudável», uma premissa que garantiria «a saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional da nação»⁷⁴⁹. Trata-se, pois de uma nova realidade na qual «a valorização do sexo conjugado ao amor destinava-se a garantir o prazer da vida em família e a estabilidade dessa instituição. A manutenção dos filhos e a garantia de seu bom tratamento ficariam asseguradas, para satisfação do Estado»⁷⁵⁰.

Sobre a possibilidade da conjugação do sexo com o amor, como base do matrimônio, importa aqui sublinhar a existência de uma diferença de leituras entre o Estado e a Igreja. As postulações desta última, até então dominantes, «viam o sexo com reticências, mesmo no casamento, vinculando-o obrigatoriamente à procriação»⁷⁵¹.

Paralelamente a esta nova visão da sexualidade feminina – passiva –, surge o tal modelo de ‘domesticidade’, que irá transformar a mulher no ‘anjo do lar’. Contudo, a ideia da mulher ‘luxuriosa’, fonte de todos os males e pecados do mundo, não deixa de existir, nem tão pouco desaparecerá. O próprio São Tomás de Aquino, nas palavras de COLLING, «um bom leitor de Aristóteles», vai exercer uma forte influência sobre os homens das leis, que «consideram as mulheres carentes de capacidades para se regerem a si próprias, devendo estar, por isso mesmo, sujeitas à tutela de alguém»⁷⁵². Nesta lógica, «explica que os fundamentos desta sujeição – que é diferente da do escravo – são altruístas, destinando-se a proteger a própria mulher. Antes do casamento, estão sob a

⁷⁴⁹ *Idem, Ibidem.*

⁷⁵⁰ SOIHET, Rachel, *Op. cit.*, 1997: 12.

⁷⁵¹ *Idem, Ibidem.*

⁷⁵² COLLING, Ana Maria, “A Construção Histórica (...)», 2015: 190.

‘patria potestas’ do pai, depois, como pupilas, sob a curatela do marido: assim assimilou o direito os ensinamentos religiosos⁷⁵³.

Será necessário percorrer um longo caminho, até 1963, data da publicação da Encíclica *Pacem in Terris*, do papa João XXIII⁷⁵⁴, o ‘papa bom’. Com ela, rompe-se com a doutrina tradicional da Igreja, e questiona-se a hierarquia entre os géneros, entre a mulher e o marido, sobretudo na estrutura familiar, deixando de haver espaço para a submissão desta ao cônjuge. Há uma clara aceitação do empoderamento feminino. A Encíclica admite a emancipação da mulher, bem como estabelece a igualdade de direitos e deveres dos cônjuges na vida matrimonial, conforme nos é dado a ler: «Torna-se a mulher cada vez mais cónsua da própria dignidade humana, não merece mais ser tratada como um objeto ou um instrumento, reivindica direitos e deveres consentâneos com a sua dignidade de pessoa, tanto na vida familiar como na vida social (...) no nosso tempo estão superadas seculares opiniões que admitem classes inferiores de homens e classes superiores, derivadas da situação económico-social, sexo ou posição política»⁷⁵⁵. Sobre este assunto vamos tratar no ponto seguinte: 3.3. “A Igreja Católica e os comportamentos femininos”.

Antes de terminarmos, importa sublinhar que as mulheres portuguesas sempre viveram numa condição de desigualdade em relação aos homens. Essa realidade era sentida não só do ponto de vista jurídico, como era visível no seio da família e do casal, mas, também, em termos de direitos políticos, sociais, laborais e culturais. Muito embora o primeiro *Código Civil* (1867), tenha surgido da necessidade de modernizar a legislação civil portuguesa, o facto foi que o mesmo se manteve fiel ao espírito conservador oitocentista, tanto no seu discurso sobre a mulher, como no seu papel conjugal, familiar e social, conforme tivemos oportunidade de observar no II Capítulo, mais concretamente no 2.3. “Ana de Castro Osório: a ligação através do Atlântico”. A própria Primeira República, embora tenha alcançado algumas conquistas importantes, sobretudo com a lei do divórcio e as leis da família, «não tocou seriamente na supremacia masculina»⁷⁵⁶. Tanto mais que

⁷⁵³ *Idem, Op. cit.*, 2015: 190-191.

⁷⁵⁴ Angelo Giuseppe Roncalli nasceu a 25 de novembro de 1881, em Sotto il Monte, Itália. Depois da morte de Pio XII, foi eleito papa a 28 de outubro de 1958 e assumiu o nome de João XXIII.

⁷⁵⁵ Papa João XXIII, *Encíclica Pacem in Terris*, Lisboa, Sampedro, 1964.[Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html, acedido a 27 de janeiro de 2019].

⁷⁵⁶ VAQUINHAS, Irene, “A família, essa ‘pátria em miniatura’”, in *História da vida privada em Portugal - A época contemporânea*, (coord. de Irene Vaquinhas), [s. l.], Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2011:126-127.

O casamento representava para a mulher a mudança de tutela e para o marido a sua aquisição, o poder marital que obrigava ao respeito e obediência por parte da esposa, a reverência marital. A mulher casada era sempre uma menor. Mas esta passara a ser enaltecida tanto na função de esposa abnegada como na de mãe não menos imolada, sempre boa, sempre santa. E, garantiam-lhe, seria feliz nessa missão, ou melhor, só cumprindo-se nessa missão seria feliz⁷⁵⁷.

A este propósito, voltamos ao artigo de João ESTEVES intitulado “Produção, transmissão e reequadramento do conhecimento por via da História das Mulheres: o caso da 1.^a República”, no qual considera que a história social e política da 1.^a República é «exemplar quanto ao contributo da História das Mulheres e dos Estudos Sobre as Mulheres na renovação das suas abordagens historiográficas»⁷⁵⁸. Esta é uma afirmação a que nos associamos, pois dentro do contexto da 1.^a República, período que foi experienciado diariamente por cerca de mais de três milhões de portuguesas, independentemente de se reverem ou não naqueles ideais, «os seus percursos marcaram, mesmo, as trajetórias do país durante aquele período»⁷⁵⁹.

Atualmente, é adquirido o envolvimento político de alguns milhares na preparação, triunfo, defesa e construção do novo regime, mediante continuada intervenção individual e coletiva a partir de 1908, ano a que se assistiu à tentativa consciente de republicanização das mulheres e à sua visibilidade associativa e política assim como, do lado oposto, coexistiram monárquicas e católicas não menos empenhadas e ativas. Estas vivências revelaram-se antagónicas nos anos que antecederam a República, não se cruzaram durante os dezasseis anos que ela durou, nem mesmo durante o período da Guerra quando todas procuraram envolver o país no apoio aos militares mobilizados para África e Europa e suas famílias, procurando auxiliá-los, material e moralmente, e continuaram independentes na vigência das Ditaduras Militar e do Estado Novo⁷⁶⁰.

⁷⁵⁷ LOPES, Maria Antónia, “Estereótipos de ‘a mulher’ em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro)”, in Maria Antonietta Rossi (a cura di), *Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-XXI)*, Viterbo, Sette Città, 2017: 44. [Disponível em: https://www.academia.edu/34344301/LOPES_Maria_Ant%C3%B3nia_Estere%C3%B3tipos_de_a_mulher_em_Portugal_dos_s%C3%A9culos_XVI_a_XIX, acedido a 10 de agosto de 2020].

⁷⁵⁸ ESTEVES, João, “Produção, transmissão (...), 2014: 39.

⁷⁵⁹ *Idem, Ibidem.*

⁷⁶⁰ *Idem, Op. cit.*, 2014: 41.

3.3. A Igreja Católica e os comportamentos femininos

“A subalternização da mulher na Bíblia vai estar em discussão neste sábado, em Lisboa”. Este foi o título dado pelo jornal *Público*, a uma notícia de 2019, que convocava o investigador Paulo Mendes Pinto⁷⁶¹ a comentar e a garantir a existência de uma nova realidade: a abolição do uso dos textos sagrados para justificar a subalternização das mulheres. Entre outras questões, importa trazer para aqui a que se impõe: tem hoje a mulher o mesmo posicionamento do que há 2500 anos?

Muito embora tenhamos abordado o assunto no Capítulo I, e antes de o aprofundarmos neste ponto do trabalho, parece-nos importante atualizar o ‘estado da arte’. Partindo de uma realidade que nos remete para o facto dos textos que podem caracterizar a mulher tenham mais de 2500 anos, este é ainda um tema muito sensível, não só para a Igreja Católica, como para as restantes confissões religiosas. Se não, vejamos: «Há aqui uma tensão muito grande, nomeadamente nas tradições mais fundamentalistas, mais agarradas à letra do texto sagrado. (...) Todas as confissões religiosas e culturais têm algo em comum que é o respeito por aquilo que nos é legado num momento superior divino, ou não. Quer sejamos crentes de alguma religião, ou não, vivemos numa casa comum»⁷⁶².

Neste sentido, recorremos a COLLING, uma vez mais, para sublinharmos o empenho do Papa João Paulo II, quando, em 1988, na Carta Apostólica *Mulieris Dignitatem*, recorre a fontes bíblicas para resolver, de uma vez por todas, a «igual dignidade da mulher e do homem contra a discriminação e a inferioridade a que a História tem condenado o género feminino»⁷⁶³. Para além da Religião e da História, atrever-nos a acrescentar outras áreas do saber, como a Medicina, o Direito, a Educação, entre outras. Quando Ana Maria COLLING trata a questão da invisibilidade da mulher na construção da sociedade brasileira, lembra que «a história do Brasil, como a dos povos ocidentais, é uma história masculina onde não sobrou espaço para mulheres», muito embora estas «como imagem ou representação», estejam «sempre presentes»,

É só recorrermos à literatura dos viajantes, que misturando o que aqui viram com o imaginário europeu, representam a América através de uma mulher nua

⁷⁶¹ Paulo Mendes Pinto é coordenador da área de Ciência das Religiões da Universidade Lusófona.

⁷⁶² PINTO, Paulo Mendes, “A subalternização da mulher na Bíblia vai estar em discussão neste sábado, em Lisboa”, Entrevista assinada pela jornalista Inês Duarte de Freitas, publicada no jornal diário *Público*, a 8 de novembro de 2019.

⁷⁶³ COLLING, Ana Maria, *Op. cit.*, 2015: 191.

que em suas mãos segurava a cabeça de um homem. Mulher nua é a índia, chamada América. A certidão de nascimento do Brasil, de Pero Vaz de Caminha, nascimento da nação registrada, um documento que encanta pela riqueza dos detalhes, faz inúmeras referências à beleza da índia tupiniquim. O calvinista francês, Jean de Léry, mostrou o mesmo entusiasmo e encantamento 65 anos depois. Para ambos, a mulher europeia (até aí única), carregada de enfeites e ornamentos, sentiria inveja da beleza natural da índia brasileira (...) os religiosos que acompanhavam as aventuras da coroa portuguesa à procura de novas 'almas' a serem catequizadas, depois da perda de fiéis para a reforma protestante, viam no combate à mulheres uma de suas principais missões, juntamente com o tratamento dos doentes, combate aos jogos, às blasfêmias e à leitura de livros profanos. Como vemos, a presença da mulher era constante, como representação ou como preocupação⁷⁶⁴.

No mesmo artigo, COLLING convoca Virgínia Woolf que ao falar sobre *Profissões para Mulheres*, texto que leu na Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres, em 1931, publicado postumamente em *A morte da mariposa*, em 1942, e também em *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*, em 2012, «conta que a paz familiar não foi quebrada pelo arranhão de uma caneta, mas que se quisesse resenhar livros, precisaria travar uma batalha com um fantasma feminino que aparecia entre ela e o papel enquanto estava escrevendo. O fantasma era compassivo, encantador, abnegado e sacrificava-se diariamente. Era tão condescendente que nunca tinha uma ideia ou desejo próprio, e a pureza era considerada sua maior beleza»⁷⁶⁵. Mais à frente, a autora britânica, referência para o movimento feminista contemporâneo, faz uma revelação:

E o fantasma era uma mulher, e quando a conheci melhor, dei a ela o nome da heroína de um famoso poema, “O Anjo do Lar”. Era ela que costumava aparecer entre mim e o papel enquanto eu fazia as resenhas. Era ela que me incomodava, tomava meu tempo e me atormentava tanto que no fim matei essa mulher. Vocês, que são de uma geração mais jovem e mais feliz, talvez não tenham ouvido falar dela — talvez não saibam o que quero dizer com o Anjo do Lar. Vou tentar resumir. Ela era extremamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio

⁷⁶⁴ COLLING, Ana Maria, “O currículo de História e as relações de gênero hierarquizadas”, in *La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura*, vol. 15, n.º2, jul./dez., 2010: 36 (Disponível em: https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/revista_la_salle/Aguardando_liberacao_direitos_autorais/2010_v15_n2/amcolling.pdf, acessado a 21 de março de 2011).

⁷⁶⁵ *Idem, Ibidem. Cf.*, WOOLF, Virgínia, *Profissões para Mulheres*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996. [Disponível em: <https://medium.com/revista-beira/profiss%C3%B5es-para-mulheres-2c20db8108b3>, acessado a 15 de agosto de 2020].

familiar. Sacrificava-se todos os dias. Se o almoço era frango, ela ficava com o pé; se havia ar encanado, era ali que ia se sentar — em suma, seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros. E acima de tudo — nem preciso dizer — ela era pura. Sua pureza era tida como sua maior beleza — enrubescer era seu grande encanto. Naqueles dias — os últimos da rainha Vitória — toda casa tinha seu Anjo⁷⁶⁶.

SILVA e INÁCIO FILHO lembram que, no Brasil, desde a época colonial, o imaginário feminino foi construído sobre o colonialismo da sociedade portuguesa – ainda sob valores monárquicos –, e que esta, por sua vez, estava muito ligada aos ideais católicos, o que justifica um padrão de mulher ‘frágil’ e abnegada.

Segundo os autores, estas seriam características «indispensáveis para uma moça de família, que futuramente necessitava do casamento, a mulher deveria ser sempre dócil, gentil, submissa, e uma boa mãe. Toda a sua vida era voltada para a oportunidade do casamento como realização pessoal»⁷⁶⁷.

A educação das mulheres estaria diretamente relacionada com os afazeres do lar, onde era ‘rainha’, e a sua educação e formação ainda muito restritas aos conventos da Igreja Católica. Ainda segundo SILVA e INÁCIO FILHO, este «estereótipo criado sobre a mulher (mãe-esposa-dona-de-casa) permaneceu até a Primeira República»⁷⁶⁸, sem alterações significativas: «Percebemos que nesse período, toda a educação informal dada à mulher, tinha o propósito de convencê-la do seu dever de participar da sociedade como alguém submissa ao pai, ou ao marido, obedecendo-os e respeitando-os. Como também, conformá-la à imagem idealizada pelo ideário dominante»⁷⁶⁹.

Mais, a mulher seria incapaz de ter o domínio ou o governo da sua própria vida. Esta era uma ideia que não era nova, seria muito anterior, conforme já tivemos oportunidade de referir, mas que permanece muito atual para o período em estudo, até porque esta subordinação feminina era declarada. Talvez não seja de mais recuarmos aos autores antigos, recordando aqui Aristóteles, que afirmava qualquer coisa como “o valor do homem se mostra no mando, o da mulher na obediência”.

⁷⁶⁶ *Idem, Ibidem*. A expressão utilizada ‘Anjo do Lar’, foi retirada do Poema de Coventry Patmore (1823–1896) que celebrava o amor conjugal e idealizava o papel doméstico das mulheres.

⁷⁶⁷ SILVA, Michelle Pereira; INÁCIO FILHO, Geraldo, “Mulher e educação católica no Brasil (...)”, 2012:6.

⁷⁶⁸ *Idem, Op. cit.*, 2016: 8.

⁷⁶⁹ SILVA, Michelle Pereira; INÁCIO FILHO, Geraldo, *Op. cit.*, 2012: 3.

Era neste terreno fértil que a Igreja ensinava que às mulheres caberia o dever de aceitar a natureza dada por Deus, com toda a sua plenitude e afazeres – o mito da Virgem Maria, a imagem feminina purificada, a exaltação à maternidade, entre bordados e costuras –, e, caso renegasse estes dons naturais, «seria considerada rebelde em relação aos princípios ‘celestiais’, portanto exposta como contestadora de tais ensinamentos doutrinários»⁷⁷⁰.

Com as Repúblicas, a brasileira e a portuguesa, a disputa entre a Igreja e os poderes implantados ganha expressão. Este é um conflito que é alicerçado na própria imagem da mulher. Se, por um lado, é ela o próprio símbolo da república, por outro, surge à semelhança da virgem Maria, submissa aos afazeres domésticos, pura e ocupada, exclusivamente, com a criação dos filhos, restringida à vida familiar, no recato do lar, restrita da vida pública. Deste modo, é de inferir que Igreja adota «Maria como arma antirrepublicana. Houve um esforço deliberado dos bispos para incentivar o culto mariano, sobretudo por meio de Nossa Senhora Aparecida (...) Em 8 de setembro de 1904, Nossa Senhora Aparecida foi coroada rainha do Brasil (...) Não havia como ocultar a competição entre a Igreja e o novo regime pela representação da nação»⁷⁷¹.

Também em SAFFIOTI vimos como a Igreja enunciou imagens que remeteram obrigatoriamente a mulher ao confinamento social, reduzindo a sua presença ao espaço doméstico, o que viria a promover a desigualdade entre os sexos, sendo, deste modo encarada como «a figura de elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando na verdade é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher»⁷⁷². Como já tivemos oportunidade de referir, o discurso higienista também vai reforçar a valorização do papel da mulher, colocando-a num outro patamar, elevando-a a ‘guardiã do lar’. É nesta condição que vamos encontrar a figura feminina, vazia da sua própria pessoa, da sua própria vontade, permanecendo a ideia de que «a mulher em si não é nada, de que deve esquecer deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido»⁷⁷³. Só com as mudanças ocorridas no período de transição entre os séculos

⁷⁷⁰ *Idem, Ibidem*. Sobre este assunto, vide LONDOÑO, Fernando Torres, *Igreja e família no Brasil colonial. (Bloco III - História da Igreja)*, in *Revista de Cultura Teológica*, PUC/SP. São Paulo, 1994: 101-119. [Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/download/14177/15008>, acessado a 25 de maio de 2019].

⁷⁷¹ CARVALHO, J. M., *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990: 93-94.

⁷⁷² SAFFIOTI, H. I. B., *A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, Petrópolis, Vozes, 1976: 33.

⁷⁷³ RAGO, Luzia Margareth, *Do Cabaré ao Lar: a Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil 1890-1930*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Guerra, 1985: 65.

XIX e XX, mais concretamente entre os finais do primeiro e as três primeiras décadas do segundo⁷⁷⁴, «melhores condições foram consentidas às mulheres. Com o crescimento urbano, as novas exigências cobraram posturas diferentes diante das suas velhas funções, pois as ruas e praças das cidades necessitavam da presença feminina e por meio do crescimento do capitalismo, modelos europeus eram importados para a República, despertando novos pensamentos e imagens do ser mulher»⁷⁷⁵.

3.4. Sistemas eleitorais, o voto e a intervenção feminina

‘Dar a palavra ao povo’ significou, ao longo do século XIX, o direito ao voto de todos os cidadãos. Porém, importa sublinhar que a instituição do sufrágio universal vai confundir-se com o caminho percorrido pelo conceito de ‘igualdade’⁷⁷⁶. Em nota de rodapé, Miriam Halpern PEREIRA, lembra que «entre 1848 (França e Suíça) e 1918 (Grã-Bretanha) grande parte dos países europeus ocidentais foram adotando o voto masculino alargado. A sua extensão às mulheres foi bem mais tardia na Europa, difundindo-se de nordeste para sul (Noruega 1913, Grã-Bretanha 1928, mas só em 1944-5 em França, em 1971 na Suíça e em Portugal em 1974»⁷⁷⁷.

Segundo a historiadora, podemos medir a atitude de uma elite política, em relação à sua população, através do sistema eleitoral escolhido. Se, neste artigo a autora deixa de lado outras normas do mecanismo eleitoral e do fenómeno do caciquismo, apontando o foco para o tipo de sufrágio e o direito ao voto, na obra de 2016, vai dar destaque à democracia que tardava.

No capítulo “O Estado e a cidadania”, PEREIRA aborda as várias vertentes que caracterizam as relações entre o regime republicano e a população, em particular no que diz respeito ao sistema eleitoral, à abolição dos títulos nobiliárquicos, à obrigatoriedade do serviço militar, bem como à progressiva ‘militarização’ da polícia. De acordo com VAQUINHAS, «este capítulo tem a virtualidade de mostrar como a experiência

⁷⁷⁵ SILVA, Michelle Pereira; INÁCIO FILHO, Geraldo, *Op. cit.*, 2012: 4.

⁷⁷⁶ PEREIRA, Miriam Halpern, “A 1.ª República e o Sufrágio em Portugal: O Debate de 1911 em Perspectiva Diacrónica”, in *História Constitucional*, n. 15, 2014: 510. [Disponível em: <http://www.historiaconstitucional.com>, acedido a 8 março de 2018].

⁷⁷⁷ *Idem, Ibidem.*

republicana foi condicionada por determinadas práticas da Monarquia Constitucional, o que permite compreender melhor os limites democráticos do regime e o seu estrangulamento social»⁷⁷⁸. Segundo PEREIRA, o sistema eleitoral republicano torna-se «um mecanismo de exclusão, de limitação do debate e da luta política democrática»⁷⁷⁹ – o que por si só justifica o subtítulo atribuído pela historiadora, “Democracia adiada” –, favorecendo o ‘caciquismo’ e fazendo uma aproximação de Portugal ao padrão instituído nos países da América do Sul.

Na mesma obra, no terceiro capítulo, que intitula “O espaço público e cívico”, PEREIRA «explora o mundo invisível das práticas da cidadania pela sociedade civil, ou seja, a aprendizagem da política, da liberdade e da democracia»⁷⁸⁰. VAQUINHAS refere mesmo que «com esse propósito, investe na análise da vida associativa e dos círculos informais de sociabilidade, no papel da imprensa escrita, nas mobilizações cívicas, na formação dos sindicatos e das associações profissionais ou de classe, na criação dos partidos, nas diversas modalidades de protesto social»⁷⁸¹.

Quando procede à caracterização da resistência e dos conflitos sociais, PEREIRA demonstra que o alargamento das fronteiras, nos domínios da cultura cívica e do espaço público, levou ao envolvimento de numerosos grupos da sociedade, «tomou várias formas de intervenção e assumiu dimensão social e intelectual, circunstâncias que alimentaram a experiência republicana»⁷⁸².

No campo da cidadania e projetos constitucionais, a corrente partidária do sufrágio universal masculino tem, indiscutivelmente uma presença maioritária, sendo que o sufrágio feminino – mesmo restrito ao universo das mulheres alfabetizadas –, é apenas sustentado por «duas vozes, António Machado dos Santos, maçom, deputado por Lisboa, partidário de idêntica restrição para os homens, e Goulart Medeiros favorável ao sufrágio universal masculino, mas defendendo apenas o sufrágio restrito para as mulheres»⁷⁸³.

O voto como aprendizagem cívica levanta algumas discussões acesas na Assembleia Constituinte, conforme se pode ler em diversas atas. A título de exemplo, citamos, por todos, Sebastião Baracho – militar de carreira, ex-deputado monárquico, par do Reino e

⁷⁷⁸ VAQUINHAS, Irene, “Miriam Halpern Pereira, A Primeira República. Na fronteira do liberalismo e da democracia, 2.^a edição”, in *Ler História* [Online], 71, 2017: 1. [Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2963>, acedido a 6 julho de 2019: 1].

⁷⁷⁹ PEREIRA, Miriam Halpern, *A Primeira República. Na fronteira do liberalismo e da democracia*, 2.^a edição, Lisboa, Gradiva, 2016: 87-88.

⁷⁸⁰ VAQUINHAS, Irene, *Op. cit.*, 2017: 1.

⁷⁸¹ *Idem, Ibidem.*

⁷⁸² VAQUINHAS, Irene, *Op. cit.*, 2017: 1.

⁷⁸³ PEREIRA, Miriam Halpern, “A 1.^a República e o Sufrágio em Portugal (...)”, 2014: 513.

deputado na Constituinte, pelo círculo da Figueira da Foz, que se autodeclara ‘autónomo político’ –, é um acérrimo defensor do sufrágio universal masculino, inconformado com o presidencialismo, fazia a defesa de que tornara-se «indispensável abrir desde já estrada larga para que o povo faça aprendizagem dos seus direitos cívicos, para que se administre diretamente na sua vida regional, dispensando tutelas deprimentes até hoje o têm explorado»⁷⁸⁴. No mesmo debate, em tom de provocação, o deputado lança a questão: «Se a aprendizagem não começa agora, quando é que ela se inicia então?». A terminar a intervenção, o político o adverte ainda para o facto de que «a República sem o sufrágio universal e com Presidente coordenador, poderá ser tudo menos uma República democrática»⁷⁸⁵.

Em “Género e História”, inserido no *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, VAQUINHAS lembra que a produção jurídica anterior à codificação feita pelo *Código Civil*, de 1867, ou “Código de Seabra”, no que dizia respeito ao campo do ‘Direito da Família’, mais concretamente à legislação familiar e seus efeitos sucessórios, teria sido já abordada por alguns juristas. Nesse sentido, a autora salienta os trabalhos desenvolvidos pelos magistrados Manuel Borges Carneiro (1851) e por Coelho da Rocha (1852), que, no entanto, «não autonomizam matérias relativas a questões femininas»⁷⁸⁶.

Para o final do século XIX, no quadro da conjuntura de crise do sistema representativo português, e no momento em que «sopravam ventos de democratização na Europa», a historiadora considera que «foi aberto um debate, no campo jurídico-constitucional, sobre o sistema eleitoral e as regras da inclusão/exclusão cívica, que não deixou de lado as mulheres»⁷⁸⁷. Contrariando a corrente doutrinária maioritária do século XIX, o constitucionalista MARNOCO E SOUSA (1869-1916) vem defender o sufrágio feminino, que associa à evolução económica e social da época, afirmando, sem qualquer temor, que «a entrada da mulher na via económica exige, como consequência forçada, a sua entrada na vida política»⁷⁸⁸.

Menor eco teria o direito de voto das mulheres, quando comparado com o cenário

⁷⁸⁴ *Atas da Assembleia Constituinte de 1911*, de 14 de julho de 1911: 122.

⁷⁸⁵ *Idem*, 1911: 125.

⁷⁸⁶ VAQUINHAS, Irene, “Género e (...)”, 2020: 3.

⁷⁸⁷ *Idem, Ibidem. Apud* ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Eleitores, votos e representantes”, 2010: 65; Cf., CATROGA, Fernando; ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Respublica. Cidadania e representação política em Portugal 1820-1926*, Assembleia da República/Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 2010: 60-89.

⁷⁸⁸ VAQUINHAS, Irene, *Op. cit.*, 2020: 3. *Apud*, SOUSA, Marnoco e, *Constituição Política da República Portuguesa. Commentario*, Coimbra, França Amado Editor, 1913: 274.

descrito acima, afeto ao sufrágio universal masculino. Goulart de Medeiros – também militar de carreira, deputado eleito pelos Açores (Horta) –, é o único político que acompanha Alfredo Djalme de Azevedo – seu companheiro de armas, deputado pelo Porto, diretor do jornal *O Alarme* (preso político no tempo da monarquia) –, na defesa «do direito de voto restrito das mulheres, criticando vivamente o artigo 54, alínea 12 do projeto da comissão da Constituição, que remete o acesso a esse direito para um futuro indefinido»⁷⁸⁹. Numa das suas intervenções, de forma frontal, questiona: «porque razão não foi apresentado a esta Assembleia um projeto de Constituição que estivesse de acordo com as diversas disposições do programa do partido republicano?»⁷⁹⁰.

Resta acrescentar que o debate sobre o tipo de sufrágio teve lugar também no debate na generalidade e não unicamente no debate na especialidade, uma vez que estaria em causa o acesso à cidadania ativa não só dos analfabetos, como das mulheres, isto é, da maioria da população. Antes de ser publicada a primeira lei eleitoral, que excluía os primeiros, Sampaio Bruno advertia para o que entendia estar a nascer: uma «República dos 20%»⁷⁹¹.

Conforme já tivemos oportunidade de referir, aquando da implantação da 1.^a República em Portugal, o sufrágio universal masculino já era uma realidade em 16 países, alguns tradicionalmente monárquicos, como era o caso do país vizinho, Espanha. Em 1926, com a ditadura militar, a intervenção política masculina tinha-se generalizado, chegando a vários países, fora da Europa. Contudo, no caso português, essa evolução não ocorreu, assistindo-se até ao seu contrário, a um retrocesso, fazendo do exemplo luso um caso único dentro do velho continente, muito na linha do padrão instituído na América do Sul⁷⁹².

Não obstante a médica Carolina Beatriz Ângelo tenha requerido, um ano após a proclamação da República, a sua inscrição nos cadernos de recenseamento, justificando que o fazia por considerar preencher todos os requisitos previstos na Lei Eleitoral em vigor – era maior de idade, diplomada e chefe de família, uma vez que era viúva e tinha uma filha a seu cargo –, só foi reconhecida plenamente como eleitora, depois de ter apresentado recurso a um tribunal, que veio a dar-lhe razão. Uma razão que não vigorou

⁷⁸⁹ PEREIRA, Miriam Halpern, *Op. cit.*, 2014: 516.

⁷⁹⁰ *Atas da Assembleia Constituinte de 1911*, de 14 de julho de 1911: 131.

⁷⁹¹ BRUNO, Sampaio, “República dos 20% ou 20% da República”, in *Diário da Tarde*, Porto, 11 de fevereiro de 1911, in LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e programas – o campo partidário português 1910-1926*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008: 23.

⁷⁹² LOPES, Farelo, “Direito de voto, regime de escrutínio e eleições feitas”, in FREIRE, André, *Eleições e sistemas eleitorais no século XX*, Lisboa, 2011: 105-107.

por muito tempo e que teve um grande impacto no acesso ao direito ao sufrágio feminino.

Foi realizada de imediato uma revisão da lei eleitoral, pelo que, em 1913, é decretada a proibição taxativa do voto feminino. De acordo com a Lei nº 3, eram eleitores dos cargos políticos e administrativos todos os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos, que estivessem no gozo dos seus direitos civis e políticos, que soubessem ler e escrever português e que fossem residentes no território da República Portuguesa.

Ainda que Carolina Beatriz Ângelo tenha marcado posição nas eleições de 1911, contando entre as primeiras mulheres a exercer o voto feminino na Europa, PEREIRA adverte para uma outra realidade daquela que se desenhava, na medida em que «quando se formalizou o Partido da Esquerda Democrática, em abril de 1926, o sufrágio masculino universal e o feminino restrito estavam de novo na agenda política, agora associados a reformas sociais e financeiras, características do pós-guerra (...) mas o tempo do liberalismo político esgotara-se»⁷⁹³.

Ainda no mesmo artigo, a investigadora refere que a Associação da Propaganda Feminista – resultante de uma cisão minoritária da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas –, não fazia a defesa do sufrágio universal feminino, «apenas o voto da minoria das diplomadas do ensino superior e ensino primário superior e o voto das chefes de família e mulheres comerciantes alfabetizadas seriam propostos pela associação presidida por Ana Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo»⁷⁹⁴.

Mais à frente, a autora chama ainda a atenção para o facto de que à semelhança do que acontecia no meio operário em geral (muito por conta da influência anarquista), «também uma corrente feminista considerava a intervenção eleitoral irrelevante, preterindo-a a favor da luta no terreno dos direitos sociais»⁷⁹⁵.

Ainda assim, e de acordo com PEREIRA, o Partido Republicano Radical Português vai integrá-lo no seu programa político, defendendo, neste caso, o direito à igualdade civil e política masculina e feminina. Mais, «ambos os Partidos Evolucionista (Programa de Agosto de 1913) e Unionista (programa de 1912) inscrevem o sufrágio nos seus programas: o primeiro defende o sufrágio alargado masculino e o segundo propõe, de forma explícita, o sufrágio universal masculino. Apenas a participação das mulheres

⁷⁹³ PEREIRA, Miriam Halpern, *Op. cit.*, 2014: 524.

⁷⁹⁴ *Idem, Ibidem.*

⁷⁹⁵ *Idem, Op. cit.* 2014: 520.

limitada às eleições administrativas será proposta pelos evolucionistas»⁷⁹⁶.

Resta-nos concluir, através de PEREIRA, que a Primeira República portuguesa ficou para história como «um caso de persistente distanciação entre a legitimação teórica e a prática política», pois foram necessários 50 anos para que mulheres e homens, sem distinção, obtivessem efetivamente o direito de voto, não sendo, por isso, de causar admiração o facto de «o dia de eleições tornou-se um dia de festa, durante anos a fio. Festejava-se também o fim da guerra colonial, as novas condições de vida, a democratização do acesso ao ensino e à segurança social»⁷⁹⁷.

Sobre a questão do sufrágio feminino no Brasil, damos conta de uma petição, com 2000 assinaturas (1927), a solicitar o apoio do Senado da República para o reconhecimento dos direitos políticos da mulher. Segundo o documento, apenas «Portugal e os Balkans, alguns paízes da África, da Ásia e da América Latina, ainda não instituíram nenhuma forma de suffragio femimino, mesmo assim, todos os dias se vão abrindo novas brechas»⁷⁹⁸. Enquanto, «os nossos adversários dizem que os latinos da Europa excluem o elemento feminino da plena participação política, as mulheres da Hespanha ascendem à tribuna da Assembleia Nacional, em desmentido solemne a esta afirmação»⁷⁹⁹.

No mesmo projeto, há uma preocupação em fundamentar a defesa do sufrágio feminino, comparando a situação em que se encontram as mulheres brasileiras, no campo dos direitos cívicos e políticos, com as que nasceram e vivem na Europa: «(...) Por sua origem, estão ligados a paizes tradicionalistas, mas pela sua educação, são liberaes: são democracias verdadeiras, como o demonstram as tentativas falhas e infructíferas de estabelecer tyrantias no Novo Mundo»⁸⁰⁰.

Rachel SOIHET, no artigo “Violência simbólica. Saberes masculinos e Representações Femininas”, lembra que, no século XX, surgem nomes como o de Maria Lacerda de Moura – pioneira em muitos campos, cujas ideias, porém, não encontraram o devido acolhimento naquele momento –, o de Bertha Lutz, uma das mais conhecidas feministas brasileiras do tempo e amiga de Ana de Castro Osório –, cujo movimento foi objeto de alguns estudos. Tratando-se de um movimento empenhado em dar às mulheres o peso e a relevância dos direitos civis e políticos, o mesmo teve como objetivo principal

⁷⁹⁶ *Idem, Op. cit.*, 2019: 521.

⁷⁹⁷ PEREIRA, Miriam Halpern, *Op. cit.*, 2014: 524.

⁷⁹⁸ Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, “Desde que uma so exista nao ha motivo para que não sejam eleitoras todas as mulheres habilitadas no Brasil”; a mensagem de duas mil mulheres ao Senado Federal, em 12 de dezembro de 1927, Rio de Janeiro, 1927: 2.

⁷⁹⁹ *Idem, Ibidem.*

⁸⁰⁰ Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, (...), 1927: 2.

o acesso das mulheres à cidadania plena e, apesar de limitações, comuns aos demais movimentos feministas da época, SOIHET admite «algumas de suas propostas, como aquela dos direitos civis, só recentemente vêm sendo implementadas. Tais reivindicações deram lugar a fortes resistências, negando-se por toda a Primeira República reconhecer às mulheres o direito de voto»⁸⁰¹.

Todavia, no campo federal, a mulher foi excluída, pois «houve uma atitude legal patriarcal nas Constituições de 1937 e 1967, bem como na Emenda Constitucional de 1969»⁸⁰², justifica SANTOS.

Impõe-se concluir que, apesar de na esfera política as mulheres brasileiras serem consideradas cidadãs (Constituição de 1934), na vida privada não passavam da mera condição de menores, subjugadas ao poder da figura do marido, ao qual deviam total respeito e obediência (*Código Civil* de 1917). COLLING, refere mesmo que «se o estado de casada oferecia ‘status’ a uma mulher, que não era considerada socialmente se fosse solteira, o casamento reduzia sua capacidade e personalidade jurídica»⁸⁰³, pelo que questiona, mais à frente: «Como explicar essa contradição de uma moça, maior, capaz, ser excluída da vida jurídica e colocada entre os loucos e os menores quando se juntava ao rol das casadas?»⁸⁰⁴. A resposta é imediata, uma vez que «a supremacia marital, que é justificada pela inferioridade das mulheres, só existe nas mulheres casadas. O temor do desmantelamento do lar e da família é o argumento recorrente dos defensores da conservação da ordem patriarcal»⁸⁰⁵.

Paulo GARDE, no artigo sobre “A Participação Política Feminina. Apontamentos Sobre Ribeirão Preto”, no qual aborda o processo de inserção das mulheres na sociedade política brasileira – no período compreendido entre a segunda metade do período colonial, no século XIX, até à concessão deste direito, pelo decreto presidencial em 1932 –, refere que as mulheres brasileiras «passaram a marcar presença em cafés, bailes, teatros e em

⁸⁰¹ SOIHET, Rachel, “Violência simbólica. Saberes masculinos e Representações Femininas”, in *Estudos Feministas*, Vol. 5, n. 1, Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina 1997: 7. [Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24327237>, acessado a 2 de fevereiro de 2018].

⁸⁰² Cf., SANTOS, Tânia Maria dos, “A Mulher nas Constituições Brasileiras”, in *II Seminário Nacional de Ciência Política: América Latina em Debate*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 23 a 25 de setembro de 2009: 7.

⁸⁰³ COLLING, Ana Maria, “O Currículo de História e as Relações de Gênero Hierarquizadas”, in *La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura*, v. 15, n.2, julho/dezembro de 2010: 41. Sobre o assunto, vide COLLING, Ana Maria, *A construção da cidadania da mulher brasileira. Igualdade e diferença*, Rio Grande do Sul: PUCRS, 2000.

⁸⁰⁴ *Idem, Ibidem*.

⁸⁰⁵ COLLING, Ana Maria, *Op. cit.*, 2010: 41.

certos acontecimentos sociais»⁸⁰⁶, no final do século XIX e início do século XX. Contudo, «se agora elas sentiam-se mais livres, demonstrando suas emoções, entretanto, seus passos ainda eram vigiados por pais, maridos e agora a própria sociedade que mantinha os olhos atentos sobre elas»⁸⁰⁷.

A partir do século XX, um pouco por todo o Brasil, observam-se vários focos de lutas sociais que vão dar uma tonalidade muito própria aos espaços urbanos. Progressivamente a indústria e as classes sociais que lhes são ‘caudatárias’, vão orientar as ações de protesto e os conflitos que vão ocorrer nas cidades. A partir daquele momento, as mulheres ganham destaque nas atividades culturais e de cariz beneficente, sobretudo entre a elite brasileira. De educadoras e mães, que zelam pelos valores morais, passaram também a ser transmissoras de cultura e a «figurarem como empreendedoras de movimentos de conquistas femininas»⁸⁰⁸.

Tânia Maria dos SANTOS, num artigo em que analisa alguns aspetos históricos nas Constituições Brasileiras (a Imperial e as Republicanas), sob a ótica da mulher, explica o porquê de durante grande parte da História do Brasil não encontrarmos documentos que remetam para a participação da mulher na vida política, sendo-lhe negados os principais direitos políticos como, por exemplo, votar e se candidatar, pese embora o facto de que «não havia exclusão expressa à mulher do voto porque não havia a idéia da mulher como um indivíduo dotado de direitos, tanto que várias mulheres requerem, sem sucesso, o alistamento»⁸⁰⁹, sublinha.

Ao analisarmos os aspetos políticos, jurídicos e sociais que levaram às mudanças mais significativas da condição da mulher brasileira, constatamos que o Brasil agrícola que começa a dar os primeiros passos para a industrialização – no final da década de 1920, com recurso ao capital injetado pelo sector cafeeiro –, vai absorver, através do comércio e das fábricas, mão-de-obra feminina. Deste modo, em 1927, a Constituição Estadual do Rio Grande do Norte «inclui artigo autorizando a mulher a votar e ser votada, sendo que, no nível federal, apenas em 1932, foi decretado o direito de sufrágio para as mulheres»⁸¹⁰, acrescenta a jurista.

Sobre as reivindicações feministas pela legalização do voto das mulheres, tanto

⁸⁰⁶ GARDE, Paulo, “A Participação Política Feminina. Apontamentos Sobre Ribeirão Preto”, in *Dialogus*, v. 1, n.2, Ribeirão Preto, 2006: 121.

⁸⁰⁷ *Idem, Ibidem.*

⁸⁰⁸ GARDE, Paulo, *Op. cit.*, 2006: 121.

⁸⁰⁹ SANTOS, Tânia Maria dos, *Op. Cit.*, 2009: 5.

⁸¹⁰ *Idem, Op. cit.*, 2009: 6.

em Portugal, como no Brasil, vamos assistir, conforme já tivemos oportunidade de referir, à existência de deputados (casos isolados) que tentaram levar este debate para os respectivos parlamentos nacionais. De igual modo, foi também o seu resultado, ou seja, sempre sem sucesso. No caso português, para além dos exemplos dados, importa salientar ainda o de Domingos Borges de Barros – deputado eleito pela Baía (Brasil) –, que apresentou a 22 de abril de 1822, nas Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, uma proposta de deliberação com vista à concessão do direito de voto às mulheres mães de seis filhos legítimos. Contudo, a proposta submetida, não chegou a ser colocada à discussão.

Também na I República, um outro nome surge associado aos que anunciamos anteriormente: Jacinto Nunes. Este deputado republicano – fez parte do Diretório do Partido Republicano, tendo sido vítima de perseguições e preso por duas vezes –, em 1893, um dos primeiros deputados republicanos eleitos a entrar no Parlamento e tomou assento na Assembleia Nacional Constituinte, tendo sido mais tarde eleito senador pelo Partido Republicano Liberal (1919) –, a 2 de Junho de 1913, aquando da discussão do projeto do Código Eleitoral na Câmara dos Deputados, defende a aprovação do sufrágio feminino. Contudo, uma vez mais, a proposta foi rejeitada pela maioria dos deputados presentes.

No Brasil, não foi muito diferente. Apesar de somente em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, as mulheres terem conquistado o direito ao voto, este foi uma conquista que levou a alguns desencantos, uma vez que: «comparecer, de quatro em quatro annos, às urnas para a escolha do primeiro magistrado; de três em três para a eleição dos representantes federaes e mais uma vez ou outra para as renovações estaduais e municipaes, não poderá ser profundamente prejudicial ao lar»⁸¹¹.

Se, as saídas de casa, pontuais, das mulheres brasileiras, em anos de eleições, seriam aceitáveis, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, que provocava a saída diária das mesmas, já não era tão pacífico, pois «não será, na peor das hypotheses, tão nocivo à família, como a ausência diária das mães pobres, que, obrigadas a trabalharem fora de casa, deixam, com os corações transbordantes de ansiedade, durante longas horas, a prole abandonada, porque não reconhecem outro meio de lhes trazer o pão»⁸¹². Tanto mais, «não foi a política, senhores, mas a necessidade, que veio arrancar as mães do lar. Mas –

⁸¹¹ Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. «Desde que uma so exista nao ha motivo para que não sejam eleitoras todas as mulheres habilitadas no Brasil»; a mensagem de duas mil mulheres ao Senado Federal, em 12 de dezembro de 1927, Rio de Janeiro, 1927: 2.

⁸¹² *Idem, Ibidem.*

seja como for – (...) uma vez atirada a mulher ao trabalho pela pressão económica, é a sua emancipação política um corollario inevitável, ao qual não é possível fugir (...). (...) votar não é um privilégio, uma recompensa que se dê aos cidadãos altamente especializados para exercerem essa função»⁸¹³.

Na obra *Nova História das Mulheres no Brasil*, Carla Bassanezi PINSKY e Joana Maria PEDRO, encontramos vários artigos sobre a intervenção das mulheres brasileiras no espaço público. No primeiro capítulo, “O caleidoscópio dos arranjos familiares”, Ana Sílvia SCOTT estuda os papéis femininos na estrutura familiar, sublinhando as alterações e permanências ocorridas no mundo feminino ao longo do século XX; June E. HAHNER, assina “Honra e distinção das famílias”, no qual estuda as mulheres da elite, contrariando algumas das imagens e dos estereótipos da sociedade que já mencionamos.

O entendimento da autora passa por deitar por terra a visão de uma ideia associada a estas mulheres, de ociosidade, em comparação às mulheres das classes mais baixas da sociedade, que surgem naturalmente destinadas ao mundo do trabalho; Sílvia Fávero AREND, com o artigo “Trabalho, escola e lazer”, debruça-se sobre a questão da infância feminina, contextualizando o conceito, distinguindo o período considerado de ‘infância’, que seria diferente, se se tratasse de enquadrar as meninas de família ou de elite, em relação às crianças pobres. No mesmo artigo, a autora aborda a formação religiosa, a existência de escolas femininas, bem como, mais tarde, as escolas mistas; Alda MOTTA, no capítulo intitulado “Elas começam a aparecer”, trata de dar vida às mulheres viúvas, muitas vezes esquecidas; Em “Sempre Bela”, artigo assinado por Denise Bernuzzi de SANT’ANNA, a autora dá-nos a conhecer a relação entre os cuidados com o corpo e os padrões de beleza instituídos na sociedade; Maria Izilda MATOS e Andrea BORELLI, em “Espaço feminino no mercado produtivo”, abordam a questão do acesso das mulheres ao mercado de trabalho, no contexto das transformações económicas ocorridas no Brasil, no século XX, sobretudo após as guerras mundiais; Maria Silvia BASSANEZI, escreve sobre “Mulheres que vem, mulheres que vão”, apresentando os motivos que originaram as migrações, bem como os atrativos que vão fazer do Brasil um destino para muitas mulheres (indústria/cafezais); Com Maria Lúcia Coelho PRADO e Stella Scatena FRANCO, ficamos na posse de uma listagem das mulheres que defenderam os ideais feministas, em defesa da autonomia das mulheres e do direito ao voto, com o artigo “Participação feminina no debate público brasileiro”.

⁸¹³ Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (...), 1927: 2.

Na mesma obra, constam ainda, entre outros, “A conquista do espaço público”, de Rachel SOIHET; “Corpo, prazer e trabalho”, de Joana Maria PEDRO; “A trilha legislativa da mulher”, de Íáris Ramalho CORTES; “Três gerações de mulheres”, de Débora DINIZ; “Mulheres educadas e a educação de mulheres”, de Fúlvia ROSEMBERG; “Resistir e sobreviver”, Maria Odila LEITE; “Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras”, de Cristina Scheibe WOLF; e, por fim, ainda destacamos dois capítulos de Carla Bassanezi PINSKY, que desbravam o caminho para o estudo dos modelos femininos ao longo do século XX, distinguindo os vários estereótipos que marcavam a sociedade, influenciada por elementos do patriarcado que sobreviveram às transformações e às lutas feministas, com vista a uma alteração da realidade feminina na sociedade brasileira⁸¹⁴.

Em género de conclusão, voltamos a Miriam Lifchitz Moreira LEITE, segundo a qual, a discussão sobre o direito ao voto feminino (Assembleia Constituinte de 1891) traduziu-se, para a maioria dos deputados dessa assembleia, como sendo o caminho que conduziria à dissolução da família brasileira, pois para eles era indiscutível e ‘inapelável’ o papel da mulher no lar. Deste modo, o sufrágio feminino parecia-lhes uma «ousadia “antissocial»⁸¹⁵.

Ainda assim, nas três primeiras décadas do século XX, mulheres como a escritora e militante libertária, Maria Lacerda Moura, socialista e anarquista, vão prosseguir as suas lutas e reafirmar, em voz alta, que a emancipação feminina só seria viável e plena com a transformação radical da sociedade. A movimentação emancipacionista prossegue e dá frutos, nomeadamente nas conquistas sufragistas. Em 1918, Bertha Lutz, advogada e bióloga, a viver no Rio de Janeiro – após quase uma década de estudos superiores na Europa –, dá início a um movimento reivindicativo pelo direito ao voto que culminará na fundação da primeira Liga de Mulheres. Mas não só. Esta associação se propugnava não apenas pelo voto feminino, mas sobretudo dava corpo à ideia de que caberia às mulheres brasileiras assumirem, de uma vez por todas, os deveres políticos que o futuro lhes reservaria e que não poderia deixar de reparti-los com elas.

Em 1921, era constituída a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, responsável pelo primeiro grande evento organizado e dedicado às mulheres: o 1.º Congresso Internacional Feminino.

⁸¹⁴ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.), *Nova História das Mulheres no Brasil*, São Paulo, Contexto, 2012.

⁸¹⁵ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira, *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*, Ensaios 12, Editora Ática, São Paulo, 1984: 63.

Em 1927, Celina Guimarães Viana e, no ano seguinte, Maria Ernestina Carneiro Santiago de Souza, a Mietta Santiago, a primeira potiguar, a segunda mineira, recorrem às vias judiciais e, através das sentenças proferidas, vêm admitido o direito de votar e de serem submetidas a votos, ou seja, não só conquistam o direito ao voto, inserindo os seus nomes nos cadernos eleitorais, como ainda inscrevem os seus nomes nas mesmas listas de candidatos, até então, exclusivamente ocupada por nomes masculinos. Desta forma, Mietta Santiago passa a ser a primeira mulher a exercer, plenamente, os seus direitos políticos: o direito político ativo (votar), amparado em sentença, fundada em direito líquido e certo previsto na Constituição Federal, e ainda, deste modo, o direito político passivo (ser votada). Acerca deste episódio, Carlos Drummond de Andrade escreve o poema que intitula “Mulher Eleitora”:

Mietta Santiago/loura poeta bacharel/Conquista, por sentença de Juiz,/direito de votar e ser votada/para vereador, deputado, senador,/e até Presidente da República,/Mulher votando?/Mulher, quem sabe, Chefe da Nação?/O escândalo abafa a Mantiqueira,/faz tremerem os trilhos da Central/e acende no Bairro dos Funcionários,/melhor: na cidade inteira funcionária,/a suspeita de que Minas endoidece,/já endoideceu: o mundo acaba⁸¹⁶.

Muito embora Mietta Santiago não tenha sido eleita, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte vai aproveitar a abertura deixada por esta e vai lançar a candidatura de uma outra mulher: Luiza Alzira Soriano Teixeira. Após ganhar a confiança dos eleitores da cidade de Lajes, é eleita, tornando-se desse modo, a primeira mulher a ocupar um lugar da prefeitura do Brasil. Pelo inédito, a notícia ganha impacto internacional, merecendo manchetes, inclusive no jornal diário com prêmios *Pulitzer*, do que qualquer outra organização de notícias, o *New York Times*. Em 1932, o novo Código Eleitoral brasileiro reconhecia o direito pleno ao voto feminino.

⁸¹⁶ ANDRADE, Carlos Drummond de, “Mulher Eleitora”, in ANDRADE, Carlos Drummond de, *Poesias completas*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2006: 1163-1164.

CONCLUSÃO

Nesta Tese de Doutoramento que intitulamos *Olhares cruzados sobre o(s) feminismo(s) e a educação feminina em Portugal e no Brasil nos alvores do século XX*, procuramos tornar visível a participação das mulheres em episódios históricos, cuja «análise histórica oficial não tem tido uma perspetiva de género»⁸¹⁷, contribuindo, desta forma, para que a sua História não seja escrita apenas como ‘nota de rodapé’. O caminho percorrido ao longo desta investigação clarificou e confirmou alguns pressupostos iniciais, mas sobretudo evidenciou aspetos inesperados, suscitou perplexidades e renovou algumas das interrogações que estiveram na base do nosso trabalho.

No primeiro capítulo da Tese, para que o estudo da história das relações culturais entre Portugal e o Brasil, no campo da história das mulheres, se consiga impor cientificamente, tivemos que ultrapassar algumas questões de base, como por exemplo a representatividade feminina nas fontes e nos documentos datados de finais do século XIX e inícios do século XX. É assim para os estudos femininos na Europa, no caso concreto de Portugal, e foi o mesmo que encontrámos em relação ao Brasil.

A falta de reconhecimento das mulheres como seres com personalidade jurídica, resumida a uma existência enquanto parte de um agregado familiar, sem direitos cívicos, políticos e estatuto económico, leva a uma marginalização ou exclusão da participação destas nos poderes instituídos, com consequências como a sua ‘invisibilidade’ nas fontes históricas, pelo que podemos confirmar o que alguns historiadores já tinham denunciado: para o Estado, português ou brasileiro, as mulheres não existiam. A Primeira Guerra Mundial vai alterar o rumo dos acontecimentos de forma radical, no período em estudo, sobretudo nas três primeiras décadas do século XX, o que justifica a existência de alguma da bibliografia, por nós analisada, sobre a intervenção feminina no processo histórico português, desde tempos recuados, no caso concreto, desde oitocentos.

Neste contexto, se, por um lado, em Portugal, já estão traçadas as linhas mestras do desenvolvimento dos estudos de história de género – desde os anos 1970 até à atualidade, por outro, menos conhecida é ainda a produção científica da chamada fase ‘pré-histórica’

⁸¹⁷ TAVARES, Manuela, “Feminismos – Percursos e Desafios”, in Conferência de abertura do Encontro “Ágora, el debate peninsular”, “Curso CHEGAR E FICAR. A agenda feminista”, Cáceres, 22 e 23 de outubro de 2009: 2.

dos estudos de género, considerados por alguns autores os “anos zero” da sua emergência. Este é o retrato feito por alguns dos investigadores que têm desenvolvido vários estudos e acompanhado a evolução de questões relativas ao universo feminino. No caso português, destacamos, entre outros, Zília Osório de CASTRO, Anne COVA e Irene VAQUINHAS; para o brasileiro, convocamos Ana Maria COLLING, Rachel SOIHET, Carla Bassanezi PINSKY, Joana Maria PEDRO e Maria Isilda MATOS.

Em relação ao panorama português, a democratização ocorrida na sequência da Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974), entre outros fatores, é uma das variáveis com responsabilidade acrescida na renovação historiográfica ocorrida, bem como na mudança de paradigmas epistemológicos, muito por conta de uma imposição que tardava: o diálogo interdisciplinar. Só assim, se conheceu um verdadeiro desenvolvimento no campo dos estudos para uma História das Mulheres. No caso brasileiro, desde a época colonial, até ao fim da I República, o imaginário feminino tinha sido construído sobre os ideais colonialistas da sociedade portuguesa, muito marcado ainda pelos valores monárquicos, daí se explique a ligação aos cânones católicos, que ainda apresentavam um padrão de mulher ‘frágil’ e abnegada, com uma educação de ‘moça de família’, recebida nos conventos da Igreja católica, direcionada para os afazeres do lar, onde seria ‘rainha’, ‘guardiã do lar’.

Com as Repúblicas, a brasileira e a portuguesa, é ultrapassada a fase de ‘invisibilidade’ das mulheres numa história que se declinava no masculino, e tendo em conta a urgência em se incrementarem políticas com vista a uma modernização de um Portugal cheio de assimetrias, e de um Brasil a várias velocidades, vamos assistir a uma tomada de medidas que revelam um grande empenhamento em recuperar do atraso que os separava de países considerados mais cultos e ‘civilizados’. Para tal, vários indicadores eram considerados, como por exemplo: a promoção da ‘instrução’ ou educação femininas, bem como a progressiva saída do ‘recato’ do lar (é-lhes reconhecido um eminente papel na vida privada) e integração das mulheres no espaço público, quer através do trabalho (indústria e setor terciário), quer pelo seu posicionamento (direitos, deveres e responsabilidades) nas duas sociedades.

No que diz respeito às suas funções naturais (‘mulher – mãe – esposa’), as mulheres portuguesas e brasileiras são avaliadas e aprovadas com distinção, sendo consideradas por alguns liberais mais progressistas, como um veículo por excelência de progresso, assim como um elemento fundamental para a tão almejada criação do estado nação e construção das referidas identidades nacionais. Talvez por isso, tanto no lado de cá, como

no lado de lado do Atlântico, tenhamos observado as chamadas de atenção à necessidade de serem reforçadas as políticas educativas, nomeadamente aquelas que visavam a instrução feminina. Neste campo, saíram várias vozes (masculinas, mas sobretudo femininas) em defesa de um ensino preferencialmente laico, de modo a subtrair as mulheres da influência da Igreja católica, em especial do ensino ministrado por congregações religiosas, que se pautava pela transmissão de ‘futilidades’.

Da análise cruzada que realizamos, vamos encontrar aspetos que tanto aproximam como distanciam as feministas portuguesas – Ana de Castro OSÓRIO e Emília de Sousa COSTA, e Júlia LOPES DE ALMEIDA – feminista brasileira. Conscientes do momento histórico que estavam a vivenciar, bafejadas pelos novos ares que se respiravam com as Repúblicas, vão apanhar o comboio já em marcha dos movimentos feministas que se consolidavam por todo o mundo ocidental. Ainda que separadas pelo Atlântico, mas unidas pela defesa dos interesses femininos, OSÓRIO, SOUSA COSTA E LOPES DE ALMEIDA vão reunir as suas ‘tropas’ e desse esforço vão nascer associações que vão engrandecer, entre outros, o ideal sufragista, que entendemos ser muito mais que uma luta pela concessão do voto às mulheres, uma vez que diz respeito a todas as movimentações e reivindicações em torno da igualdade de direito entre os dois sexos, sobretudo nos campos legislativo, da educação e da independência económico-financeira. A educação, a formação e a instrução que se proporcionava, quer em Portugal, quer no Brasil, às crianças do sexo feminino, vão merecer toda a sua atenção e reparos, denunciado, à vez, em conferências, na imprensa escrita, ou através de correspondência trocada, a posição de recusa de obediência, submissão e passividade que estavam as mulheres tradicionalmente sujeitas.

Em 1911, ano em que se muda para o Brasil, Ana de Castro OSÓRIO passa a ser uma presença assídua na vida social brasileira. Também é intensificada a sua intervenção na imprensa periódica do país irmão, através da colaboração e publicação dos seus artigos, que passam a chegar às bancas semanalmente. Os temas ‘República’ e ‘Feminismo’ vão ganhar um novo espaço de divulgação, mais amplo, no qual OSÓRIO propaga a ideia de que não seria possível apregoar-se os ideais republicanos, nem se fazer a sua defesa, sem antes se valorizar as mulheres. Recorrentemente apontada como pioneira no campo da literatura infantil em Portugal, para além de propagandista da emancipação feminina, a autora deixa uma influência de peso nos movimentos feministas português e brasileiro, conforme pudemos observar em *A Grande Aliança*. Através da análise feita à troca de correspondência ‘transatlântica’, entre a signatária e outras escritoras feministas

brasileiras, é possível confirmar a proximidade estabelecida antes, durante e depois do tempo da sua estadia no Brasil. A partir destas missivas, conseguimos estabelecer o roteiro realizado pela educadora portuguesa, que resulta numa vasta rede de amizades construídas. Entre muitas, optamos por destacar a relação de amizade que se vai estabelecer com Júlia Lopes de Almeida.

Do ponto de vista intelectual, as duas escritoras já se conheciam. O contato pessoal, já em terras brasileiras, vai estreitar essa afinidade. O mesmo vamos assistir em relação à amizade, empatia e sintonia estabelecida entre Emília de SOUSA COSTA e Júlia LOPES DE ALMEIDA. Tal como a primeira, que promove ao longo da sua vida, nas suas obras, conferências e palestras, um cenário de feminismos mais moderado, também a escritora brasileira faz a defesa da educação infantil e da instrução feminina. Na conferência dada por SOUSA COSTA, na qual a apresentação fica a cargo de LOPES DE ALMEIDA, publicada pelo *Correio da Manhã*, a 30 de junho de 1923, é clara a opinião e concordância de ambas em relação ao que entendem ser o lugar das mulheres nas duas sociedades. Condenando os radicalismos feministas e fazendo a defesa intransigente da formação moral, social e profissional feminina, acreditam que só através da educação as mulheres portuguesas e brasileiras, no caso concreto, estariam formadas e orientadas para os papéis fundamentais de mulher – mãe – esposa, com um lugar de destaque no seio das suas respetivas famílias e pátrias. Enquanto feministas ‘razoáveis’, debatiam-se pelo que consideravam o ‘calcanhar de Aquiles’ da questão feminista: a educação. Neste caso, a educação e formação das mulheres para o mercado de trabalho, pois nem todas conseguiam constituir um lar, ter o ‘amparo’ masculino. Para tal, era bem visto aos olhos destas feministas a criação de oportunidades de acesso a todas as carreiras em que, sem colocar em causa a feminilidade, as mulheres pudessem ganhar, de forma honrada e honesta, o seu próprio sustento.

No sentido inverso, entre várias viagens, dividindo o seu tempo entre Portugal e o Brasil, Júlia LOPES DE ALMEIDA procura, durante toda a sua vida, encontrar respostas criativas às barreiras que se impunham às mulheres, através do jornalismo e da literatura, através dos quais foi publicando assuntos do interesse do público feminino. Considerada um modelo a seguir por outras mulheres, vai tratar de escrever sobre temas ‘polémicos’ para a altura, como o acesso das mulheres à educação e o exercício complicado de gerir, sobretudo pelas mulheres que acumulavam os papéis de mulher – mãe – esposa. A importância da profissionalização das mulheres e a aposta na sua formação moral, é algo que é muito caro a LOPES DE ALMEIDA. Conforme já referimos, este era outro ponto

em comum que partilhava com SOUSA COSTA, que justificava ser a bem da família, principalmente desta instituição, que não poderia ser gerida por uma ‘ignorante’ ou ‘fútil’. Esta ‘mãe moderna’ estaria apta para participar na vida laboral pública, fora do espaço doméstico, e ao mesmo tempo desempenhar, com dignidade o seu papel de boa mãe e esposa exemplar, respondendo às exigências familiares, quanto maior fosse a sua educação moral e formação intelectual. A feminista carioca, nascida e criada na zona sul do Rio de Janeiro, por isso, também fluminense, considerava que a educação de “pudim e agulha”, acrescida de “piano e valsa”, mesmo com transmissão de algumas noções de saber humanístico, não seriam suficientes para o desenvolvimento intelectual das mulheres, nem tão pouco bastaria para o exercício pleno da sua cidadania.

No campo jurídico-constitucional e, num sinal de claro aproveitamento da brisa soprada pelos ‘ventos de democratização’ que se faziam sentir pela Europa’, vamos assistir a uma maior abertura para um debate que tardava, de velhas aspirações, sobre o sistema eleitoral e as regras da inclusão e/ou exclusão cívica, que não deixou do lado de fora as mulheres.

Em Portugal, contrariando a corrente doutrinária dominante no século XIX, marcadamente paternalista, MARNOCO E SOUSA (1869-1916) vai fazer a defesa do sufrágio feminino, que vê como sendo uma situação natural, justificada pela própria evolução económica e social, decorrida pela entrada das mulheres na vida económica. Passando a contribuinte, era inevitável a sua entrada na esfera política. Sobre a questão do sufrágio feminino no Brasil, por toda a I República, as reivindicações deram lugar a fortes resistências, negando-se o direito de voto às mulheres. Muito embora na esfera política e cívica, pela *Constituição* de 1934, estas serem consideradas cidadãs, na realidade não passavam da mera condição de menores, subjugadas ao poder da figura do pai, primeiro, do marido, depois, fruto da atitude patriarcal das *Constituições* (1937 e 1967), bem como na “Emenda Constitucional” de 1969.

Nas duas sociedades, a portuguesa e a brasileira, a questão do voto universal, pilar-mestre das democracias representativas, começava, desta forma, a ganhar corpo, consolidando-se.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

1.1. Fontes Manuscritas

1.1.1. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

s.a., Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. «Desde que uma so exista nao ha motivo para que não sejam eleitoras todas as mulheres habilitadas no Brasil»; a mensagem de duas mil mulheres ao Senado Federal, Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 1927, 1927.

s.a., Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Comissão de Educação Cívica. «Programa das Visitas às Instituições», Rio. Pap. Americana, 1927.

s.a., «Conferências pedagógicas celebradas nos dias 17 a 19 de abril de 1878 na Cidade do Recife (Instrução Pública)», Recife, M. Figueiroa de F. & Filhos, in 4.^a.

1.1.2. Biblioteca Nacional de Portugal

“Espólio da Família Castro Osório”, correspondência de Ana de Castro Osório, nos ‘reservados’ da Biblioteca Nacional de Portugal.

1.1.3. Arquivo de História Social (Instituto de Ciências Sociais)

Biografia de “ms. de Emília de Sousa Costa” manuscrita, depositada no Arquivo de História Social. Localização: Caixa 2; Autor não identificado. Não é do punho de António Tomás Pinto Quartin (1887 - 1970). [Disponível em: <http://www.ahsocial.ics.ulisboa.pt/atom/uploads/r/pt-ahs-ics/c/8/7/c875da224b8d4d553dfcd282887e92694203dccb48085a470812107f0e789ecc/PT-AHS-PQ-DOC-298.pdf>, acedido a 25 de junho de 2019]

1.2. Fontes Impressas

ALMEIDA, Júlia Lopes, “Entre Amigas”, in *A Mensageira*, Presciliana Duarte de Almeida (Dir. de), Anno I., N.º 1, São Paulo, Typographia Brasil de Carlos Gerke & Comp., 15 de outubro de 1897.

ALMEIDA, Presciliana Duarte de (Dir. de), “Duas Palavras”, in *A Mensageira*, Anno I., N.º 1, São Paulo, Typographia Brasil de Carlos Gerke & Comp., 15 de outubro de 1897.

- AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira, *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, São Paulo, Editora Cortez, 1989.
- _____, Nísia Floresta Brasileira, “A Mulher”, in *Cintilações de uma Alma Brasileira*, Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1997.
- BRUNO, Sampaio, “República dos 20% ou 20% da República”, in *Diário da Tarde*, Porto, 11 de fevereiro de 1911.
- CALDER, *Guia epistolar ou o novo secretario privado dos namorados*; collecção de cartas amorosas... regras da etiqueta que se usam nos casamentos, a linguagem das flores, e o emblema das cores / extrahido de vários authores pelo livreiro. Porto, Typ. Constitucional, 1857.
- CARDOSO, Leonel P., *O humorismo e a mulher*, Imprensa Lucas & Comp.^a, Lisboa, 1938.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de, “A reacção contra a literatura immoral”, *Cérebros e corações*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira Livraria-Editora, 1903.
- CASTRO, Cassilda, “O Riso”, in *Ilustração Portuguesa*, 15 de novembro de 1909.
- CASTRO, Viveiros de, *Os Delictos Contra a Honra da Mulher. Adulterio – Defloramento. Estupro. A Sedução no Direito Civil*, Rio de Janeiro, João Lopes da Cunha Editor, 1897.
- CAVALHEIRO, *Manual de civilidade e etiqueta: para uso da mocidade portugueza e brasileira*, Lisboa, Typ. da Soc. Propagadora dos Conhecim. úteis, 1845.
- CORDEIRO, António, *Emigração. Relatório e Projecto de Regulamento*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883.
- COSTA, D. António da, *Necessidade de um Ministério de Instrução Pública*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.
- _____, D. António da, *A Instrução Nacional*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1870.
- COSTA, Emília de Sousa, *A Mulher - Educação Infantil*, Rio de Janeiro, Álvaro Pinto Editor, 1923.
- _____, Emília de Sousa, *A Mulher Educadora*, 5.º vol. da Biblioteca Prática do Lar, Lisboa, Edições Universo, Lda., 1945.
- _____, Emília de Sousa, *A Mulher no Lar*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1916.
- COSTA, Emília de Sousa, *Cartas a uma Brasileira*, Lisboa, Empresa Diário de Notícias, 1927.
- _____, Emília de Sousa, *Como Eu Vi o Brazil*, 2.ª Edição, Lisboa, Edição da Empresa Diário de Notícias, 1926.

- _____, Emília de Sousa, *Ideias antigas de mulher moderna*, Braga, Livraria Cruz - Editora, 1923.
- _____, Emília de Sousa, *Maria Amália Vaz de Carvalho. A Mulher. A Escritora*, Lisboa, Soc. Nacional de Tipografia, 1934.
- _____, Emília de Sousa, *Na Sociedade e na Família*, 3ª edição revista e atualizada, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1937.
- _____, Emília de Sousa, *Quem tiver filhas no mundo...*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933.
- FLORESTA, Nísia, *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, por. Miss. Godwin, (trad. do francez por Nísia Floresta Brasileira Augusta), Porto Alegre, na Typographia de V. F. De [...], 1833.
- LUCCI, Eduardo Schwalbach, *A Mulher Portuguesa*, Porto, Livraria Chardron, de Lélo & Irmão Editores, 1916.
- NEVES, Guilhermina de Azambuja, *Entretenimentos sobre os deveres da civilidade colecionados para o uso da puerícia brasileira de ambos os sexos*, Rio de Janeiro, Tip. Cinco de Março, 1875.
- NOGUEIRA, Carlos, “A obra literária de Emília Sousa Costa”, in *Tellus - Revista de cultura trasmontana e duriense*, n.º 60, Edição: Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal de Vila Real, junho de 2014.
- OSÓRIO, Ana de Castro, *A Grande Aliança. A Minha Propaganda no Brasil*, Conferencia realizada em São Paulo, 8 de Maio de 1923.
- _____, Ana de Castro, *As Operárias das Fábricas de Setúbal e a Greve*: resposta de Ana de Castro Osório ao Germinal. Lisboa: Edições Lusitânia, 1911.
- _____, Ana de Castro, *Uma Lição de História*, (livro aprovado para leituras e premios escolares pelo Conselho Superior de Instrução Publica do Estado de Minas Geraes), Setúbal, Livraria Editora Para as Crianças, 1909.
- _____, Ana de Castro, *Às Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905.
- _____, Ana de Castro, *A Minha Pátria*, Lisboa, Imprensa de Libanio da Silva, 1906.
- _____, Ana de Castro, *Terra Livre*, 2 de abril de 1907, ano II, n. 30.
- _____, Ana de Castro, *O Direito da Mãe*, Porto, Livraria e Imprensa Civilização, 1925.
- _____, Ana de Castro, *A Verdadeira Mãe*, Porto, Livraria e Imprensa Civilização, 1925.

- _____, Ana de Castro; Oliveira, Paulino, *A Garrett no seu primeiro centenario*, 4-2-1799 - 4-2-1899, Homenagem de Anna de Castro Osorio e Paulino de Oliveira, Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1899.
- PEREIRA, Edwiges de Sá, “Pela mulher, para a mulher”, Trabalho apresentado ao *Segundo Congresso Internacional Feminino*, Recife, Oficinas Graphicas da Boa Imprensa, 1932.
- PEREIRA, Silva, *Jornalismo Português*, Lisboa, Typ. Tavares, 1895.
- _____, Silva, *Os Jornais Portugueses*, Lisboa, Imp. Libânio da Silva, 1898.
- PIERRE, Boitard, *Novo manual do bom-tom*, contendo modernismos, preceitos de civilidade, política, conduta e maneiras em todas as circunstâncias da vida indispensáveis à mocidade e adultos para serem benquistos e caminharem sem tropeço pela carreira do mundo, Rio de Janeiro, E. H. Laembert, 1872.
- PIMENTEL, João Maria Pereira Botelho do Amaral, *A ciência da civilização*, Curso elementar de educação religiosa, individual e cultural, Porto, Liv. Internacional de E. Chardon, 1877.
- PRAÇA, J. J. Lopes, *A Mulher e a Vida ou A Mulher Considerada Debaixo dos seus Principaes Aspétos*, Coimbra, Livraria Portuguesa e Estrangeira, Do Editor Manuel Almeida Cabral, 1872.
- SABINO, Inês, *Mulheres Ilustres do Brazil*, (pref. de) Arthur Orlando, Paris, H. Garnier, Rio de Janeiro, 1899.
- SALVADOR, Teresa, “Em torno dos periódicos femininos”, in *Cultura* [Online], Vol. 26 | 2009, posto online no dia 16 setembro 2013. [Disponível em: URL: <http://journals.openedition.org/cultura/425>; acessado a 26 agosto 2020].
- SILVA, Innocencio Francisco da, *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, 2.^a Edição, Tomo Primeiro, Lisboa, Imprensa Nacional, MCMXXIV [1924].
- SILVA, Maria Regina Tavares da, *A Mulher: Bibliografia Portuguesa Anotada (Monografias, 1518-1998)*, pref. Maria de Loudres Pintasilgo, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
- SOUSA, Marnoco e, *Constituição política da República Portuguesa. Commentario*, Coimbra, França Amado Editor, 1913.
- TORREZÃO, Guiomar, *No Theatro e na Sala*, David Corazzi-Editor, Empresa das Horas Românticas, 1881.
- VIEIRA, Adelina Lopes; ALMEIDA, Júlia Lopes de, *Contos Infantis*, 17.^a Ed., Rio de Janeiro, Paulo de Azevedo & Cia; Francisco Alves, 1927.

1.2.1. Publicações Periódicas*

Alma Feminina, Lisboa (1914-1926);

Almanaque das Senhoras para Portugal e Brasil (1871-1928);

Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1916);

Boletim da Comissão da Condição Feminina (1979);

Comércio de Guimarães (1884-1985);

Correio da Manhã, Rio de Janeiro (1901-1974);

Comércio Português (1876 -1887);

Corticeiro (O) (1912 - 1914);

Diário da Tarde, Porto (1871-1874);

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (1827-2016);

Jornal do Porto (1859 -1887);

Jornal da Manhã (1872?-1888);

Jornal da Mulher (1910 - 1911);

Eu Sei Tudo (Revista – Miscelânea), Rio de Janeiro (1917-1958);

Madrugada(A), (1911 e 1918);

Mensageira (A), Rio de Janeiro (1897-1900);

Monitore Napolitano (1799);

Mundo Elegante (O), (1858-60);

Mundo Elegante (O) – Mensageiro Semanal Ilustrado de Modas, Elegância e Bom-Tom (1887);

Mulher e a Criança (A), (1909 -1911);

Pátria (A), (1890 -1891);

Paiz (O), (1907);

Portugal Feminino (1930 -1937);

Portugal Moderno, Rio de Janeiro (1899 -1913);

Público, Maia, Portugal [1990 - (...)];

República (1911-1976);

Tellus – Revista Transmontana e Duriense [1977 - (...)];

Toucador (O), (1822);

Século Ilustrado(O), (1880 e1978);

Voz da Justiça (A) (1904).

*Pela extensão da relação dos periódicos a circular em Portugal e no Brasil, e pela importância dos mesmos, optamos por fazer aqui uma breve referência a alguns títulos relevantes para o nosso trabalho, encontrando-se mais completo o levantamento inserido nos anexos, mais concretamente no **Anexo XIX: Imprensa Periódica Portuguesa (1850 – 1930)** e **Anexo XXI: Imprensa Periódica Brasileira (1830 - 1940)**.

1.2.2. *Estudos e Ensaios*

AAVV, *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais, Actas do Colóquio*, 2 vols., Coimbra, IHES – FL, Universidade de Coimbra, 1986.

AAVV, *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Lisboa, CIDM, 1993.

ABRANTES, Elizabeth Sousa, “A instrução feminina como dote moderno: estudo comparado entre Brasil e Portugal na virada do século XIX”, in *XXIX Simpósio Nacional de História - Contra os Preconceitos: História e Democracia*, 2017. [Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502844691_ARQUIVO_TrabalhocompletoBethAnpuh2017.pdf, acedido a 30 de maio de 2020].

ALVES, Paulo Marques; GAMA, Olinda, “A Militância no Feminino nos Primórdios do Sindicalismo em Portugal”, in *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, s.d.. [Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.paulo-alves-olinda-gama.pdf>, acedido a 12 de agosto de 2020].

ALVES, Paulo Marques; GAMA, Olinda, “A Militância no Feminino nos Primórdios do Sindicalismo em Portugal”, in *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, s.d.. [Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.paulo-alves-olinda-gama.pdf>, acedido a 12 de agosto de 2020].

ARAÚJO, Helena Costa G., “As mulheres e o ensino estatal”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 29 de fevereiro de 1990.

_____, Helena C. G., “A contribuição da educação para a formação do Estado Novo: continuidade e rupturas (1926-33)”, in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarquia, 1926-1959*, Lisboa, Fragmentos, 1987.

- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de, “O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política”, in *Estudos Avançados*, v. 17, n.º 49, São Paulo, set./dez., 2003. [Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18401.pdf>, acessado a 19 de agosto de 2020].
- ASSUNÇÃO, Beatriz Albarez de; ITALIANO, Isabel Cristina, “Moda e vestuário nos periódicos femininos brasileiros do século XIX”, in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 71, dez. 2018: 232-251. [Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i71p232-251>, acessado a 2 de janeiro de 2019].
- BAGANHA, Ioannis B., “From Closed to Open Doors: Portuguese Emigration under the Corporatist Regime”, in *e-JPH*, Vol. 1, number 1, Summer 2003. [Disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/volume-1-number-1-summer-2003/from-closed-to-open-doors-portuguese-emigration-under-the-corporatist-regime>, acessado a 14 de junho de 2019].
- _____, “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”, in «II Encontro de História Económica Portuguesa. Onde vem a economia portuguesa? A história económica de Portugal no século XX», l. vol. XXIX (128), 1994 (4.º), 959-980, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra: 960-961. [Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378081S4cET4df4Yh89IX7.pdf>, acessado a 17 de junho de 2019].
- BAPTISTA, Virgínia, “A participação feminina no movimento mutualista – do final da monarquia ao Estado Novo”, in *Ler História*, n. 62, 2012.
- BORGHI, Liana, “O Feminismo Americano”, in *Dicionário das Utopias*, (Dir. de) Michèle Riot-Sarcey, Thomas Bouchet, Antoine Picon, (Trad. de) Carla Bogalheiro Gamboa, Tiago Marques, Edições Texto & Grafia, Lisboa, 2009.
- BOUZY, Armanda Manguito “Figures de l’androgynie et de la femme fatale dans *Ambições* et «Um passo em falso» d’Ana de Castro Osório, Braga, in *Revista Portuguesa de Humanidades – Estudos Literários* (Revista da Área de Humanidades da Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa), n.º 16-2, 2012.
- BRAGA, Isabel Drumond, “O Papel Feminino no Espaço Doméstico: as Propostas de Estela Brandão e de Maria Lúcia Namorado (Portugal nas Décadas de 1930 - 1940)”, in *Revista Relicário*, Uberlândia, v.4, n.8, jul-dez., 2017.
- BRAGANÇA, Aníbal, “O editor de livros e a promoção da cultura lusófona a trajetória de Francisco Alves (1848-1917)”, in *Conferência Internacional Interfaces da Lusofonia*, Universidade do Minho, Braga, 2013.
- BRAGANÇA, Aníbal; LEAO, A. B.; VENANCIO, G. M.; MIGNOT, A. C., “Da história da cultura impressa à história cultural do impresso - Entrevista com Roger Chartier”, in *INTERCOM*, S. Paulo, v. XXVIII, n.1, 2005.

- BRESCIANI, Maria Stella Martins, “A Mulher no Espaço Público”, in *Revista Brasileira de História*, vol. 9, n.º 18, 1989.
- BRUNO, Sampaio, “República dos 20% ou 20% da República”, in *Diário da Tarde*, Porto, 11 de fevereiro de 1911, in LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e programas – o campo partidário português 1910-1926*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- CAETANO, João, “O lugar da República, em Portugal, entre o séc. XIX e o séc. XXI”, in *Do Ultimato à(s) República(s). Variações Literárias e Culturais*, RITA, Annabela; MAIOR, Dionísio Vila (Coord.), Lisboa, Esfera do Caos Editores, 2011.
- CANDEIAS, António, “Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal”, in *Análise Social*, vol. XL (176), 2005: :1. [Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218710671V6sUD4kn5Ud40EI2.pdf>, acedido em 23 de junho de 2019]
- _____, António, “Movimento Operário Português e Educação 1900-1926”, in *Análise Psicológica*, julho, agosto e setembro, 1981.
- _____, António; SIMÕES, Eduarda, “Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso”, in *Análise Psicológica*, 1 (XVII), 1999.
- CARREIRA, José Nunes, “A Mulher no Antigo Egipto”, in *A Mulher na História* (Actas dos Colóquios sobre a temática da Mulher – 1999-2000), Moita, Câmara Municipal da Moita, 2001.
- CARVALHO, Joaquim de, “Formação da Ideologia Republicana (1820-1880)”, in *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, (Ed. De Luís de Montalvor), Vol. I, 1930.
- CASACA, Sara Falcão, “Recordar o Papel das Mulheres no centenário da República”, in *Revista Notícias – Temas e Notícias da Cidadania e da Igualdade de Género*, n.º 84, Edição da Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género”, Lisboa, 2010.
- CASTRO, Zília Osório de, «Fases de Eva. Estudos sobre a Mulher. História de um Projecto», in *A Mulher na História* (Atas dos Colóquios sobre a temática da Mulher – 1999-2000), Moita, Câmara Municipal da Moita, 2001.
- _____, Zília Osório de, “Ana Castro Osório (1872-1935)”, in *Modernismo - Arquivo Virtual da Geração de Orpheu*. [Disponível em: <https://modernismo.pt/index.php/a/515-ana-castro-osorio-1872-1935>, acedido a 20 de agosto de 2020].
- CATROGA, Fernando, *A maçonaria e a restauração da Carta Constitucional em 1842: o golpe de estado de Costa Cabral*, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 7, Tomo II, 1985. [Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-8925_7-2_4, acedido a 10 de agosto de 2020].
- COLLING, Ana Maria, “O Currículo de História e as Relações de Género Hierarquizadas”, in *La Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura*, v. 15, n.2, julho/dezembro de 2010.

- _____, Ana Maria, “A Construção Histórica do Corpo Feminino”, in *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia – MG, vol. 28, n.º 2, jul./dez. 2015.
- COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro António (Org.), “Manuais de civilidade/comportamento”, in *O Dicionário Crítico de Gênero*, Dourados, Editora da Universidade Federal da Grande Dourados/MS (UFGD), 2015.
- COMANDULLI, Ana Cristina, “António Feliciano de Castilho por seus paratextos”, in *Convergência Lusíada*, n.º 33, 2017. [Disponível em: <https://convergencialusiada.com.br/rc1/article/view/57>, acessado a 8 de agosto de 2020].
- CORREIA, Rosa de Lurdes Matias Pires, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: a principal associação de mulheres da primeira metade do século XX (1914 – 1947)*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres. As Mulheres na Sociedade e na Cultura, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.
- CORDEIRO, António Menezes, “Divórcio e Casamento na I República: questões fraturantes como arma de conquista e de manutenção do poder pessoal?”, in *Divórcio e Casamento na I República*, Revista da Ordem dos Advogados, Lisboa, a.72, n.1, jan.-mar., 2012. [Disponível em: <https://www.oa.pt/upl/%7B8262df14-0c0f-4008-a485-15da3956c828%7D.pdf>, acessado a 10 de março de 2016].
- COVA, Anne, “Ensaio: As Mulheres foram ativistas na Guerra, depois voltaram ao Lar”, Ensaio publicado no jornal diário *Público*, a 20 de agosto de 2014. [<https://www.publico.pt/2014/08/20/culturaipsilon/noticia/do-activismo-das-mulheres-na-retaguarda-ate-ao-regresso-ao-lar-1666852>, acessado em 31 de janeiro de 2017].
- CRUZ, Carlos Eduardo Soares da, “Mulheres e feminismo no ‘Portugal Moderno’ (1899-1913)”, in *Fundação Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Ministério da Cultura, 2016. [Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2016/mulheres-feminismo-portugal-moderno-1899-1913-4920.pdf>, acessado a 11 de novembro de 2018].
- DIAS, Maria Odila da Silva, «Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do cotidiano», in COSTA, Albertina e BRUSCHINNI, Cristina (Orgs.), *Uma Questão de Gênero*, Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- ESTEVES, João, “Dos Salões Literários ao Associativismo pacifista, feminista, maçónico, republicano e socialista”, Comunicação apresentada no *Colóquio Internacional “Em Busca da História das Mulheres”*, Vila Nova de Gaia, 4.º Encontro da APIHM, 2001.
- _____, João, “O Movimento Sufragista em Portugal na 1.ª Metade do Século XX (1896-1947)”, in *A Mulher na História* (Atas dos Colóquios sobre a temática da Mulher – 1999-2000), Moita, Câmara Municipal da Moita, 2001.

- _____, João, “Produção, transmissão e reenquadramento do conhecimento por via da História das Mulheres: o caso da 1.^a República”, in *ex aequo*, n.º 30, 2014. [Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n30/n30a04.pdf>, acessado a 25 de agosto de 2020].
- FELGUEIRAS, Margarida Louro, "Brasileiros e a Instrução Popular" in *Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa, CNCDP, 2000.
- FERREIRA, António Gomes, “A criança e a pedologia no contexto da Primeira República em Portugal”, in *A Experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*, MOURÃO, Alda; GOMES, Ângela de Castro (Coord.), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/35879>, a 8 de janeiro de 2019].
- FERMINO, Chrystiane Castellucci. *As Mulheres nas Constituições e nos Códigos Cíveis Portugueses e Brasileiros dos sécs. XIX e XX*, Dissertação de mestrado em Estudos Feministas, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012. [Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/24342>, acessado a 15 março de 2019].
- FIGUEIREDO, Maria Irene, *A Reforma Educativa Portuguesa de 1986, Retórica e Realidade*, Universidade do Minho, Dissertação de Tese de Mestrado em Educação, Especialidade de Administração Escolar, Braga, 1993.
- FOUGYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique, “Movimentos feministas”, in *Dicionário Crítico do Feminismo*, HIRATA, Helena, LABOIRE, Françoise, DOARÉ, Hélène Le, SENOTIER, Danièle, (Orgs.), São Paulo, Editora UNESP, 2009.
- FREIRE, Maria Martha de Luna, ‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., jun. 2008. [Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250029045_'Ser_mae_e_uma_ciencia'_mulheres_medicos_e_a_construcao_da_maternidade_cientifica_na_decada_de_1920/link/56429b4808aebaaea1f9022f/download, acessado a 1 de junho de 2019].
- GARCIA, Janáina A. B., “Mulheres Exemplares: Vidas Contadas no Anuário das Senhoras de 1953”, São Paulo, in *Revista História Hoje*, n.º 5, 2004.
- GARDE, Paulo, “A Participação Política Feminina. Apontamentos Sobre Ribeirão Preto”, Ribeirão Preto, in *Dialogus*, v. 1, n.2, 2006.
- GOELLNER, Silvana Vilodre, “Corpo”, in *Dicionário Crítico de Gênero*, Dourados, UFGD, 2015.
- GOMES, Ângela Maria de Castro, “Aventuras e desventuras de uma autora e editora portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens ao Brasil”, in GOMES, Ângela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Org.), *Intelectuais, mediadores: práticas culturais e ação política*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.
- GUIMARÃES, Elina, “Há 50 anos — o II Congresso Feminista Português”, in *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, n. 2, de abril-junho de 1978.

- HEILBORN, Maria Luiza, “Usos e abusos da categoria de gênero”, in *Y nosotras latino-americanas? Estudos sobre gênero e raça*, HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.), São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 1992.
- JANZ WOITOWICZ, Karina; PEDRO, Joana Maria, “O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com direito ao corpo”, in *Revista Espaço Plural*, vol. X, no. 21, 2009. [Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/3574>, acessado a 5 de janeiro de 2019].
- JOAQUIM, Teresa, “Manuais de civilidade/comportamento”, in *O Dicionário Crítico de Gênero*, COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Org.), Dourados, Editora da Universidade Federal da Grande Dourados/MS (UFGD), 2015.
- LAINS, Pedro, “Os Progressos do Atraso”, in *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*, CABRAL, Manuel Villaverde; WALL, Karin; ABOIM, Sofia; SILVA, Filipe Carreira da, (Orgs.), Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, ICS da Universidade de Lisboa, 2008.
- LEANDRO, Sandra, *Desenhar Julieta Ferrão (1899-1974): a primeira directora de um Museu em Portugal*, Universidade Nova de Lisboa, Colibri, 2014. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/10955>, acessado a 26 de junho de 2015].
- LEITE, J. Costa, “Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”, in *Análise Social*, Vol. XXIII, 3.º, 1987.
- LEROUX-HUGON, Véronique, “L’infirmière au début du XXe siècle: nouveau métier et tâches traditionnelles”, in *Le Mouvement Social*, n.º 140, juillet-septembre, 1987.
- LONDOÑO, Fernando Torres, *Igreja e família no Brasil colonial. (Bloco III - História da Igreja)*, in *Revista de Cultura Teológica*, PUC/SP. São Paulo, 1994.[Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/download/14177/15008>, acessado a 25 de maio de 2019].
- LOPES, Farelo, “Direito de voto, regime de escrutínio e eleições feitas”, in FREIRE, André, *Eleições e sistemas eleitorais no século XX*, Lisboa, 2011.
- LOPES, Maria Antónia, “Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho de Meda (1889-1896)”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXV, 2001-2002.
- _____, Maria Antónia, “Estereótipos de ‘a mulher’ em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro)”, in Maria Antonietta Rossi (a cura di), *Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-XXI)*, Viterbo, Sette Città, 2017. [Disponível em: https://www.academia.edu/34344301/LOPES_Maria_Ant%C3%B3nia_Estere%C3%B3tipos_de_a_mulher_em_Portugal_dos_s%C3%A9culos_XVI_a_XIX, acessado a 10 de agosto de 2020].
- LOUSADA, Isabel, “Pela Pátria: a Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1938)”, in *XIX Colóquio de História Militar: “100 Anos de Regime Republicano: Políticas, Rupturas e Continuidades”*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar – Ministério da Defesa

Nacional, 2011. [Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/7007/4/11_IX_sessao_10_isabel_lousada.pdf, acessado a 8 de junho de 2012].

_____, Isabel Maria da Cruz, texto de apresentação intitulado “Dicionário(s) no Feminino”, à luz de dados biobibliográficos de Zília Osório de Castro, no percurso subjacente à edição de *Dicionário no Feminino*, obra conjunta a que a homenageada preside na orientação científica. [Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7383/1/Artigo%20Ilousada%5B2%5D.pdf>, acessado a 15 de agosto de 2020].

LOUSADA, Isabel; LAGUARDIA, Angela, “Maria Lacerda de Moura e Ana de Castro Osório: Correspondência em trânsitos Atlânticos e feministas”, in *Navegações*, Porto Alegre, V. 6, n.1, p. 99-104, jan./jun., 2013. [Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/25528561.pdf>, acessado a 26 de agosto de 2014].

MACEDO, Jorge Borges de, “O anti-clericalismo em Portugal no século XIX. Ensaio de uma perspectiva sociológica”, *Communio. Revista Internacional Católica*, Lisboa, Ano II, 1985.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A Indústria. Da transformação elementar à organização do Trabalho”, in *História de Portugal*, MATTOSO, José (Dir.), vol. V, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2007.

MALRAUX, André, “Man and Artistic Culture”, in *Reflections of Our Age*, Columbia Nova Iorque, University Press, 1949.

MARIANO, Maria de Fátima da Silva, *Às Urnas - a reivindicação do voto feminino na Península Ibérica (1821-1934)*, Tese Doutoramento, Lisboa, FCSH da UNL, 2017.

_____, Maria de Fátima da Silva, – “Leitura de *O que é feminismo?*”, in *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, Número 35, Ano 2016: 219. Cf., GOMES, P.; DINIZ, D.; SANTOS, M. H.; DIOGO, R., *O que é feminismo?*, Coleção “Cadernos de Ciências Sociais”, n.º 12, Lisboa, Escolar Editora, 2015.

_____, Maria de Fátima da Silva, “Pacifismo e feminismo em Portugal nas vésperas da 1ª Guerra Mundial”, Comunicação apresentada no I Encontro anual A Europa no Mundo “Pela Paz” (1849-1945), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 4 e 5 de abril de 2013.

MARQUES, Maria Gabriela Mota, *Demónios aperfeiçoados: o antifeminismo na imprensa portuguesa (1885-1914)*, Tese de Doutoramento, Coimbra, 2013. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/24648>, acessado a 12 de agosto de 2020].

_____, Maria Gabriela Mota, “A ‘maior humorista de todos os tempos’. A sátira Antifeminista na imprensa portuguesa”, in *Faces de Eva*, N.º 32, Edições Colibri / Universidade Nova de Lisboa, 2014.

MARTINS, Angela Maria Souza, “Breves reflexões sobre as primeiras Escolas Normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX”, Vol. 9, n.º35, Universidade Federal do

Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO NEB/NEPHEB, 2009.[Disponível em: https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pfhistedbr/seminario/seminario8/files/tsc_angela.pdf, acessado a 24 de junho de 2019].

MARTINS, Conceição Andrade, “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”, in *Análise Social*, Vol. XXXII (142), (3.º), 1997. [Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841637C11ZI0ud6Ap83SP9.pdf>, acessado a 17 de junho de 2019].

MATOS, Maria Izilda Santos de, “Propostas e lutas pela educação feminina: entre mães e operárias”, in *ESTUDOS IBERO-AMERICANOS*, v. 42, 2016: 352-371. [Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.1.22050>, acessado a 29 de agosto de 2020].

_____, Maria Izilda Santos de, “MULHERES E SORRISOS: em busca da beleza e sedução”, in *Outros Tempos* (Online), v. 17, 2020: 115-137. [Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v17i29.774>, acessado a 29 de agosto de 2020].

_____, Maria Izilda Santos de, “História das Mulheres e das Relações de Gênero: Campo Historiográfico”, Trajetórias e Perspectivas, in *Revista Mandrágora*, v. 19, 2013: 5-15. [Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v19n19p5-15>, acessado a 29 de agosto de 2020].

_____, Maria Izilda S. de, “Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea”, *Cadernos Pagu*, vol. 11, 1998: 67-75. [Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8657101>, acessado a 23 de agosto de 2020].

MOACHO, Dulce Maria Baptista, *Ana de Castro Osório e as Origens do Feminismo em Portugal*, Lisboa, ISCTE, 2003 (Dissertação de Mestrado).

MOGARRO, Maria João; DIAS, Vera, “Como Eu Vi o Brasil: A Mulher e a Educação na Perspectiva de Emília de Sousa Costa”, in *Congresso Brasileiro de História da Educação. O Ensino e a Pesquisa em História da Educação*, 5.º Congresso Brasileiro de História da Educação – São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Universidade Tiradentes, 2008.

MOREIRA, Nadilza Martins de Barros, “Júlia Lopes de Almeida e o universo feminino, carioca e burguês em Livro das Noivas”, in *Revista Temas em Educação*, n.º1, Paraíba, EDUEPB - Editora Universitária da Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2002.

NETO, Vítor, [Recensão a] PEREIRA, Miriam Halpern, *A Primeira República Portuguesa. Na fronteira do liberalismo e da democracia*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/43838>, acessado a 8 de janeiro de 2019].

NOGUEIRA, Carlos, “Emília de Sousa Costa: educação e literatura”, in *Revista Lusófona de Educação*, 23, 2013.

NÓVOA, António, “A Educação Nacional”, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, (Coord.) Fernando Rosas, *Nova História de Portugal*, Dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Lisboa, Presença, 1990.

- PATRINI, Augusto, “Oswald Spengler: um Enigma Histórico-Intelectual no Século XX, (A Decadência do Ocidente de Oswald Spengler: seu Conceito de História e seus Intérpretes), in *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*, ANPUH/São Paulo - UNESP - Franca, 2010.
- PEÇANHA, Natália Batista, “Uma pedagogia “para homens”: O *Rio Nu* e sua função disciplinadora do homem civilizado”, in *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH – RIO*, Rio de Janeiro, 2012. [Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1333064133_ARQUIVO_NataliaBatistaPecanha-UmapedagogiaparahomensORioNuesuafuncaodisciplinadoradohomemcivilizado.pdf, acessado a 15 de agosto de 2018].
- PEDRO, Joana Maria, “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”, in *Revista História*, São Paulo, Ed. UNESP, vol. 24, n.1, 2005. [Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>, acessado a 9 de março de 2019].
- PEREIRA, Miriam Halpern, “A 1.ª República e o Sufrágio em Portugal: O Debate de 1911 em Perspectiva Diacrónica”, in *História Constitucional*, n. 15, 2014. [Disponível em: <http://www.historiaconstitucional.com>, acessado a 8 março de 2018].
- PINTO, Paulo Mendes, “A subalternização da mulher na Bíblia vai estar em discussão neste sábado, em Lisboa”, Entrevista assinada pela jornalista Inês Duarte de Freitas, publicada no jornal diário *Público*, a 8 de novembro de 2019.
- PORTO, César, “A educação pelo romance”, *Educação Social - Revista de Pedagogia e Sociologia*, 3.º ano, n.º 4, 15 de abril de 1926.
- RAGO, Margareth, “Descobrimos historicamente o gênero”, *Cadernos Pagu*, Vol. 11, 2013. [Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465>, acessado a 15 de abril de 2020].
- RAMOS, Rui, “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo”, in *Análise Social*, vol. XXIV (103-104), 1988.
- REIS, Jaime, “O atraso económico português em perspectiva histórica”, working paper n.º 20, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 1984.
- RIAS, Ana Paula, “As regentes escolares”, in *História*, n.º 23/24, agosto/setembro de 1996.
- SAMUEL, Paulo, “A Águia e o Movimento da ‘Renascença Portuguesa’”, in *Revistas, ideias e doutrinas. Leituras do pensamento contemporâneo*, CASTRO, Zília Osório de; ANDRADE, Luís Crespo de (Coords.), Lisboa, Livros Horizonte, 2003. [Disponível em: http://ric.slihi.pt/A_Aguia/estudos/monografias, acessado a 13 de abril de 2020].
- SANTANA, Flávio Carreiro, *Majestosa educação. Família e civilidade no segundo reinado do Brasil (1840-1889)*, Coimbra, FLUC, 2014.

- SANTOS, Fernanda; FRANCO, José Eduardo, “A insustentável leveza das fronteiras: Clero Católico na Maçonaria e a questão do Anticlericalismo e do Antimaçonismo em Portugal”, in *REHMLAC – Revista de Estudios Históricos De La Masonería Latino Americana Y Caribeña*, Vol. 2, n.º 2, Costa Rica, IES Universidad Laboral de Gijón, Diciembre 2010 – abril 2011.
- SANTOS, Tânia Maria dos, “A Mulher nas Constituições Brasileiras”, in *II Seminário Nacional de Ciência Política: América Latina em Debate*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2009.
- SARDICA, José Miguel, “O Vintismo perante a Igreja e o Catolicismo”, in *Penélope*, n.º 27, 2002.
- SILVA, Francisco Ribeiro, “A Maçonaria e o Liberalismo no Porto”, in *Maçonaria, Igreja e Liberalismo. Masonería, Iglesia y Liberalismo*, Pedro Alvarez Lázaro (Coord.), Atas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia, Porto, 1994.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, “Produção, distribuição e consumo de livros no Brasil colonial”, in *Colóquio Letras*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, nr. 50, Julho, 1979.
- SILVA, Maria Regina Tavares da, “Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX”, in *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), s.l., s.e., 1983.
- SILVA, Michelle Pereira; INÁCIO FILHO, Geraldo, “Mulher e educação católica no Brasil (1889-1930): do lar para a escola ou a escola do lar?”, Universidade Federal de Uberlândia. [Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4775/art14_15.pdf, acedido em 11 de outubro de 2012].
- SOIHET, Rachel, PEDRO, Joana Maria, “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”, in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 27, n.º 54, 2007: 281-300.
- SOIHET, Rachel, *Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários*, Revista de Estudos Feministas [online], vol.13, n.3, 2005: 593. [Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300008>, acedido a 20 de janeiro de 2018].
- _____, Rachel, *La première vague du féminisme brésilien de la fin du XIXe siècle aux années trente*. In *Femmes, dots et patrimoines*, CLIO, Histoire, femmes et sociétés, 7, 1998.
- _____, Rachel, “Violência Simbólica. Saberes Masculinos e Representações Femininas”, in *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 7, jan. 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12558/11703>, acedido a 20 fevereiro de 2020.
- _____, Rachel, “História das Mulheres e História de Gênero. Um Depoimento”, in ‘Cadernos Pagu’, n. 11, 1998. [<https://pt.scribd.com/document/246631060/Historia-Das-Mulheres-Rachel-Sueht>].

- _____, Rachel, “A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia”, Niterói, v. 2, nº 1, 2.º sem., 2001. [Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30986/18075>, acessado a 25 de agosto de 2020].
- _____, Rachel, “Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX”, Trabalho apresentado no 7º *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, realizado na Universidade de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, em 2006. [Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_40.html, acessado a 27 de janeiro de 2019].
- TAVARES, Manuela “Feminismos – Percursos e Desafios”, in Conferência de abertura do Encontro “Ágora, el debate peninsular”, “Curso CHEGAR E FICAR. A agenda feminista”, Cáceres, 22 e 23 de outubro de 2009.
- TEIXEIRA, A. B., “A ‘Renascença Portuguesa’, movimento plural”, in *A Renascença Portuguesa. Tensões e divergências*, BORGES, Paulo; CARVALHO, Bruno Bêu de, (Coord.), Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.
- TELLES, Norma, “Rebeldes, Escritoras, Abolicionistas”, in *Revista de História*, nº 120, janeiro – julho, São Paulo, USP, 1989.
- _____, Norma, “Escritoras, Escritas, Escrituras”, in *História das Mulheres no Brasil*, 6.ª Edição, São Paulo, Contexto, 1997.
- VAQUINHAS, Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes, “Linhas de Investigação para a História das Mulheres nos Séculos XIX e XX. Breve Esboço”, in *Revista da Faculdade de Letras História*, Porto, III Série, vol. 3, 2002.
- _____, Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes, “‘Miserável e Gloriosa’ a Imagem Ambivalente da Mulher no Século XIX”, *“Senhoras e Mulheres” na Sociedade Portuguesa do Século XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- _____, Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes, ‘Linhas de Investigação para a História das Mulheres nos séculos XIX e XX: Breve Esboço’, in *Separata da Revista da Faculdade de Letras*, Vol. 3, Porto, Faculdade de Letras, 2002.
- _____, Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes, *Los Peligros de la Lectura en Femenismo: de los Libros Prohibidos a los Libros Aconsejados (Siglos XIX-XX)*, Barcelona, UAL, 2012 [Sep. De.: La Producció i Circulació de Llibres Clandestins des de L’Antiguitat Fins als Nostres Dies, Ed. Jesús Alturo, Miguel Torras, Ainoa Castro, Universidade Autònoma, 2012].
- _____, Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes, “O riso como arma social: algumas reflexões históricas (finais do século XIX-inícios do século XX)”, in *IX Simpósio Nacional de História Cultural: Culturas – Artes – Políticas: Utopias e Distopias do Mundo Contemporâneo – 1968 – 50 anos depois*, Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT / BR (Cuiabá, Brasil). [Disponível em : <http://gthistoriacultural.com.br/IXsimposio/>, acessado a 26 de agosto de 2019].

- _____, Irene M., “Estudos sobre a História das Mulheres em Portugal: as grandes linhas de força no início do século XXI”, in *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v.6, n.1, jan./jul., 2009. [Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271162861_Estudos_sobre_a_historia_das_mulheres_em_Portugal_as_grandes_linhas_de_forca_do_seculo_XXI/link/57bd0b2908ae6c703bc52b9b/download, acessado a 16 de setembro de 2019].
- _____, Irene M., “As Mulheres na Sociedade Portuguesa Oitocentista. Algumas Questões Económicas e Sociais (1850-1900)”, in *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Séc. XIX*, VIEIRA, Benedicta Maria Duque (Org.), Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Lisboa, CEHCP – ISCTE, 2004. [Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/36869/1/As%20mulheres%20na%20sociedade%20portuguesa%20oitocentista.%20Algumas%20quest%C3%B5es%20economicas%20e%20sociais%20%281850-1900%29.pdf>, acessado a 18 de junho de 2019].
- _____, Irene, “Género e História”, in *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, MATOS, Sérgio Campos (Coord.), Centro de História da Universidade de Lisboa, 2020. [Disponível em: http://dichp.bnportugal.pt/instituicoes/instituicoes_academia_ciencias.htm, acessado a 17 de agosto de 2020].
- _____, Irene, “Abnegação, espírito de sacrifício e compaixão: as questões de género na enfermagem em Portugal (2ª metade do século XIX e inícios do século XX)”, in *Livro de Atas do III Encontro Internacional de História da Enfermagem, A enfermagem na oficina de Clio: Perspetivas históricas em torno dos cuidados de saúde*, SPHE, 2-3 maio de 2017, Sociedade Portuguesa de História da Enfermagem, Porto, 2017. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/45409>, acessado a 16 de agosto de 2020].
- _____, Irene, “Memória e História das mulheres e de Género: uma reflexão a partir do caso português”, in *Memória Coletiva, Memória Individual, e História Cultural*, PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire, (Org.), Edições Verona, 1.ª Edição, 2020. [Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/87404/1/Memoria%20e%20Historia%20das%20mulheres.pdf>, acessado a 25 de agosto de 2020].
- VIEIRA, Marly Jean de Araújo P., “A Literatura Feminista de Júlia Lopes de Almeida”, in *Anais do XIV Seminário Nacional Mulher e Literatura / V Seminário Internacional Mulher e Literatura, Palavra e Poder – Representações Literárias*, Brasília, Universidade de Brasília, 4 a 6 de agosto de 2011.
- VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos, *A primeira Escola Normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores*, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

1.2.3. Textos Legislativos e Regulamentares

Constituição Política da República Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.
Constituição da República Portuguesa, 1933.

Código Eleitoral, 3ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1913.

Código do Registo Civil – decreto com forças de lei de 18 de fevereiro de 1911, Coimbra, Edição da Livraria Editora, F. França Amado, 1911.

Constituição da República Federativa do Brasil, texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. [Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf, acessado a 26 de agosto de 2016].

Código Civil Portuguez, também conhecido por ‘Código de Seabra’, aprovado por Carta de Lei de 1 de julho de 1867, de Joaquim Pedro de Seabra Júnior, Editado pela Livraria Internacional – Ernesto Chardron (Porto) e Ernesto Chardron (Braga), 1879. [Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1206.pdf>, acessado a 2 de agosto de 2018].

Lei do Divórcio, Decreto de 3 de Novembro de 1910. [Disponível em: <http://www.laicidade.org/documentacao/legislacao-portuguesa/portugal/republica-1910-1926/divorcio/>, acessado a 6 de dezembro de 2016].

Leis da Família, Lisboa, Biblioteca d'Educação Nacional 1910. - 20 p.; 19 cm. - (Biblioteca d'Educação Nacional; 20). - 1º v.: O casamento como contrato civil. - 2º v.: Protecção dos filhos: (Diário do Governo nº. 70, de 27 de dezembro de 1910). [Disponível em: http://bibliotecaparticular.casafernandopessoa.pt/3-61/1/3-61_item1/index.html?page=1, acessado a 27 de janeiro de 2018].

1.2.4. Exposições e Catálogos

Humorgrafe. *150 anos de caricatura em Portugal*, Amadora, Portugal: Humorgrafe, 1997: s/p.

Cartaz da mostra *No Centenário da Cruzada das Mulheres Portuguesas*, que decorreu entre 28 de janeiro e 30 de abril de 2016, na Biblioteca Nacional de Portugal.

Exposição virtual *Brasil Feminino*, patrocinada pelos curadores Marcus Venicio Ribeiro e Luciano Figueiredo, promovida pela Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).

2. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. S., *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*, São Paulo, EdUNESP, 1998.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio, *De Marx a Darwin*, Gradiva, 2009.

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline, *O que é Feminismo?*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.
- ALVES, Jorge Fernandes, *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*, Gráfica Reunidos, 1994.
- ARAÚJO, Helena Costa G., *Pioneiras na educação: As professoras primárias, percursos, experiências e subjectividades, 1870-1933*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 2000.
- ARENDT, Hannah, *A Condição Humana*, Rio de Janeiro, Forense Universitária/ EDUSR, 1981.
- ARISTÓTELES, *Les parties des animaux*, Paris, Les Belles Lettres, 1957.
- BARTOLONI, Stefania, *Donne nella Croce Rossa Italiana tra Guerra e impegno sociale*, Venezia, Marsilio, 2005.
- BAUMER, Franklin L., *O Pensamento Europeu Moderno – Séculos XIX e XX*, Vol. II, (Trad. Maria Manuela Alberty), Lisboa, Edições 70, 1977.
- BENNASSAR, Bartolomé e MARIN, Richard (Dir.), “O Século XX Brasileiro”, in *História do Brasil*, (tradução de Serafim Ferreira), Lisboa, Editorial Teorema, 2000.
- BENTO, J. Gomes, *O Movimento Sindical dos Professores – finais da Monarquia e I República*, Lisboa, Caminho, 1977.
- BOILEAU, Étienne, *Les Métiers et Corporations de la Ville de Paris*, Publié par René de Lespinasse et François Bonnardot, Paris, Imprimerie Nationale, MDCCCLXXIX.
- BOURDIER, Pierre, *A dominação masculina*, 2.^a Ed., Bertrand Brasil, 2002.
- BOSI, Alfredo, *Dialética da Colonização*, 3.^a ed., São Paulo, Companhia das Letras.
- BRAGANÇA, Aníbal, *As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967)*, Matrizes (USP. Impresso), Vol. 2, 2009.
- _____, Aníbal, “A transmissão do saber, a educação e a edição de livros escolares”, in DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Org.), *Política, nação e edição, o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*, 1.^a Ed., São Paulo, Annablume, 2006.
- _____, Aníbal, *Rio de Janeiro, Paris et Lisbonne - La présence de Francisco Alves dans le monde éditorial européen*, in COOPER-RICHET, D.; MOLLIER, J-Y. (Org.), *Le commerce transatlantique de librairie, un des fondements de la mondialisation culturelle (France, Portugal, Brésil, XVIII-XX siècle)*, 1.^a Ed., Publiel/IEL/Unicamp, Campinas – SP, 2012.
- BRUNO, Sampaio, *O Brasil Mental – Esboço Crítico*, (Prefácio) António Telmo, Porto, Lello Editores, 1997.

- CAMBI, F., *História da Pedagogia*, (Trad. de Álvaro Lorencini), São Paulo, Editora UNESP, 1999.
- CANDEIAS, António (Direção e Coord.); PAZ, Ana Luísa e ROCHA, Melânia; *Alfabetização e Escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os Censos e as Estatísticas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- CARVALHO, J.M., *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, 3.^a Ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- _____, J. M., *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, César A.; CASTELLANOS, Velazquez Samuel; FELGUEIRAS, Margarida L. (Eds.), *Escritos de História da Educação: Brasil e Portugal*, São Luis (BR), Café e Lápis, 2012.
- CASTRO, Zília Osório; ESTEVES, João; MONTEIRO, Natividade (Coord.), *Mulheres na 1.^a República. Percursos, Conquistas e Derrotas*, Lisboa, Edições Colibri, 2011.
- CATROGA, Fernando; ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Respublica. Cidadania e representação política em Portugal 1820-1926*, Assembleia da República/Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 2010.
- CHARTIER, Roger, *A História Cultural. Entre práticas e representações*, 2.^a Ed., Difel, 2002.
- CHIAROMONTE, Nicola, *Credere e Non Credere*, Bologna, Il Mulino, 1993.
- COLLINGWOOD, R.W., “Oswald Spengler and the Theory of Historical Cycles”, *Antiquity*, vol. I, Antiquity Publications Ltd., 1927.
- COSTA, Célia Rosa Batista, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947). Uma organização Feminista*, Lisboa, Universidade Aberta, 2007.
- COSTA, Fernando Marques da *Mulheres, Elites e Igualitarismo na 1.^a República*, Coimbra, Coimbra Editora Lda., 1986.
- _____, Fernando Marques da, *A Maçonaria Feminina*, Lisboa, Editorial Vega, s.d..
- COSTA, Suely Gomes, “Gênero e História”, in, ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.), *Ensino de História: conceitos temáticos e metodologia*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- DELLILE, Maria Manuela et al., Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Joaquim de Vasconcelos. Sua projecção nas Artes e nas Letras portuguesas, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2013.
- DESCAMPS, Paul, *Le Portugal. La Vie Sociale Actuelle*, Paris, Firmin-Didot, 1934.

- DIAS, Maria Odila da Silva, *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, São Paulo, 2.^a ed., Editora Brasiliense, 1995.
- D'INCAO, Maria Ângela, “Mulher e família burguesa”, in *História das Mulheres no Brasil*, São Paulo, Contexto, 1997.
- ANDRADE, Carlos Drummond de, “Mulher Eleitora”, in ANDRADE, Carlos Drummond de, *Poesias completas*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2006.
- DUARTE, Constância Lima, *Nísia Floresta, a Primeira Feminista do Brasil*, 1.^a ed., Florianópolis, Editora Mulheres, 2005.
- DUTRA, Padre Theophilo, *Uma chicara de chá*, lições de civilidade publicadas no *Lar Catholico de Juiz de Fôra* e Reunidas em volume pelo auctor, Rio de Janeiro, Fides Brasiliae, 1926.
- ELIAS, Norbert, *La civilisation des moeurs*, Col. Pluriel, Paris, Calmann Lévy, 1982.
- ESTEVES, João, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: uma Organização Política e Feminista (1909-1919)*, Lisboa, CIDM, 1992.
- _____, João, *As Origens do Sufragismo Português*, Lisboa, Edições Bizâncio, 1998.
- ESTEVES, João, *Ana de Castro Osório (1872 – 1935)*, Lisboa, CIG, 2014.
- FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder*, vol. 1, Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1987.
- FERREIRA, Carla Lopes, *Ensino das Literaturas de Língua Portuguesa: Percursos de Leitura da Narrativa*, Lisboa, CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa, 2012.
- FIGUEIREDO 33.º, Joaquim Gervásio de, *Dicionário de Maçonaria. Seus Mistérios, Seus Ritos, Sua Filosofia, Sua História*, 4.^a Edição, São Paulo, Editora de Pensamento, 1974.
- FIORINZA, Elisabeth Schüssler, *Sharing Her Word: Feminist Biblical Interpretation in Context*, Boston, 1998. TOLDY, Teresa, (Trad.), in *Também há Mulheres Filósofas*, Caminho, Lisboa, 2001.
- FLORES, Conceição; DUARTE, Constância Lima; MOREIRA, Zenóbia Collares, *Dicionário de Escritoras Portuguesas – das Origens à Actualidade*, Florianópolis, Editora Mulheres, 2009.
- FREITAS, Carla Baptista De, *Antropofagia Ritual e Identidade Cultural nas Sociedades Ameríndias: A Representação do “Outro” na Literatura Brasileira e Portuguesa do Século XIX*, Secretaria Regional da Educação e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 2011.
- FURET, François; OZOUF Jacques, *Lire et Ecrire. L’Alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1977.

- GOMES, P.; DINIZ, D.; SANTOS, M. H.; DIOGO, R., O que é feminismo?, Coleção “Cadernos de Ciências Sociais”, n.º 12, Lisboa, Escolar Editora, 2015.
- GRAMSCI, António, *Cadernos do Cárcere*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- JOÃO XXIII, *Encíclica Pacem in Terris*, Lisboa, Sampedro, 1964.[Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html, acessado a 27 de janeiro de 2019].
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira, *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*, Ensaios 12, São Paulo, Editora Ática, 1984.
- _____, Miriam Moreira (Org.), *A Condição Feminina no Rio de Janeiro, Século XIX: Antologia de Textos de Viajantes Estrangeiros*, São Paulo, HUCITEC, Rio de Janeiro, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
- LEITE, Joaquim da Costa, “População e crescimento económico”, in *História Económica de Portugal 1700-2000*, Vol. II, O Século XIX, Lisboa, ICS, 2005.
- LÉNINE, Vladimir Ilitch, *A Instrução Pública*, (Tradução para o português pelo Instituto de Marxismo – Leninismo anexo ao CC do PCUS), Moscovo, Edições Progresso, 1981.
- LOBATO, Monteiro, *O dicionário brasileiro*, in *A onda verde e o presidente negro*, São Paulo, Brasiliense, 1967.
- LOBROT, Michel, *Os Efeitos da Educação*, (Trad. de Cecília Costa Marques), Lisboa, Edições 70, 1974.
- _____, Michel, *A pedagogia institucional*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1966.
- LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. O., *História da Educação*, Rio de Janeiro, DP&A., 2001.
- MAGALDI, A. M. B. M., *Lições de Casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*, Belo Horizonte, Argvmentum, 2007.
- McCULLOUGH, Wava, *Manual Ilustrado de Técnica de Enfermagem*, Maria Theresa D’Avillez (Trad.), Livraria Sampedro, 1958.
- MANOEL, I. A., *Igreja e Educação Feminina (1859-1910). Uma face do conservadorismo*, São Paulo, EdUNESP, 1996.
- MARIANO, Maria de Fátima da Silva, *As Mulheres e a I República*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2001.
- MARQUES, A. H. De Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, 2 Vols., Lisboa, Editorial Delta, 1986.

- _____, A. H. De Oliveira, *História de Portugal. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, 13.^a Edição, Vol. III, Lisboa, Editorial Presença, setembro de 1998.
- _____, A. H. De Oliveira, *História da Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1990-1997.
- MATTOSO, José (Dir.); VAQUINHAS, Irene M. Montezuma (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*, Vol. III, Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2011.
- MAWE, John, *Viagens ao Interior do Brasil (1807-1810)*, São Paulo, Belo Horizonte, EDUSP/ Itatiaia Editora, 1978.
- MELO, Helena Pereira, *Os Direitos das Mulheres no Estado Novo*, Coimbra, Edições Almedina, 2017.
- MOLINARI, Augusta, *Una patria per le donne. La mobilitazione femminile nella Grande Guerra*, Bologna, Società Editrice il Mulino, 2014.
- MONNET, Jean, *Les États-Unis d'Europe ont commencé*, Paris, Robert Laffont, 1955.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença, 1978.
- MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.), *Escritoras Brasileiras do Século XIX*, Editora Mulheres, Florianópolis, Santa Cruz do Sul, EDUNISC Editora, 1999.
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar: Os Tempos Áureos (1926-1936)*, vol. II, Coimbra, Atlântida Editora, 1977.
- NOSELLA, P.; BUFFA, E., *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos*, São Carlos, EdUFSCar, 1996.
- NÓVOA, António, *Les Temps des Professeurs*, Lisboa, INIC, 1987.
- NOVAES, M. E., *Professora Primária: Mestra ou Tia?*, 6.^a Ed., São Paulo, Cortez, 1995.
- Ó, Jorge Ramos do, *O Lugar de Salazar – Estudo e Antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
- ORTIGÃO, Ramalho, “A educação das mulheres – meninas examinadas no liceu – suas mestras”, *As Farpas*, Vol. III, Lisboa, Clássica Editora, 1992.
- OUTEIRINHO, Maria de Fátima, “Guiomar Torrezão ou Memória de uma Mulher de Letras Oitocentista”, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1998.
- PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.), *Masculino, Feminino, Plural: Gênero na Interdisciplinaridade*, Florianópolis, Editora Mulheres, 1998.

- PEREIRA, Miriam Halpern, *A política portuguesa de emigração (1850 a 1930)*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.
- _____, Miriam Halpern, *A Primeira República. Na Fronteira do Liberalismo e da Democracia*, 2.^a Edição, Lisboa, Gradiva Publicações S.A., 2016.
- PERROT, Michelle, *Minha história das mulheres*, (Trad. de Ângela M. S. Corrêa), São Paulo, Contexto, 2008.
- PIMENTEL, Irene Fluster, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.
- _____, Irene Fluster, *A cada um o seu lugar. A política feminina do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2011.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.), *Nova História das Mulheres no Brasil*, São Paulo, Contexto, 2012.
- PINTO, Celi Regina Jardim, *Uma História do Feminismo no Brasil*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PINTO, Edith Pimentel (Org.), *O Português do Brasil: Textos Críticos e Teóricos, I – 1820/1920, Fontes para a Teoria e a História*, São Paulo, São Paulo, Editora da Universidade de 1978.
- PIRES, Daniel, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1941-1974)*, 2 vols., Lisboa, Grifo Limitada, 1999.
- PLATÃO, *Diálogo: Timeu, Critias, o Segundo Alcebiades, Hípias Menor*, Belém, UPPA, GEU, 1986.
- PROENÇA, Maria Cândida, *A Reforma de Jaime Moniz*, Edições Colibri, Lisboa, 1997.
- PROENÇA, M. C., “A Educação”, in *História da Primeira República Portuguesa*, ROSAS, Fernando; ROLLO, M. F. (Coord.), Edições Tinta da China, Lisboa, 2009.
- RAGO, Luzia Margareth, *Do Cabaré ao Lar: a Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil 1890-1930*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Guerra, 1985.
- REIS, Carlos (Dir.); LOURENÇO, António Apolinário, *História Crítica da Literatura Portuguesa, [O Modernismo]*, vol. VIII, Verbo, 2015.
- RIOT-SARCEY, Michèle, “Feminismo Francês”, in *Dicionário das Utopias*, (Dir. de) Michèle Riot-Sarcey, Thomas Bouchet, Antoine Picon, (Trad. de) Carla Bogalheiro Gamboa, Tiago Marques, Edições Texto & Grafia, Lisboa, 2009.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, *Das Migrações às Interculturalidades*, Edições Afrontamento, 2014.

- RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, José Maria Amado, *História da Indústria Portuguesa. Da idade média aos nossos dias*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira, “As estruturas populacionais. A mobilidade geográfica. A Emigração”, in *História de Portugal*, MATTOSO, José (Dir.), vol. V, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2007.
- SAFFIOTI, H. I. B., *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*, Petrópolis, Vozes, 1976.
- SALAZAR, António de Oliveira, “Conceitos económicos da nova Constituição”, discurso radiodifundido em 16 de março de 1933, in *Salazar, Antologia, 1909-1966*, vol. I, Coimbra Editora, 1966.
- _____, António de Oliveira, “Caminho do Futuro”, in *Discursos*, Vol. I, discurso pronunciado na sede da União Nacional a 1 de julho de 1958.
- SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de, *Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*, São Paulo, EDUC, 1997.
- SAMARA, Maria Alice, *Operárias e burguesas. As mulheres no tempo da República*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.
- SANTOS, Sidney Francisco Reis dos, *Mulher: Sujeito ou Objeto de sua Própria História?*, Florianópolis, OAB/SC, 2006.
- SARAIVA, António José; LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 15.^a Edição, Porto Editora, 1989.
- SCIEBINGER, Londa, *O Feminismo Mudou a Ciência?*, Baurau, EDUSC, 2001.
- SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.), *Dicionário Mulheres do Brasil. De 1500 até a atualidade*, 2.^a edição, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2000.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo *História de Portugal – O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Vol. VI, Lisboa, Editorial Verbo, 1981.
- SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808 – 1821)*, (pref. de) Sérgio Buarque de Hollanda, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.
- SILVA, Maria Regina Tavares da, “História no Feminino: os Movimentos Feministas em Portugal”, *História de Portugal – Dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, dirigida por João Medina, Vol. XV, Lisboa, Ediclube.

- SILVA, Vitor Manuel De Aguiar e, *Teoria da Literatura*, 8.^a Edição, Vol. I, Livraria Almedina, Coimbra, 1988. SIMÕES, Manuel Breda, “COSTA de Sousa de Macedo, D. Antonio da (1824-1892)”, 1963.
- SOUSA, Marnoco e, *Constituição Política da República Portuguesa. Commentario*, Coimbra, França Amado Editor, 1913.
- SLOVSKIJ, Viktor, *Teoria della Prosa*, prima edizione integrale, Torino, Einaudi, 1976.
- SOIHET, Raquel, *Feminismo a antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2013.
- STOER, Stephen; ARAÚJO, Helena C. G., “A contribuição da educação para a formação do Estado Novo: continuidade e rupturas (1926-33), in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*, Lisboa, Fragmentos, 1987.
- THIVILLON, Séverine, *La caricature dans le média*, Lyon, França, Institut d’Etudes Politiques de Lyon, Université Lumière, Lyon II, 2003.
- TOMASEVSKIJ, Boris, *Teoria della Letteratura*, Milano, Feltrinelli, 1978.
- TRAT, Josette, “Movimentos Sociais”, in *Dicionário Crítico do Feminismo*, HIRATA, Helena, LABOIRE, Françoise, DOARÉ, Hélène Le, SENOTIER, Danièle, (Orgs.), São Paulo, Editora UNESP, 2009.
- TRINDADE, E. M. C., *Clotildes ou Marias: Mulheres de Curitiba na Primeira República*, Curitiba, Fundação Cultural, 1996.
- VÁLCÁRCEL, Amélia, *La Política de las Mujeres*, Madrid, Cátedra, 1997.
- VARIKAS, Eleni, “Feminismo Inglês”, in *Dicionário das Utopias*, (Dir. de) Michèle Riot-Sarcey, Thomas Bouchet, Antoine Picon, (Trad. de) Carla Bogalheiro Gamboa, Tiago Marques, Edições Texto & Grafia, Lisboa, 2009.
- VAQUINHAS, Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes, ‘*Senhoras e Mulheres*’ na Sociedade Portuguesa do Século XIX, 1.^a Edição, Lisboa, Colibri, 1999.
- _____, Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes, *As Mulheres no Mundo Contemporâneo: História Comparada*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.
- _____, Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes, *Nem Gatas Borralheiras, nem Bonecas de Luxo: as Mulheres Portuguesas sobre o olhar da História (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.
- _____, Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes, “História das Mulheres”, in *Dicionário Crítico do Género*, Ana Maria Colling e Losandro Antonio Tedeschi (Org.), Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados/MS (UFGD).

- _____, Irene M., “A família, essa ‘pátria em miniatura’”, in *História da vida privada em Portugal - A época contemporânea*, (coord. de Irene Vaquinhas), [s. l.], Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2011.
- _____, Irene M., “Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)”, in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I: A-E, Lisboa, Edição Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/41365>, acedido a 12 de agosto de 2020].
- _____, Irene M., “Género e História”, in *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, MATOS, Sérgio Campos (Coord.), Centro de História da Universidade de Lisboa, 2020. [Disponível em: http://dichp.bnportugal.pt/instituicoes/instituicoes_academia_ciencias.htm, acedido a 17 de agosto de 2020].
- VAQUINHAS, Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes (Coord.); PINHO, Maria Eugénia; MARQUES, Maria Gabriela; GUIMARÃES, Maria Alice, *Entre Garçonnes e Fadas do Lar: Estudo Sobre as Mulheres na Sociedade Portuguesa do Século XX*, 1.^a Edição, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.
- VENTURA, António, *Silêncio e virtude - Uma História da Maçonaria feminina em Portugal*, Temas e Debates – Círculo dos Leitores, 2016.
- VERÍSSIMO, José, *História da Literatura Brasileira. De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*, Rio de Janeiro, Edelbra, 1915.
- _____, José, *A Educação Nacional*, 2.^a Edição aumentada de uma introdução e de um capítulo novos, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1906.
- VOVELLE, Michel (Dir.), *O Homem do Iluminismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.
- WALKER, Nancy A., *A very serious thing. Women's humor and American culture*, United States, American Culture, 1988.
- WOOLF, Virgínia, *Profissões para Mulheres*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996. [Disponível em: <https://medium.com/revista-beira/profiss%C3%B5es-para-mulheres-2c20db8108b3>, acedido a 15 de agosto de 2020].

3. SÍTIOS WEB⁸¹⁸

Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – <https://apem-estudos.org/pt/page/o-que-somos>

⁸¹⁸ Para não indicarmos todas as datas de acesso optamos por referir a data em que conferimos que os Sítios referenciados se encontravam disponíveis: 15 de agosto de 2016.

Assembleia da República – www.parlamento.pt

Feminism and Women Studies – <http://feminism.eserver.org/>

Femiteca – <http://www.femiteca.com/spip.php?auteur49>

Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional –
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Historia Siglo XX - el sitio web de la historia del siglo XX –
<http://www.historiasiglo20.org/sufragismo/triunsufrag.htm>

Proyeto Clío - Hacer historia en la era digital –
<http://clio.rediris.es/udidactica/sufragismo2/>

REF - Revista de Estudos Feministas – <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>

Senado Brasileiro – <https://www25.senado.leg.br>

ANEXOS

N12/137

C^{ia}. GRAPHICO - EDITORA MONTEIRO LOBATO

ESCRITORIO CENTRAL
PRAÇA DA SÉ, 34 - 1.º ANDAR
PHONE: CENTRAL 4012 - CAIXA, 2-B
END. TELEGR. "EDITORA"
CODIGOS: RIBEIRO 5A. ED. E MASCOTE



SOCIEDADE ANONYMA
REG. DO COMMERCIO 4948

FABRICA E DEPOSITO:
RUA BRIGADEIRO MACHADO, 35
ALMOXARIFADO: RUA HIPPODROMO, 48 A 64
PHONE: BRAZ, 1269

Ex./L.

SÃO PAULO, 14 de Maio de 1925.

Exma. Sra. D. Anna Osorio

Capital

Exma. Sra.-

Em mãos sua carta de 11 de Abril, de cujo teor fico
ciente, fazendo votos pela prosperidade da sua empresa.-

Nossa companhia editora está neste momento fóra do mercado, occupada apenas em imprimir obras já em dominio publico, dramas, bacamartes de Escrich, Ponson, Dumas, etc., unicas cousas que o Brasil lê. Como desejamos formar um grande fundo dessa mercadoria, reservamos este anno para isso e de accordo com esse programma não estamos examinando nenhum negocio verdadeiramente editorial, a não ser no ramo juridico e didactico. Por essa razão creio que não podemos fazer nenhum dos negocios que a Sra. propõe, sendo que alguns delles não estão na alçada da nossa empresa, que é apenas editora, não mantendo nenhuma livraria para venda directa ao publico. Accresce ainda que por systema não imprimimos nem editamos livros portuguezes, visto que a ridicula reforma orthographica que a Republica inventou é visceralmente repellida pelo nosso publico. Apenas fizemos um livro nessas condições e já nos arrependemos.-

Quanto á venda de obras brasileiras em Portugal, isso é cousa em que nem se sonha, não só por causa do cambio, como porque a mentalidade dos dois paizes cada vez mais se antagonisa, e um não entende o outro. Basta lhe dizer que a nossa casa, com a producção já de um milhão de volumes por anno, e com cerca de 500 edições de sua propriedade, nunca vendeu um só livro em Portugal - e nem procura fazel-o, porque é tempo perdido. As tentativas que em tempo fizemos foram um desastre completo. Tenho, porisso, a impressão que o Brasil e Portugal caminham em direcções contrarias e nunca mais se entenderão.-

Quando apparecer em São Paulo queira dar-me a honra da sua visita, pois de um entendimento pessoal pode resultar alguma coisa.-

E disponha deste seu

Crd^{te}. e Admr.



Monteiro Lobato

Anexo I: Carta com resposta de Monteiro Lobato, com data de 14 de maio de 1925, a carta de Ana de Castro Osório.

[Espólio da Família Castro Osório, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal]

N^o 12/158

CLUB PORTUGUÊS

FUNDADO EM 14 DE JULHO DE 1920

Telefones: { Cidade, 2855
Cidade, 643 (Secretaria)
SÃO PAULO

A MINHA HOMENAGEM À EXMA. SENHORA D. ANNA DE CASTRO OZÓRIO.
PELO SEU AFILHADO DE GUERRA-GERALDO DE BARROS CARDOSO.

EXMA. SENHORA. SAUDAÇÕES.

Saúdo uma voz plangente, uma voz sonora, um verbo ardente e grandiloquo, suave e melodioso que, ecôa aos tímpanos dos meus órgãos auditivos - como se fosse a murmurio languido de fadas surgindo de Arpa-Dolente, por entre as espumas alvacentas das ondas barulhentas, em pleno Escolho-Oriental!...

Ouçoo suavemente, meigamente, ecoar essa voz por entre as vagas tumultuosas d'um mar revoltoso. - Humanamente fallando - Esse Mar irado, é a massa abrupta que amalgama as consciências neste Vasto-Hemisfério.

Mas essa voz Olympica, tem o misticismo dos Anjos-Celestiaes, encerra docilmente no seu Canto, um vasto Poema de Amor, - Amor: - Sacrosanto, Sublime, Amor Saudoso d'uma Patria Distante, - Grande e Alta - ainda incompreendida infelizmente pela maioria dos seus filhos, espalhados pelas cinco partes do Mundo.

Essa voz, minha Madrinha; Domina todos os preconceitos sociaes attingindo o pondo almejado; abolindo por completo tudo o que encerra a essencia de nocivo, mesquinho, e baixo; trepidando ao cumulo do edal sublime, e ultrapassa os limites d'um sacrificio supremo, fustigando os Descrentes da nossa Mãe-Patria, fazendo reviver em nossos corações os feitos da antiga Renascença, despertando os espiritos entorpecidos de nossos concidadãos domiciliados n'esta Santa-Terra.

Esse vinculo Racial ha-de germinar, fertilisar, o Campo d'este Immenso-Brasil, e a semente moralista que vós lanças á terra, ha-de reproduzir-se na alma de todos os portuguezes!... Bem-Vinda-Sojais!... Trazeis convosco o Relicario Santo da Patria, trazeis o Livro D'ouro onde, estão gravadas todos os Herois, que primaram pelos seus - feitos jamais inegualados.

Vós tendes em vossa alma um recanto de todo o meu Portual!... O verbo inflamado dos poetas, rouxinoes cantando saudosos trinados á beira dos chopaes, o murmurio das aguas serpenteando e cantando, - queixumes por entre os salgueiraes!...

Portuguezes-Levantae-vos!... Já é tempo, Acordae: - D'essa apatia nostalgica, nao mergulheis na misantropia do isolamento, não sejais victimas do vosso proprio orgulho unificae-vos mutuamente para a Obra - Fraterna Lusobrasileira!... Vede-Como essa Santa, vem das terras d'Alem-Mar, trazen no seu coração nacionalista, todas as joias do seu thesouro litterario, espargindo no Jardim - Colonial o fructo radioso da abnegação, com que defende os Direitos Traditionaes e Gloriosos da nossa Raça.

Meus Senhores: - Minh'alma não tem frases eloquentes, uma inspiração canora, activa e sublimada que, possa engrandecer e collocar a minha simples saudação, (mas sincera) á altura da Obra-Immortal de D. Anna. Quem sou Eu?... Um simples portuguez que, nos transees dolorosos e aventureiros da minha Vida atribulada, tenho cumprido fielmente o meu desideratum. Mas eu nada sou, por tanto fallamos de D. Anna: Fallamos da sua obra perante o sagrado altar da Patria; a fecunda seara que D. Anna cultivava com esmero e carinho, o verdadeiro fructo não pode sazonar repentinamente, mas o porvir, as gerações futuras, responderão pelo seu completo exito. Quantas obras eloquentes todas ellas impreganadas d'um culto altamente-scientifico e patriotico!... Quantas contrariedades a vencer, dos elementos antagonicos, dos seus inimigos figadaes, que a espreitam de olhos esgaseados, atonitos, curvados, e rendidos ao seu talento indestructivel e incomparavel.

Anexo II: Carta/homenagem a Ana de Castro Osório, escrita pelo afilhado de Guerra, Geraldo de Barros Cardoso.

[Espólio da Família Castro Osório, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal]

L.º N.º



N.º 361

Ministério da Instrução Pública

DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO E NORMAL

2.ª REPARTIÇÃO

Declaro que no dia 22 de Outubro de 1920 foram entregues na 2.ª Repartição da Direcção Geral do Ensino Primário e Normal, pela Sr.ª D. Ana de Castro Osório, para serem presentes ao concurso de livros aberto em 22 de Abril de 1920;

2 exemplares do livro "A MINHA PÁTRIA" em provas dactilografadas, para nova edição;

2 exemplares do livro "OS NOSSOS AMIGOS" -- idem;

2 " " " " "LEND E APRENDENDO" -- idem;

2 " " " " "O LIVRINHO ENCANTADOR" -- idem;

2 " " " " "VIAGENS AVENTUROSAS DE FELÍCIO E FELIZARDA" -- idem;

38 desenhos originais de Leal da Câmara, destinados ao "Livrinho Encantador"; *(estes livros foram impressos, a autora, e resultaram em 12 de Junho 1921.)*

1 exemplar impresso (especimen) de livro "A MINHA PÁTRIA";

1 " " " " " "LEND E APRENDENDO";

1 " " " " " "OS NOSSOS AMIGOS";

8 páginas impressas do livro "O LIVRINHO ENCANTADOR"

8 " " " " " "VIAGENS AVENTUROSAS DE FELÍCIO E FELIZARDA".

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal, em 22 de Outubro de 1920.



O Director Geral,

[Signature]

Anexo III: Declaração do Ministério de Instrução Pública – Direcção Geral do Ensino Primário e Normal sobre a entrega de obras de Ana de Castro Osório para Concurso de Livros aberto em 22 de abril de 1920. [Espólio da Família Castro Osório, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal]

S. Paulo, 1^o de Março de 1923.

Exmo. Sr.

Temos a honra de lhe comunicar que a notável escritora portuguesa Exma. Sra. D. Ana de Castro Osório quis assinalar a sua passagem por S. Paulo, proporcionando aos seus numerosos admiradores uma hora de elevado prazer espiritual ; e, assim, resolveu realizar, no próximo dia 8, pelas 20 1/2 horas, no Teatro Municipal, uma conferência pública, dedicada aos seus amigos, portugueses e brasileiros, em que o tema tratado será a aproximação luso-brasileira.

E' ocioso enaltecer os méritos literários da distinta escritora e conferencista, pois a V. Exc. não são eles estranhos, tão divulgadas têm sido as numerosas manifestações do seu invulgar talento.

Assim, vimos convidar V. Exc. e sua Exma. família a assistirem à referida conferência, confiantes nos dará o prazer da sua companhia.

A COMISSÃO :

Dr. José Augusto de Magalhães (Consul de Portugal)

João Domingues Tavares (presidente do Centro)

D. Ana Vilalobos Galheto

Manuel de Barros Loureiro

António Pereira Inácio

António Maria Guerreiro

Alfredo de Oliveira Braga

NOTA : — O presente serve de ingresso
Traje de passeio



Anexo IV: Convite para Conferência Pública de Ana de Castro Osório, promovida pelo Centro Republicano Português de São Paulo, a realizar a 8 de março de 1923, pelas 20h30, no Teatro Municipal de São Paulo (Brasil).

[Espólio da Família Castro Osório, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal]

ESCOLAS E ENSINO

Tribuna do professorado N.º 129-3

Neste lugar, que o «Diário de Notícias» destinou aos professores de Portugal—aqueles que fazem da sua profissão um verdadeiro apostolado—todos os obreiros da instrução popular têm guarida. Tudo quanto possa interessar o aperfeiçoamento do ensino e a consideração do professor, terá, nesta secção, um eco, uma defesa, um apêlo.

A's professoras de Portugal

Li ha dias, na «Tribuna do Professorado» cantinho que o «Diário de Notícias» cedeu aos da nossa classe, um artigo que levantára os protestos de todas as professoras de Portugal.

E' o caso de um nosso colega, verificar aflito, e nesse ponto com razão, o numero diminuto de candidatos masculinos ao magisterio primario, tendo por esse motivo de serem preenchidas por professoras, as vagas das escolas masculinas.

Que isso é um mal, continua o nosso colega, porque a educação dos rapazes não deve ser confiada a senhoras, por elas não serem capazes, sobretudo de formar o seu ser psíquico!

A caminhar assim, diz ainda o nosso colega, teremos dentro em pouco uma escola primaria atrofiada, amaricada, e sem finalidade pratica que corresponda aos altos destinos a que cada povo é chamado.

Começa aqui o meu protesto. Ao fazer semelhante afirmativa, o meu illustre colega fez tambem, muito embora sem o pensar, a condenação de toda a mulher—mãe, porque a educação dos futuros homens está muito principalmente a cargo das mães, e, ninguém como ela sabe formar, com mais solicitude, o caracter daqueles que hão-de um dia reger o destino dum povo. Se a mulher que é professora se não deve entregar a educação dos futuros defensores de um país, por igual motivo senão deve entregar á mãe.

Como errou o meu caro colega!

E para debelar o mal—diz ainda—da pouca frequencia de individuos do sexo masculino ás Escolas Normais, o governo devia dar um subsidio de familia somente aos professores, porque além de outros motivos os homens revelaram sempre uma capacidade de trabalho superior á mulher.

E' uma ironia!

Que o meu colega dissesse ser uma irrisão o magro ordenado do professorado sem distincção de sexo, estava muito certo. Mas dizer que o professor devia ter ordenado superior ao nosso, isso é que nós não ouvimos de animo sereno.

Ao tirar o curso não dispenderam os dois sexos igual esforço moral e material?

Depois, já na vida do Magisterio, o Estado não exige á professora o mesmo quinhão de trabalho?

Com que direito teriam então maior remuneração?

Não, meu caro colega.

A mulher da geração actual conquistou pelo seu esforço, intelligencia e vontade um lugar de destaque ao lado do homem.

Em igualdade de circunstancias, os direitos são por consequencia iguaes.

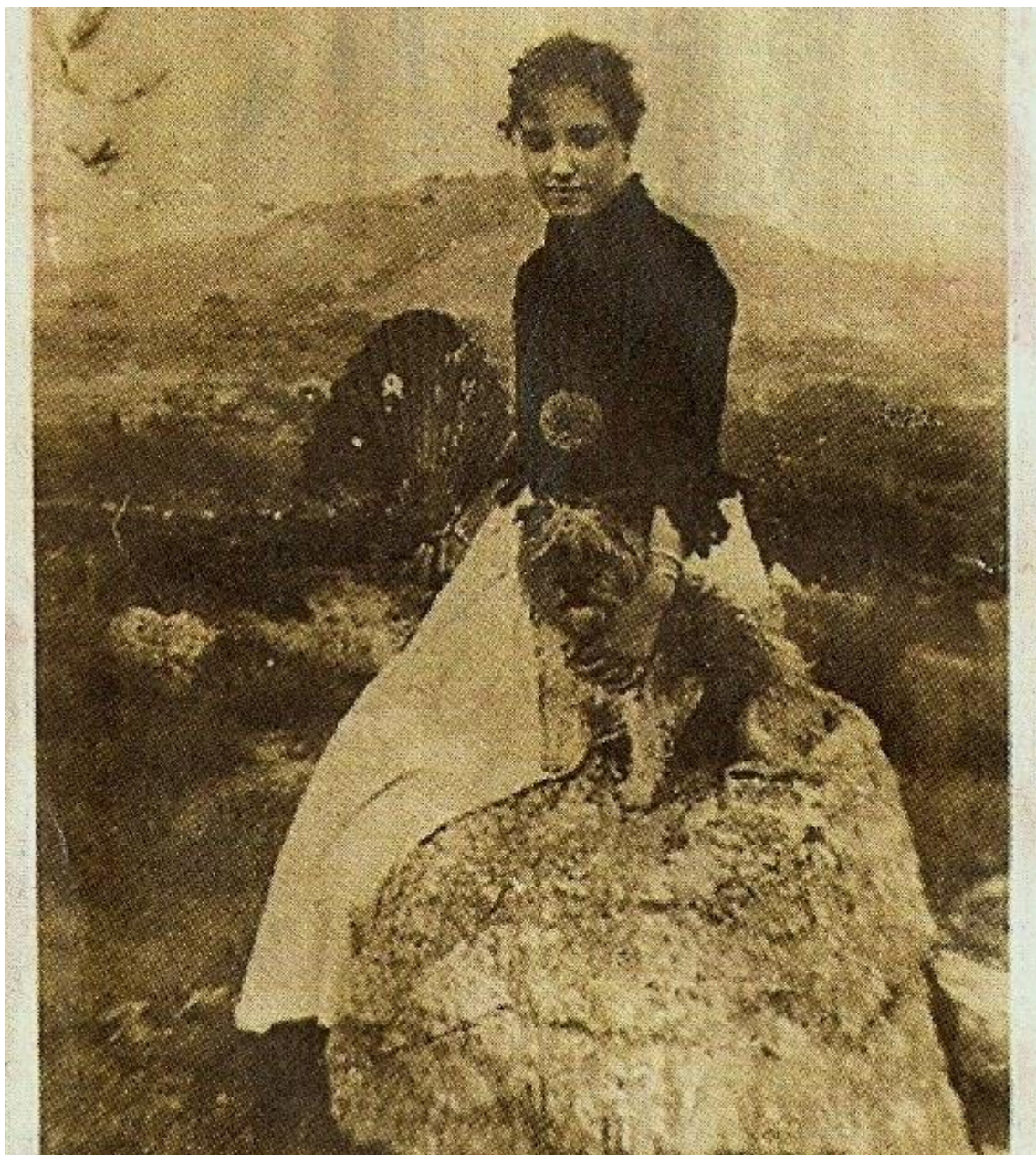
Nós, as professoras de Portugal, não damos aos nossos colegas o direito de pelo seu trabalho valerem mais do que nós, nem de saberem formar com mais cuidado a alma das criancinhas, que serão os homens de amanhã.

Alcanhões.

MARIA DE FIGUEIREDO
professora do sexo feminino

Anexo V: Artigo de Opinião publicado no Diário de Notícias, assinado por Maria Figueiredo (professora e amiga de Ana de Castro Osório).

[Espólio da Família Castro Osório, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal]



Anexo VI: Ana de Castro Osório (1882-1935).



O romancista e sua esposa, a interessante escritora D. Emília Sousa Costa

A ENTREVISTA DA SEMANA SOUSA COSTA

CHEGO pontualmente, à hora marcada. O final do dia é enevoado e nostálgico. Um tom de madrepora diluído estende-se no alto, como um celário sombrio.

Ao fim da Rua Borges Carneiro, aquela rua placida de exílio, é a casa de Sousa Costa. Mas Sousa Costa ainda não está em casa. Ele não é, apenas, o romancista que as suas obras interessam e aborrecem; ele é, também, dolorosamente um funcionário público — e essa dualidade, na vida, torna-se-lhe, naturalmente, um drama. Nada mais amargo e mais desolador do que esse conflito, entre as azas do sonho e os calvários da vida. E só um espírito equilibrado, corajoso, pôde manter através as realidades que magoam, uma florescência de enlevo, de alicença e de miragem.

É D. Emília de Sousa Costa, a interessante escritora, que torna a sua inteligência esfinhosamente devotada às cruzadas morais — quem primeiro aparece, a trazer-me a gentileza do seu convívio. Julgando vir realizar uma entrevista — depuraram-se-me duas e a primeira é a desta senhora culta e serena, em cujos olhos claros e em cujo sorriso acolhedor, há uma sugestão límpida de bondade e de talento. D. Emília Sousa Costa fala-me da sua preferência pelas coisas simples, pelas coisas sãs, onde vibra a aureola, iluminada e diáfana da ternura. É uma pessoa sem vaidades, sem atitudes. Fala, com uma absoluta despreocupação e com uma inteira sinceridade. Estou, bem claramente, deante duma alma que vive longe do bulício e do veneno da sua época. A escritora mesmo é que m'o revela, numa frase:

— Sabe? Eu vivo na cidade, mas a cidade não

chega a viver em mim! Parece, desleia, foge, sem deixar um rasto — como se para a minha sensibilidade fosse uma estrangeira...

Continuamos a conversa até à chegada de Sousa Costa. O romancista intenso do *Fruto Proibido* vem cansado, esgotado, do «Tribunal do Comércio». Contra as suas expectativas, o tribunal prendeu-o por muito tempo. E, como sempre, nada de lá com o espírito cheio de cenas, impressões, quasi sempre mordidas de tragédias, cenas que são, nos corações, como tempestades negras sobre os horizontes claros...

Trocamos alguns comentários. E eu admiro-me como é que o escritor consegue manter a tenacidade da sua orientação literária através as suas horas laboriosas e exaustivas...

— ... E nunca teve um desalento, uma interrupção nas suas obras?

— Não. Sempre que termino uma obra, começo logo a pensar noutra... E já agora, irei assim até final, de cruz ao hombro. A minha cruz é ao mesmo tempo, através a febre da produção, o meu mel do Hímno. Enquanto escrevo, infelizmente só enquanto escrevo, esqueço os que me querem mal, as minhas dores e desalento, até o desvalimento político que nos põe à beira da catástrofe...

— E, assim, trabalha sempre...

— Sempre — sempre que posso. Há quem me julgue um condenado à pena perpétua dos trabalhos forçados. Nada menos exato. Mesmo porque quem corre por gosto não cansa... E eu não sei trabalhar nos meus livros senão pelo prazer do trabalho, nunca pela ideia do lucro material. Por isso a minha produti-

Anexo VII: Emília de Sousa Costa (1877-1959) na fotografia a acompanhar uma entrevista ao marido.

[Disponível

em:

[http://hemerotecadigital.cm-](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N835/N835_master/N835.pdf)

[lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N835/N835_master/N835.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N835/N835_master/N835.pdf), acedido a 22 de agosto de 2020].



Anexo VIII: Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)

[Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2013/03/26/julia-lobes-de-almeida-uma-mulher-que-a-patria-desconhece/>, acessado a 17 de junho de 2020]



Anexo IX: Cartaz da mostra No Centenário da Cruzada das Mulheres Portuguesas, que decorreu entre 28 de janeiro e 30 de abril de 2016, na Biblioteca Nacional de Portugal.



CONSELHO DA ORDEM

PARTICULAR

2/12/99

N.º 1/111

A' Ex.^{ta} Sr.^a Ana de Castro Osório

Hoje me lembrei e sobre o assunto de
uma carta desta data, recebi de Macau
Telegrama, que imediatamente fiz
entregar ao Sr.^{te} Ferreira Diniz,
Sr.^{te} Br.^{te} do Ord.^{em}, deputado e em-
pregado Superior das Colónias, para
tratar urgentemente do assunto, de
que de certo ele se não esqueceu -

Seu muito a. C. e amizade, Sr.^a Ana

Seu dedicado Sr.^{te} e admirador

Ferreira Diniz



Anexo X: Carta a acusar receção de telegrama de Macau sobre assunto relativo às colónias, um dos temas de interesse de Ana de Castro Osório, que pede a atenção a Ferreira Diniz, Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano.

[Espólio da Família Castro Osório, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal]



Anexo XI: Il primo numero del Monitore Napolitano, uscito il 2 febbraio, 1799.

[Disponível

em:

https://it.wikipedia.org/wiki/Monitore_Napoletano#/media/File:Monitore_Napolitano.jpg, acedido a 1de agosto de 2020].

Emília de Sousa Costa

Foy e um noviciado literario em crônicas e contos, ainda um pouco moldados pelo fôlego romântico, crônicas e contos publicados na Mala de Europa, Sete de Maio, Jornal de Foz de Iguaçu, Distrito de Vila Rica.

Depois, em seguida a esse período de iniciação, entrou na fase definitiva da sua obra, que ~~se compõe~~ compreende a novela curta, o livro de viagens, e, especialmente, com maior afinco, com a mesma paixão, a literatura infantil e os temas sociais. Alguns dos seus livros infantis, com várias edições, são traduzidos em espanhol e italiano. E nos temas sociais, abordados em jornais e revistas do Anticristo, do Opus Oriental e do Brasil, mostra um varia-

2

velmente a exaltação de espiritualidade feminista e a defesa dos desvalidos da sorte e do numerário.

Nacionalista entusiasta, no sentido do engrandecimento máximo da Nação, alguns dos seus artigos em favor do Portugal novo, do Portugal belo, do Portugal desconhecido, do Portugal ~~em~~ caluniado tem - um marcado apelo aos, e ~~referências~~ referências e transições em vários jornais.

Tem-se distinguido pela amor a Pátria e à Pátria, admirando e bendizendo pela medida grande.

Nasceu em Lavreza, onde criou, com o pai e o marido para Camilo, em 1875, professora da Faculdade de Direito. Após a formação do marido, passou residência em Lisboa, onde se encontra.

Anexo XII: Biografia manuscrita de “ms. de Emília de Sousa Costa”, depositada no Arquivo de História Social. Localização: Caixa 2; Autor não identificado. Não é do punho de António Tomás Pinto Quartin (1887 - 1970).

[Disponível em: [http://www.ahsocial.ics.ulisboa.pt/atom/uploads/r/pt-ahsocial/c/8/7/c875da224b8d4d553dfcd282887e92694203dcef48085a470812107f0e789ecc/PT-AHS-PQ-](http://www.ahsocial.ics.ulisboa.pt/atom/uploads/r/pt-ahsocial/c/8/7/c875da224b8d4d553dfcd282887e92694203dcef48085a470812107f0e789ecc/PT-AHS-PQ-DOC-298.pdf)

[DOC-298.pdf](http://www.ahsocial.ics.ulisboa.pt/atom/uploads/r/pt-ahsocial/c/8/7/c875da224b8d4d553dfcd282887e92694203dcef48085a470812107f0e789ecc/PT-AHS-PQ-DOC-298.pdf), acedido a 25 de junho de 2019]



Anexo XIII: Capa do livro Manual Ilustrado de Técnica de Enfermagem, de Wava McCULLOUGH, Maria Theresa D'Avillez (Trad.), Livraria Sampedro, 1958.

Revista de cultura trasmontana e duriense



Tellus, n.º 60

Revista de cultura trasmontana e duriense

Director: A. M. Pires Cabral

Edição: Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal de Vila Real

Na capa: Emília de Sousa Costa (terceira pessoa à esquerda) numa Feira do Livro em 1937

Vila Real, Junho de 2014

Tiragem: 300 exemplares

ISSN: 0872 - 4830

Paginado e impresso: Minerva Transmontana, Tip., Lda. — Vila Real

Anexo XIV: Emília de Sousa Costa na fotografia de grupo publicada na capa da Revista *Tellus* -Revista de Cultura Transmontana e Duriense, n. 60.

[NOGUEIRA, Carlos, “A obra literária de Emília Sousa Costa”, in *Tellus - Revista de cultura trasmontana e duriense*, n.º 60, Edição: Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal de Vila Real, junho de 2014].



Fernando Pessoa
Bibliotheca d'Educação Nacional

XX

LEIS DA FAMÍLIA

N.º 1 — O casamento como contracto civil

N.º 2 — Protecção dos filhos

(Diário do Governo n.º 70, de 27 de Dezembro de 1910)

Esta Empresa editará todos os decretos
publicados no "Diário do Governo,,

1910

Edição da BIBLIOTHECA D'EDUCAÇÃO NACIONAL

Typographia de Francisco Luiz Gonçalves
80, Rua do Alecrim, 82
LISBOA

Anexo XV: Leis da Família, Lisboa, Biblioteca d'Educação Nacional 1910. - 20 p.; 19 cm. - (Biblioteca d'Educação Nacional; 20). - 1º v.: O casamento como contrato civil. - 2º v.: Protecção dos filhos: (Diário do Governo n.º. 70, de 27 de dezembro de 1910).

[Disponível em: http://bibliotecaparticular.casafernandopessoa.pt/3-61/1/3-61_item1/index.html?page=1,
acedido a 27 de janeiro de 2018].

ALMA FEMININA

BOLETIM OFICIAL

DO

CONSELHO NACIONAL DAS MULHERES PORTUGUESAS

(Publicação Mensal)

Directora-gerente — Maria Clara Correia Alves

ADMINISTRAÇÃO:

Avenida Almirante Reis, 139, 1.º — LISBOA

Distribuição gratuita aos socios

ANÚNCIOS — CONTRATO ESPECIAL.

SUMARIO

O salario feminino.....	MARIA CLARA CORREIA ALVES
Preparando o terreno	MARIA LUIZA
Assuntos de arte — Musica	CÓDI
Meditando	ALBERTINA GAMBÔA
A educação profissional da Mulher (transcrição)	
Biblioteca — Um livro novo.	
Acta da assembléa geral do C. N. M. P.	
Anuncios.	

O SALARIO FEMININO

Tem-se dito e com justiça que os problemas economicos foram sempre os mais espinhosos e dificeis de resolver.

E' assim que, apesar da admiravel propaganda sustentada, lá fóra, pelas mulheres que trabalham, no intuito de fazerem valorisar o esforço que produzem, é ainda relativamente insignificante o que neste sentido se tem conseguido.

O salario minimo, reclamado, desde sempre, como um principio de equidade, e que deveria permitir a quem trabalha não só poder prover ás suas necessidades pessoais mais imediatas e prever o risco da vida, mas, ainda, fazer face aos encargos de familia, continúa, a despeito das mais generosas dedicações, a ser um problema para estudar.

No entanto a verdade é que hoje, mais do que nunca se impõe a urgencia de se entrar na posse dessa justissima reivindicação, parte pequena do programa feminista, mas que repre-

Anexo XVI: Notícia publicada no Boletim Oficial Alma Feminina, sobre as reivindicações das mulheres pela igualdade de salários, assinada por Maria Clara Correia Alves, Alma Feminina, n.º 2, fevereiro de 1919.



Anexo XVII: Fotografia de entrega de prémios que acompanha a notícia do grupo de alunos premiados da Escola Industrial Marquês de Pombal, publicada em *Ilustração Portuguesa*, 2ª série, 12 de dezembro de 1904.

N.º 192

Minha ex.^{ma} e querida Prima:

Acabo de receber a tua carta, de 10. de Março, logo, veio para Tavira; mas ali, à espera que lhe indicasse direcção segura, re-tiveram-na. Enfim, cá a temos.

E' que nós, querida senhora D. Amélia, faremos Algarve des-de começo de Janeiro, passando nos ao rigor do inverno. Lá, em cima, no sítio de Miran-dela, os frios depressam-na.

E, no interesse de radicar as melhoras da bronquite que, p' agora, parou, no Porto, me ia, por um

f. 1

três, tombando, d'opinião foram os Meirinhos — incluindo o doutor Tiago d'Almeida — que isto, o ent-ão garantiria saúde.

Eis, pois, e... graças!

Ficámos um mês em Faro, mas não e tal em Tavira, até que, já de saúde, nos quedámos aqui, desde o dia 15. Agrada-nos de-ver esta estaçãoinha de repou-so, com doçuras de clima, horizon-tes e o fresco, e cómodo, à noite, a vista. Preferências de portu-rio.

Quisemos a altura da parti-da, sujeita a benquidades da temperatura no norte. Mas, quan-

f. 2

do seja, passaremos por Lisboa e essejo teremos de v. ex.^{ma} e de beijar muito, carinhosamente, a adorada Ana Maria, entã da Casa, da Avózinha, também do nome, e de todos.

Abraços meus, affectuosíssimos, a seu mano Alberto e aos ressur-tilhos José e João. Tomara v. ex.^{ma}!

A' minha ilustre prima senho-ra D. Catarina, os meus cumprimentos, da Amélia e meus.

Fizemos agora, ainda que as fechar estas linhas, do Camito,

f. 3

do nono Camito, por nós todos sempre lembrado.

Penalizon-nos imenso a no-tícia de q'ha acabára, na di-tante Macau. Foi-se-nos!

Ficou-nos o golpe, a todos quanto nos dêmos, d'entendi-mento - d'alma, ao culto por ela; mas, isto eu não, para não pen-sar na grande dor ainda re-servada ao Pai, em idade de pesar, num triste batente ou sonna, esta recente pancada de de, dita. Coitado!, coita-do amor, o que se partiu e o que ficou! As coisas assim se

f. 4

Anexo XVIII: Carta de João Pessanha a Ana de Castro Osório. A missiva de João Pessanha a quem Ana de Castro Osório tratava por 'primo', que aborda, entre outros, o périplo deste pelo Sul de Portugal, bem como um outro assunto mais delicado: a morte de Camilo Pessanha, a quem é atribuída uma história de amor não correspondida pela autora que o via, carinhosamente, como um parente chegado. A correspondência é composta por 6 fls., com data de 23 de março de 1926, escrita em Loulé (Algarve).

[Espólio da Família Castro Osório, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal]

N.º 92

determinam...

Meu Tio tem-me escrito, com
pungido, e a Madalena com
tinha - ele me diz, em carta
chegada ontem - isto o ver-
vor, no de choro e raídores.

—

Basta, minha Prima!
O que eu lhe alonguei esta
carta...

Abraçamo-la, a Amélia
e o teu primo m.º amigo e grato

José Verronha

Loulé,
23-3-1926.
-Hotel Central-

f. 5

J. J. Os jornais a sua ajuda
e que diz mandam-me,
com o artigo do João,
ainda não vieram, mas
vou agora recomendar,
para Maximotor, que
me mandem.

Como eram jornais...

Brevemente os rece-
berei e depois lhe di-
rei.

Ansioso fico por essa
página, contagiante,
da « Contemporânea ».

f. 6

Imprensa Periódica Portuguesa (1850-1930)

I.	1850-1851	<i>O Judeu Errante</i> Jornal de modas e de literatura amena dedicado às senhoras; Jornal de modas dedicado às senhoras	Lisboa
II.	1851	<i>A Açucena</i> Jornal de modas e literatura	Lisboa
III.	1851	<i>A Quinzena</i> Literatura, modas e teatros	Lisboa
IV.	1852-1855	<i>A Beneficência</i> Jornal dedicado à Associação Consoladora dos Aflitos	Lisboa
V.	1853-1862	<i>O Mensageiro das Damas</i> Jornal de modas	Lisboa
VI.	1856	<i>O Interessante</i> Jornal de segredos	Braga
VII.	1856	<i>Almanaque das Damas para o Ano de 1856 (Bissexto).</i> Dedicado às assinantes do Mensageiro das Damas	Lisboa
VIII.	1858-1859	<i>A Cruzada</i> Jornal religioso e literário	Lisboa
IX.	1858-1860	<i>Mundo Elegante</i> Periódico das modas, literatura, teatros, belas-artes, etc.* * A 2.ª série de <i>Mundo Elegante</i> intitula-se <i>O Mundo Elegante</i> , Vila Nova, 1960.	Porto
X.	1860	<i>A Moda Portuguesa</i>	Porto
XI.	1862	<i>Emancipação da Mulher</i>	Porto
XII.	1862-1863	<i>Hinos e Flores</i>	Coimbra
XIII.	1862	<i>Mensageiro das Damas</i> Jornal de literatura e modas	Lisboa
XIV.	1863	<i>Recreio das Damas</i> Oferecido às damas portuguesas de toda a Índia	Nova Goa
XV.	1863-1865	<i>Boudoir</i> Crítica, teatros, música, modas, notícias, caricaturas	Lisboa
XVI.	1865	<i>A Esperança</i> Semanário de recreio literário dedicado às damas	Porto
XVII.	1867-1879	<i>Jornal das Damas</i> Revista de leitura e modas	Lisboa
XVIII.	1867	<i>Flor Literária</i> Periódico científico, instrutivo, literário e de modas	Lisboa
XIX.	1868	<i>A Ilustração Feminina</i>	Lisboa

		Semanário de instrução e recreio dedicado ao sexo feminino	
XX.	1868-1869	<i>A Voz Feminina</i> Jornal seminal científico, literário e noticioso. Exclusivamente colaborado por senhoras	Lisboa
XXI.	1869	<i>O Progresso</i> Jornal político, literário e noticioso	Lisboa
XXII.	1870-1890 1928	<i>Almanaque das Senhoras</i>	Lisboa
XXIII.	1875	<i>Bouquet Literário</i>	Porto
XXIV.	1876	<i>Teatro e Modas</i> Publicação hebdomadária	Porto
XXV.	1876-1877	<i>A Borboleta</i> Hebdomadário dedicado às damas bracarenses	Braga
XXVI.	1877	<i>Gazeta das Salas</i> Jornal para as damas	Lisboa
XXVII.	1877	<i>Jornal das Senhoras</i> Publicação diária	Porto
XXVIII.	1879	<i>O Pirlampo</i> Folha quinzenal literária e filosófica, dedicada às damas bracarenses	Braga
XXIX.	1882	<i>As Damas Portuguesas</i> Jornal literário	Porto
XXX.	1883	<i>O Elegante</i> Jornal de modas para homens, senhoras e crianças. Dedicado particularmente aos alfaiates e costureiras	Lisboa
XXXI.	1883	<i>O Bouquet</i>	Porto
XXXII.	1883	<i>A Mulher</i> Jornal de modas	Funchal
XXXIII.	1883-1885	<i>A Mulher</i> Revista ilustrada da família	Lisboa
XXXIV.	1884-1885	<i>As Crianças</i> Jornal de educação dedicado às mães	Lisboa
XXXV.	1884-1886	<i>Gazeta Musical</i>	Lisboa
XXXVI.	1885-1888	<i>Almanaque das Senhoras Portuenses</i>	Porto
XXXVII.	1885	<i>O Cartão de Visita</i> Semanário das elegantes	Coimbra

XXXVIII.	1885	<i>Beja-Creche</i> Número único. Publicado pela comissão da creche e dedicado às senhoras que a têm coadjuvado	Beja (2. ^a ed. Coimbra)
XXXIX.	1886	<i>O Bouquet</i>	Porto
XL.	1886	<i>A Mocidade</i> Semanário de instrução e de recreio dedicado às damas portuguesas	Porto
XLI.	1886	<i>O Sinapsismo</i> Jornal em prosa e verso	Ponta Delgada
XLII.	1886	<i>A Pátria</i> Periódico destinado às costureiras	Porto
XLIII.	1886-1887	<i>Lisboa Elegante</i> Contos, versos, teatros e bailes	Lisboa
XLIV.	1887	<i>A Arte</i> Semanário literário dedicado às damas reguenses	Régua
XLV.	1887	<i>O Bocage</i> Semanário literário, científico e noticioso	Lisboa
XLVI.	1887	<i>O Cisne</i> Semanário literário, noticioso e charadístico dedicado às damas lamacenses	Lamego
XLVII.	1887	<i>A Corbeille</i> Semanário literário d'instrução e recreio, dedicado às damas portuenses	Porto
XLVIII.	1887	<i>O Escalpelo</i> Semanário literário e de crítica imparcial	Lisboa
XLIX.	1887	<i>A Grinalda</i> Semanário literário, científico, noticioso e charadístico. Dedicado às Exmas. damas desta cidade	Elvas
L.	1887	<i>A Jóia</i> Revista quinzenal de literatura dedicado às damas vimaranenses	Guimarães
LI.	1887	<i>O Mundo Elegante</i> Mensajeiro semanal de modas e bom tom. Dedicado às senhoras portuguesas e brasileiras	Paris
LII.	1887	<i>A Rosa</i> Publicação quinzenal literária. Dedicada às damas portuguesas	Porto
LIII.	1888	<i>O Dedal</i> Quinzenário noticioso e literário dedicado às costureiras	Porto
LIV.	1889	<i>O Agulheiro</i> Destinado às costureiras	Porto
LV.	1889	<i>O Alfinete</i>	Porto

		Semanário humorístico destinado às costureiras	
LVI.	1890	<i>Gazeta das Salas</i> Periódico literário dedicado às damas portuguesas e brasileiras	Lisboa
LVII.	1890	<i>A Pérola</i> Semanário literário destinado às Exmas. damas desta cidade	Elvas
LVIII.	1890	<i>A Religião da Mulher</i> Jornal noticioso e auxiliador do professorado	Albergaria--a-Velha
LIX.	1893	<i>A Tesoura</i> Semanário humorístico. Órgão das costureiras	Porto
LX.	1893	<i>O Mundo Musical</i> Jorna das damas portuguesas e brasileiras. Anunciador da moda	Lisboa
LXI.	1894	<i>O Boletim da Moda</i> Revista dos Armazéns Grandela	Lisboa
LXII.	1894	<i>O Jornal das Damas</i>	Porto
LXIII.	1894-1895	<i>A Estação de Paris</i> Revista de modas, literatura, elegância e bom tom	Lisboa
LXIV.	1895	<i>A Utilidade</i> Revista de interesse da economia doméstica	Lisboa
LXV.	1896	<i>A Crónica</i> Suplemento à Estação de Paris	Lisboa
LXVI.	1896	<i>Jornal das Senhoras</i> Semanário ilustrado colaborado por damas	Lisboa
LXVII.	1897	<i>A Moda Elegante</i>	Paris e Lisboa
LXVIII.	1899-1900	<i>Ave Azul</i>	Viseu
LXIX.	1902	<i>Jornal das Senhoras</i> Publicação trissemanal ilustrada	Lisboa
LXX.	1902-1904	<i>A Sociedade Futura</i> Publicação quinzenal de literatura, ciência e arte	Lisboa
LXXI.	1904	<i>Os Serões das Senhoras</i>	-
LXXII.	1904-1905	<i>Jornal das Senhoras</i> Retratos, biografias, romances, letras e contos, teatro e salões. modas, contos e charadas	Lisboa
LXXIII.	1906-1910	<i>Jornal da Mulher</i> (Secção de <i>O Mundo</i>)	Lisboa
LXXIV.	1907-1908	<i>Alma Feminina</i>	Lisboa

LXXV.	1909-1911	<i>A Mulher e a Criança</i> Revista quinzenal ilustrada	Lisboa
LXXVI.	1910	<i>A Violeta</i> Dedicada às senhoras e meninas de Castelo de Vide	Castelo de Vide
LXXVII.	1910	<i>O Jornal da Mulher</i> Revista quinzenal ilustrada	Lisboa
LXXVIII.	1910	<i>Mosaico Feminino</i>	Coimbra
LXXIX.	1911-1918	<i>A Madrugada</i> Propriedade da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas	Lisboa
LXXX.	1912	<i>Em Homenagem a Ana Pereira</i> Número único	Lisboa
LXXXI.	1912	<i>A Mulher Livre</i> Centro da Mocidade Republicana Intransigente Número único	Braga
LXXXII.	1912	<i>A Mulher Livre</i> Revista mensal educativa. Órgão da Associação de Propaganda Feminista	Lisboa
LXXXIII.	1912-1913	<i>A Mulher Portuguesa.</i> Revista mensal educativa Associação de Propaganda Feminista	Lisboa
LXXXIV.	1913	<i>Educação Feminista</i> Quinzenário literário, científico e artístico	Lisboa
LXXXV.	1914	<i>A Guerra</i>	Lisboa
LXXXVI.	1914-1915	<i>Parisiana</i> Revista Ilustrada de elite e literatura, arte e música	Porto
LXXXVII.	1914-1917	<i>Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas</i>	Lisboa
LXXXVIII.	1915	<i>A Vida Elegante</i>	-
LXXXIX.	1915-1918	<i>A Semeadora</i> Associação de Propaganda Feminista	Lisboa
XC.	1917	<i>Moda Elegante</i> Enciclopédia da mulher	Lisboa
XCI.	1917-1946	<i>Alma Feminina</i> Boletim oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas	Lisboa
XCH.	1921	<i>A Mulher Médica na Família</i> Revista quinzenal ilustrada	Lisboa
XCIII.	1922	<i>A Rainha da Moda</i> Figurino Português da Grande Moda de Paris	-

XCIV.	1925	<i>Estrela</i> Órgão do Comité Nacional das UCMF	Porto
XCV.	1925	<i>Eva Magazine</i> Jornal da mulher e do lar	Lisboa
XCVI.	1925	<i>A Moda</i> Jornal para senhoras	Lisboa
XCVII.	1925	<i>Vida Feminina</i> Revista mensal da mulher para a mulher	Lisboa
XCVIII.	1925-1927	<i>Mulheres do Norte</i> Mensário de arte e literatura	Porto
XCIX.	1926	<i>Feminina</i> Literatura, arte e moda	Lisboa
C	1930	<i>Portugal Feminino</i>	Lisboa

Anexo XIX: Imprensa Periódica Portuguesa (1850-1930).

A lista apresentada resulta da consulta de dois livros, um de Ivone LEAL, *Um Século de Periódicos Femininos. Arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926*, e outro de Ana Maria Costa LOPES, *Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos. Percursos de modernidade*), assim como de dois dicionários (*Dicionário no Feminino. Séculos XIX-XX* e *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX. 1941-1974*) e, ainda, de dois livros de Silva PEREIRA: *Os Jornais Portugueses* e *Jornalismo Português*.

Cf., SALVADOR, Teresa, “Em torno dos periódicos femininos”, in *Cultura* [Online], Vol. 26 | 2009, posto online no dia 16 setembro 2013. [Disponível em: URL: <http://journals.openedition.org/cultura/425>; acedido a 26 agosto 2020]; PIRES, Daniel, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1941-1974)*, 2 vols., Lisboa, Grifo Limitada, 1999; PEREIRA, Silva, *Jornalismo Português*, Lisboa, Typ. Tavares, 1895; *Os Jornais Portugueses*, Lisboa, Imp. Libânio da Silva, 1898.

Imprensa Periódica Brasileira (1830-1940)

I.	1844, 1857, 1859, 1860, 1876, 1888, 1891, 1892	<i>A Borboleta</i> Anedotas, literatura, Notícias	Alagoas, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro, Sergipe
II.	1898	<i>A Camélia</i> Literatura, notícias, poesia	Rio de Janeiro
III.	1879	<i>A Chrysalida</i> Literatura, poesia, receita, variedades	Rio de Janeiro
IV.	1879-1904	<i>A Estação</i> Literatura, moda	Rio de Janeiro
V.	1888-1894	<i>A Família</i> Educação, família	São Paulo, Rio de Janeiro
VI.	1832-1846	<i>A Fluminense Exaltada</i> Literatura, notícias	Rio de Janeiro
VII.	1861, 1869, 1870	<i>A Grinalda</i> Literatura, recreação	Bahia, Rio de Janeiro
VIII.	1879-1888	<i>A Mai de Família</i> Bebês, crianças, família, saúde, vestuário	Rio de Janeiro
IX.	1897, 1898	<i>A Mensageira</i> literatura	São Paulo
X.	1881	<i>A Mulher</i> Belas-artes, literatura, moda	Nova York
XI.	1861	<i>A Primavera</i> Arte, indústria, literatura, teatro	Rio de Janeiro
XII.	1849	<i>A Violeta</i> Literatura	São Paulo
XIII.	1857, 1858	<i>A Violeta Fluminense</i> Crítica, literatura	Rio de Janeiro
XIV.	1874	<i>Biblioteca das Senhoras</i> Literatura	Rio de Janeiro
XV.	1839-1840	<i>Correio das Modas, Jornal Crítico e Literário</i> Ciência, crítica, literatura, moda notícias, recreação	Rio de Janeiro
XVI.	1879 - 1880, 1888	<i>Echo das Damas</i>	Rio de Janeiro

		Literatura	
XVII.	1861, 1862	<i>Jardim das Maranhenses</i> Crítica, literatura, moral, recreação	Maranhão
XVIII.	1862	<i>Jornal das Damas</i> Charadas, instrução, recreação, variedades	Pernambuco
XIX.	1852-1855	<i>Jornal das Senhoras</i> Belas-artes, crítica, literatura, moda, teatro	Rio de Janeiro
XX.	1854-1858	<i>Marmota Fluminense</i> Moda, variedades Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
XXI.	1829-1832	<i>Mentor das Brasileiras</i> Comportamento, crítica, educação, história	Minas Gerais
XXII.	1852-1854	<i>Novo Correio de Modas</i> Charadas, história, literatura, moda, novelas, poesia	Rio de Janeiro
XXIII.	1869 -1870	<i>O Beija-Flor</i> Literatura, notícias, poesia	Alagoas
XXIV.	1850 – 1851	O Bello Sexo Literatura, recreação	Pernambuco
XXV.	1885 -1887	<i>O Cherubim</i> Charadas, literatura, moda, recreação	Rio de Janeiro
XXVI.	1860, 1861	<i>O Espelho das Bellas</i> Literatura, recreação	Bahia
XXVII.	1832	<i>O Espelho das Brasileiras</i> Literatura, notícias	Pernambuco
XXVIII.	1827 – 1828	<i>O Espelho Diamantino</i> Belas-artes, literatura, moda, política, teatro	Rio de Janeiro
XXIX.	1843	<i>O Espelho Fluminense</i> Charadas, literatura, moda, poesia	Rio de Janeiro
XXX.	1890, 1897	<i>O Leque</i> Literatura, notícia, poesia	Minas Gerais, Sergipe
XXXI.	1860	<i>O Lírio</i> Notícias, variedades	São Paulo
XXXII.	1863 – 1864	<i>O Ramallete</i>	Maranhão

		Literatura, variedades	
XXXIII.	1889 – 1890	<i>O Quinze de Novembro do Sexo Feminino</i> Literatura, notícias, recreação	Rio de Janeiro
XXXIV.	1873 - 1875, 1889	<i>O Sexo Feminino</i> Literatura, notícias	Minas Gerais
XXXV.	1876 – 1877	<i>Recreio das Moças</i> Charadas, ciência, literatura, poesia, variedades	Rio de Janeiro
XXXVI.	1861	<i>Recreio das Senhoras</i> Belas-artes, instrução, literatura, moda, poesia, teatro	Bahia
XXXVII.	1856	<i>Recreio do Bello-Sexo</i> Belas-artes, literatura, moda, teatro	Rio de Janeiro
XXXVIII.	1851 – 1852	<i>O Álbum Semanal</i> Crítica, literatura, moda	Rio de Janeiro
XXXIX.	1918 – 1946	<i>D'A Saúde da Mulher</i>	São Paulo, Rio de Janeiro
XL.	1933	<i>Revista da Semana</i> Política (entrevistas com as candidatas à Assembleia Constituinte), cultura.	Rio de Janeiro

Anexo XX: Imprensa Periódica Brasileira (1830-1940).

Relação dos periódicos femininos brasileiros do século XIX, elaborada segundo os dados (e anos) disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital (Brasil) da Fundação Biblioteca Nacional [<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>]. Algumas referências foram retiradas do artigo “Moda e vestuário nos periódicos femininos brasileiros do século XIX”, publicado por Beatriz Albarez de Assunção e Isabel Cristina Italiano. Cf., ASSUNÇÃO, Beatriz Albarez de; ITALIANO, Isabel Cristina, “Moda e vestuário nos periódicos femininos brasileiros do século XIX”, in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 71, dez. 2018: 232-251. [Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i71p232-251>, acedido a 2 de janeiro de 2019].



Anexo XXI: “A Bicyclette”.

Capa da Edição 00565 do periódico *Rio Nu*, publicado a 5 de dezembro de 1903, (Hemeroteca Digital Brasileira), [Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706736&pagfis=1808>]. O *Rio Nu*, foi um jornal inserido na imprensa catalogada de ‘gênero alegre’ (pornográfica), que surge associado à ideia de ferramenta pedagógica, para formação do homem brasileiro, rumo ao progresso. Este jornal reelaborava o arquétipo da relação criada/escrava – patrão/senhor. Sobre o periódico, destinado exclusivamente ao público masculino, veja-se o artigo de Natália Batista Peçanha. Cf., PEÇANHA, Natália Batista, “Uma pedagogia “para homens”: O Rio Nu e sua função disciplinadora do homem civilizado”, in *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH – RIO*, 2012: 1-17. [Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1333064133_ARQUIVO_NataliaBatistaPecanha-UmapedagogiaparahomensORioNuesuafuncaodisciplinadoradohomemcivilizado.pdf, acessado a 15 de agosto de 2018].



Anexo XXII: “Suffragistas”.

Assinado por Raul, publicado no periódico Fon-Fon, a 16 de maio de 1914.(Hemeroteca Digital Brasileira), [Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=259063&pagfis=17913>].



Anexo XXIII: “O Modelo preferido!”.

Caricatura de Fritz, publicada na revista *O Gato*, a 13 de setembro de 1913. *O Gato* era uma das revistas de maior importância do século XX brasileiro, a quem se juntavam outras, como por exemplo: *Careta*, *O Malho*, *O Cruzeiro*, *Revista da Semana*, *Klaxon* e a *Revista Verde*. (Hemeroteca Digital Brasileira), [Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/brasil-feminino/modelo-preferido/>].